

# **A EUROPA NO MUNDO ENTRE AS GUERRAS**

**1919-1939**



**Coordenação**  
**Maria Fernanda Rollo**  
**Maria Manuela Tavares Ribeiro**  
**Ana Paula Pires**  
**Alice Cunha**  
**Isabel Maria Freitas Valente**

## ORGANIZAÇÃO

Instituto de História Contemporânea da  
Faculdade de Ciências Sociais e  
Humanas da Universidade Nova de  
Lisboa –IHC

Centro de Estudos Interdisciplinares  
Do Século XX da Universidade  
de Coimbra -CEIS20



Rollo, Maria Fernanda, Ribeiro, Maria Manuela Tavares, Pires, Ana Paula, Cunha, Alice & Valente, Isabel Maria Freitas (Coords.). (2014). *A Europa no Mundo entre as Guerras. 1919-1939*, [Documento electrónico]. Lisboa: IHC, CEIS20

Imagem de capa:

Paul Nash, *We are Making a New World*, Imperial War Museum

### Ficha técnica

Revisão, Formatação e Design:

Cristina Luísa Sizifredo

**ISBN: 978-989-98388-2-6**



## Índice

---

<i>Apresentação</i> .....	5
---------------------------	---

### **Nacionalismo e internacionalismo**

<i>Winners in the war, defeated in peace. The legacy of the Great War as laceration of Italian society: from the “two red years” to the reactionary drift of fascism (1919-1925)</i> Mauro Pellegrini .....	7
<i>The International Battle for Grain. Italy, the League of Nations and the struggle for regulating the production of wheat during the Great Depression</i> José Antonio Sánchez Román .....	18
<i>Nationalism and internationalism. The socialist Spanish intellectual elites and the discourses of the nation</i> Aurelio Martí Bataller.....	28

### **Espaços e representações culturais**

<i>Gardens and War: The role of gardens and public parks in the reconstruction of believes</i> Ana Duarte Rodrigues .....	39
<i>Dança, uma arte em expansão entre guerras,</i> Maria João Castro .....	48
<i>Nacionalismo desportivo entre guerras – a seleção e a unidade nacional,</i> César Rodrigues .....	61

### **Pensamento e ideologias**

<i>Politics beyond Liberalism? Max Weber’s Political Thought and the German Critical Juncture of 1917-1919</i> Pedro T. Magalhães .....	73
<i>Contribution of British West African Colonies to British Reconstruction in the Inter-war Period</i> Fewzi Borsali .....	84

<i>Anti-semitismo em Portugal: João Lúcio de Azevedo e Gilberto Freyre,</i> Ana Rita Veleda Oliveira .....	99
---	----

## **História e Memória**

<i>Médicos milicianos portugueses nos palcos da grande guerra</i> Francisco Miguel Araújo .....	111
--	-----

<i>Jünger e Haffner: Contradições e ambiguidades nas Memórias Alemãs da I Guerra Mundial</i> Marisa Fernandes .....	126
--	-----

<i>A espanhola polaquizada - Sofia Casanova Lutosławska, a testemunha da história da Europa entre Guerras</i> Anna Olchówka .....	143
--	-----

<i>Um Olhar Singular: Mundividência do jovem Marcelo Caetano antes do conflito e do poder – 1929-1939</i> Márcio Barbosa .....	153
---	-----

## **Regimes políticos, religião e autoritarismo**

<i>Religião e Política Entre Guerras. Existência e fim do Centro Católico Português (CCP): uma releitura da sua evolução histórica (1919-1940)</i> Paula Borges Santos .....	165
---	-----

## **Espanha entre guerras**

<i>The Catalan Autonomist project of 1919 and its failure,</i> Àngels Carles-Pomar .....	177
---	-----

<i>Spanish socialism within republican democracy. Reformism and radicalization from a regional perspective (1931-1936)</i> Sergio Valero Gómez .....	187
---	-----

<i>The Portuguese New State and the Spanish II Republic</i> Tiago Tadeu .....	196
--	-----

<i>A Visão da “Guerra Total” no Pensamento Militar Português</i> António Paulo Duarte .....	207
--	-----

<i>A Inovação Militar no período entre guerras e o início da II Guerra Mundial</i> Luís Barroso .....	224
--	-----

## **Apresentação**

Às 11h do dia 18 de Novembro de 1918 a Europa celebrou o fim da Grande Guerra.

Quatro anos de conflito tinham deixado marcas profundas no continente europeu, alterando profundamente a ordem política internacional. Era uma outra Europa e um mundo diferente que então surgiam dos escombros do conflito: por um lado, os principais impérios europeus, que tinham entrado na guerra – o russo, o alemão, o austro-húngaro e o turco-otomano – tinham desaparecido, dando origem ao nascimento de novos Estados independentes como a Áustria, a Hungria, a Finlândia, a Checoslováquia ou a Polónia; por outro, a paisagem europeia tinha ficado indelevelmente transfigurada com cidades destruídas, colheitas arruinadas, comunicações interrompidas e milhões de pessoas desalojadas.

Do outro lado do Atlântico, os Estados Unidos da América protectores e credores de uma Europa ferida, afirmavam-se como principal potência económica e financeira mundial, consolidando a certeza de que o “Velho Continente” já não era o centro do mundo.

O Tratado de Versalhes, assinado no ano seguinte, consagraria uma “paz artificial”, entre as impossibilidades de uma Europa unida e os condicionalismos da celebração de acordos políticos. A Europa da *belle époque* tinha desaparecido para sempre.

O direito à soberania, por outro lado, presente nos 14 pontos apresentados pelo presidente norte-americano Woodrow Wilson, em 1918, embora sem qualquer aplicação prática imediata, acabaria, por ser incorporado no discurso da III Internacional, que o encarou desde o início como um aliado na luta contra o sistema económico capitalista.

Entretanto, o jamaicano Marcus Garvey iniciava a publicação no bairro de Harlem, em Nova Iorque, do semanário *Negro World* (1918-1933), exaltando o orgulho da raça negra e defendendo o regresso a África.

Em breve, o *crash* novaiorquino e a Grande Depressão envolveriam o mundo capitalista na maior crise até então conhecida, compondo o território onde os múltiplos autoritarismos atirariam a Humanidade para uma nova conflagração à escala planetária.



O II Encontro A Europa no Mundo é dedicado ao estudo, análise, debate e interpretação das transformações políticas, económicas, sociais e culturais ocorridas na Europa durante o período entre guerras.

Os textos compilados neste *e-book* correspondem a uma parte das comunicações apresentadas no Encontro, reflectem a investigação realizada e procuram constituir um ponto de partida para novas e mais aprofundadas reflexões.

É devida uma nota de agradecimento a Cristina Sizifredo, pela revisão dos textos e produção do presente *e-book* e a Mafalda Jardim pelo apoio que prestou à realização do encontro.

Por fim, o agradecimento e a felicitação a todos os investigadores que aceitaram o nosso desafio enviando o texto para publicação e discussão.

A Organização

Maria Fernanda Rollo

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Ana Paula Pires

Alice Cunha

Isabel Maria Freitas Valente

# ***Winners in the war, defeated in peace. The legacy of the Great War as laceration of the Italian society: from the “Red Biennium” to the reactionary drift of fascism (1919-1925)***

**Mauro Pellegrini\***

## **Abstract**

The authoritarian turning point and the "monarchist coup" that marked the entrance into the war interrupted the emancipation of the Italian popular masses; the ruling classes and the "nationalist" bourgeois relied on the authoritarian legislation and also on the presence of the army in the "War Zone" to settle accounts, once and for all, with their class antagonists, as if fascism, understood as a reactionary turning point, was in the air well before October 1922. Imposed by force and without an ideal shared substrate, the war did not have the consent and unconditional support of the masses. Patriotic sentiments inculcated by force were replaced by marked forms of dissent, prodromal signs to the ideological contrasts of the political and social struggles of the following years, during the "two red years" and the "reactionary drift".

\*

Through the prefects' reports about the orientation of public opinion, the Prime Minister Salandra received in April 1915 a very negative picture of the patriotic feelings of the rural masses, since the entry into the war was imminent: the rural masses, regarded as "*of poor moral sense*", did not grasp the importance of national problems, "*following passively to the choices of the ruling classes*" they would eventually "*accept, with resignation, any eventuality*". But, "*You know - said the prefect of Chieti - that no one thinks to invade the homeland and that no one attempted on its dignity; so there is no reason to get excited about the idea of a war.*" This "resignation" of the people was idealized as natural, historical condition of subaltern social groups, especially the rural classes, considering apathy as the natural form of consent of the troops, mostly composed by farmers. Proposing a simplistic demagoguery of the "peasant army" they built an image of the naive peasant, infinitely resigned and willing to obedience, subservient, religious and conservative, with that dull character that made him naturally submissive and obedient. But in Italy the lower classes had started to rebel against the role of "functional classes", imposed to them with authority, coercion, subordination and obedience by both the bourgeois idealism, and the strict Catholic morality. A static system in which the Church, a still conservative and reactionary political force, was even now promoting social progress of the masses, even if "conditionated" to the hierarchical submission in respect of roles, and, especially, confessional. The election results after the reform of 1912, which extended male suffrage after the war in Libya, revealed new scenarios with advance signals from socialists and Catholics, the latter included in the democratic lists, showing that civil society, although still characterized in the semi-literate rural world by endemic political apathy and by emptiness of class awareness, was set in motion; the old system of power, typical of liberal notables, set on patronage and

---

\* Graduated in Political Science. I'm researcher at the "White War Museum" – Temù (BS) – ITALY – I

mediation between social forces, was no longer able to contrast this rise.

The decision to enter the war in April 1915, that through a “monarchist coup” passed over the parliamentary practice, demonstrated that the will of a civil society, that had stood up taking extreme positions, as the events of the “Red Week” had shown, could still be bent the hard way. The landed and conservative classes were determined to solve, even in domestic policy and once and for all, the problems with their antagonistic class, and to defend the positions of privilege through which they could keep the base of the social pyramid in a state of awe: as if fascism, understood as a reactionary organized turn, was in the air well before October 1922.

In continuity with the repression of popular movements of the end of the 19<sup>th</sup> century and the early '900, the ruling classes put down the opposition through a parliamentary paralysis and put under control the public opinion applying restrictive legislation. This was put into practice through the system of the “state of war”, the ideal continuation of the subverted power relationships within the Parliament, determined by the converging interests of interventionist lobbies, pooling politicians, industrialists, press, military and royal court, who had imposed on the country “first of all a state of war, and only secondly, in spite of the «glorious May» and the mobilization of the home front, a war of the nation or of the Italian people.”<sup>1</sup>

In the country it had not manifested that *union sacrée* of political and social forces that had characterized the other belligerents ten months before May 1915. Even so, the long mobilization (May 1915 - July 1919) with the imposition of special institutions for the “War Zone”, the climate of suspicion in the “inner front line” of dissidents and the pacifists that resulted in the promulgation of laws against the opinion crimes (such as the Order Bagn “against defeatism” of 4<sup>th</sup> October 1917), through which was conformed across the country the repressive legislation already active in the war zone, completed the picture of strangulation of the dissent.<sup>2</sup> This singularity, based on the previous tradition of delegation of extraordinary powers, irreversibly compromised for the future the balance between the powers. The war, imposed by force and without a shared ideal substrate, did not have the approval and the unconditional support of the masses. For the ruling classes it was, in essence, a different way to continue a path of conservation, but it proved not to be a tool of “civil unification” of the country, and in fact it accelerated the destruction of its political structures, deepening the existing class discrepancy and generating new irreparable fractures. The lacerations in the social body, arisen during the neutrality and sharpened through the progression of the mobilization, prefigured the ideological contrast that characterized the glowing “Red Biennium” and the subsequent reactionary drift that led to the claim of the fascist dictatorship and its liberticidal regime.

In order to explore the theme of the Great War legacy as a phenomenon of laceration of the Italian social structure, without excluding its unifying elements, the Center for Study and Documentation on the Great War in Lombardy has promoted in 2010 some research about the distortive effects of the mobilization in the years 1915-1919, considered as multiplying factors of social conflict. Thanks to significant unexplored archives in the muster area of the 13<sup>th</sup> Army Corps, and in the Archive of

---

1 Del Negro P., Labanca, N., Staderini, A., *Militarizzazione e nazionalizzazione nella storia d'Italia*, Unicopli, Milano, 2005, pp. 15-16.

2 Procacci, G., “La società come una caserma. La svolta repressiva negli anni di guerra”, in (a cura di) Bianchi B., *La violenza contro la popolazione civile nella grande guerra. Deportati, profughi, internati*, Unicopli, Milano, 2006, p. 295.



the Ugo da Como Foundation in Lonato del Garda, emerged in particular the experience of the community of Calcinato, in the province of Brescia. The survey of economic, social and moral distortions, considered for a mean period, made it possible to appreciate the moods and tensions which radiated outward in this small town, called the “hideout of the Bolshevism in Brescia”, giving us a picture of those facts that was more consistent with the political and social evolution of the years that followed.

Before the war in Calcinato, about 5,000 inhabitants, coexisted an agrarian traditionalism and a significant industrial presence: the lower classes were unfettering themselves from the authority-awe, participating in the political dynamics of the town and in the claims for social justice and equity, both through a nascent militant Catholicism, “observant” of the social hierarchy, and through vindictive methods promoted by a fierce socialist movement, well-established in the territory. The liberal bourgeoisie, supported by its networks of relationships and influence peddling, was still flanked by Catholic militants, yet without an independent representation or attached to the lists of the “democratics” in the management of the municipality.

Although the action of the landed classes to the lower classes were marked by a “good-natured” paternalism, in the countryside and in factories there were “proto-fascist” characterizations: agrarians and industrialists did not have many scruples in allowing their farmers and vigilantes get tougher against “subordinate” and workers, in case of disagreement in the wage and working disputes. Most of the agricultural working classes remained essentially unaware of active politics. Women, traditionally linked to religious rituals but without the right to vote, however, could affect the family dynamics from the inside, directing the male active choices, especially in an anti-socialist sense and acting as a brake against the trends of openness that could be glimpsed even in rural areas.

The influence of the clergy on the rural classes manifested in Calcinato in the sheltering behind intransigent positions and in the accentuation of the rites. Religious processions in particular were often used as instrument of political struggle: in opposition to the demonstrations of the socialists and workers’ league, they tried to contain the spread of proselytism of marxist materialism among the peasant masses. To leverage the concerns of the clergy was also the threat to the “public morality” due to the presence in the village of hundreds of workingwomen coming from the surroundings, who worked in the spinning and cotton mills in Calcinato and Ponte San Marco, recalling a lot of men looking for love affairs. The orthodox and the clergy, obsessed by the “decline of morality” joined in a shared effort to prevent that people from Calcinato were “infected” by the “news” and the “bad habits”, increasing in the rural classes the spread of isolationism and reactivity towards strangers. The “social conformity” avoided, as long as possible, disturbing elements outside, but it could not stop the growth of an indigenous socialist movement, represented by a ruling class capable of supporting with adequate political, organizational and dialectical means the needs of renovation demanded by the working and peasant society. The socialist movement took root in the territory in an exemplary manner and with a so particular intensity that you could distinguish the village «compared to other centers in Brescia, for the amount of members, the quality of managers and the type of propaganda»<sup>3</sup> becoming in a short time a mass phenomenon. As a reaction to this state of affairs, the virtual anti-socialist alliance between militant Catholicism, with the consent of the ecclesiastical hierarchy, and agrarian-industrial bourgeoisie, turned

---

3 Zane, M., *Calcinato Novecento*, BAMS, Montichiari, 2002, p.29

out to be more than anywhere else the *trait d'union* that led Calcinato to Fascism. The results of this alliance, response to the “ideological” antagonism and its exaggerations that exploded in the friction between the two “churches”, the marxist-socialist one and the catholic one, had destructive effects just for the peasant and catholic proletariat, deeply pacifist, who in the Great War had to pay the highest price in blood among all social classes and in the postwar period was abandoned to himself, suffering the loss of all the gains in political and economic field, being at the mercy of the outrages and violence of the agrarian fascists and of their macebearers. The political debate in Calcinato at the outbreak of the First World War in the summer 1914 was dominated by the contrast between the interventionist bourgeoisie and the neutralist socialism. The extremism of the latter prevent them from attracting into its influence the most open and progressive part of the middle classes; the anti-socialist precondition of the clergy, in the specious view of a liberal-bourgeois-clerical alliance, aimed at a common conservative front, as a block against the dangers of subversive, prevented then the approach to the socialists by the side of those Catholics who, for reasons of advantage in the management of the municipal administration, were gradually absorbed by the interventionist part. The pacifism of the Catholic notables, in the evolution of the dialectic between opposite factions turned decisively towards the interventionist positions as soon as they saw the image of the “right war”, accepted and blessed by the national clergy. The flattening of the peasant-Catholic society, without enthusiasm or rebellion, was a logical consequence of that relationship of paternalism-deference, shown as a model of correct class relationships, which was based on the «“principle of presumption” in favor of the rulers: as they only had all the necessary information, you had to assume that they had gone to war for morally licit reasons»<sup>4</sup>. To maintain this orientation, effectively anesthetized by the danger of dissent and criticism, helped in no secondary way the attitude of the Church; it pointed out «only the submission that the good Christian owed to the rulers without having to intimately participate in the motivations proposed in support of the opening of hostilities», but it characterized his actions in form of purely political opportunity: «The war represented an opportunity for the reconciliation between the real Italy and the legal Italy, that the process of Risorgimento had separated: in showing that the faithful was a good soldier, he would finally have been recognized as a good citizen, and in this way the obstacles to a full catholic participation in the public life of the Country would have been removed so as to enable the crystallization of its institutions»<sup>5</sup>. The interventionists were guided by those who later took part in the constitution of civic committees for moral preparation, particularly Giulio Vergano and Angelo Fortunato<sup>6</sup>; in the political struggles of the postwar period they were the leaders of the primitive fascism, managing its local apparatus. Vergano, in particular, an agronomist and future fascist podesta of Calcinato, was brother-in-law of Antonio Bianchi, reformist socialist, nationally renowned agronomist, director of the Chair of Agriculture of the Province of Brescia. During the war Bianchi took charge of the “Agrarian Mobilization” of the Province of Brescia, obtaining such results that «he could teach in some way at a national level»<sup>7</sup>, and in fact the Army adopted his system for the entire Country. Antonio Bianchi’s brothers Francesco, Vincenzo, Costantino, Giuseppe and Paolo were with him the main exponents of socialism in

4 Menozzi, D., “Chiesa e città”, in (a cura di) Menozzi, D., Procacci, G., Soldani, S., *Un paese in guerra. La mobilitazione civile in Italia (1914-1918)*, Unicopli, Milano, 2010, p. 271.

5 Ibidem.

6 ASCC, 1921, CA0246, 15<sup>a</sup>, 1<sup>a</sup>, f. 1.

7 Chiarini, R., *Antonio Bianchi e l'incivilimento delle campagne*, Grafo, Brescia, 1995, p. 33.

Calcinato; Francesco Bianchi, maximalist socialist and leader of the opposition in the municipal council, was elected mayor in 1920. Among the first acts of his administration there was a dispute with Giulio Vergano about his project for the construction of a municipal road. The problem was solved in Vergano's favor only after the "March on Rome" and the subsequent ouster of the socialist town council. Private interests, personal envy and rustic resentment would constitute the reasons for a permanent enmity that would determine the belonging to the alliances, would deepen the gap between the warring factions for example that of the landowners against the socialist leadership, contributing for instance to the liquidation of the chair of Agriculture after the establishment of fascism and to the political and personal persecution of the members of the Bianchi family.

The declaration of a state of war temporarily anesthetized the social contrasts, but with its consequences changed the ordinary structural setting of the community of Calcinato, characterized by a frail and precarious balance, and based on a highly fragmented farm economy; this meant for the popular rural classes the transition from a respectable hardship to a serious destitution. The heavy military occupation of the Country was suffered, rather than accepted, and also with great difficulty, bringing out reactive and isolationist tendencies in the population, because the soldiers, for the necessities of war, were forced in some cases to practice hoarding and requisitions that sometimes became robberies and real plundering: as if it were an invading army<sup>8</sup>. It was the common peasant matrix of the soldiers that allowed, during the occupation, a constructive approach between the factions, but certainly not the irradiation in the people of that patriotic enthusiasm that the nationalists demanded. For the bourgeoisie the apathy of the villagers was annoying, because they «often let themselves be involved in doubt and discouragement about the final outcome of the war», partly because of the worrisome information that came from the soldiers on leave from the front and partly because of the anti-war propaganda practiced by the socialist that «helped to depress their soul»<sup>9</sup> and that began again in 1917. The military disaster of Caporetto in the autumn of the same year and the way in which the people of Calcinato reworked it, brought to light the conflicts that had been suppressed so far by the heavy military control. The expressions of dissent deepened the groove of class divisions: to the sense of despair of the middle class, opposed the manifestations of euphoria that raised «from the popular districts of the country»<sup>10</sup>. Landowners and bourgeois accentuated their reactive tendencies in the face of demonstrations of hostility that took place after a long period of apathy and resignation. What would be the result on the civil society if the violence of the "fought war" had been transposed by the millions of demobilized combatants? Forestalling the consequences, already in the mid- 1918, industrialists and landowners prepared themselves on the defensive. They could not allow that a vindictive proletariat damaged the hierarchy of the social pyramid and tarnished the privileged positions, built thanks to the "collusive" economic system of the mobilization, which had caused significant inequalities especially benefiting the landed classes. They were therefore likely to break their resistance, rather than come to terms. The tension in the factories and in the countryside became higher and higher: during the last months of the war some of the leading notables of Calcinato, who would then become fervent "fascists of the first hour", battened down the hatches, trying to guarantee their own safety and security.

8 ASCC,1915,CA0157,8^,2^,f=.;1919,CA0199,8^,2^,f.32; 1919,CA0199,8^,2^,f.9(ex f.4).

9 Realin,C., *Il tempo dei germogli (1915-1920)*, Tipolitografia F.Ili Tagliani, Calcinato,1983,p.60.

10 Ibidem, pp.74-75.



Notwithstanding the provisions of the law in force in the War Zone, they got the gun licence.<sup>11</sup>

Even if the traditional roles of authority and subordination between men and women, parents and children had not yet been brought into question, the system of social relations that emerged from the war had profoundly changed. The long cohabitation with the military worsened the material poverty of the most humble classes eminently in a “moral” way, that alarmed the right-minded. The problem of prostitution, including juvenile, intensified, affecting some local rebel girls who had experienced difficulty in ordinary times to comply with the family and social discipline. The loosening of family ties caused by the departure of householders for the front did not facilitate their “redemption”. The youth deviated dangerously towards the world of “adults”, from whom little boys and girls equipped with inadequate ability to judge and left alone, did not know how to defend themselves. Some underage girls were watched as prostitutes and imprisoned in houses of correction; same destiny was reserved to some guys who had become makers of theft, looting, vandalism, fencing, insubordination in the workplace. Even illegitimate births suffered a huge increase close to 100% compared to the pre-war period, to which corresponded to a decline in legitimate birth rates up to 30%. The absence in Calcinato of a “wheel of the exposed” [the wheel that was outside convents right at the convent door, where babies and food were often left], or of a hospital where to give birth with discretion and then leave the newborn without providing your own personal informations, can be one of the causes of the high frequency of cases of infanticide<sup>12</sup> or, more correctly, of “feticide”, a practice that was previously detected in episodic form, but worsened significantly with the presence of the military. It was possible to reconstruct the main activity of the mothers of illegitimate children, which turned out to be “spinners”, social category stigmatized by the clergy and self-righteous people. In the following years, particularly after the establishment of fascism, the spinners of Calcinato suffered the consequences of the crusade sponsored by the obscurantist clergy, concerned to contain the “youthful exuberance” so that «the riots did not extend to the immense detriment of all and especially of public morality».<sup>13</sup> In November 1923, the parish priest of Calcinato with the support of the priests of Montichiari, Lonato, Carpenedolo and Bedizzole, put strong pressure through the political representatives of the local fascism (podesta Giulio Vergano) on the leaders of the establishing spinning mill “Company S. & H. Brothers Papo”, which had been founded in the village recently, to put workingwomen under the protection of the nuns in a kind of “prison segregation” «for the good name of Calcinato and for the moral salvation of so many young people».<sup>14</sup>

At the end of the war, the demobilization found Calcinato divided and distraught, unable to identify itself in a shared identity experience. The popular masses, innervated by the veterans, returned at public life and the political struggle was soon radicalized; the recent events had left traces of hatred, resentment and desire for revenge, which was increased through the contact with past situations. It was immediately possible to sense the difficulties caused by the economic reconversion:

---

11 ASCC,1918,CA0190,15^,2^,f.1.

12 Di Bello, G., Meringolo P., *Il rifiuto della maternità. L'infanticidio in Italia dall'Ottocento ai nostri giorni*, Edizioni ETS, Pisa, 1997; Gorni, M.G., Pellegrini, L., *Un problema di storia sociale. L'infanzia abbandonata in Italia nel secolo XIX*, La Nuova Italia, Firenze, 1974; Selmini, R., *Profili di uno studio storico sull'infanticidio. Esame di 31 processi giudicati dalla Corte di Assise di Bologna dal 1880 al 1913*, Milano, Giuffrè, 1987.

13 ASCC,1923,CA0279,15^,13^,f.1.

14 Ibidem.

the industrial demobilization gave to the holders of local factories the opportunity to reduce their workforce, especially getting rid of unwanted members. Many unemployed people got involved into the dispute and an enraged proletariat opposed to the “patriotic bourgeois” in the strikes that therefore became customary; the presence of fascists in the mid- 1919 in Calcinato was still insignificant, but they soon began to organize themselves militarily, supported and encouraged by agrarians and industrialists. The police took the side of the bourgeois, and therefore they were accused by the Socialists. With the increase of violence in the streets, among the self-righteous the fear of the revolution became psychosis, also because the Socialists made no secret of their desire to subvert the established order by founding a new “soviet” system. The Catholics labor unions after an initial collaboration denounced the attempt of the Socialists to “put in place a dictatorial and terrorist Leninist experiment and upset the national life with disastrous repercussions on the working population”; their Christian concept was incompatible with the socialist ideology and practice. The struggle methods of socialists caused further concern in the popular and middle class, and especially in the landowners, to whom harsh conditions were imposed after the first strike, which saw the active and intimidating presence of the “Red Guards”. The intensification of the conflict between red and white legions was due to the management of agrarian strikes. While the former, for example, totally abstained from work, the second practiced however milking and breeding, the predominant activities in the farms of Lombardy, typical of the country of Brescia. Thanks to their intransigence the Socialists gained proselytes among the peasants who were increasingly exasperated by their serious condition of exploitation; the catholic labor unions were rather inclined to mediation. The landowners resorted heavily to strike-breaking to compensate for the strikers and, realizing the incompatibility between the two unions, they wedged in it, wheedling the “whites”. The labor union front definitively broke down and, in a climate of siege, the two souls collided also physically.

Among the substantial forces of the interventionist middle class and petty-bourgeois, the patriotic feeling was reinforced during the war, as a response to exertion, distrust and dissent from the “home front”. With the violent resumption of the political discourse the whole system of values and ideals for which the middle class had sacrificed itself was explicitly put into question. The incidents of open hostility of which the reserve officers and interventionist fighters were subject at their return to the village hired a high symbolic meaning of “*lese majesty*” and in the same manner the public desecration of patriotic sentiment and the ostracism of the socialist population towards commemorations that celebrated the war.

When was founded in Calcinato the section of the National Association of the Combatants, in antagonism formed the center of agitation of the “Proletarian League of Maimed, Disabled, Veterans, War Widows and Orphans”<sup>15</sup> (MIROV), and then a “Committee Pro Russia”. In the “Red Biennium” (1919-1920), the veterans of Calcinato who identified themselves in the MIROV and the socialist militants prevented the official celebrations of the anniversary of the entry into the war (24<sup>th</sup> May) and of victory (4<sup>th</sup> November) to take place, causing riots that required the intervention of the Army to be sedated. In the fresh wave of the class struggle, overloaded by the contribution of ex-combatants, the MIROV threw itself against the «bourgeois Italy and the gravediggers of the proletariat (...) that from grief, sorrows,

---

15 Isola, G., *Guerra al regno della guerra! Storia della lega proletaria mutilati, invalidi, reduci, orfani e vedove di guerra – 1918-1924*, Le Lettere, Firenze, 1990.

miseries of war have benefited enormously»<sup>16</sup> and opposed to the bourgeois view of the war, which exalted voluntarism and moral conception of élites, who blew over in themselves without posing the question to be organically tied to the national masses. For the interventionist and nationalist bourgeoisie all this was unacceptable: the downgrading of the *status* and the incipient “proletarianization” caused by the economic crisis made even more burning the humiliation and insult inflicted by the “internal enemies”. In the meanwhile it was deploying that particular phenomenon of mass hysteria that affected the entire nation, the so-called “syndrome of the mutilated victory”,<sup>17</sup> this feeling of frustration helped to make the petty-bourgeois class, crushed into a gregarious position between the top and the base of the social pyramid, pathologically inclined to support the irrational and extremist solutions, providing «to the masters reaction (...) the assault mass against liberal institutions and organizations of the proletariat».<sup>18</sup> The exclusion and denial-non-legitimization of the experience gained by the adversary / enemy became the rule for the relations between the opposing groups. The divisions of the social body generated around the war represented as a paradigmatic experience of race or class had repercussions on all areas of civic life. Most of the rural population, undecided and confused, had no active part in the evolution of political struggle; concerned to provide for the basic needs, people gathered especially around the clergy, who, traditionally seemed to be the only element of stability and moderation in those hard circumstances. The action of the local clergy, however, was not separated from matters of political convenience: openly opposing the “red menace” it found in fact many points of contact with the needs of the conservative forces, for which it served as an indirect element of support, essentially favoring its anti-proletarian reaction. For many Catholics of Calcinato the “Bolshevik” turning point, reached through the experience of the “Red Biennium” and of the socialist administration resulting from the election of 1920, was experienced as a nightmare. The religious practice, in its manifestations of public profession of faith, became a kind of rupture that divided society into two parts. Religious processions grew exponentially in frequency and systematically contrasted even more than before the concurrent demonstrations and strikes organized by the Socialists and the “red” unions of workers and peasants. Frequently, and sometimes deliberately, participants in the demonstrations and processions caused physical fights, put down only by the intervention of the police.<sup>19</sup> The influence of the clergy, therefore, had a considerable importance in determining the choice of the most representative elements of militant Catholicism not to cooperate with the Socialists during the time spent at the head of the municipal administration. In the progression of events, while the socialists emphasized the radical positions, the Catholic notables and the militants of the “popular” forces aligned themselves initially on autonomous positions. Although they were the majority in the countryside of Brescia, they could not be incisive enough to support their claims: in their action as “unarmed prophets”, they were limited by the ethical and moral constraint of respect for the class relations, despite the clear polarization of the political conflict; they also showed little

16 ASCC,1920,CA0219,8<sup>^</sup>,2<sup>^</sup>,f.6; 1921,CA0234,6<sup>^</sup>,3<sup>^</sup>,f.1; 1924,CA0285,8<sup>^</sup>,2<sup>^</sup>,f.5; 1919,CA0208,15<sup>^</sup>,8<sup>^</sup>,f.1; 1920,CA0226,15<sup>^</sup>,3<sup>^</sup>,f.1; 1921,CA0246,15<sup>^</sup>,8<sup>^</sup>,f.1.

17 Salvemini,G., *Le origini del fascismo in Italia*, (Lezioni di Harvard), Feltrinelli, Milano,1961,pp.32-33; Borgese,G.A., *Golia. Marcia del fascismo*, Mondadori,Milano,1946,p.168.

18 Lehner,G., *Economia, politica e società nella prima guerra mondiale*, D'Anna,Firenze,1973. pp. 213-214.

19 ASCC,1919,CA0208,15<sup>^</sup>,3<sup>^</sup>,f.1;CA0208,15<sup>^</sup>,8<sup>^</sup>,f.1;1920,CA0226,153<sup>^</sup>,f.1;CA0226,15<sup>^</sup>,5<sup>^</sup>,f.1 sub.15<sup>^</sup>,7<sup>^</sup>,f.=



inclination to accept the rules and the tools that the new political competition had institutionalized: physical violence and intimidation of the opponent were instruments of struggle. The inability to contribute to a shared aim deepened the hostility between socialist and catholic workers: the latter were provoked by blasphemies and obscenities, ridiculed in their religious sentiments, indignantly addressed; all this happened while the reactionary part of Calcinato got stronger and stronger thanks to the agrarians and industrialists who, having adequate resources, sponsored the addition of new forces on the fascist side, recruiting squads from the neighbouring towns, like Mantova and Verona. During the fascist attack to the town council of Calcinato, which came to its conclusion a few days after the “March on Rome”, when the socialist government was forced to resign, the mayor Francesco Bianchi proved to be inexperienced over against the collapse of events, by invoking respect for the rules in a time when the prefects, major institutional representatives of the mayors, already openly sided with the anti-socialist reaction. After the “March on Rome” and the achievement of an almost total “pacification” obtained through the methods of the “fascist persuasion”, the militant Catholicism formed a common front with the fascists, representatives of the agrarian-industrial world, and of the angry small and middle class. This spiritual unity of purpose against subversive Bolshevism, blessed by the clergy of Calcinato, would reach its apotheosis with the participation of the representatives of the local political catholicism to the “government list” in the show elections of 1924<sup>20</sup>. However the “whites”, reluctant to “fascistization” because unwilling to make apostasy from their faith to follow the fascists, after giving free rein to the squads against the socialists, suffered themselves the discipline of the cudgel and castor oil. With the authoritarian turn, some sectors of local society could collect the “promissory notes” contracted for their benefit for having fostered the rise of fascism. Even in Calcinato, as in the rest of the Country, «the alliance between ruling class, notables and petty bourgeoisie *déraciné*, consolidated in the common interventionist struggles, would then recur in the guise of fascism».<sup>21</sup> The clergy leveraged the fascists to close supervise a civil society that had detached itself from religious practice. It was a true “restoration” that touched all spheres of social life, which was domesticated with the cudgel and the aspersion. Wiped out the subversive and materialist influences that during the socialist brackets had brought a breath of freedom, contributing to the “deterioration” of the social customs already compromised by the contingencies of war and the long promiscuity with the military, the long wave of the “demographic effects of the mobilization”, well-known to the conservatives of Calcinato and to the clergy, affected the workingwomen of the new spinning mill of Calcinato. Most of the catholic-peasant class suffered passively the consequences of the new system of institutionalized unlawful acts, the working men and women experienced the harshness of the anti-union reaction carried out in spinning mills and cotton mills by the owners, the main supporters of local fascism. The agrarians and landowners regained their freedom in the management of their possessions: in January 1923 the suppression of the Commissioner for Housing and the “price control” on rents<sup>22</sup> (created during the war to ensure a social *pax* [peace] and a support to the weaker classes), gave them back the full availability of real estates and rustic funds, restoring the customary pre-war agrarian agreements and free negotiation of rent. With the protection of the fascist squads the owners were guaranteed their rights and were able to lord it over; almost immediately began a

20 APGM, Archivio Privato sig. G. Merighetti, Ponte San Marco.

21 Lehner, G.. *Economia, politica e società*, cit., p.26.

22 ASCC, 1923, CA0279, 14^, classe unica oggetti diversi.

process of eviction<sup>23</sup> and removal with derisory notice of peasant families from farms and estates. The small tenants and croppers were forced to borrow to support additional costs of rent, which revealed to be unsustainable; there was therefore an *escalation* of judicial sales of assets of insolvent tenants and croppers, to whom joined many small and very small landowners left in poverty by the contingencies of the rearrangement crisis. Starting from “St. Martin” (11<sup>th</sup> November) of 1923, the starting date of the agricultural year, the authorities of the village had to provide shelter in schools to more than a hundred evicted tenants, while the country around Calcinato was affected by an intense migratory phenomenon that systematically repeated every St. Martin’s day until it touched its peak at the beginning of the '30s. Dozens of families that were “evicted” or downgraded to the condition of labourers or to the even more miserable of “cordati” (= forced), including those of the ex-combatants charged with many children, had to wander for years from farm to farm, humbling themselves to get a home and a job, and subjecting themselves to “scaffold” economic conditions imposed by landowners, that were progressively worse.

## References

- ASCC = Archive Historical Municipal Calcinato.  
 APMG = Archive Private G. Merighetti - Ponte San Marco  
 Bianchi, R., *Pace, pane, terra. Il 1919 in Italia*, Odradek, Roma, 2006.  
 Borgese, G.A., *Golia. Marcia del fascismo*, Mondadori, Milano, 1946.  
 Chiarini, R., *L'armonia e l'ardimento. L'ascesa del fascismo nella Brescia di Augusto Turati*, Franco Angeli, Milano, 1988.  
 Chiarini, R., *Antonio Bianchi e l'incivilimento delle campagne*, Grafo, Brescia, 1995.  
 Corsini, P., *Il Feudo di Augusto Turati. Fascismo e lotta Politica a Brescia (1922-1926)*, Franco Angeli, Milano, 1988.  
 Del Negro P., Labanca, N., Staderini, A., *Militarizzazione e nazionalizzazione nella storia d'Italia*, Unicopli, Milano, 2005.  
 Di Bello, G., Meringolo, P., *Il rifiuto della maternità. L'infanticidio in Italia dall'Ottocento ai nostri giorni*, Edizioni ETS, Pisa, 1997.  
 Fabbri, F., *Le origini della guerra civile: l'Italia dalla Grande Guerra al fascismo: 1918-1921*, UTET, Torino, 2009.  
 Gorni, M.G., Pellegrini, L., *Un problema di storia sociale. L'infanzia abbandonata in Italia nel secolo XIX*, La Nuova Italia, Firenze, 1974.  
 Kelikian, A., *Town and Country under Fascism. The transformation of Brescia, 1915-1926*, Clarendon Press, Oxford, 1986.  
 Isola, G., *Guerra al regno della guerra! Storia della lega proletaria mutilati, invalidi, reduci, orfani e vedove di guerra – 1918-1924*, Le Lettere, Firenze, 1990.  
 Lehner, G. *Economia, politica e società nella prima guerra mondiale*, D'Anna, Firenze, 1973.  
 Menozzi, D., “Chiesa e città”, in (a cura di) Menozzi, D., Procacci, G., Soldani, S., *Un paese in guerra. La mobilitazione civile in Italia (1414-1918)*, Unicopli, Milano, 2010.  
 Pellegrini, M., *Calcinato, zona di Guerra. Storia politica e sociale di una comunità agricola durante la Grande Guerra. I. Guerra e Società: Calcinato durante la mobilitazione 1915-1919*, Gaspari, Udine, 2012.

---

23 Ibidem.

- Procacci, G., *Gli effetti della grande guerra sulla psicologia della popolazione civile*, in «Storia e problemi contemporanei», 1992, n. 10.
- Procacci, G., *Dalla rassegnazione alla rivolta. Mentalità e comportamenti popolari nella grande guerra*, Bulzoni, Roma, 1999.
- Procacci, G., “La società come una caserma. La svolta repressiva negli anni di guerra”, in (a cura di) Bianchi, B., *La violenza contro la popolazione civile nella grande guerra. Deportati, profughi, internati*, Unicopli, Milano, 2006.
- Quazza, G., *Fascismo e società italiana*, Einaudi, Torino, 1973.
- Realin, C., *Il tempo dei germogli (1915-1920)*, Tipolitografia F.lli Tagliani, Calcinato, 1983.
- Rossi, E., *Il Manganello e l'aspersorio*, Kaos, Milano, 2000.
- Sabbatucci, G., *I combattenti nel primo dopoguerra*, Laterza, Bari, 1974.
- Sabbatucci, G., “La Grande Guerra come fattore di divisione: dalla frattura dell'intervento al dibattito storiografico recente”, in, Di Nucci, L., Galli Della Loggia, E., *Due nazioni. Legittimazione e delegittimazione nella storia dell'Italia contemporanea*, Il Mulino, Bologna, 2003.
- Salvemini, G., *Le origini del fascismo in Italia, (Lezioni di Harvard)*, Feltrinelli, Milano, 1961.
- Scoppola, P., *La Chiesa e il fascismo. Documenti ed interpretazioni*, Laterza, Bari, 1976.
- Selmini, R., *Profili di uno studio storico sull'infanticidio. Esame di 31 processi giudicati dalla Corte di Assise di Bologna dal 1880 al 1913*, Milano, Giuffrè.
- Tasca, A., *Nascita ed avvento del fascismo*, Laterza, Bari, 1965.
- Zane, M., *Calcinato Novecento*, BAMS, Montichiari, 2002.

# ***The International Battle for Grain. Italy, the League of Nations and the struggle for regulating the production of wheat during the Great Depression***

**José Antonio Sánchez Román\***

## **Abstract**

This paper explores the attempts at the international regulation of the production and international trade of wheat. This was a process that began in the 1920s and achieved greater intensity during the Great Depression. These attempts were carried out in three venues: first, within the frame of international conferences organized by producer countries; second by the League of Nations; and thirdly by the International Institute of Agriculture (IIA) of Rome. These three venues overlapped: the League of Nations sponsored conferences on this matter or discussed the results of the conferences organized by the producer countries; and a similar story may be told about the International Institute of Agriculture. Furthermore, experts from the IIA participated in the conferences and committees of the League of Nations. This constituted an intricate web of organizations and national representatives, very often displaying open divergences and rivalries, due to national interests or ideological commitments. National interests were crossed by transnational coalitions. For example, Italian fascist government used the IIA as a weapon in its struggle for imposing its own view on international cereal policies. The goal of this paper is to delve into these complex lines and provide a first narrative of a crucial aspect in the history of European (and global) governance, namely, the regulation of agricultural production.

\*

Since the turn of the century wheat became a key commodity in international trade. The price of wheat steadily increased since the end of the 19<sup>th</sup> century and it helped to finance important economic booms in Canada, Argentina or Australia. Since the turn of the century and as the specter of war was haunting Europe the preoccupation with the scarcity of bread became acute.<sup>24</sup> This and its importance as a staple in the diet of million peoples around the world made wheat a sensible issue in international trade relations. Whereas European powers feared the shortage of cereals, some in the overseas countries found a silver lining in the situation. Thus, an Argentine politician, in a message addressed to the Committee of League of Nations for the International Law, asserted that the inroads of social democratization meant a greater demand for meat and wheat and since Argentina was “the largest exporter of meat and wheat” he did not fear the future.<sup>25</sup> Yet, in the 1920s a feeling of crisis

---

\* Associate Professor of Modern History at the Universidad Complutense de Madrid. He was Visiting Scholar at Columbia University and Fulbright Visiting Scholar at Ohio State University. He is the author of several publications, among which the latest *Los argentinos y los impuestos. Lazos frágiles entre fisco y sociedad en la Argentina moderna*, 2013.

<sup>24</sup> See Avner Offer, A., *The First World War: An Agrarian Interpretation* (Oxford: Clarendon Press, 1989), pp. 83, 137 and 218.

<sup>25</sup> Suárez, J. L. “Al señor presidente de la comisión de expertos para la Codificación progresiva del

associated with falling prices assaulted wheat producers worldwide. Since then, the pervading image of the decade was one of overproduction.<sup>26</sup> Particularly in Central-Eastern Europe (although in some other places as well), peasant and farmers were stirred by the fall of prices in rural commodities.<sup>27</sup> This situation became more acute with the onset of the world economic depression in the 1930s, in which the terms of trade between rural and industrial production was largely favorable to the latter.

Farmers associations in Europe mobilized and attempted to press their governments in order to obtain protective measures. To some extent, European producers were in a weaker position in the global markets vis-à-vis overseas farmers. In turn, this protective measures reinforced the trend toward overproduction. In some cases, as in Mussolini's "Battle For Wheat" launched in 1925, the panoply of measures implemented was tantamount to a fully attempt at autarchy in the production of grains, in order to tackle Italy's balance of payments problem.<sup>28</sup> For various reasons, and perhaps with less ideological furor, many other countries embarked on similar policies.

The responses to the problems surrounded the production of wheat adopted mostly national frameworks. Yet, the search for international solution was intense at the end of the 1920s and during the first half of the 1930s. Since at least 1930, the countries of Central and Southeast Europe gathered in different venues in a search for a united front against the agrarian crisis.<sup>29</sup> Under pressure from the farmers, the League of Nations sponsored or contributed to the celebration of around 20 international conferences on wheat between 1927 and 1933.<sup>30</sup> A report published in 1931 stated that the number of conferences of wheat producers countries "to promote collective action for the purpose of raising wheat prices" were numerous (in fact the article would review only sixteen of them).<sup>31</sup> In a period that has been labeled as a moment of retreat of globalization,<sup>32</sup> featured by the growing erection of trade barriers

---

derecho internacional de la Liga de las Naciones", *Revista de Ciencias Económicas* (Jan. 1926), p. 7.

<sup>26</sup> Romero, F., "Not Guilty? Agriculture in the 1920s and the Great Depression?," *The Journal of Economic History* (Dec. 2005), pp. 949-976 provides a persuasive revisionist account of the performance of agriculture in the 1920s. He shows that relationship between production and consumption for most agricultural commodities was not dramatically different from the period prior to the IWW. Yet, in the case of wheat, most of his accounts do not take into consideration the production of Central Europe.

<sup>27</sup> Amrith, S. and P. Clavin, "Feeding the World: Connecting Europe and Asia, 1930-1945", *Past and Present* (2013), supplement 8, p. 30.

<sup>28</sup> On Italy's "Battle For Wheat" see Cohen, J. S., "Fascism and Agriculture in Italy: Policies and Consequences", *The Economic History Review*, vol. 32, n. 1 (Feb. 1979), pp. 70-87 and "Rapporti agricoltura-industria e sviluppo agricolo", in *L'economia italiana nel periodo fascista*, edited by Pierluigi Giocca and Gianni Tonolio (Bologna: Il Mulino, 1975); see also Charles S. Maier, "The Economics of Fascism and Nazism", in Charles S. Maier, *In Search of Stability. Explorations in Historical Political Economy* (Cambridge: CUP, 1987).

<sup>29</sup> Szule, W., "Die Warschauer Agrarkonferenz (August 1930) und Die Formierung des Agrarblocks in Ostmitteleuropa," *Studia Historiae Oeconomicae* (1993), pp. 169-190 and Guida, F., "Federal Projects in Interwar Romania. An Overvaulting Ambition?", in Marta Petricoli & Donatella Cherubini (eds.), *Pour la paix en Europe. For Peace in Europe. Institutions et société civile dans l'entre-deux-guerres. Institutions and Civil Society between the World Wars* (Bruxelles, Peter Lang, 2007).

<sup>30</sup> Clavin, P., *Securing the World Economy. The Reinvention of the League of Nations, 1920-1946* (Oxford: OUP, 2013), p. 115.

<sup>31</sup> "The International Wheat Conferences During 1930-1931", *Wheat Studies of the Food Research Institute* (August 1931).

<sup>32</sup> See James, H., *The End of Globalization: The Lessons from the Great Depression* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001) and Kevin H. O'Rourke and Jeffrey G. Williamson, *Globalización e historia: la evolución de una economía atlántica del siglo XIX* (Zaragoza: Prensas Universitarias de

and the search for isolated solutions to the crisis, the intensity of international activism is noteworthy. Therefore, even if multilateralism failed in the 1930s, the very presence of international organizations and the constant resort to internationalism forces us to think about their meanings. What did the actors involved in these international venues expect to obtain, in particular as far as the international market of wheat was concerned? What do these conferences tell us about the shaping of ideas on international and European economic orders, and in particular as far as the regulation of agrarian commodities was concerned? Which views about the relationships among European countries and between Europe and the rest of the world were ventilated, created or recreated through these failed attempts at multilateralism?

The League of Nations (LON) was one of the international bodies which tried to arrange the cooperation of states and farmers in order to avoid the collapse of prices of cereals. Already in 1927, within the frame of the World Economic Conference held in Genova and sponsored by the League, the discussion about the problems for wheat producers became to the forefront. Yet, the LON was not the only organization that dealt with the issue of the problems of the cereal markets. In April 1927, the International Institute of Agriculture (IIA) organized an International Conference of Wheat held in Rome. The IIA, created at the turn of the century, was an international institution sited in Rome, which aimed to gather the forces of farmers and landowners worldwide. Nonetheless, the IIA became a mixture of representatives of the farmers and of state bureaucrats and even diplomats. Moreover, as time went by the Institute was captured by the Italian government, in particular after Mussolini assumed power. In fact, the role of the Italian government in the International Conference might have been a large one. The Permanent Committee of the IIA stated clearly the role of the Italian government in the organization of the conference in a letter to an Australian delegate “It is unnecessary for me to remind you that the idea of this conference has been suggested to us by the Italian Government which has contributed towards the expenses and suggested the points”.<sup>33</sup> The Conference did not obtain significant results and it is far from clear that the participants expected to achieve any practical goal through their attendance to the event. Among the main goals of the conferences the organizers mentioned “to give an initial impulse to a movement for coordinating in the international sphere the various efforts made by wheat growers and the Great Scientific Associations which deal with the wheat problem from particular angles”.<sup>34</sup> However, the main features of the “wheat problem” were not clearly stated and in fact it seemed that the pre-war fear of a scarcity of bread still loomed large on the minds of the participants. By reading the conclusions of the conference, the reader may get the impression that the main problem was the drop in production and the need for increasing the growing of wheat in the world. The Argentine delegate, Carlos Brebbia and the delegate from Algeria (actually a French citizen) Louis Dop presented a proposal at the end of the conference in which they refer to the “mesures à appliquer pour augmenter la production du blé”. Among then, they proposed:

---

Zaragoza, 2006).

<sup>33</sup> FAO, Archive of the IIA, Box N, Congresses, Conferences and Meetings. Files N 40-thru N-70. Permanent Committee to prof. R. D. Watt, Faculty of Agriculture, Sidney, International Conference of Wheat, Rome, 25 April 1927.

<sup>34</sup> Ibid.

“Dans les pays où la disponibilité des terres dépend du rapport très étendu existant entre le nombre des habitants et les terrains cultivés, par la colonisation et l’immigration.

Dans les pays où la disponibilité des terres dépend de la possibilité technique de rendre cultivable au moyen de la bonification et de la colonisation intérieure les terrains qui sont actuellement incultes ”.<sup>35</sup>

Yet, both delegates acknowledged that the achievement of an international coordination in order to achieve these goals was an extremely difficult task and presented their ideas as a series of recommendation for the national governments. But the words of Brebbia and Dop are useful clues for understanding the meaning of the Conference for the organizers. Thus, the recommendation of advancing the land reclamation (“bonification”) in those countries without easily available lands run parallel to the Italian Fascist policy of land reclamation (*bonifica integrale*), which would be inaugurated in 1928.<sup>36</sup> The connections between the declarations of the International Conference of Wheat and the domestic Italian policies appeared even clearer in the general conclusions of the conference:

“La Conférence Internationale du blé :

Pleine d’admiration e d’intérêt pour les efforts tentés en Italie, sous l’énergique et habile impulsion de l’illustre chef du Gouvernement Son Exc. M. Mussolini pour développer et intensifier la production agricole, sous toute sa forme, sous le nom de la Bataille du Blé. (...)

La Conférence exprime en outre, le vœu que les divers Gouvernements adhérents à l’Institut International d’Agriculture, s’inspirent à l’exemple donné par le Gouvernement italien et s’appliquent par tous les moyens : financiers, administratifs, et législatifs, à intensifier la production agricole de leur pays, et plus particulièrement la production du blé, base essentielle de l’alimentation du peuple.”<sup>37</sup>

Of course, this does not mean that the Italian government sponsored the conference in order to extend their agrarian policies. Rather, the fascist authorities attempted to obtain international prestige (and perhaps influence) and therefore an extra of legitimacy for their policies.

However, this story became more complicated due to several factors: first, the Fascist policy of prestige almost inevitable had an imperial dimension.<sup>38</sup> This imperial dimension appeared in the policies and strategies of the International Institute of Agriculture that could be considered part of the Italian foreign policy tools. Since 1924, this was at the root of the protracted conflicts between the US delegation and the IIA.

Secondly, after the World Economic Conference held in Geneva in 1927, the League of Nation created an Economic Consultative Committee composed of experts

---

<sup>35</sup> FAO, Archive of the IIA, Box N, Congresses, Conferences and Meetings. Files N 40-thru N-70. Conférence Internationale du Blé organisée par l’Institut International d’Agriculture (Rome 25-30 Avril 1927). Résolutions et vœux adoptées par la Conférence.

<sup>36</sup> Cohen, “Fascism and Agriculture”, p. 70.

<sup>37</sup> FAO, Archive of the IIA, Box N, Congresses, Conferences and Meetings. Files N 40-thru N-70. Conférence Internationale du Blé organisée par l’Institut International d’Agriculture (Rome 25-30 Avril 1927). Résolutions et vœux adoptées par la Conférence.

<sup>38</sup> See the discussion in Robertson, E. M., *Mussolini as Empire-Builder: Europa and Africa 1932-36* (London: Macmillan, 1977).



in different economic fields, among them agriculture. The men who were in charge of the IIA, who traditionally aspired to a monopoly in the representation of agrarian interests or in the production of knowledge about agriculture tried with little success to obtain a recognition in that sense from the LON and saw in the Consultative Committee a threat to its position:

“Quant aux matières et questions agricoles qui touchent directement à l’action et à la responsabilité des Gouvernements, telles que les initiatives de réduction de la production agricole, l’organisation du commerce des céréales, etc., vous savez bien, Monsieur le Directeur, que c’est là une matière réservée par un convention internationale, reconnue et consacrée par le Traité de Versailles, à l’Institut international d’Agriculture.”<sup>39</sup>

Nonetheless, the beginning of the economic crisis built some bridges between the League and the IIA, although it is far from clear that in 1932 the Roman Institute obtained the recognition of its role from the LON, as Tosi suggested.<sup>40</sup>

Thirdly, the aggravation of the agricultural crisis, particular acute after the crash of 1929, led Central and Eastern European cereal growers to search for alternatives to the free market logic and the MFN clause that many experts at the League of Nations proposed as solution to the glut in the cereal market. The calling of meetings and conferences dealing with the issue of prices and production of cereals multiplied since the beginning of the global economic meltdown. The League of Nations had traditionally paid scarce interest toward agricultural issues and in fact it was the pressure of farmers and other interest groups what brought the attention on this issue to the Economic and Financial Section of the LON. The severity of the situation made it more possible that the discussion within the international body went beyond the debate about how to reestablish free trade and the idea of regulation production or prices might become more attractive.<sup>41</sup>

The rivalry of the LON and the IIA expressed not only the aspirations to be considered the legitimate venue for the representation of the interests of agriculture but also the desire to influence in the shape of a future international agricultural policy. The IIA, under firm Italian control, elaborated a new agenda aimed at stabilizing the situation in the wheat market. In 1932, the IIA called a new International Conference on Wheat, but it organized a preparative Conference in 1931 in Rome with the aim of setting the terms of the debate. Representatives of the Secretariat of the LON, of the International Labor Organization, and other international organizations and lobbies were invited to participate in this meeting but merely as “observers”.<sup>42</sup>

The Conference concluded that it was difficult to reach an agreement and that any mechanism of international cooperation had to be built in a gradual way. It suggested looking for ways to increase the consumption of wheat worldwide. It also

---

<sup>39</sup> FAO, Archive of the IIA. Box I Participation in League of Nations and Associated Institutions. Files I 26-through. I 36. Memorandum au sujet de la nomination d’experts agricoles par la S. D. N. (1928?)

<sup>40</sup> See Tosi, L., *Alle origine della Fao. Le relazioni tra l’Istituto Internazionale di Agricoltura e la Società delle Nazioni* (Milano: FrancoAngeli, 1989), pp. 107 and ff.

<sup>41</sup> Clavin, P., *Securing the World...*, pp. 114-115.

<sup>42</sup> FAO, Archive of the IIA. Box N, Congresses, Conferences and Meetings. File 161. *Acte final de la Conférence Internationale Préparatoire de la IIe Conférence Mondiale du Blé (Rome 26 mars-2 avril 1931)*, Rome, 1931. Actually, there were two preparative conferences, one for the European producers and the other for the overseas exporters.

added that it was necessary for exporters (from Europe and from overseas) to meet again and establish some basis of cooperation. The most relevant aspect of the Conference was the discussion on a “preferential regime” within Europe. The representatives from big exporter countries stated: “n’avoir pas encore les éléments nécessaires pour se rendre compte du préjudice éventuel qui pourrait leur être causé par le régime préférentiel, ni des avantages éventuels qu’ils pourraient en retirer”.<sup>43</sup> Although expressed in a subtle way, a major disagreement arose here. The organizers of the Conference repeatedly emphasized the needs of European producers: “les pays européens, pour des raisons multiples, économiques, sociales ou politiques, ne peuvent ni renoncer à la culture du blé, ni accepter de la laisser périliter” or in a more alusive way: “tous les pays exportateurs ont un intérêt identique, en ce sens qu’ils désirent tous voir se fortifier le marché européen, afin d’obtenir des prix rémunérateurs pour les céréales”.<sup>44</sup>

The participants in the preparative conference agreed on the difficulties in trying to solve the problem of overproduction through either a reduction in the land under cultivation or mandatory quotas for the producer countries. Both methods faced the big challenge of organizing adequate control and coercitive mechanisms that guaranteed the working of the agreements. Therefore, the solution had to be found in the traditional resort to commercial instruments. In that sense, a possible solution would be the creation of an international body in charge of regulating the commerce of wheat by cutting deals between exporters and importers and therefore achieving stability in prices. The difficulties in establishing such an instrument were obvious for the IIA: “Un tel organe ne saurait toutefois être établi qu’à condition d’obtenir l’adhésion de tous les pays exportateurs sans exception”.<sup>45</sup> The other commercial solution was the above mentioned preferential regime. This was a petition of the producers of Central and East Europe, which argued that

“le prix de revient de leur blé est plus haut que celui des grans pays exportateurs, et qu’ils se trouvent dans l’impossibilité de soutenir la concurrence des pays d’outremer. Ils demandent que les pays importateurs de l’Europe leur accordent une diminution des droits de douane, pour un temps déterminé, pour des quantités données de leur blé et d’autres céréales. Ce traitement préférentiel serait compensé par des concessions sur certains produits industriels à importer par les mêmes Etats”.<sup>46</sup>

This was not the first time this proposal was advanced. In February 1930, the active Romanian Minister of Industry and Trade, Virgil Madgearu had requested from Western European countries, within the venue of the League of Nations, a special tariff treatment for European cereals (which in practice meant a preferential treatment to East-Southern European nations). This proposal was not accepted, but Madgearu persistently attempted to call the attention of European powers to the particular situation of his region. He also was quite active in bringing together East-Southern European nations as far as grain policies were concerned and was the founder of the so-called Bloc of Agricultural Countries in 1930. Also in 1930, as a response to a

---

<sup>43</sup> Ibid.

<sup>44</sup> Ibid.

<sup>45</sup> FAO, Archive of the IIA. Box N, Congresses, Conferences and Meetings. Institut International d’Agriculture. Plan d’étude d’après les arguments principaux traités par la Conférence internationale préparatoire (Rome, le 26 mars 1931) de la II<sup>ème</sup> Conférence mondiale du blé.

<sup>46</sup> Ibid.

questionnaire launched by the League in 1930 regarding the possibility of building stronger cooperation between industrial and agricultural producers, the Romanian minister tried to convey a unified proposal from Yugoslavia, Romania and Hungary. Among his most radical proposal was the suppression of the MFN clause from the agreements concerning wheat and other cereals.<sup>47</sup>

The proposals of the Danubian countries (as they were often referred) had little chance of succeeding. The alternative, the setting of export quotas for overseas countries was equally difficult to achieve. Overseas countries opposed the former whereas the latter implied an agreement between all the exporters, a sort of cartel, which was also a fragile structure.<sup>48</sup>

The presidente of the IIA (and its large Italian section) seemed to assume the agenda of the Eastern agricultural producers as its own. How to interpret this position? Luciano Tosi had asserted that the IIA and, in particular, Giuseppe de Michelis, who was appointed president of the institution in 1925, sought to establish firmer bases for international cooperation. In his own words: “a più riprese il fascismo avanzò a Ginevra proposte miranti a realizzare le giuste aspirazioni economiche di tutte le nazioni e quindi a favorire la stabilità internazionale.”<sup>49</sup> But this interpretation comes to close to an apology. In fact, Tosi’s words resembled those employed by the designers of the Italian policy for the IIA. In 1932, in the Second International Conference of Wheat, organized by the IIA, the Italian representatives within the Institute emphasized their contribution to international economic cooperation:

“l’attitudine del Ministro degli Esteri e delle delegazioni italiane si è sempre segnalata per la chiarezza ed equilibrio recando un contributo di prim’ordine alla valutazione realistica dei gravi problemi economici . . . Sia che si trattassi della questione del regime preferenziale rispetto alle sorti della clausola della nazione più favorita per quanto concerne la crisi agricola e ceralicola di alcuni Stati esportatori d’Europa . . . sia nello studio dei preliminari dell’Unione paneuropea”

and

“L’Italia ha troppi vincoli d’affetto con questa magnifica istituzione (IIA), perché non si debba proclamare sempre più alto –come lo ha fatto il Capo del Governo italiano in diverse occasioni- che essa è un fattore essenziale della cooperazione internazionale.”<sup>50</sup>

In repeated occasions, the Italian delegates linked their defense of the agenda elaborated by the wheat exporters of Southeastern Europe to their desire to promote international cooperation. Paradoxically, since Italy had adopted a protectionist and autarchist line for cereals, the Italian delegates at the conferences organized by the IIA and the LON accused overseas exporters of pursuing individual actions, which led to the defeat of all wheat producers:

---

<sup>47</sup> Szule, “Die Warschauer Agrarkonferenz,” pp. 172-173 and Guida, “Federal projects,” p. 240. .

<sup>48</sup> FAO, Archive of the IIA. N. Congresses, Conferences and Meetings. Files 173-through 217. Comité Fédéral de Coopération Européenne. Assemblée Générale de Budapest, 20-21 mai, 1931. Rapport présenté par M. Francis Delaisi sur le Marché International du Blé. Nonetheless, the overseas exporters tried to reach an agreement in the early years of the 1930s with little success.

<sup>49</sup> Tosi, L., *Alle origine della Fao*, p. 103.

<sup>50</sup> FAO, Archive of the IIA. Box N, Congresses, Conferences and Meetings. 2ème Conférence Internationale du Blé (Rome, 1932)

“non sembra che gli sforzi disgiunti dei singoli Stati più colpiti dalla crisi o le soluzioni divise da gruppi ristretti di essi facciano intravedere un sollecito correttivo di generale efficacia. Abbiamo visto alla prova la politica dei sopradazi e dei premi all’esportazione, quella di disciplinamento e di comando del mercato con le vaste operazioni del Federal Farm Board dell’Unione americana o con gli esperimenti mercantili dei Wheat-Pools Canadesi”<sup>51</sup>

In particular, the Italian representatives linked their project to the discussions about an European union (the so-called Briand Plan), which were taken place at this moment under the sponsorship of the League of Nations.<sup>52</sup> Again, Tosi argues that De Michelis’ ideas converged with Brian’s proposal of an European economic union as the essential basis for building the stability of Europe. The representatives of the IIA in the European Commission of the League emphasized the need to adequately integrate Eastern European nations into the proposal. In fact, the participants in the European Commission in their meeting of Paris in 1930 agreed on recommended a special policy toward Eastern countries in order to allow them to place their stocks of cereals.<sup>53</sup> They did not go beyond this vague recommendation.

The Roman Institute insisted repeatedly on the need for adopting the program envisioned by the International Conference on Wheat:

“sentiamo parlare da più stretta interdipendenza dei mercati specialmente cerealici. Una soluzione più larghe linee e di maggiore efficacia è bensì quella al cui studio si accinge il sottocomitato del Paneuropa che esta per adunarsi a Parigi; ma anch’essa avrà bisogno di rilegarsi alla veduta unitaria ed universale che sarà procurata dalla Conferenza di Roma.”<sup>54</sup>

But did this “unitarian and universal view” mean (as Tosi explains) that De Michelis (and therefore the IIA) “was more inclined to put his trust in fascist ideas concerning equality among nations and international justice than in European solidarity and federation”<sup>55</sup>? At best, this is a dubious contention. Which were the fascist ideas about equality among nations and international justice? By adopting the agenda of the Agrarian Bloc, Italian delegates seemed to speak on behalf of the underdog. The progressive French economist Francis Delaisi, who was an enthusiast supporter of the idea of a European union, conveyed this image of the Central and Eastern European producers in his report about the situation of the world agriculture. Romania has extremely low cost of production due to “une main d’oeuvre surabondante et travaillant à bas prix”. Australian farmers and Argentine landowners were in dire straits, but their situation was better than those of the peasants from the Danube who “sont dans la misère.” Delaisi insisted in the global character of the crisis and in the fact that the social peace was under threat “dans la plupart des régions agricoles d’Europe et d’Amérique”, but this does not mean that those regions were

---

<sup>51</sup> Ibid. See also in *Il Giornale* (16 Dic 1930) the denounce of the increase production in the Americas of wheat, whereas Rumanian peasants were selling less wheat and at a lower price.

<sup>52</sup> See the essays collected in Fleury, A., (ed.), *The Briand Plan of European Federal Union: National and Transnational Perspectives, with Documents* (Berlin: Peter Lang, 1992).

<sup>53</sup> Tosi, L. “The Contribution of the International Institute of Agriculture to the Study Commission of the European Union,” in *ibid.*, p. 262.

<sup>54</sup> FAO, Archive of the IIA. Box N, Congresses, Conferences and Meetings. 2ème Conférence Internationale du Blé (Rome, 1932).

<sup>55</sup> Tosi, L., *op.cit.*, p. 261.

equally responsible: “dans cet excès, l’agriculture européenne n’a aucune responsabilité.”<sup>56</sup>

But the Italian defense of the agrarian producers of Central and Eastern Europe has to be understood as part of an imperial agenda. De Michelis was appointed as President of the IIA as part of an strategy that replaced agrarian experts with diplomats at the head of the Institute. De Michelis himself had a colonial experience and came to the IIA from his position as Italian representative in Eritrea.<sup>57</sup> As even Tosi acknowledges, De Michelis’s main goal was “to solve the Italian problems of surplus hands and dearth of raw materials.”<sup>58</sup>

The very documents prepared by the Italian delegation of the IIA in order to present an image of friendship between Italy and the Danubian countries revealed this imperial dimension. In a manuscript with the revealing title of “The economic solidarity of Italy and Romania” the anonymous author asserted:

“si vedrà anche meglio di oggi che è vano contare nell’aumento dell’esportazione di manufatti o di prodotti del suolo per l’equilibrio della nostra bilancia commerciale, si vedrà che il passivo di tale bilancia non potrà saldarsi se non coi due elementi compensatori che soli potranno assicurare all’Italia una superiorità incrollabile: i guadagni dei cittadini italiani all’estero e i guadagni della marina mercantile. Le luminose tradizioni marinare delle vecchie Repubbliche segneranno all’Italia rinnovata del Fascismo, florida di mezzi, potente d’uomini e d’opere, le vie delle future conquiste civili e pacifiche. L’Italia avrà allora una collaboratrice ed un’alleata naturale nella Romania.”<sup>59</sup>

Despite the rethoric about a “civil and peaceful conquest”, this was conquest anyway. Moreover, the reference to the sea and the “vecchie Reppubliche” is also a reference to the East as a “natural” area of imperial expansion.<sup>60</sup> Last but not least, as the first sentences of the passage show, this imperialism had economic goals as well. In fact, what Italy and the head of the IIA was offering to the Danubian and Balkan countries was tantamount to a particular international (European) division of labor. Thus, in the Conference of Danubian nations of Stresa, of 1933, France and Italy agreed on offering Austria preferential treatment for its industrial production and the same for agricultural products of the other riverine states.<sup>61</sup> This was part of the struggle among France, Germany and Italy for economic influence in the region.

But in the end, the Italian project failed. There are many reasons for this failure. The project was not completely out of tune with the aspirations of the Danubian and Balkan states. As it has been show, those countries strove for a preferential treatment for their cereal. Also, Mihail Manoilescu (the well known Romanian economist and politician) spoke of the integration of two economic zones, Germany, Italy and Spain on the one hand and central-eastern Europe on the other, in order to help to balance population surpluses and to the encouragement of trade of agricultural and industrial production.<sup>62</sup> But Italy was not in position to act as the

---

<sup>56</sup> Rapport présenté par M. Francis Delaisi sur le Marché International du Blé

<sup>57</sup> Tosi, L., *Alle origine*, p. 101.

<sup>58</sup> Tosi, L., “The Contribution,” p. 261.

<sup>59</sup> FAO, Archive of the IIA. N. Congresses, Conferences and Meetings. Files 173-through 217. “La solidarietà economica dell’Italia e della Romania.”

<sup>60</sup> See also, Robertson, E. M., *Mussolini as Empire-Building*, p. 21.

<sup>61</sup> Robertson, E. M., *op.cit.*, p. 61.

<sup>62</sup> Guida, F., “Federal Projects,” p. 242.

imperial regulator of this economic bloc. Apparently, the Italian representatives in the IIA and the LON did not consider the fact that the “battle for grain” contradicted the idea of a preferential treatment for the exports of the central-eastern European countries. Furthermore, Italy needed to persuade other Western European countries to accept this proposal, and this was a difficult goal in times of aggressive protectionism and social tensions. But there were also political reasons. Italy was a revisionist power during the interwar period, and her territorial aspirations affected mainly Yugoslavia and Romania. It is difficult to imagine that the proposals of the IIA would compensate for the aggressive international policy of Mussolini toward the Balkans.

Curiously, the experts of the League of Nations in their search for solutions to the agricultural crisis of the 1930s focused as well on the poverty of the peasants of central-eastern Europe. And they also came to the conclusion that a new international division of labor was needed. Although this story is beyond the scope of this paper, it shows how heterodoxes ideas about agriculture such as economic blocs and international regulation was slowly reaching the public imagination.

## ***Nationalism and internationalism. The socialist Spanish intellectual elites and the discourses of the nation***<sup>63</sup>

**Aurelio Martí Bataller\***

### **Abstract**

The cliché about the frontal opposition between nationalism and internationalism have lead lots of historians to underestimate the noteworthy role played by many socialist movements in the national building of different countries in occidental Europe.

The aim of this paper is to show how the labour movement made compatible the internationalism with the national identities. The study of the case of Spain shows that the intellectual elites of the socialism fit both concepts. Examining thoroughly the discourses of the main intellectuals of the socialist party, such as Fernando de los Ríos, Luis Araquistáin or Julián Besteiro, during the 1930's it is possible to affirm that the socialists have assumed a Spanish national identity and they combined it with the encouragement of the working class identity and the internationalism.

### **Introduction**

The Great War supposed an unprecedented confrontation. The European socialist parties contributed to the slaughter with their support to their respective governments and armies. This is usually understood as a failure of the worker internationalism against the national identities, conceiving both terms as mutually excluding. However, the historiography has been revising the opposition between nationalism and internationalism in the different political cultures of the European socialist parties, so more and complex views have come out.

Most of the Spanish historiography, on the contrary, has not made that step. According to the traditional points of view, the Spanish socialism, as a Marxist movement linked to internationalism, would remain impervious to the nationalist ideology and, in doing so, would reject the Spanish national identity<sup>64</sup>. Other studies are not so categorical and affirm that the socialism would have assumed the Spanish state as a natural space where carry out its policy; but, for them, the assumption of the Spanish nation-state would result in an inadequate and contradictory civic

---

<sup>63</sup> Thanks to Meta and Jordi for their revision.

\* The author is member of the research group funded by the Spanish Ministry of Education titled *Democracia y culturas políticas de izquierda en la España del s. XX: desarrollos y limitaciones en un marco comparativo* (HAR2011-27559); and also of the *Grupo de Investigación de Excelencia Prometeo Grup d'Estudis Històrics sobre les Transicions i les Democràcies, GEHTID* (PROMETEO/2012/046), funded by the *Conselleria de Educació de la Generalitat Valenciana*.

<sup>64</sup> Among others, Boyd, C. P., *Historia patria. Política, historia e identidad nacional en España: 1875-1975*, Barcelona, Ediciones Pomares-Corredor, 2000; Radcliff, P., "La representación de la nación. El conflicto en torno a la identidad nacional y las prácticas simbólicas en la Segunda República", in M. Pérez Ledesma and R. Cruz (ed.), *Cultura y movilización en la España contemporánea*, Madrid, Alianza Editorial, 1997, pp. 305-325; Juliá, S., *Historias de las Dos Españas*, Madrid, Taurus, 2004.

nationalism, at the most, because of its support to the internationalism<sup>65</sup>. Thus, the *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE) would turn, at least, into a drawback to the building of the Spanish national identity.

The aim of this text is to point out that Spanish socialism, within the context of the II Spanish Republic, fit together with the worker internationalism and the loyalty to the Spanish nation, without neither special anxiety nor apparent contradiction. With the proclamation of the Second Spanish Republic, after the electoral victory of the antimonarchic forces, the Spanish political left wing got ready to implement the reflections on the national reform and regeneration which, ongoing since the colonial defeat in 1898, have been obsessing the Spanish politicians and intellectuals<sup>66</sup>. The democratic, secular and modernising proposal in which these reflections took shape for the progressive sectors, according to their perception of the Spanish nation's past, present and future, justified their attempts to build a fully European nation, capable to take up an important role again in the international field.

The PSOE settled in that nationalist, and nationalised, atmosphere and, from its political culture, tried to become the true bearer of the Spanish values and interests. With that aim, the Spanish socialism didn't leave the reference to the labour internationalism, but, especially from their intellectual elite, promoted a discourse that didn't seek the extinction of national frontiers, but the strengthening of the Spanish nation in the international community. Despite not being able to discuss these issues thoroughly, considering the nature of this text, below the socialist language is shortly analysed to understand how the internationalism, the homeland and the patriotism were seen by the socialist elites; and on the other hand, to pay attention to the main scenarios in which the Spanish socialist party put the internationalism referent in motion.

### **Nationalism and internationalism in the PSOE**

At first, before starting the analysis, it is necessary to notice that this is not an attempt to diminish or hide the existence of internationalist claims to abolish the national frames, in favour of the worker fraternity surpassing the artificial frontiers of the nations. There were assertions in that sense especially bound to the pacifist will, which, during the interwar period, was part of the labour movement's political cultures.

Nevertheless, with the same profusion that those messages were spread, as will be demonstrated below, the socialist party delimited its opposition to nationalism through an internationalism that did not deny the defence of the homeland and the Spanish nation. It was the other side of the same coin. The labour movement's internationalism, in the same way that the liberal internationalism of the League of Nations was doing, kept on recognising the national differences.

Regarding the first point, before the republican success, Pedro Díez Pérez, socialist linked to the pedagogic world, warned the socialist's general conception of internationalism and patriotism:

---

<sup>65</sup> Guerra, D., *Socialismo y cuestión nacional (1873-1939)*, Tesis doctoral, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2008.

<sup>66</sup> The Spanish intellectual climate in Varela, J., *La novela en España. Los intelectuales y el problema español*, Taurus, Madrid, 1999; Juliá, S., *Historias de las dos Españas*, Madrid, Taurus, 2004.



“No cedemos a nadie el primer puesto en amor al país en que vivimos (...) aunque establezcamos —o acaso por ello— la línea divisoria que existe entre el verdadero patriotismo y lo que solo es patrioterismo (...). El internacionalismo socialista no traiciona a la Nación; quien lo traiciona es el otro internacionalismo, el de Roma”<sup>67</sup>

In that way, before the socialism would have had any government responsibility in a democratic system, the socialist party was already interested in stating that no one but the party itself could take the lead in loving the homeland. Its internationalism, on the one hand, would distinguish the true patriotism from the fake one; whereas, on the other hand, the socialists would stay loyal to the Nation, unlike what the Roman Catholicism supposedly was doing. As it is shown later, those elements were constants in the way that the PSOE conceived the internationalism.

Having set up the II Republic, when the Spanish socialism was about to face the construction of the new regime, amidst the Extraordinary Congress of the party, the socialist press asserted that they were going to work none other than for Spain, for the homeland, because, following their words: “*ahora ya podemos decir que tenemos patria, reconquistada por nuestro esfuerzo para la causa de la libertad, de la democracia y de la civilización*”<sup>68</sup>. Certainly, the famous Marx’s phrase “Worker, you have no homeland” would have been misunderstood by the enemies of socialism; according to the PSOE, the father of the scientist socialism meant that a subjugated people has no homeland, in such a way that:

“Los españoles, antes de la revolución, no teníamos patria, porque carecíamos de derechos civiles y ciudadanos en ella (...). La revolución fué para nosotros la reconquista de la patria, para servirle con nuestro trabajo y gozarla en sus bellezas y en sus virtudes naturales. (...) Nuestro noble afán, sostenido con austeridad y tesón, de libertar a España de sus despóticos dominadores por medio de la revolución, no ha sido otra cosa que un profundo y generoso amor patriótico (...). Por ser socialistas, por amar profunda y cordialmente a la Humanidad, amamos más sincera y hondamente la tierra en que hemos nacido y sobre la cual vivimos”<sup>69</sup>

These statements point out the fact that the Spanish socialists indentified themselves with the Spanish nation. Once the monarchy had been removed through a patriotic revolution, in which the socialists boasted of their participation, the homeland was (re)gained and they loved it even more, because as socialists, they loved the whole humanity.

The socialist and doctor, Romualdo Rodríguez de Vera insisted in the idea that the building of the republican regime was a patriotic task for the socialists, in agreement with their internationalism. Rodríguez de Vera put forth that, given the dichotomy between being a Spaniard and being a socialist, “*nosotros, que somos desde luego internacionalistas, deseamos hacer antes que nada el Estado español, no con patriotería, sino como la célula internacional que ofrezca a la patria común del universo un miembro organizado*”<sup>70</sup>. As a result, arises, again, the difference and

---

<sup>67</sup> ¡Adelante! *Semanario Socialista*, “Laborismo merengue”, 19/VII/1930.

<sup>68</sup> *El Socialista*, “El sentido del momento a través del Congreso”, 11/VII/1931.

<sup>69</sup> *El Socialista*, “Socialismo y patriotismo”, 6/IX/1931.

<sup>70</sup> *El Socialista*, “Interesante conferencia de Rodríguez Vera”, 21/I/1932.

opposition toward the *patrioterismo* to advocate, in contrast, to set Spain as a piece of the international framework.

Nonetheless, if any socialist intellectual represented the mixture between the humanist worker fraternity and the Spanish patriotism, it was probably Fernando de los Ríos, who had been educated in the circle of the *Institución Libre de Enseñanza* (ILE), which was strongly characterised by the Krause's philosophy and the *regeneracionismo*, both equally imbued by the Spanish nationalism. De los Ríos, amidst the constitutional debates, sketched his notion about the homeland, perfectly attached to the internationalism. The homeland had to fit in the whole world, offering to it its own values and soul. As he asserted:

“La patria es para el mundo, y la insertamos en él y queremos llevar al mundo los valores hispánicos y que se tiña la Historia del color ideal de la sangre espiritual de los valores engendrados por la conciencia española. No decimos el mundo para España (...) lo que nosotros decimos es «España para el mundo». Y éste es el sentido universalista orgánico de nuestro concepto de patria”<sup>71</sup>.

Therefore, the homeland had to merge into the world, collaborate to the common wellbeing, although in that global fusion it was not required to give up to the national spiritual essences. Internationalism did not imply the withdrawal of the exclusive features of the nation.

Following De los Ríos, in the PSOE Spanishness and internationalism were combined without harming any of both variables. Neither the Spanish nationalism had a bad effect on internationalism, nor did this weaken the first one. It had been like this since the foundation of the party by the leading figure of Pablo Iglesias thanks to him being “*esencial y (...) reciamente español*”, so “*el socialismo español, sin perder un momento su carácter esencialmente internacionalista, es profundamente español*”<sup>72</sup>.

De los Ríos concluded his speech at the Courts with a very recurrent idea within the socialists intellectual's thought according to which Spain, with the new regime, was not only absorbed in the construction of a exclusively Spanish system, but it was also the centre of attention of the whole world and it had to take a step forward to lead the international social progress, as it had done in the past. For him, “*no estamos haciendo una Constitución de carácter provinciano local o exclusivamente español. No; aspiramos a algo infinitamente más grande: aspiramos a ser merecedores de la herencia de todos nuestros antepasados*”<sup>73</sup>. The same conception was encouraged by the official newspaper of the party, *El Socialista*. From its point of view, the constituent deputies would have a chance at becoming the “*centro de gravedad del mundo entero*” and “*el guión de los pueblos civilizados y nuestra revolución, modelo de cordura y humanidad, se cubrirá de gloria ante las generaciones futuras*”<sup>74</sup>.

---

<sup>71</sup> *El Socialista*, “El camarada Fernando de los Ríos, en un maravilloso discurso, explica la actitud de la minoría socialista”, 4/IX/1931. Stress in the original.

<sup>72</sup> *El Socialista*, “Fernando de los Ríos pronuncia su anunciada conferencia ante una muchedumbre que llena el Kursal”, 7/III/1933.

<sup>73</sup> *Ibidem*.

<sup>74</sup> *El Socialista*, “Resonancia posible de las Constituyentes”, 11/VII/1931. The conception of the II Republic's arrival as an enviable example for the rest of the world, and source of national pride, was really common in the socialist discourse.

Hence, the socialist party mixed up in its language the national patriotic rhetoric with the reference to the humanism and the whole civilization. The socialism was expected to make a torchbearer of the civilisation from the Spanish nation, in accordance with its glorious past. In this way, the distinction between universal and national was not strict in the language used by the PSOE<sup>75</sup>.

Some years later, De los Ríos, at the opening act of the 1933's legislative elections, which will be dealt with below, stood up for a new regime and he declared that, in doing so, he was speaking not as a socialist, but as a Spaniard, in name of the eternal country of Spain. Against those who were counterpoising the worker internationalism and the nationalism, this intellectual stated

“Sabemos que ni en la Humanidad desembocamos sino como españoles en cuanto a individuos, y como elementos colectivos en cuanto formamos parte de una nación, ni olvidamos que las cosas a que tiene fundamentalmente que atenerse nuestra atención son los problemas de nuestro pueblo. Y por eso hemos cuidado con una morosidad como tal vez nadie lo haya hecho en la historia de España, hemos cuidado durante estos dos años y medio todo lo que se refiere a la conciencia individual, todo lo que representa un valor en la cultura; hemos traído a España los mejores profesores del mundo y hemos lanzado a España de nuevo en la ruta de la conciencia científica que desde el siglo XVII había dejado de emprenderse. Hemos querido que España sea una unidad viva dentro del organismo histórico y del humano. Es que nosotros concebíamos la nación como una personalidad cultural, y así queremos justificar la presencia nuestra en el seno de la Historia”<sup>76</sup>.

This long quote, with the grandiloquent rhetoric of De los Ríos, makes clear that the socialists joined the Spanish national identity. According to him, the Spanish socialist advocated for internationalism without forgetting the preferential attention to the Spanish issues and being aware that Spain represented an individual entity within humanity. Furthermore, the socialists would have been especially careful of making Spain a living cultural unity among the international community, regain the Spanish tradition interrupted during the XVII century. The reference to that century was no coincidence because then was when the Spanish Golden Age, identified primarily with the Castilian art and literature, was getting to its end<sup>77</sup>.

Maybe it is possible to discuss if De los Ríos was the best example of a purely socialist intellectual. His proposals were, indeed, very concordant to the radical democratic republicanism of the Spanish republican political cultures, legacy, otherwise, shared by the whole PSOE<sup>78</sup>. Leaving apart this hypothesis, it could be advisable to look at the case of Luis Araquistáin, probably the main intellectual

---

<sup>75</sup> Glenda Sluga remarks that the liberal internationalism and nationalism were twinned ideologies. Maybe it's possible to say something similar for worker internationalism and nationalism. Sluga, G., *Internationalism in the Age of Nationalism*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2013.

<sup>76</sup> *El Socialista*, “Tres grandes discursos y un entusiasmo indescriptible”, 21/X/1933.

<sup>77</sup> A short consideration of how the socialists joined a *Castilianist* cultural point of view of the Spanish nation in Martí, A., “Los intelectuales socialistas y el discurso de nación en *Leviatán*”, in A. Bosch, T. Carnero, S. Valero (ed.), *Entre la reforma y la revolución. La construcción de la democracia desde la izquierda*, Granada, Comares, 2013, pp. 49-65.

<sup>78</sup> For a defence of the socialist condition of De Los Ríos and the connection between the ILE and the PSOE see Díaz, E., *Socialismo en España. El Estado y el Partido*, Madrid, Editorial Mezquita, 1982.

among the *caballerismo*, supposedly the most revolutionary branch of the Spanish socialism during the 1930s.

Araquistáin was the director of *Leviatán*, the most important theoretical review of the Spanish socialism until the Civil War. From its pages, Araquistáin criticised the Bolshevik tactics because they would be trying to uphold the same politics, without keeping in mind the distinctive features of every country, to the whole communist movement. In fact, the Soviets would be carrying on making that mistake due to their wish to impose the support to Front Popular governments. Despite the new trends of transferring more autonomy to each communist party perceived by Araquistáin, the communist case was the opposite pole of the socialism. For him, the socialist parties gathered around the II International:

“Al principio eran más internacionales que nacionales, pero que, según crecieron y tuvieron que adaptarse a las circunstancias de cada país, se hicieron más nacionales que internacionales, hasta el punto de que el internacionalismo de los partidos socialistas no es ya, en realidad, más que una ficción, velada por un aparato burocrático.”<sup>79</sup>

In addition, according to his opinion, all the controversies about joining one International or another were pointless because they would have fulfilled their historical goal; nowadays, they would have a hue “*incompatible con el carácter nacional de las actuales organizaciones proletarias*”<sup>80</sup>. However, the review’s director did not reject internationalism; the matter would lie in that internationalism would come into being when the proletarian unity would become a reality in every country.

Consequently, as Araquistáin stated, the worker unity was converted into the key element, but this worker internationalism did not fight the special features of every country, but it would be carried out starting from the national socialist movements in each nation.

On the whole, it’s possible to work out the main characteristics around the relationship between internationalism and nationalism in the PSOE’s political culture. Firstly, the socialist party, being a Marxist party included in the II International, did not hide nor put on hold its internationalist commitment. Nevertheless, the meaning attributed to this did not lead to the abolition of the national frontiers and the repudiation of the Spanish national identity. On the contrary, the relationship between nationalism and internationalism was a mutual feeding one. The nation was the space from which they had to support and sustain the progress of civilisation.

The French and German cases were similar to this, as it has been pointed out by Kevin Callahan, who showed the weight of the respective political cultures in both socialisms. The study of this author allowed him to state that “for the most French and German socialists, the nation represented the constitutive building block of any internationalism”<sup>81</sup>.

Secondly, the involvement in the international community had to be done from the own national values and features. Spain had a distinctive history, culture and even

---

<sup>79</sup> *Leviatán. Revista mensual de hechos e ideas*, “La nueva táctica comunista”, VIII/1935.

<sup>80</sup> *Ibidem*.

<sup>81</sup> Callahan, K., “Performing Inter-Nationalism in Stuttgart in 1907: French and German Socialist Nationalism and the Political Culture of an International Socialist Congress”, *International Review of Social History* 45 (2000), pp. 51-87.

*geist* that would impel it to cooperate with the rest of Europe. The socialists, immersed in the atmosphere of the Spanish *regeneracionismo*, sought the national rebirth that reduced the gap between Spain and Europe, as Araquistáin said in 1920, “*una idea de España más europea*”<sup>82</sup>.

Finally, the socialists opposed their defence of the Spanish nation, which they, as every nationalist with a state, qualified as patriotism and not nationalism, to the bourgeois *patrioterismo*, only worried about the way to “*explotar al país en provecho suyo exclusivo*”<sup>83</sup>.

### **Internationalism as a political weapon**

Having remarked the general lines from which the Spanish socialism understood the relationship between nationalism and internationalism, it's suitable to underline the moments when internationalism was brought to the political arena by the socialism. In this sense, the internationalist reference appeared, above all, during the electoral campaigns and against the most *radical* requests made by the alternative nationalisms<sup>84</sup>.

Indeed, if there was anything in the Spanish politics during the II Republic, primarily during the first biennium, in which internationalism was useful to the socialists, it was, without a shadow of a doubt, the autonomist issue. Due to the limited length of this text, the attention will be focused merely on the Basque and Catalan cases.

Thus, the *Asociación General de Maestros* complained about the linguistic vindications of the Catalanism and the decree that allowed postponement of teaching Castilian until the students were eight years old. According to them:

“*La civilización tiene sus exigencias, y si estimamos como un bien la aspiración a un idioma universal, no podemos decir lo mismo de la tendencia a desmenuzarlo, a empequeñecerlo, que es lo que supone destacar las variantes lingüísticas regionales.*”<sup>85</sup>

The non Castilian languages were frequently disrespected by the socialist ranks, which used to consider them linguistic fossils with neither future nor cultural value. The Castilian, however, was a greater language because of its history and its future thanks to it was “*el idioma de una comunidad de hombres mucho más extendida en el mundo*”<sup>86</sup>.

In the same way, the *Federación Española de Trabajadores de la Enseñanza* (FETE) —born from the previous one— amidst the debates about the Catalan autonomy and facing the possibility of a loss of weight of Castilian language, stressed

---

<sup>82</sup> Araquistáin, L., *España en el Crisol. Un estado que se disuelve y un pueblo que renace*, Minerva, Barcelona, ca. 1920.

<sup>83</sup> *El Socialista*, “Nuestro antipatriotismo”, 29/X/1931.

<sup>84</sup> However, this is not an attempt to back up that the PSOE hold Jacobin centralism. In this sense see Valero, S., *Reformismo, radicalización y conflicto interno en el socialismo español. La Federación Socialista Valenciana durante la Segunda República y la Guerra Civil (1931-1939)*, València, Universitat de València, 2012, pp. 118-126.

<sup>85</sup> *Trabajadores de la Enseñanza. Órgano quincenal de la Asociación General de Maestros*, “El bilingüismo en la escuela”, 05/VI/1931.

<sup>86</sup> *Ibidem*.

that, being loyal to the internationalist doctrine, the education would have to go to international hands, not to regional ones. The FETE affirmed to be internationalist and, at the same time, judged that Castilian language had to preserve the “*rango a que por su belleza y por su eficacia tiene derecho*”<sup>87</sup>.

In relation to the Basque case, the socialist belligerence was higher, essentially, owing to the right and reactionary bias of it. Against Basquisme, Emilio Morales, member of the Juventudes Socialistas, asserted that:

“*Nuestra patria es la tierra, nuestros hermanos todos los que trabajan, todos los que sufren. Nosotros somos como una gran familia; vosotros sois los hijos que se apartan de su hogar para construir otro propio con lo que habéis robado a vuestra familia; vosotros no sois, no merecéis ser españoles*”<sup>88</sup>

The writer started from internationalism to end up denying the Spanishness of the Basque nationalists. Wanting to avoid being stigmatised as *maketo*<sup>89</sup>, he continued saying that he was Basque, but

“*Aprendí desde mi infancia a conocer, primero el orgullo de ser español, y más tarde, el orgullo de ser socialista. Porque ser socialista quiere decir ser hermano de todos los trabajadores del mundo, que no reconoce otras lenguas ni otras fronteras que las del corazón, y que por eso es doctrina más santa y sagrada que la vuestra, por la que preferís llamaros «vascorromanos» antes que españoles*”<sup>90</sup>

Again, the mixture between internationalism and Spanishness was the justifying plot to fight against *other's nationalism*.

From the same newspaper, the activist Carmen del Barrio was sadly shocked by the Basques nationalist celebrations in Biscay. As far as she was concerned, it was incredible that, when the world was on the verge of an outbreak of war between countries separated by naïve barriers as mountains and rivers, in Spain there were people promoting new frontiers, which would be nothing but a threat for the peace. All this come to terms with an internationalist language opposed to nationalism, so far. Nevertheless, Del Barrio carried on stating that socialism's mission was to conduct a campaign throughout every country that joining internationalism was not a lack of patriotism because “*si bien el Partido Socialista es internacional, seguramente que para ser un buen socialista, primero es necesario ser nacionalista; pero no divisionista, no regionalista, como se pretende en el caso de Vizcaya*”<sup>91</sup>.

As a consequence, the internationalist socialism would not suppose forgetting about one's homeland, but also, highly probable, would demand to be nationalist, at least of an existent nation-state, as the Spanish.

---

<sup>87</sup> *Trabajadores de la Enseñanza. Órgano quincenal de la Federación Nacional de Trabajadores de la Enseñanza*, “El Estatuto catalán y la enseñanza”, 15/VI/1932.

<sup>88</sup> *Renovación. Órgano de la Federación de Juventudes Socialistas de España*, “Los enemigos de la República”, 10/IX/1931.

<sup>89</sup> Pejorative qualifier used to call the Spanish immigrants on the Basque Country by the Basques nationalist.

<sup>90</sup> *Renovación. Órgano de la Federación de Juventudes Socialistas de España*, “Los enemigos de la República”, 10/IX/1931. Inverted commas in the original.

<sup>91</sup> *Renovación. Órgano de la Federación de Juventudes Socialistas de España*, “Propaganda por Vizcaya”, 9/IV/1932.

In sum, it is not without importance that, in order to stop the demands of decentralisation from the alternative nationalisms, internationalism arises as one of the most powerful arguments, not only to denounce the falseness of the national frontiers, but also to justify the loyalty to the Spanish nation and tag the politic adversary as a betrayer.

Regarding to the electoral disputes, among the different campaigns that took place through the republican regime, the socialists made strong efforts to explain to the citizens that their internationalism did not mean any decrease in loving and defending the Spanish nation. In the electoral framework, the nation became a battleground, the different parties tried to gain votes by appealing to the true Spanish national tradition. The PSOE did not avoid moving across that path and accepted the discussion in those terms. Thus, internationalism constantly emerged in the socialist discourse not to highlight the artificiality of the nations and claim for the unity of the working class against capitalism, but, what is more important, as a compatible option with the loyalty to Spain.

As an example, the analysis will focus the November 1933's campaign. A few days after the quoted De los Ríos's inaugural speech, Julián Besteiro, another influential intellectual in the PSOE, countered the accusations of a lack of patriotism within the socialist ranks. In his view,

“Nosotros somos marxistas, y como marxistas somos internacionalistas. Grave defecto que nos atribuyen los jóvenes y viejos reaccionarios de un falso patriotismo. ¿Qué entienden ellos por internacionalismo? ¿Es que creen que los hombres internacionalistas no amamos al país en que hemos nacido? Todo lo contrario. Los que no aman el país en que han nacido son los que se colocan en esa actitud orgullosa de un cosmopolitismo aristocrático, tan característico de tantos españoles que han pasado la mayor parte de su vida en el extranjero, presumiendo de indiferencia hacia su país y gastándose las rentas que con su sudor les proporcionaban los trabajadores de España. ¡Esos sí que no son patriotas!”<sup>92</sup>

In this case, the worker internationalism would have its counterpoint in the aristocratic cosmopolitism. While the first one would be able to love the birth land, the second one would result in the oblivion of the homeland. The giving up of the national being and culture was an unforgivable mistake because, as the *El Socialista*'s publisher said,

“Un «snob» no puede ser un buen político nacional ni un buen internacionalista, puesto que el internacionalismo no es un páramo, sino un jugoso paisaje en que concurren los genios de todas las patrias, cada uno con su literatura, su música, sus visiones étnicas. El total de la humanidad, la sociedad de todos los hombres, a los que el Socialismo tiende a indiferenciar políticamente.”<sup>93</sup>

This statement was not a strange one among the European socialism if it's considered how Clarence Jenks, an International Labour Organisation's member, understood the requirements that an international activist would have to fulfil. According to him,

---

<sup>92</sup> *El Socialista*, “Los discursos de Trifón Gómez, Jiménez de Asúa y Besteiro”, 7/XI/1933.

<sup>93</sup> *El Socialista*, “La vuelta a nuestros clásicos”, 24/IV/1936. Inverted commas in the original.

Experience proved that members of the cosmopolitan tribe, globetrotters, and persons without a country are not ideal recruits, and that the man or woman without roots in his own or any other country, even though a fair technician, will never make a satisfactory international official<sup>94</sup>

If Besteiro focused the pointed towards the social elites as a group marked by a lack of patriotism, Araquistáin, two days later, directly attacked the catholic right wing as they would be bearers of foreign, alien, and damaging interests to the Spanish nation. Araquistáin put forward that the socialists were scornfully qualified as Marxists, trying to make them look like anti-Spanish and foreign-looking. As this writer put it, the reason why they were treated like that was the defence of the catholic roman church. According to him,

“El antimarxismo nos combate, no porque los socialistas españoles obremos al dictado de ningún poder extraño, que no existe sobre nosotros, pues en nuestra Internacional la autonomía de las Secciones nacionales es absoluta, sino porque no queremos que España, como Estado, sea tributaria y espiritualmente vasalla de un Estado extranjero, que es la Iglesia”<sup>95</sup>

Hence, Araquistáin exchanged the terms of the accusations in order to state that “*si hay aquí un partido extranjerizante y antiespañol son las derechas*”; otherwise, “*si hay un Partido profundamente nacional, no en contradicción con nuestro internacionalismo, sino en concordancia con nuestro internacionalismo y como base suya, históricamente ineludible, es el Socialista*”<sup>96</sup>. That way, this intellectual used the same arguments as his contraries. The political wing groups would become, owing to their catholic filiations, spokespersons of an international institution contrary to the Spanish nation. While, the worker internationalism would respect the autonomy of nations and national socialisms, the Church of Rome would promulgate an entirely different form of internationalism. Therefore, by the hand of Araquistáin, internationalism became a political weapon, now against the right wing; nonetheless, that was not seen as a diabolically nationalist group, but as not enough nationalist. The right parties were serving a power contrary to the Spanish nation.

## Conclusions

The previous analysis allows drawing a number of provisional conclusions. In the first place, the study of the discourse used by the PSOE's intellectuals shows that the Spanish socialism's political culture, as their European comrades did, reconciled the internationalist reference with the defence of the Spanish nation. The socialist intellectuals would assume the Spanish national identity, they would believe in the existence of the Spanish nation as in distinct national beings and uniqueness peoples. Nations would have their own spirituality and they would put it in favour of the international human community. In spite of all this, they never gave up the class identity. According to what Eric Hobsbawm said, the class identity and the national identity were not necessarily at odds with each other; persons would have the chance to combine both references<sup>97</sup>.

---

<sup>94</sup> Quoted in Sluga, G., *Internationalism in the Age...*, p. 61.

<sup>95</sup> *El Socialista*, “El frente único del capitalismo”, 9/XI/1933.

<sup>96</sup> *Ibidem*.

<sup>97</sup> Hobsbawm, E. J., *Naciones y nacionalismo desde 1780*, Barcelona, Crítica, 1992, pp. 132-133.



In the second place, the internationalism was a useful political tool used by the socialism, especially and not coincidentally, in two ways. On the one hand, to cut back the autonomist wishes of the alternative nationalisms. When the range of the political decentralisation was being discussed, the Spanish socialists turned to internationalism with the aim of underlining a supposed anachronism attached to those movements and to avoid that some referents of the Spanish national identity, the language for instance, were questioned. On the other hand, internationalism was also used to discredit the communist political strategy and to fight the catholic right wing, the bourgeoisie and the classical power's circle, such as the monarchy and the aristocracy, all of them accused of lack of patriotism and disloyalty toward the Spanish nation.

Last but not least, as a result of the previous points, it is not possible to argue that the socialism became a drawback in the process of building and spreading of the Spanish national identity. The socialists moved within a political nationalised sphere and they fought to become the true representation of the Spanish nation<sup>98</sup>. Their language allowed them to portray a political proposal in agreement with which Spain, being loyal to its features and traditions, will be situated at the core of, or at least beside of, the European nations, taking the lead in the progress. Spain, as the socialist writer Francisco Carmona Nenclores said, would have turned into a “*país infrahistórico, deformación de Europa*”, the solution was the national regeneration through a socialism as much *Spanish* as *internationalist*<sup>99</sup>.

---

<sup>98</sup> This was pointed out for the British case by Belchem, J., “Populism, patriotism and the proletariat: the British case”, en E. Acton and I. Saz (ed.), *La Transición a la política de masas*, València, Univesitat de València, 2001, pp. 45-58.

<sup>99</sup> *Leviatán. Revista de hechos e ideas*, “Genealogía de los «esperpentos» de Valle-Inclán”, II/1936.

## ***Gardens and War: The role of gardens and public parks in the reconstruction of believes***

**Ana Duarte Rodrigues\***

### **Abstract**

The reconstruction of Europe did not happen only in political, economical or social terms. At the same time a profound landscape reconstruction happened in urban and countryside contexts. There are many cases, some well known of landscape creation in this period, such as the history told by the French writer Jean Giono's *L'homme qui plantait des arbres* (1953, translated into Portuguese in 1987) of a Switzerland shepherd who cultivated a hundred trees each day. Through his action he completely transformed the desolation of the valley's life. This true history is just an example how the cultivation of trees can transform the life of a community. Having this as a starting point, this study seeks to point out different situations of gardens and war. Even in the most stressful situations of wartime gardens have been made. These were called by Kenneth Helphand (2006) "Defiant gardens". Besides these gardens built in battlefield territory, productive gardens also played a very importance role for food supply. Then, after the war the reconstruction of gardens and parks signified life rebirthing, signified the victory of life over death. In any city destroyed by war, public parks or recreation grounds become one of the most urgent civic needs, if hope, health and vigor of the people and generations to come are to be attained. In Germany the process of cities reconstruction was so urgent and in such a scale that gardens and parks had there an importance as in any other country. The need for reconstruction was not only of buildings, churches, schools, hospitals, but also of parks, gardens, playgrounds, and squares to reconstruct the pride of a defeated people.

\*

Gardens and War are interrelated in many different ways. In this paper I seek to show the various sides of it: the lawns transformed into kitchen gardens to produce food that was lacking called the "Victory Gardens"; the small kitchen gardens sow during war behind the front line at the battle field named "Defiant gardens"; the gardens and parks built (or rebuilt) during the reconstruction of cities destroyed by war; the landscape created over some French towns totally destroyed by war. The second aim of this article is to reflect on the meaning gardens had in war context and after, focusing on the special power gardens have for healing as a restorative experience and the role they can have in time of crisis as productive gardens. These topics are rich in lore, but unfortunately low in research. The bibliography on the subject is sparse and the research is still to be done in countries such as Germany or France. The connections between war and gardens have however received some

---

\* Ana Duarte Rodrigues is currently Lecturer at Landscape post-graduate studies of FCSH/UNL. She has received her BA (2002) in Art History, Master (2005) and PhD (2009) in Art History of Early Modern period from the FCSH/UNL. She is an associated researcher of CHAIA/UE and of CHAM/FCSH. She is the Editor in Chief of *Gardens & Landscapes of Portugal* journal.

attention in the USA and “Victory” and “Defiant” gardens have been studied. On the restorative power of gardens some studies have been pursued, specially related with sick people. Here, again, there are no direct inquiries on the restorative experience gardening and being in the garden could be after wartime.

The other methodological question that I need to clarify is the frame of this study which is a little bit broader than the scope conveyed by the colloquium – between wars (1919-1939) – and for this paper I will include both wartimes.

Nevertheless, the subject is as important as intriguing, thus we have decided to present an overview and at the same time a reflection on these subjects. To achieve these goals the methodology followed is an empirical one because it is much more an essay, a reflection on this issue than a conclusion based on quantitative methods or documents. We have gathered different examples of gardens and landscapes created during the first half of the twentieth century which have connections with wartime and a reflection on their meanings has been made. The starting point is the widely held assumption that gardening has important psychological benefits which is, in fact, supported by empirical evidence. Then, the restorative experience concept provided a useful theoretical framework for understanding the significance of these benefits after the dramatic wartime period.

The first history that has called our attention to the healing power of landscape creation is the true history told by the French writer Jean Giono’s *L’homme qui plantait des arbres* (1953, translated into Portuguese in 1987) of a Switzerland shepherd who cultivated a hundred trees each day and has nothing to do with wartime because Switzerland kept neutral. However, occurred in the first half of the twentieth century and the power revealed by landscape creation is quite impressive. The idea sold by Swiss chocolate of beautiful mountains does not really correspond to the truth: nature in Switzerland can be very hostile. As Michel Jakob as shown with his exhibition “The Swiss touch”, Swiss landscape is a construction. The history told by Jean Giono focus on a shepherd who lived in a desolated valley, but at the same time shows the ability to completely transform the valley and the life of the people of the valley just through trees cultivation. The windy front did not allow people to get out of their houses and socialize with each others. It seems that there is a correspondence between the very cold, dry and hostile landscape and the bad feelings of the people dominated by isolation and egoism. The cultivation of trees became an example how they can totally change the life of people because the creation of this landscape has changed the climate and, then, a different climate has promoted socialization. After twenty years of trees cultivation the windy front became a breeze and people enjoyed to come out, socialize with each other and feel the fresh air.

This true history is just an example how the cultivation of trees, plants and shrubs, is so important when there is a need to transform the life of a community because the arid is replaced by life. This power conveyed by landscape construction gains a significant dimension during war times. In fact, even in the most stressful situations of wartime gardens have been made.

The first reason gardens were so important for war effort was their productive potential. Nowadays it is quite common to hear talk about “productive gardens”, “communal vegetable gardens”, “kitchen gardens” or “utilitarian gardens”. The crisis has made these kinds of gardens popular in the last decade. Nevertheless, the idea of making a beautiful garden that is also useful is not new. It goes back to medieval times when utilitarian kitchen gardens provided fruit, vegetables and herbs for the family, and seems to reappear always in times of need. Garden cultivation has played an important role in food production but the definition of a garden as a place especially created for aesthetical purposes disguises the utilitarian character of it.

Gardens have contributed to produce food in some critical moments through history. During wartimes this was not a small scale solution: it replaced 40% of food production by the end of the WW I<sup>100</sup>. And it had a total different meaning of the productive gardens we do nowadays in a balcony or in our backyard. If our crops fail we will not perish because instead of eating our own production, what would be very satisfying, we will have to buy them. In wartimes it is totally different because the production that would come out of these gardens was most of the times the difference between life and starvation. This was the case of the so called “Victory gardens”, created in the United Kingdom and the United States of America during the Great War (1914-1918) to replace the diminution of food’s production<sup>101</sup>. They became known as the Victory gardens because some of the slogans were: “Sow the seeds of Victory! Plant & raise your own vegetables”; “Dig on for Victory”; and during the second World War (1939-1945) “Your Victory Garden counts more than ever!”.



This cartoon divulging this idea shows a woman dressed with the American flag and sowing seeds on land. Somehow, she immediately recalls the female figure of the Republic during the French Revolution. Besides the patriotism expected from woman who stayed at home, we can see that it was a very organized activity because on the cartoon there are some practical information, such as “write to the National War Garden Commission – Washington D.C. for free books on gardening, canning & drying”.

The idea had such a success that was repeated during the World War II when the United States office of Civilian Defense even published a *Guide for planning the local Victory garden program: garden for victory*.

One of the most emblematic victory gardens was the one created in a bomb crater in London during the World War II because it symbolized life over destruction. Green plants cover part of the the city destruction resulting from aircraft bombs. Through plant succession, moving patterns of vegetation are created, leading to stabilization. The healing power of plants is not new. Herbalists recorded the healing properties of plants; botanical gardens were usually linked with universities and used by physicians. But the restorative power of a kitchen garden created in a crater was much more symbolic than anything else. The British official photo of this garden had the following title: “Victory Gardens. Where the Nazi’s sowed death, a Londoner and his wife have sown life-living vegetables in a London Bomb crater”. These gardens have also shown how women have taken

<sup>100</sup> Michael Pollan, “Farm in chief”, in MM62, New York edition, Outubro 12, 2008. Publicado online: [http://www.nytimes.com/2008/10/12/magazine/12policy-t.html?pagewanted=9&\\_r=0](http://www.nytimes.com/2008/10/12/magazine/12policy-t.html?pagewanted=9&_r=0) (Consulted 18 February 2014).

<sup>101</sup> See Charles Lathrop Pack, *War Gardens Victorious*, J. B. Lippincott, Philadelphia, 1919. And on the man who had this idea see Alexandra Eyle, *Charles Lathrop Pack: Timberman, Forest Conservationist, and Pioneer in Forest Education*, Syracuse University Press, Syracuse, NY; 1994.

control of the situation through auto-sustainability obtained in the backyard of their houses. It was their contribution for the victory as if each lawn or flower garden transformed into kitchen gardens corresponded to a different kind of munitions for the war effort.

As we have seen, gardens have developed new forms and have shown that they can provide an answer to political, economic and social problems in wartime. However, the most outstanding examples we can point out are the gardens created in the dramatic context of battlefield: the so called “Defiant gardens”<sup>102</sup>. Although this study is dedicated to the gardeners, gardens and gardening of the WW II, I had to include these examples here because they are the only deepen study on this subject although this situation has happened during WW I. Portuguese soldiers have sow cabbages and potatoes in trenches and all the sociological and anthropological implications on this are still to be made.

Kenneth Helphand considered “Defiant Gardens” the gardens built behind the lines of the Western front, such as the ones I pointed out; the gardens built in the Warsaw ghetto and others; the gardens created in Europe and Asia by prisoners of War and the gardens constructed by Japanese American internees in USA internment camps. Beyond the supply of food which was certainly a priority, these gardens conveyed a moment of evasion to a world of beauty, peace and hope that was more desirable than ever. Although we might be talking about very small paths made by soldiers and prisoners who became gardeners, the truth is that they represented a significant power of resilience in an extreme situation. These small powers are examples of the ultimate power of each of us for survival: the strength for staying alive relied on self-sustainability. But these productive gardens would feed not only the body but also the soul, keeping alive the last hope for humanism.

During the years immediately before and after the end of the war Berggarten in Hannover, Germany, was also used as a kitchen garden to feed a desperately hungry population. Thus, we have again a case of a garden which was transformed into a kitchen garden for food supply because of war. However, Berggarten is also an example on how it will be rebuilt and restored after the war through the perseverance of the gardeners who laid out the outdoor areas once more and rebuilt the glasshouses, becoming one of the most appreciated gardens in Hannover with its precious collection of orchids and succulents in the glasshouses<sup>103</sup>.

Indeed, after war, the construction of gardens and parks played again a decisive role, not connected with food production and self-sustainability but with the power of healing destroyed souls and hearts and providing hope and a new chance for life. Gardens and parks had a very important role in the reconstruction of bombard cities after the World Wars. The growth of gardens and parks signified life rebirthing, signified the victory of life over death. Francisco Toledo, the most famous Mexican landscape architect, says: “You care about gardens when you feel trust, hope in the future; and also when you are aware that the powers of destruction are greater than the powers that keep gardens alive”<sup>104</sup>. In any city destroyed by war, public parks or recreation grounds become one of the most urgent civic needs, if hope, health and vigor of the people and generations to come are to be attained. Germany had been the first country to built gardens and parks for the people – the *Volksgartens* – instead of

---

<sup>102</sup> See Kenneth Helphand, *Defiant Gardens: Making Gardens in Wartime*, 2006.

<sup>103</sup> Kaspar Klaffke, Gesa Klaffke-Lobsien, *Hannover – City of gardens*, Hannover, 2000, p. 22

<sup>104</sup> Pierluigi Nicolini and Francesco Repishti, *Dictionary of Today's Landscape Designers*, London: Skira, 2003, p. 320.

royal gardens which had been transformed into public gardens as it happened in France or England. This tradition was benefic because in Germany the process of cities reconstruction was so urgent and in such a scale that gardens and parks had there an importance as in any other country. The need for reconstruction was not only of buildings, churches, schools, hospitals, but also of parks, gardens, playgrounds, and squares to reconstruct the pride of a defeated people.

If community gardens and public gardens had a decisive role in decaying urban neighborhood restoration, we can imagine the positive factor it had after the World War. Gardens have worked as an instrument of power to enable cities as safer and more beautiful places, and as an instrument with the power to restore faith in humankind. Much of the housing stock of German and French cities was destroyed. Cities seemed an amount of desolated ruins, weeds and trash, compacted soil and broken glass. The depressing reality of these scenes became truth horrors if we remember that bodies buried out there. Thus, over scenery of trash and ruins, fencing some specific sites and establishing the vegetable plots were priorities. Overall, people helped fence, till, and plants flowers and trees. Plants exhibit life-enhancing qualities that encourage people to respond to them. Plants are nonthreatening and non-discriminating. Plants communicate universal qualities to those who tend them, completely different from the rhythms of the man-built environment.

Many cities in Germany, Poland, France, Belgium and the United Kingdom were leveled to the ground. A town which was severely damaged during World War I was Ypres in Belgium as we can see in the panoramic view below.



The first gardens to appear in cities destroyed by war were like oasis, islands of green in an even more hostile place than the desert: battlefield sceneries such as the one above. A garden, before being charged with meanings, is always an activity and we understand the work, processes, effort, and affection that created and sustained the place. As an act of love it gained even more meaning after so many actions of hate. After WWI there was no time: little time to spend on the site, little time for research into site history, little time to involve the present of future inhabitants of a site, little time for design. The need for life was much more urgent than art, forms or contents.

People attach meaning to the environment in the most different ways, sometimes with some goodness, sometimes by destroying it. Gardens are always a human expression of goodness. The gardens and landscape created after the WW I were reflective of an ambition for a just and harmonious reality. Near Ypres we can see the landscape transformation after the war and the need felt for green. However this landscape is also a way to keep the front line trenches in memory of war so that it would never happen again.





France has also experienced a dramatic situation, such as the aftermath of the Verdun battle (1916). Beaumont-au-Verdunois, forest as we see in the photography, was once a town which was completely destroyed during WW I and the land was made uninhabitable to such an extent that a decision was made not to rebuild it. Since the end of the [Battle of Verdun](#), it has been unoccupied, along with [Bezonvaux](#), [Haumont-près-Samogneux](#), [Louvemont-Côte-du-Poivre](#), [Cumières-le-Mort-Homme](#) and [Fleury-devant-Douaumont](#).



The site is maintained as a testimony to war and is officially designated as a "village that died for France" and is now a peaceful place of forest landscape.

These landscapes created over battlefields are still dangerous nowadays. WW I left iron bombs everywhere that are still found by farmers. Throughout the areas

where trenches and fighting lines were located, quantities of unexploded ordinance have remained, some of which are found by farmers plunging their fields and have been called the iron harvest. Cleanup of major battlefields is a continuing task with no end in sight for decades to come. Hundreds of tons of unexploded ammunition are removed, defused or destroyed every year in Belgium, France and Germany. As a cartoon in 1914 predicting the aftermath of the war by Henry J. Glintenkamp, first published in *The Masses*, death would mine landscape:



Besides the productive and restorative power of gardens, we have to stand out the goodness of some meanings of gardens which have also in wartime or after war a higher importance. A time when people cannot stand death anymore, cannot stand destruction anymore. As if there existed an overriding need for human emotional bond to earth, to nature, not only to reverse death and destruction but also to fulfill human spiritual rebirth. Gardens play a restorative role in people's lives and we can apply this statement at anytime and any situation, through gardening and through gardens as a setting. There is an idea prompt by Rachel and Stephen Kaplan which I subscribe with praise and that is vital to human feelings reconstruction after war when they say "Something of the human spirit is invested in the gardening process"<sup>105</sup> and that it is imbued of parental feelings of pride. For

many of this people it was the first time they were planting a garden. And the meaning this action of gardening has in the restoration of people feelings cannot be measured, but it is immense. There is a kind of goodness in taking care of something: planting and keeping it alive, somehow related with parental feelings which make us feel special as human beings. The garden has given psychological power to these people: they have been regenerated by gardening processes. As a setting, it is a place where people go to have a restorative experience provided by the contact with nature, with the sun and the sky, with the water and the soils, with the plants and the birds, with the flowers and their smells. The healing capacity of the garden comes from its ability to provide us with the miracle of transformation of seed to plant, food, fruit, flower and fragrance. The power of gardens for healing people comes from the fact of reaching two or more of the senses simultaneously and with equal intensity. For example, one can observe the flickering of aspen leaves and listen to their rustling sound with equally focused concentration. Rachel and Stephen Kaplan conclude that "the one that most closely brings together the multiple themes of the restorative experience into a single, small, intensely meaningful space, is the garden"<sup>106</sup>.

The most traumatic the situation is, the more we need them. There is also another reason why this empowerment is so important after wartimes: because the

<sup>105</sup> Rachel and Stephen Kaplan, *The meaning of gardens*,

<sup>106</sup> Id., *ibidem*, p. 243.



garden promotes feeling secure and in control, as Henri Bosco<sup>107</sup> states. The need to evade, of getting away is easier in a garden than in a geographically distant land and the sense of being away, of escaping, can be quite intense.

Over destruction the success of gardens in our opinion is attained mostly through their quality of life: of being alive art. The color of the sky, the contour of the trees against the sky, the ground of fog, the changing clouds patterns, the shift of light and sun during the day and the different intensity during the seasons, the ever-changing wind, the splash of rain on ponds and lakes, the water – still or running –, and the different colors of plants and flowers throughout the year, turning each of our experience in a garden completely different from the day before.

Another dramatic case related with war where gardens have played a fundamental role is when people are forced from their homeland by war. The opportunity to have a small plot of earth to garden mean the possibility of recreating home just by having a place to grow food. Not any food, but a way to provide for their families the familiar vegetables, herbs, and medicines they know. Furthermore, the gardens provide a link to their cultural heritage. After years of bloodshed and refugee camps, the sole opportunity for farming and gardening meant the restoration of life: it had something of a rebirth. A garden serves also as a refugee from the stress in their lives. It also offers many social and psychological benefits. Nevertheless, it can also be a sad reminder of the lives they have lost forever.

As the worst excesses of destruction were cured, the creativity of people as individuals within regional cultures began to emerge. The movement to save the world had set the stage for unprecedented vitality and cultural wealth. Gradually old bitterly contested boundaries forced by greed, power-hunger, and ancient hostility began to wear away and disappear. There are a series of Peace Parks around the world in strategic locations, which emphasized peace by memorializing past wars and military technologies as periods of mindless arrogance and stupidity. Peace Parks are the most positive connotation of gardens and war relationship. Hope they last for long...

## **Conclusion**

I believe in gardens and in their power to transform through goodness. I believe in gardens and in their ability to inspire hope.

Even related with war we see gardens evolving from their utilitarian agricultural function of food production into settings of leisure, pleasure and delight. Nature fascination is among the most important sources of gardening satisfaction. Along with sensory benefits, peacefulness and quiet completed the list of most important benefits. These results are consistent with the hypothesis that fascination and sensory pleasure constitute a powerful force in fostering tranquility. But it also had a very important role of socialization because it was the opportunity for people to meet and make new friends with whom they could talk to heal the losses war had brought to everybody.

The interconnection between gardens and war conveys some reflection and intensifies the quest for the true meaning of a garden which went beyond our expectations.

---

<sup>107</sup> Henri Bosco, Bachelard, 1964, p. p. 39.

## Bibliography

- Appleton, J., *The Experience of Landscape*, Wiley, New York, 1975.
- Bosco, H., Bachelard, 1964.
- Burch, W. R., "The social meanings of forests", *The Humanist* 39, no 6, 1979, pp. 39-44.
- Carr, S., and K. Lynch, "Open space: freedom and control", in L. Taylor, ed., *Urban Open Spaces*, Rizzoli, New York, 1981.
- Church, T. D., *Gardens Are for People*, Reinhold Publishing Corp., New York, 1955.
- Cook, J., "Do the gardens fit the people?", *New Society* 13, 1969, pp. 589-91.
- Cranz, G., *The Politics of Park Design*, MIT Press, Cambridge, 1982.
- Eckbo, G., *Landscape for Living*, Architectural Record, with Duell, Sloan and Pearle, New York, 1950.
- Eckbo, G., *The Landscape we see*, McGraw-Hill, New York, 1969.
- Eyle, Alexandra, *Charles Lathrop Pack: Timberman, Forest Conservationist, and Pioneer in Forest Education*, Syracuse University Press, Syracuse, NY; 1994.
- Helphand, Kenneth, *Defiant Gardens: Making Gardens in Wartime*, 2006.
- Francis, M., Cashdan, L., and Paxson, L., *Community Open Spaces*, Island Press, Washington D.C., 1984.
- Francis, M., "The urban garden as public space", *Places* 6, no. 1, 1989.
- Kaplan, R., "The role of nature in the urban context", In Altman and Wohlwill (eds.), *Behavior and the Natural Environment*, Plenum, New York, 1983.
- Kaplan, R. and Kaplan, S., *The Experience of Nature: A Psychological Perspective*, Cambridge University Press, New York, 1989.
- Pack, Charles Lathrop, *War Gardens Victorious*, J. B. Lippincott, Philadelphia, 1919.

## ***Dança, uma arte em expansão entre Guerras***

**Maria João Castro \***

### **Resumo**

Os anos que permearam as duas Guerras Mundiais constituíram um cenário sobre o qual se deu o florescimento económico de uma sociedade de consumo em expansão, à qual se associou a busca de prazer e da evasão intensificando-se a vida noturna. Fruto de uma euforia que ficaria caracterizada pelos “anos loucos” que espelhavam uma nova realidade do pós-guerra, os “*années folles*” parisienses rapidamente contagiaram o resto da Europa, vibrando à vontade entusiástica de celebrar a vida, fazendo “esquecer” as privações de uma Guerra como não se vira outra igual. Este período, fértil na implantação de um novo estilo de vida, originou a proliferação de espaços de divertimento onde a dança constituiu um dos atrativos mais populares. Em Portugal os clubs, os cabarets e o teatro de revista levariam à proliferação das apresentações de números dança, permitindo que, em vésperas da eclosão da Segunda Guerra mundial, se estruturasse a primeira companhia de bailados portugueses, o Verde Gaio.

### **As danças exóticas e a moda do Orientalismo**



A Europa do final da I Guerra Mundial é a Europa do prenúncio da Grande Depressão dos anos 30 e da implantação dos regimes totalitários, mas é igualmente a Europa que acolhe as danças exóticas – simultaneamente fetiche, sedução e evasão de um mundo inseguro e bárbaro. Na verdade, tudo começou na Exposição Universal de Paris de 1889, local onde se mostrou, pela primeira vez, grupos de nativos das

---

\* Investigadora em História da Arte Contemporânea na FCSH/UNL tem participado em diversos colóquios e conferências, sendo docente em unidades curriculares de Licenciatura na sua área de especialidade. Publicou o volume *Notas de Viagem* (2012) e *Itinerários Perdidos*, ambos pela Chiado Editora, e em 2012 coordenou a obra *Lisboa e os Ballets Russes* (Blurb). Coorganizou os Colóquios Internacionais *A Dança e a Música nas Artes Plásticas do século XX* (2011), *Arte & Viagem* (2012) e *Arte & Utopia* (2013), assistindo ainda à edição das respectivas atas.

colónias exibindo as suas danças tradicionais<sup>108</sup>. O sucesso das apresentações levou a que na Exposição Universal de 1900 se desse grande destaque às danças trazidas do Oriente<sup>109</sup> mas foi a Exposição de 1931 – denominada Exposição Colonial – que marcou o apogeu dos impérios ultramarinos e, conseqüentemente, do seu discurso cénico. No processo de assimilação deste novo entretenimento, e numa primeira fase, os públicos do Velho Continente escandalizaram-se; num segundo tempo, a crescente curiosidade conduziu a uma gradual aceitação, que culminou numa terceira etapa, onde se assistiu ao aparecimento de uma vontade de experienciar esse mesmo universo exótico<sup>110</sup>.

O que se verificou em seguida foi que depois de estas exposições encerrarem as suas portas, alguns dos bailarinos “exóticos” permaneceram em Paris, tendo sido chamados a mostrar as suas danças no music-hall, nos night-clubs e no cabaret francês. Como escreve Anne Décoret-Ahiha, “estes espaços constituíram um formidável lugar de acolhimento a todas as espécies de experimentações artísticas e particularmente daquelas sobre o corpo e o movimento, fundado sob a absorção das práticas cénicas estrangeiras, sob a pesquisa incessante pela novidade”<sup>111</sup>. Por conseguinte, as músicas e danças importadas, ora de uma América próspera, ora das colónias exóticas e distantes, atraíram para o divertimento grande parte do público parisiense, tendo o foxtrot, o tango, o merengue, o charleston e o jazz imbuído a sociedade na fúria de dançar.

A introdução desta nova linguagem cinética renovou o repertório das danças sociais, reformulando o gosto das plateias. Para que todo este cenário se concretizasse, em muito concorreram os “anos loucos” europeus da década de 1920, fruto do florescimento económico motivado pelo fim da Primeira Guerra Mundial. Aos benefícios da sociedade de consumo em expansão, associou-se a busca de prazer e da evasão intensificando-se a vida nocturna; era toda uma nova sensibilidade que se formava no seio da burguesia saída da Revolução Industrial. Dispondo de meios e de tempo para o lazer, a classe em ascensão foi o motor para que esta nova moda da dança exótica se tornasse, em pouco tempo, “a rainha incontestável” dos novos espaços, animando e dinamizando a cultura recreativa francesa<sup>112</sup>. Era uma novidade introduzida pelo dinamismo moderno entreguerras, inserida nos libertinos modos de apreensão dos anos 20<sup>113</sup>.

Utilizando retóricas semelhantes, o *music-hall* oferecia uma oportunidade de trabalho aos numerosos imigrantes – exilados russos da guerra bolchevista de 1917 e

---

<sup>108</sup> Entre outras são apresentadas danças javanesas, flamenco cigano, dança do ventre, dança africana. Sobre o assunto ver Anne Décoret-Ahiha, *Les danses exotiques en France 1880-1940*, Centre National de la Danse, Pantin, 2004

<sup>109</sup> Danças do Ceilão, a dança indiana e a dança japonesa (com Sada Yacco) e a dança khmer, com o Ballet Real do Camboja.

<sup>110</sup> Trazida das colónias longínquas, multiplicavam-se as apresentações de danças marroquinas, argelinas, egípcias, africanas subsarianas, turcas, indianas, hindus, javanesas, japonesas, khmers, caribenhas, incas e algumas outras da América do Sul.

<sup>111</sup> Anne Décoret-Ahiha, *Obra Cit.*, p. 111

<sup>112</sup> No entanto, a sua forma, muitas vezes acrobática e fantasiosa, não se coadunava com o registo corporal ocidental e daí que elas rapidamente tenham perdido o seu carácter original, “adaptando-se” às convenções sociais e corporais vigentes na Europa de então. Isso significou que a aceitação da dança exótica, por parte da sociedade europeia ocidental, a obrigou a reformular-se dentro de uma estilização de movimentos que facilitava a sua apreensão.

<sup>113</sup> Ver Sophie Jacotot, *Danser à Paris dans l’entre-deux-guerres. Lieux, pratiques et imaginaires des danses de société des Amériques (1919-1939)*, Nouveau Monde Éditions, Paris, 2012

negros americanos e indochineses –, ainda que toda essa ação tenha, igualmente, incitado uma certa xenofobia e um racismo que fez com que a imprensa chegasse a insurgir-se “contra o tratamento favorável dos estrangeiros do music-hall”<sup>114</sup>.

Os bailarinos gravitaram entre os *cabarets* onde faziam espetáculos e os salões de baile onde ensinavam a dançar. Prolongando a atividade como professores de dança, os estrangeiros redigiram numerosos manuais que completavam com aulas particulares, assistindo-se ao surgimento, em paralelo, de uma imprensa especializada e atenta, que foi atraída pelo inevitável exotismo que marcou as primeiras décadas de 1900.

Por outro lado, o público europeu tinha vindo gradualmente a criar uma certa apetência através da prolífera literatura orientalista, tão em moda nesses tempos. Com efeito, o Orientalismo, que vinha do século XIX, ajudou a ampliar a vertente lúdica e “exótica” das danças recém-criadas, contribuindo para a alteração de atitude e mentalidade artística vigente. O Oriente criado pelo Ocidente ajudou assim a formular outros costumes e foi nessa vertente “ocidentalmente orientalista” que, no final do século XIX, variadíssimos pintores retrataram cenas da dança nas colónias ultramarinas do Velho Mundo, influenciando o imaginário do universo bailatório das metrópoles. As telas de *Alexandre Gabriel Decamps* (1803-1860) *Bailarinas Albanesas* (1835), *Théodore Chassériau* (1819-1856) *Dança dos Lenços* (1849), *Jean-Léon Gérôme* (1824-1904) *Dança da Espada* (1867) e *Dervixes Rodopiantes* (1895), *Alfred Darjou* (1832-1874) *Dança do Jarro*, *Edouard Richter* (1844-1913), *Bailarina Oriental* e *Paul Louis Bouchard* (1853-1937) *Almées* (1893), são apenas alguns dos exemplos da produtiva realização pictórica subordinada à temática da dança. Já no século XX esta influência orientalizante da pintura manter-se-ia nas telas de *Jacques Majorelle* (1886-1962) *Bailarina Marroquinas de Telouet*, *Henri Matisse* *Odalisca com Caixa Vermelha* (1927), *Eugène Delacroix* (1798-1863) *Mulheres da Argélia* (1834), *Alvert Besnard* *Estudo para uma Bailarina de Deli* (1910) ou mesmo nos figurinos de *Léon Bakst* (1866-1924) *Shéhérazade* (1910), e de *Konstantin Korovin* (1861-1939) e *Léon Bakst* em *Les Orientales* (1910).



Quer fosse por influência da pintura, quer fosse pelos espetáculos amplamente promovidos nas capitais europeias, a dança exótica tornou-se popular entre as plateias urbanas, tendo sido gradualmente adoptada como a nova expressão de uma pertença

<sup>114</sup> *Paris Music-hall* 1º Octobre 1923, p. 15, citado por Anne Décoret-Ahiha, *Obra Cit.*, 2004.

cultural e nacional que radicava os seus alicerces na relação da colónia e da metrópole; daí que não tenha constituído apenas um ato artístico mas também político. Este fenómeno coincidiu com a alteração dos contornos geopolíticos dos impérios coloniais europeus: a emergência de desejos independentistas e de um crescente nacionalismo, que no futuro próximo provocaria a deslocação para as metrópoles de retornados que vinham engrossar os numerosos artistas parisienses, influenciando a cultura dominante. O que importa ressaltar neste contexto é que o contraste entre formas e a confrontação de estilos enriqueceram o repertório dos próprios artistas europeus, vindo a provocar uma miscigenação conceptual e coreográfica, que não mais deixaria de reproduzir-se. Este facto singular, que despontou nas primeiras duas décadas de Novecentos, provocou uma nova linguagem de liberdade corporal que ajudaria a dança a superar a sua função de entretenimento. De entre a influência desses vocabulários coreográficos, contam-se os nomes das já referidas Ruth St. Denis (1879-1968), Loïe Fuller (1862-1928) e Isadora Duncan (1877-1927), às quais se adicionam os de Mata Hari (1876-1917), Adorée Villany, Cleo de Merode (1875-1966), Maud Allen (1873-1956), Josephine Baker (1906-1975), Sada Yacco (1871-1946), retirados de uma extensa lista<sup>115</sup>. Doravante, estas artistas consagrariam largos esforços à criação de um repertório próprio e consistente que legitimasse a autenticidade das suas interpretações.

Noutra perspectiva, esta abordagem reveladora de uma fonte original do movimento, segundo um imaginário primitivo, tornou possível incutir nessas apresentações uma função simbólica que muito agradava ao mundo industrial do início do século. Sob o efeito da civilização, há muito que o Ocidente perdera essa essência quase religiosa; e foi precisamente a pesquisa “espiritual” e simbólica, que alguns bailarinos ocidentais começaram a explorar, que lhes permitiu desenvolver vocabulários coreográficos distintos. Conferências foram organizadas para elucidar público e crítica; a muitas das representações sucederam-se palestras esclarecedoras da recente arte coreográfica. Artigos em revistas e capítulos consagrados às danças exóticas foram integrados nas obras gerais sobre dança e nos compêndios sobre o tema, emergindo todo um novo saber que, posteriormente, se estruturou em disciplina académica.



No entanto, é preciso não esquecer que os Ballets Russes de Serge Diaghilev (1872-1929), surgidos em 1909, e mundialmente reconhecidos no final da I Guerra,

<sup>115</sup> Para uma lista exaustiva ver Anne Décoret-Ahiha, *Obra Cit.*

havia ajudado a divulgar a dança exótica, ainda que numa vertente académica, vinda do virtuosismo do ballet imperial russo. Consequência direta da consagração de bailados como *Shéhérazade*, *Cléopâtre*, *Les Orientales* e *Le Dieu Bleu*, apresentados pelos Ballets Russes na década de 1910, e do que se via nos palcos das exposições internacionais, universais e coloniais, o fenómeno das chamadas danças “exóticas” ajudariam a abrir uma plataforma estética do movimento e do corpo, distinta da que existia na Europa de então. As exposições organizadas no início do século XX constituíram os primeiros locais públicos de contacto cultural entre a população europeia e as populações oriundas de nações longínquas extraeuropeias; os “indígenas”, que haviam sido recrutados nas colónias, representaram uma das atracções primordiais, reforçando a imagem da potência colonial no ideário da metrópole.

### ***Divertissement e Totalitarismos***



Fruto das danças mostradas nos palcos das exposições mundiais e da influência dos Ballets Russes, as danças exóticas espalharam-se pelas capitais do Velho Continente nos anos 20, ajudando a caracterizar o *divertissement* da sociedade urbana europeia entre Guerras. A par desta realidade, as ditaduras europeias iam-se estruturando e implantando, definindo os contornos de uma política cultural de propaganda que marcaria todo o período entre Guerras. Há ainda a ressaltar o facto dos Ballets Russes terem produzido obras de teor nacionalista que inspiraram os novos autoritarismos europeus a elaborar os seus programas cultural-artísticos, em sintonia com as normas ideológicas emanadas pelos partidos únicos: se Lenine não deu grande atenção à definição de uma arte de regime, o seu sucessor, Estaline, empenhou-se fortemente nesse sentido, ao fomentar uma estratégia cultural fortemente politizada, a que a Guerra Fria viria a dar repercussão mundial. Quanto a Mussolini, o *Duce* arquitetou um compromisso delicado entre o moderno e o tradicional, que viria depois a ser reproduzido pelo secretário da propaganda de Salazar, António Ferro. Hitler ditaria diretamente uma linha cultural e artística, em perfeita consonância com o ideal nacional-socialista, estruturada a partir de diretivas explícitas do seu dirigente. Na vizinha Espanha, Franco orientaria o uso político das artes na senda dos seus homólogos europeus, copiando os modelos já definidos e implantados com grande sucesso. Sem exceção, o denominador comum foi um forte nacionalismo que se fundamentava na tradição e no folclore, que reiterava o projeto

político e consubstanciava toda uma prática coreográfica que, por sua vez, educou e manipulou a juventude e as massas. Era a fundamentação ideológica, assente numa ancestralidade que legitimava um programa de ação e que, acima de tudo, servia para exaltar o corpo do “Novo Homem”, glorificado pela saúde e higiene do novo tempo, num comprometimento indiscutivelmente moderno. No que concerne à dança, uma vez instauradas as ditaduras, estas obrigaram os artistas a produzirem obras em harmonia com o ideário dos respectivos regimes, que fizeram coincidir com a reitação do folclore, facilmente absorvido pelas massas e/ou elites, seduzindo-as. É dentro desta valorização do folclore que se distingue o Pavilhão Francês das Danças Populares da Europa, bem como o I Congresso Internacional de Folclore, por ocasião da Exposição Internacional de Paris de 1937. Ambos evidenciaram a utilidade das danças nacionais, na transmissão de uma imagem que funcionava como garante de uma memória rural que urgia revitalizar, remetendo-nos ainda para a importância das próprias exposições mundiais, como montra da geografia do mundo moderno e enquanto locais de encontro e educação, onde os discursos estéticos promoviam uma cultura e uma arte identitárias das ideologias que as sustentavam.

Os regimes totalitários partilharam um mesmo objectivo: o de promover uma arte susceptível de participar na edificação de uma sociedade nova, rejeitando toda a tentativa que conferisse à criação artística um valor autónomo ou contestatário. A missão educativa, e a função instrutiva da arte, justificavam a utilização de controlos formais que erradicassem qualquer criação que não entrasse em conformidade com a ideologia dominante. A Câmara de Cultura do Reich na Alemanha e o Commissariado para o Esclarecimento – *Narkompros* – na U.R.S.S. foram os primeiros modelos de eficácia de uma regulamentação centralizada das atividades culturais, e só a Itália mantinha uma arte sob uma organização menos controladora, permitindo uma relativa independência da criação.

### A dança nos palcos da Lisboa dos anos 20 e 30



Se a característica dos anos 20 fora uma efervescência social, cultural e artística, própria do ambiente de pós-guerra que se vivia – não só na Europa como nos E.U.A. –, o surgimento de cabarets, night-clubs, teatros, salões de dança, dancings, contribuíram, eles próprios, para definir a nova época, uma vez que constituíram sinónimos de modernidade, numa renascença de prosperidade que logo foi abraçada pela elite urbana e boémia.



Por via de influência francesa, a implantação destes novos espaços de lazer começaram a animar as noites lisboetas, influenciando a prática e o desenvolvimento da dança nacional. Foi nestes locais que se inscreveram aos primeiros apontamentos de dança, trazidos maioritariamente por artistas estrangeiros e que ajudaram a efetivar um gosto por esse tipo de *divertissement*.

De acordo com o estudo de Júlia Leitão de Barros, *Os Night Clubs de Lisboa nos Anos 20*, “estes novos e modernos locais de lazer refletiram-se na sociedade lisboeta de então”<sup>116</sup>. Fruto de uma euforia que ficaria caracterizada pelos “anos loucos” que espelhavam uma nova realidade do pós-guerra, os “*années folles*” parisienses rapidamente contagiaram o resto da Europa, vibrando à vontade entusiástica de celebrar a vida e fazendo “esquecer” as privações de uma Guerra como não se vira outra igual.

A gradual alteração dos hábitos e costumes, o incremento do consumo e o desenvolvimento de uma ideologia de bem-estar, contaminava progressivamente a sociedade lisboeta. O surto económico transformou o quotidiano e, conseqüentemente, a importância do divertimento, que foi redimensionada para uma vertente que contemplava o acessório e o lazer, ao qual a influência americana não foi alheia. Estes novos espaços noturnos simbolizaram uma nova época, como sinónimos de modernidade, numa renascença de prosperidade que logo foi abraçada por uma elite urbana e boémia.

A revolução provocada pela introdução do jazz, e de números de dança estrangeira nos palcos lisboetas revitalizou a clientela dos *night-clubs*, tornando estes espaços símbolos das novas tendências artísticas que proliferavam um pouco por toda a parte. Lentamente, a oferta de clubes cresceu<sup>117</sup>, e multiplicaram-se as salas de cinemas e de teatros que abriam as suas portas nas principais avenidas lisboetas.

A *jazz band* fixava-se a um canto da sala, mas “eram as novas danças que atingiam maior popularidade”<sup>118</sup> e não tardou a que o *Foxtrot*, o *Shimmy* e o *Charleston* invadissem os recintos de diversão da capital portuguesa. Os jornais apresentavam múltiplos anúncios de espetáculos, bem como uma oferta de aulas de dança que levaram a imprensa a escrever: “Estamos numa época em que se dança continuamente (...) tão curtas são as madrugadas para dormir, depois de um baile a que se segue outro e outro”<sup>119</sup> e a fazer comentários como: “Agora... é tão necessário frequentar as escolas de dança – como é preciso ir todos os dias ao emprego”<sup>120</sup>.

Nessa Lisboa das salas noturnas, e sob os novos ritmos do jazz, foram introduzidos apontamentos de variedades que constituíram uma novidade importada de Espanha, como relata Mário Domingues na revista *ABC*: “Houve uma súbita mutação de luz, a sala mergulhou numa vaga penumbra que envolveu as pessoas (...) numa branda dose de mistério. São as espanholas que vão trabalhar”<sup>121</sup>. Aos nomes das sevilhanas Amparito Medina, Adelita Adriano, Lola Branco, juntar-se-iam outros estrangeirados como Eloisa Yorter e Elsa Nori, publicitados em jornais e cartazes luminosos, espalhados pela cidade.

---

<sup>116</sup> Júlia Leitão de Barros, *Os Night Clubs de Lisboa nos Anos 20*, Lucifer Edições, Lisboa, 1990, p. 11

<sup>117</sup> Maxim's, Bristol Club, Roma Club, Salão Alhambra, Clube Avenida Parque, Ritz Club, Club dos Patos, Clube Internacional, Clube da Regaleira, Magestic-Club ou Club Monumental, Olimpia Club, Palace Club, Rocio Club, Club Montanha, Club das Avenidas, Club Moderno e o Palais Royal.

<sup>118</sup> Júlia Leitão de Barros, *Obra Cit.*, p. 66

<sup>119</sup> Madame de Sourire, “Toilets de Baile”, *ABC*, de 4.2.1926, p. 11

<sup>120</sup> *Idem*.

<sup>121</sup> Mário Domingues, “O Combate dos Leões”, *ABC*, de 6.4.1922, p. 26

Acresce que, ao ambiente noctívago dos *night-clubs*, se juntaram sessões de dança erótica e exótica, com as quais Lisboa se entusiasmou, como refere o romance de João Ameal, *Os Noctívagos*: “O quarteto lançava os compassos banalíssimos (...) e, inesperada, uma mulher surgia detrás do biombo, ao fundo, toda coberta duma capa negra (...) que principiou uma dança lânguida, arrastada, sublinhada com quebraturas sensuais”<sup>122</sup>.

Muitos destes espetáculos eram promovidos através do mais variado tipo de publicações, como é o caso do turístico *Album de Portugal* onde se lê: “O *Maxim’s* contrata o que de melhor há no estrangeiro, sem olhar a dificuldades. Acontece, portanto, que no programa das suas diversões há constantemente números de variedades colossais, cantadoras ou bailarinas”<sup>123</sup>.

Contudo, a relativa euforia era circunscrita à capital, encontrando-se delimitada dentro de salões exclusivos aos quais só uma elite tinha acesso, uma vez que “toda esta atividade lúdica surgia como ilhas de cosmopolitismo numa sociedade ainda drasticamente marcada pelo conservadorismo, pela pobreza da maioria da população e por uma mentalidade pouco propensa a transformações de costumes”<sup>124</sup>. Entregue aos condicionalismos nacionais, a Lisboa tradicionalista não via com bons olhos estas ameaças à sua pacatez e talvez por essa razão, ou influenciada por ela, uma outra distração, mais discreta e popular, granjeou, um maior público: o teatro de revista.

O teatro musicado na sua forma nacional – a revista à portuguesa – seria o formato teatral específico de Portugal, que, inspirado na revista francesa, se reportava a acontecimentos relativos à política e sociedade de forma satírica. A primeira revista portuguesa estreou-se em 1851 no Teatro Ginásio<sup>125</sup>, mas foi já na década de 1920 que se assistiu a uma verdadeira renovação, quer dos processos de cena, quer na introdução sistemática de apontamentos de dança, de que a *Companhia Satanela-Amarante* foi precursora. Na leitura de Luís Francisco Rebello, logo no seu primeiro espectáculo *Salada Russa*, em 1918, “a companhia apresentara a atriz Luísa Satanela (1895-1974), “a interpretar dois bailados recebidos com entusiasmo, um *pericon* argentino e um ballet russo. Historicamente estas duas performances de Satanela são consideradas os primeiros bailados de revista em Portugal, porque até então as coristas limitavam-se a evoluir em cena ao som da música, sem que pudessem em rigor falar-se de coreografia”<sup>126</sup>.

Para se entender como foi possível criar as condições necessárias para que a dança se instituisse na cultura portuguesa, há que referir António Ferro (1895-1956), o arquiteto cultural do Estado Novo<sup>127</sup>, admirador dos Ballets Russes e que, desde os

---

<sup>122</sup> João Ameal, *Os Noctívagos*, Ed. Lvmen, Lisboa, 1924, pp. 48-50

<sup>123</sup> *Album de Portugal, Lisboa, Sintra, Estoril, Cascais*, Tomo I, Ed. e propriedade da Revista Turismo, Lisboa, 1929, p. 70

<sup>124</sup> Júlia Leitão de Barros, *Obra Cit.*, p. 88

<sup>125</sup> Ver Luís Francisco Rebello, “O Teatro na transição do Regime”, *A República foi ao Teatro*, Museu Nacional do Teatro, Lisboa, 2010, p. 91

<sup>126</sup> Luís Francisco Rebello, *História do Teatro de Revista em Portugal*, II Vol. Dom Quixote, 1985, pp. 77-78

<sup>127</sup> Estado Novo, nome atribuído ao regime político que vigorou em Portugal desde 1933 a 1974. Muitos historiadores chamam-lhe a “II República”, embora tal designação jamais tenha sido assumida pelo regime. A designação oficiosa “Estado Novo”, criada sobretudo por razões ideológicas e propagandísticas, quis assinalar a entrada numa nova era, aberta pela Revolução Nacional de 28 de Maio de 1926, marcada por uma concepção antiparlamentar e antiliberal do Estado. Como regime político, o Estado Novo foi posteriormente também chamado de Salazarismo, em referência ao seu fundador e líder, António de Oliveira Salazar.

anos 20, vinha exaltando a necessidade de criar uma companhia de bailado, conforme se lê na *Ilustração Portuguesa*, num artigo datado de 1921, e por si assinado enquanto diretor da revista:

“Procurará mostrar Portugal aos portugueses e estilizar a raça (...) e que a linha do bailado português está ainda por descobrir e uma vez encontrada essa linha, Portugal pode ter a sua companhia de bailados (...) em danças populares, nos nossos trajes regionais, nos nossos costumes, temos matéria-prima para estilizações admiráveis, (...) a pôr no mundo.”<sup>128</sup>

A companhia de Diaghilev teria sido a catalisadora das aspirações a um novo panorama da dança teatral portuguesa que, numa primeira fase, se revelou através da introdução de pequenos apontamentos de dança no teatro de revista e, numa segunda fase (já no decénio de 1940), viria a concretizar-se na criação da primeira Companhia de Bailados Portugueses, denominada Verde Gaio.

Para se compreender a sua base de fundamentação há que referir que, em 1925, Ferro criara o seu Teatro Novo<sup>129</sup> e num outro registo, em 1936, o Teatro do Povo<sup>130</sup>; o primeiro foi importante como fonte de experimentalismo e por ter dado a conhecer Francis Graça<sup>131</sup>; o segundo pelo plano de divulgação da cultura popular. Ambos constituíram marcos na abordagem da arte teatral. Seria esse mesmo Francis Graça que a Companhia de Luísa Satanela iria buscar a partir de meados dos anos 20, para ajudar a modernizar a sua empresa teatral. Convidando jovens artistas para desenhar cortinas, figurinos e cenários, e depois compositores, Satanela queria também dançar e estender a dança “às coristas que, até aí, apenas se movimentavam incipientemente em cena”<sup>132</sup>. A primeira revista que concretizou essa realidade foi *Água-Pé*, de 1927. Nela, Satanela e Francis Graça dançam *Bonecos Russos*, numa nítida ascendência do que se viria da companhia de Diaghilev em Lisboa, tendo a revista ficado mais de um ano em cartaz, façanha que nunca foi repetida.

Ao longo das décadas de 1920 e 1930, e para ajudar a estimular toda esta atividade bailatória, os bailarinos estrangeiros radicados em Lisboa foram convidados a participar nos espetáculos da revista. Aos nomes de Luísa Satanela e Ruth Walden<sup>133</sup>, juntaram-se os de Piero Bénardon, Piero d’Evandauns, Eva Stachino,

---

<sup>128</sup> Citado por Vítor Pavão dos Santos, *Verde Gaio, Uma Companhia Portuguesa de Bailado (1940-1950)*, Museu Nacional do Teatro, Lisboa, 2000, p. 15

<sup>129</sup> Sob a influência do Teatro de Arte de Luigi Pirandello, António Ferro criou o Teatro Novo que pretendia romper com o teatro tradicional e criar um teatro de vanguarda, onde se elogiava a performance moderna e onde se chamariam pintores, decoradores e figurinistas para colaborar com os autores e empresários.

<sup>130</sup> O Teatro do Povo foi criado em 1936, por António Ferro, e pretendeu levar o espetáculo teatral às mais remotas zonas do país, numa espécie de teatro ambulante. Ao longo dos seus quase vinte anos de existência, sofreu algumas adaptações de reportório e direção artística. Sobre o assunto ver Graça dos Santos, *O espetáculo desvirtuado, o teatro português sob o reino de Salazar (1933 – 1968)*, Caminho, Lisboa, 2004

<sup>131</sup> De seu nome Francisco Florêncio Graça (1902-1980), Francis Graça cursou música no Conservatório Nacional, onde foi companheiro de estudos de Frederico de Freitas (1902-1980). Em diversas entrevistas disse ter começado a dançar por intuição e mais tarde teria estudado com uma professora russa, indo depois para Paris. Depois do Teatro Novo, logo no ano seguinte em 1926, Francis Graça estreou-se no Éden Teatro a revista *Cabaz de Morangos* de cujo elenco fazia parte.

<sup>132</sup> Vítor Pavão dos Santos, *Obra Cit.*, p. 18

<sup>133</sup> Ruth Walden (1910-1990?) nome artístico da bailarina alemã *Hildegard Engelmann e futura parceira de Francis Graça*.

Mafalda Reiner e Ivette Beller.

O Curso de Formação de Bailarinas do Conservatório Nacional, que havia sido criado em 1911 (e que só abriria a alunos do sexo masculino nos anos 50), possibilitou que algumas das suas alunas integrassem os números de dança do teatro de revista e o corpo de baile das óperas realizadas no Coliseu, ainda que as mais ambiciosas tivessem que procurar no estrangeiro um complemento à sua aprendizagem e técnica nacional. Com dançarinas a participarem mais frequentemente nas revistas, as apresentações das *girls* passaram a ser marcadas e coreografadas pelos realizadores de cena. Os números de dança firam-se tornando populares e o público e a crítica entusiasmaram-se: os números dançados haviam deixado de ser residuais e eram agora algo de fundamental.

Francis Graça rapidamente se destacou, tornando-se o principal “coreógrafo” de cena de que as revistas *Sete e Meio* (1927), *A Rambóia* (1928), *Chá da Parreira* (1929), *Feira da Luz* (1930)<sup>134</sup>, *Ai-Ló* (1931), *Mexilhão* (1931)<sup>135</sup> e *Areias de Portugal* (1932), são disso exemplo.

Na década de 1930, a atriz Corina Freire (1897-1957) juntar-se-ia a Francis Graça e Ruth Walden, quando o trio foi convidado por António Ferro a participar numa récita em Paris e depois em Genebra<sup>136</sup>. Seguiu-se o Brasil e a Argentina, onde obtiveram grande êxito, fazendo rarear as suas apresentações em Portugal; só depois de uma longa ausência dos palcos nacionais, já em 1939, o par voltou a atuar em Lisboa, no Teatro da Trindade. No início de 1940, Francis Graça e Ruth Walden apareceriam ainda na revista *A Feira das Mercês*, e é neste ponto que interessa voltar um pouco atrás e perfilar como a política cultural do Estado Novo se havia definido.

Além dos *night-clubs*, do teatro de revista e dos recitais independentes, algumas professoras estrangeiras de dança fixaram-se em Portugal, ajudando a educar e desenvolver o frágil cenário da dança portuguesa. Cecil Kitkat, no mesmo ano da instalação da ditadura nacional – 1926 – introduziria em Lisboa aulas de dança rítmica, segundo o método de Dalcroze<sup>137</sup>. Seguiu-se Carmén de Brito – Madame Britton (1888?-1963?) – mas foi com Sosso Doukas-Schau (1911-1996), formada na Alemanha por Dalcroze, que a dança rítmica se implantou em Portugal. Administrando cursos por mais de cinquenta anos, as atividades que promoveu tiveram repercussão no meio cultural lisboeta, como daria prova a imprensa da altura. As apresentações públicas das suas alunas mostravam uma nítida influência da dança de Isadora Duncan, uma vez que as alunas de Sosso Doukas se apresentavam inicialmente dançando ao ar livre, descalças e envergando túnicas gregas, movimentando-se sobre composições clássicas de Bach e Chopin, o que reproduzia a postura de Duncan. Também a prussiana Ruth Asvin (1897-1988) viria ater um papel determinante na formação de uma escola de “inspiração” alemã nas gerações de bailarinas dos anos do pós-Guerra.

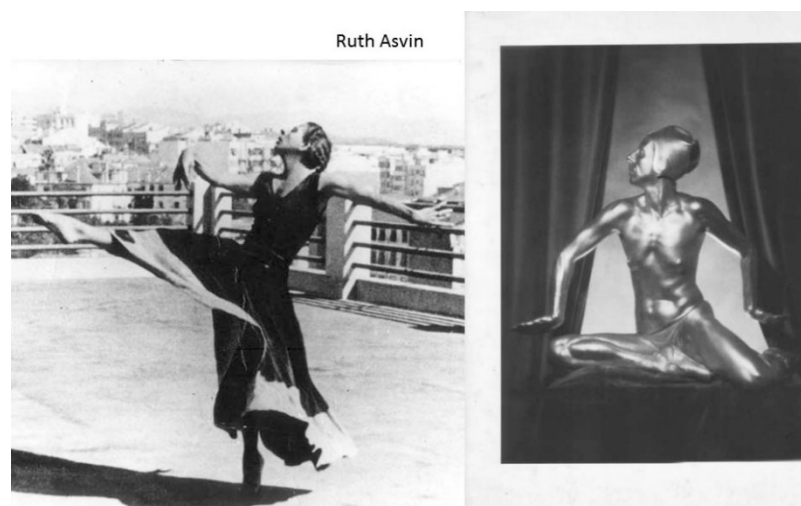
---

<sup>134</sup> Inseridas na Grande Companhia de Revistas Hortense Luz, *Chá da Parreira* e *Feira da Luz* fazem digressão pelo Porto e pelo Brasil, onde Francis Graça teve pela primeira vez contacto com um público estrangeiro.

<sup>135</sup> Onde contracenou com um novo par, Ruth Walden, sua futura parceira no Verde Gaio

<sup>136</sup> Por ocasião da Exposição Internacional de Paris de 1937. Ver IAN/TT, AOS/CO/PC-12A, pasta 8: “suite portugaise”, rapsódia portuguesa que se repete em Genebra mais tarde. Conferência dialogada por Fernanda de Castro e António Ferro e com apresentações e danças pelos bailarinos Francis Graça e Ruth Walden. As peças foram musicadas por maestros como Frederico de Freitas e Rui Coelho, tendo os trajes regionais sido confeccionados segundo maqueta de Maria Adelaide Lima Cruz (1908-1985) e Bernardo Marques (1898-1962).

<sup>137</sup> Ver Peter Schau, *Sosso Doukas-Schau, Uma vida ao serviço da dança rítmica*, Ed. Autor, Lisboa, 2011, pp. 25-27



Toda esta dinâmica daria os seus frutos à beira da eclosão do início da II Guerra Mundial quando, em 1939, António Ferro julga ter reunido as condições necessárias para concretizar uma das suas maiores aspirações: a criação da primeira companhia de dança nacional, o grupo de Bailados Verde Gaio.

Contudo, foram as circunstâncias favoráveis, trazidas pela Grande Exposição do Mundo Português de 1940, que realizaram o projeto anos antes por António Ferro: a criação da primeira Companhia de Bailados Portugueses Verde Gaio.



Fundada sobre os festejos do encerramento da Grande Exposição do Mundo Português, o projeto foi anunciado publicamente em 1938, no âmbito da concepção do Plano dos Centenários<sup>138</sup>. Ainda sem o nome de Verde Gaio, apenas referidos como “Bailados Portugueses”, a iniciativa foi aprovada pela Comissão Executiva dos Centenários, na sua secção de 14 de Maio de 1940 (ata 84).

Numa carta de António Ferro, datada de 2 de Outubro de 1940 a Carlos Augusto de Arrochela Lobo<sup>139</sup>, o secretário do SPN solicita o teatro do Pavilhão de Honra e o recinto ao ar livre do Centro Regional, para aí estreiar, a 26 de Outubro, os seus Bailados Portugueses. No entanto, e numa carta posterior da sua secretária Alice Santos, datada de 7 de Dezembro de 1940, explica-se que a estreia foi adiada devido ao prolongamento dos ensaios da Orquestra Filarmónica de Lisboa.

<sup>138</sup> IAN/TT, AOS/CO/PC-22, pt. 1, fl. 17, reproduzido nos anexos.

<sup>139</sup> Presidente da Comissão Administrativa da Exposição Histórica do Mundo Português.

Uma hora antes da estreia, aos microfones da Emissora Nacional, o secretário do SPN/SNI falava da necessidade política de tal acção, bem como da importância de um grupo de bailado fundamentado no folclore:

*“O espectáculo de bailados (...) é sempre uma lição de bom gosto (...) mas essa lição tem ainda o interesse de ser uma lição de bom gosto nacional. A arte do bailado é uma arte eminente, dogmaticamente nacional (...). O campo é para a dança, o melhor conservatório no sentido absoluto da palavra.”*<sup>140</sup>

Último traço de cor das celebrações nacionais da Grande Exposição do Mundo Português – que encerraria as suas portas a 2 de Dezembro do mesmo ano – o nome Verde Gaio edificou-se sob o signo do nacionalismo, à semelhança do que acontecia um pouco por toda a Europa.

A estreita relação mantida entre Francis Graça e António Ferro, desde o Teatro Novo de 1925, e os posteriores convites para participar em vários recitais no estrangeiro organizados pelo Secretariado, dos quais fazem parte recitais como *Minho, Alegria Popular, Nazaré, Gente do Mar, Lisboa e Fado*, fizeram com que se traçasse um percurso coerente, entre a vontade do bailarino e o desejo de propaganda do diretor do SPN/SNI.

Sob a égide do folclore, do nacionalismo e da arte popular, o Verde Gaio havia ido buscar inspiração aos Ballets Russes de Diaghilev (que António Ferro vira duas décadas antes) e assim, debaixo da mesma iniciativa, bailarinos, coreógrafos, artistas plásticos e compositores, ilustraram todo um programa de “Política do Espírito”, que visava promover, legitimar e consolidar a nova ideologia salazarista. O grupo foi estabelecido sobre um princípio nacionalista-folclórico estilizado, ainda que na década seguinte, 1950, tivesse aspirado a companhia de bailado clássico. Com o afastamento do seu mentor, a gradual desatenção a que foi sujeito fez com que o grupo decepcionasse cada vez mais, apesar das lisonjas por parte dos meios oficiais, tendo a companhia acabado por ser extinta na década de 1980, quando poucos sabiam que ainda existia.

Num olhar retrospectivo podemos constatar uma linha de força que se evidencia: metáfora do próprio Estado Novo, no sentido que constituiu uma das “figurações” e veículo de propaganda do ideário salazarista, o Verde Gaio ajudou e legitimou o *élan* do regime às artes, “colorindo” de movimento o país, estruturando-se às portas da II Guerra Mundial, num discurso coreografado da dança nacional que se definiu dentro de parâmetros das grandes tendências europeias.

Numa configuração final e nacional, se a arte de Terpsícore se estabeleceu num tempo de euforia do primeiro pós-guerra, a sua implantação definitiva aconteceu já às portas do segundo conflito mundial, quando toda a Europa dançava a um outro ritmo e Portugal, distanciando-se dos campos beligerantes, bailava ao compasso que a sua posição neutral permitia.

## Bibliografia

Baxmann, I. (Dir.), *Les Archives Internationales de la Danse 1931-1952*, Centre National de la Danse, Pantin, Paris, 2006

---

<sup>140</sup> António Ferro, *Verde Gaio – 1940 Palavras de apresentação por António Ferro*, SPN, Lisboa, 1940, s.p.

Catálogo *A República foi ao Teatro*, Museu Nacional do Teatro, Lisboa, 2010  
Décoret-Ahiha, A., *Les danses exotiques en France 1880-1940*, Centre National de la Danse, Pantin, 2004  
Ferro, A., *Verde Gaio – 1940 Palavras de apresentação por António Ferro*, SPN, Lisboa, 1940, s.p.  
Jacotot, S., *Danser à Paris dans l'entre-deux-guerres. Lieux, pratiques et imaginaires des danses de société des Amériques (1919-1939)*, Nouveau Monde Éditions, Paris, 2012  
Barros, J. L. de, *Os Night Clubs de Lisboa nos Anos 20*, Lucifer Edições, Lisboa, 1990  
Rebello, L. F., *História do Teatro de Revista em Portugal*, II Vol. Dom Quixote, 1985  
Santos, V. P. dos, *Verde Gaio, Uma Companhia Portuguesa de Bailado (1940-1950)*, Museu Nacional do Teatro, Lisboa, 2000  
Schau, P., *Sosso Doukas-Schau, Uma vida ao serviço da dança rítmica*, Ed. Autor, Lisboa, 2011

## *Nacionalismo Desportivo Entre Guerras – A Seleção e a Unidade Nacional*

César Rodrigues\*

### **Resumo**

Entre as duas guerras, com maior ou menor intensidade e de forma mais ou menos consciente, vários estados europeus procederam ao aproveitamento do desporto.

A própria linguagem de cariz militar associada, muitas vezes, ao futebol serviria como analogia para as regras patrióticas de defesa da nação, fazendo do desporto uma outra forma de fazer a guerra.

Desta forma, uma seleção nacional de futebol acaba por se tornar um privilegiado instrumento de unidade nacional.

Assim, procura-se analisar de que forma o potencial nacionalista do futebol foi utilizado entre as duas grandes guerras, num período em que tais ideais eram empolados um pouco por toda a Europa, destacando particularmente o caso português. O exercício tem como referência a participação da seleção portuguesa de futebol no Torneio Olímpico de Amesterdão, em 1928. Pretende-se, pela análise da imprensa portuguesa, em especial a desportiva, avaliar a retórica associada a um momento de sucesso desportivo no período que antecedeu a década de 1930.

\*

Tem-se por aceite a existência de uma aproximação cíclica do futebol com a política. A apropriação popular das seleções nacionais tem permitido, através do discurso dos seus agentes, reproduzir quotidianamente o que Billig<sup>141</sup> designa de “nacionalismo banal”.

Se a atividade do futebol estiver enquadrada num quadro competitivo de sucesso de jogos internacionais com equipas e/ou seleções representativas de nações, a sua utilização pública por parte dos Estados e dos regimes associados a esse êxito tornar-se-á uma oportunidade natural e recorrentemente aproveitada.

Entre as duas guerras, com maior ou menor intensidade e de forma mais ou menos consciente, vários estados europeus procederam ao aproveitamento do desporto.

A década de 1930 marcaria o aparecimento de uma nova competição internacional de seleções, o Campeonato do Mundo de Futebol. Esta competição contribuiria para a promoção e afirmação das nações, pela representatividade das suas seleções. Depois da primeira edição realizada no Uruguai, em 1930, os mundiais seguintes – de Itália, em 1934 e França, em 1938 – foram palco de propaganda nacionalista, o mesmo acontecendo nos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936.

---

\* Mestre em História Contemporânea, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigador colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20/UC). Membro do Grupo História e Desporto – IHC/UNL-CEIS20/UC. Membro da comissão organizadora e científica das III Jornadas Comunicação e Desporto, 2014 (CEIS20/UC). Candidato a doutorando em Estudos Contemporâneos (CEIS20/UC).

<sup>141</sup> Cf. Billig, M. (ed.), *Banal Nationalism*, London: Sage Publications, 1995.



A própria linguagem de cariz militar associada, muitas vezes, ao futebol serviria como analogia para as regras patrióticas de defesa da nação, fazendo do desporto uma outra forma de fazer a guerra.

Desta forma, uma seleção nacional de futebol acaba por se tornar um privilegiado instrumento de unidade nacional, uma vez que, na linha do defendido por Hobsbawm<sup>142</sup>, uma equipa composta por um conjunto de onze pessoas permite representar e de alguma forma materializar uma comunidade de milhões de pessoas. Assim, procura-se analisar de que forma o potencial nacionalista do futebol foi utilizado entre as duas grandes guerras, num período em que tais ideais eram empolados um pouco por toda a Europa, destacando particularmente o caso português.

O exercício tem como referência a participação da seleção portuguesa de futebol no Torneio Olímpico de Amesterdão, em 1928. Nesse ano, a seleção viria a conseguir uma série de resultados positivos sem paralelo até à década de 1960.<sup>143</sup> No referido Torneio, Portugal atingiria os quartos-de-final, alcançando duas vitórias e uma derrota.

Pretende-se, pela análise da imprensa portuguesa, em especial a desportiva, avaliar a retórica associada a um momento de sucesso desportivo no período que antecedeu a década de 1930. O objetivo é aferir a existência, numa época de inquietações políticas, económicas e sociais, de alusões discursivas à unidade nacional e à retórica nacionalista da época.

A representação do mundo, seja ela concernente ao desporto, à sociedade, à vida política, ou a qualquer outra, está intimamente ligada à perceção fornecida pela comunicação social.

As pessoas tendem a formar as suas impressões sobre o mundo a partir dos órgãos de informação podendo, inclusive, adotar as interpretações dos jornalistas, transformando a comunicação social numa influência poderosa sobre a opinião pública.<sup>144</sup>

Assim, o recurso particular à imprensa advém do facto de esta funcionar como veículo para o reconhecimento social da importância do fenómeno futebolístico e, ao mesmo tempo, para a difusão de um discurso que, em muitos momentos, funde as vertentes desportiva e política. Desta forma, a imprensa, ao potenciar o futebol como desporto popular, torna também a sua representação política apetecível.

A análise terá como base o jornal *Os Sports* (1919-1945)<sup>145</sup>, tendo sido analisadas todas as edições de dezembro de 1927 a agosto de 1928. Inicialmente trissemanário passaria, em 1928, a bissemanário, apresentando o subtítulo “A maior tiragem e expansão de todos os jornais desportivos portugueses” tinha uma «posição de liderança no jornalismo desportivo da Capital e do próprio país».<sup>146</sup>

Pretendemos, deste modo, captar as abordagens e os discursos que eram levados ao público, ancorados num raro momento de sucesso internacional.

---

<sup>142</sup> Cf. Hobsbawm, E. (ed.), *Nações e Nacionalismo desde 1870*, Lisboa: Terramar, 1998.

<sup>143</sup> Portugal obteve uma sequência de seis jogos sem derrotas, irrepitível até ao ano de 1965.

<sup>144</sup> Cf. Graber, D. (ed.), *Mediated Politics and Citizenship in the twenty-first century*, Annu. Rev. Psychol, 2004.

<sup>145</sup> O periódico tinha sede em Lisboa e, em 1928, era propriedade do *Diário de Notícias*.

<sup>146</sup> Pinheiro, F. (ed.), *História da Imprensa Desportiva em Portugal*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 190, 2011.

O ano de 1928 iria iniciar-se com um Portugal-Espanha<sup>147</sup> no qual, pela primeira vez, os portugueses não seriam derrotados, conquistando um empate, mas sendo sentido como uma vitória. Após o jogo, louvava-se o feito da gente lusa, o resultado histórico alcançado, e a alegria sentida pela atuação dos onze portugueses. O jogo contou com a presença do Chefe de Estado, Óscar Carmona, que haveria de receber os jogadores no seu camarote para os saudar.

No rescaldo do encontro surgem também as primeiras referências à importância da participação no Torneio Olímpico de Amesterdão pela «necessidade de propaganda da nossa terra e do nosso desporto»<sup>148</sup>.

O jogo seguinte seria disputado, em abril, contra a Argentina,<sup>149</sup> e contaria novamente com a presença do Presidente da República e com grande afluência de público. Apesar do discurso jornalístico colocar o enfoque mais no aspeto competitivo do que no resultado propriamente dito, Ribeiro dos Reis afirmaria que o resultado positivo fomentava a celebração patriótica: «O resultado – a única coisa que marca em desporto – ... constituiu uma alegria e provocou as mais variadas manifestações de patriotismo».<sup>150</sup>

Entretanto, o *Diário de Notícias* passaria a realizar a cobertura dos encontros da seleção de futebol com um novo meio tecnológico, o quadro elétrico. Este permitia acompanhar, à distância, as incidências do jogo, o que, à época, seria inovador.<sup>151</sup> O quadro elétrico revelar-se-ia um sucesso, pois juntar-se-iam grandes multidões junto do mesmo e, simultaneamente, permitiu aproximar ainda mais a população da modalidade. Colocado na cidade do Porto, permitiu aos portuenses acompanhar as incidências do encontro disputado em Lisboa contra os argentinos.<sup>152</sup>

Continuando a um ritmo de encontros internacionais como nunca tinha sucedido até então, a seleção portuguesa realizaria contra a Itália, o segundo de três jogos no mês de abril.<sup>153</sup> O resultado seria considerado a maior vitória internacional da seleção.

Começavam também a surgir os heróis nacionais, como Waldemar Mota,<sup>154</sup> elevado por Ricardo Ornelas a fiel representante da pátria, qual nova empresa portuguesa em resgate do passado glorioso de Portugal, numa personificação da “alma portuguesa”: «Oh! Com que intensidade o sangue português, vermelho como as camisolas da nossa equipa, puro como o nosso ideal, circulou nas veias dos vencedores de domingo!».<sup>155</sup>

O jogo, ocorrido à tarde, seria antecedido, durante a manhã, pela proclamação do Chefe de Estado, o General Óscar Carmona. No dia seguinte, o *Diário de Notícias*

---

<sup>147</sup> O jogo disputou-se a 8 de janeiro de 1928, em Lisboa, terminando com o resultado de 2-2. Foi presenciado por cerca de 30 mil espetadores, um recorde de assistência em Portugal.

<sup>148</sup> In *Os Sports*, 11 de janeiro de 1928, p. 5.

<sup>149</sup> Disputado em Lisboa, no dia 1, terminou com um empate 0-0.

<sup>150</sup> In *Os Sports*, 6 de abril de 1928, p. 4.

<sup>151</sup> O acompanhamento radiofónico dos jogos de futebol em Portugal apenas surgiria na década de 1930.

<sup>152</sup> A 19 de março, os portuenses tinham já acompanhado, através do quadro elétrico, o jogo entre as seleções militares de Lisboa e Madrid.

<sup>153</sup> Disputado no dia 15, na cidade do Porto. Portugal venceu por 4-1, perante uma assistência de cerca de 12 mil pessoas.

<sup>154</sup> O jogador do Futebol Clube do Porto marcou três golos.

<sup>155</sup> In *Os Sports*, 16 de abril de 1928, p. 1.

apresentava na mesma edição, e por coincidência, dois momentos de exaltação nacional, a oficialização do novo Presidente da nação e a maior vitória internacional desportiva do país.

Portugal jogaria posteriormente com a França.<sup>156</sup> Este encontro – o último antes de Amesterdão – viria a ser pontuado pelo facto de ter sido a primeira vez, e em seis jogos, que a seleção não averbou uma derrota em jogos disputados no estrangeiro. Dois dias antes de mais um sucesso desportivo, Salazar tomaria posse da pasta das Finanças e proferiria, no Palácio de Belém, a célebre sentença “Sei muito bem o que quero e para onde vou... que o país... obedeça quando chegar a altura de mandar”. A materialização final da sua expressão seria alcançada a partir de 1933, com a instauração do Estado Novo.

Após o derradeiro encontro da seleção antes dos Jogos de Amesterdão afirmava-se que os resultados ajudavam a justificar a presença, «que muitos lhe negavam, de tomar parte, por direito próprio, na grande competição internacional», alertando que em Amesterdão seria «necessário lutar com toda a energia, e com toda a “alma” portuguesa, para honrar as cores nacionais»<sup>157</sup>.

Na partida para o Torneio de Amesterdão<sup>158</sup>, valorizava-se o desporto como componente de educação física, mas também diplomática, social, política e moral. Assumia-se que o desporto esbatia classes sociais e credos e que, até pelas inclinações internacionalistas que se manifestavam, funcionaria como agente diplomático.

Deste modo, nos confrontos internacionais, os atletas seriam, «ainda que inconscientemente, os auxiliares poderosos do trabalho das chancelarias».<sup>159</sup>

O acontecimento serviria também para criticar o posicionamento do governo português em relação à modalidade, já que ao contrário da maioria dos governos estrangeiros que financiavam, organizavam e promoviam as embaixadas atléticas, em Portugal, ainda não tinham sido «suficientemente aquilatadas pelas esferas superiores os benéficos efeitos que resultam dessa propaganda do país, feita de uma forma e por processos que poderemos dizer populares».<sup>160</sup> Mais uma vez, encontra-se plasmado nestas afirmações, o potencial das representações desportivas nacionais para a imagem das nações.

A modalidade não mereceria, neste período, o empenho do governo, pois este dirigia um país com uma difícil realidade política, económica e social. Por outro lado, a imagem de desorganização e de insucesso, muitas vezes associada ao futebol português, também não aliciava os dirigentes políticos para a causa da modalidade pois estes pretendiam, pelo contrário, afirmar através da ordem uma nova forma de governar.

Mesmo sem apoio estatal, acreditava-se que era possível triunfar em Amesterdão, e pedia-se que os jogadores tivessem «fé na alma portuguesa que ides representar e honrar... constituindo um só corpo, uma só alma, com uma única aspiração: VENCER!».<sup>161</sup>

---

<sup>156</sup> O jogo de Paris terminou empatado 1-1. Em Lisboa, cerca de 40 mil pessoas assistiram ao encontro através do quadro elétrico do *Diário de Notícias*.

<sup>157</sup> In *Os Sports*, 30 de abril de 1928, p. 1.

<sup>158</sup> A seleção partiu no dia 21 e chegou a Amesterdão no dia 23, juntando-se a mais 17 seleções nacionais de futebol.

<sup>159</sup> In *Os Sports*, 21 de maio de 1928, p. 1.

<sup>160</sup> Idem, Ibidem.

<sup>161</sup> Idem, Ibidem.

A primeira participação da seleção portuguesa de futebol numa grande competição internacional, o Torneio Olímpico de Futebol – uma espécie de oficioso Campeonato do Mundo da modalidade – teria início em 27 de maio.<sup>162</sup>

O trajeto começaria com uma vitória,<sup>163</sup> a primeira fora do país, e seria glorificada pela representação da “alma lusitana”: «a tradicionalíssima alma, a energia, a indomável vontade de vencer, de arrancar a vitória a todo o preço, o desejo ardente de ver flutuar triunfante a bandeira de PORTUGAL, tornou gigantes esses pequenos homens, duplicando-lhes as forças, operou o milagre!». <sup>164</sup>

No Torneio, a intensidade do discurso pátrio tornar-se-ia diretamente proporcional aos resultados globalmente positivos conseguidos pela seleção. Com o sucesso, a seleção ganharia maior representação política: «No estádio há vinte mil pessoas... que se lembram da nossa situação no mapa, que reconhecem a nossa independência na independência da nossa equipa... Olho a linha que separa os dois campos, o terreno dos nossos e o terreno dos chilenos, com se olhasse a linha da nossa fronteira, como se a nossa independência estivesse ameaçada». <sup>165</sup> Ao mesmo tempo acentuava-se a retórica militar: «O “football”, para mim, é simples como uma guerra. A fronteira, as duas capitais que são as duas redes, dois exércitos, o bombardeio dos “shoots” e a bola – uma granada que se desloca num vai-vem constante». <sup>166</sup>

Encontram-se, de forma cíclica, alusões à terminologia bélica e à associação do campo de futebol ao campo de batalha, onde dois exércitos desportivos se digladiam pelo conceito abstrato da honra da sua nação, tendendo a vitória para os mais patriotas, corajosos, disciplinados e viris.

O discurso seguia o defendido por Bromberger, em que o jogo se constitui «uma forma ritualizada de guerra» e por Billig, ao defender que os homens encontram satisfação na leitura das páginas desportivas «admirando o heroísmo na causa nacional, desfrutando de uma prosa que intertextualmente evoca a guerra». <sup>167</sup>

Apenas dois dias depois do jogo com o Chile, Portugal vencia a Jugoslávia. <sup>168</sup> A segunda vitória consecutiva provocou uma onda de entusiasmo, atraindo novos adeptos e cativando muitos daqueles que até ao momento se mostravam desinteressados pela modalidade.

O sucesso contribuiu para elevar em grande medida o discurso nacional, agora também utilizado por aqueles que se mostravam indiferentes à modalidade. Pero Lopez, do *Correio da Manhã* que, segundo as suas palavras, reconhecia no futebol «uma lição que nós, povo empobrecido, encontrando-nos, acidentalmente, numa fase de depressão, não podemos nem devemos abandonar» mostrando quem «nós somos e o que valem quando nos anima uma força disciplinada» ao mesmo tempo que eleva no estrangeiro o nome do «Portugal que quer reconquistar-se e ser grande». <sup>169</sup>

---

<sup>162</sup> Pertenceu a portugueses e chilenos a realização do primeiro jogo da competição.

<sup>163</sup> Portugal venceu por 4-2, depois de ter estado a perder por 0-2.

<sup>164</sup> In *Os Sports*, 28 de maio de 1928, p. 1.

<sup>165</sup> António Ferro, após vitória contra o Chile, in *Diário de Notícias*, 2 de junho de 1928, p. 1.

<sup>166</sup> Idem, Ibidem.

<sup>167</sup> In Coelho, João Nuno (ed.), *Portugal, a Equipa de Todos Nós – Nacionalismo, Futebol e Media*, Porto: Edições Afrontamento, 2001, pp. 38,116.

<sup>168</sup> Portugal triunfou por 2-1.

<sup>169</sup> In *Os Sports*, 1 de junho de 1928, p. 1.

Lopez partilharia ainda a receita para o sucesso desportivo, que nas entrelinhas, se percebe que também o seria para o país: «Basta que onze portugueses se ponham de acordo» para assegurar «um lugar em proporção com a superfície que ocupamos no mundo», seguindo a lição dada em Amesterdão pelos «poucos portugueses filhos do povo, que nobremente nos estão representando... cumprindo honradamente o seu dever». <sup>170</sup>

Era perceptível o poder que o futebol, em particular quando enquadrado em seleções representativas de nações, tinha para atrair até os menos enamorados pelo fenómeno, levando a que estes também se sensibilizem e associem aos êxitos à grandeza do país. As afirmações faziam ainda referências ao momento do país. E se por um lado, as vitórias serviriam para curar a depressão de um povo empobrecido, por outro serviam de exemplo aos comportamentos adequados para os bons desígnios de governo do país, com referências à necessidade de concórdia e de disciplina – ansiadas, por muitos, neste período, em Portugal.

O jogo forjaria um novo herói nacional, Augusto Silva. <sup>171</sup> Este teria sido o intérprete da invencível alma dos portugueses, que ao lembrar-se da «glória que o triunfo representaria para a Pátria distante» fez da sua vitória, a «vitória de Portugal». <sup>172</sup>

A visibilidade e intensidade da apropriação nacional do futebol vai, deste modo, aumentando em linha com o sucesso alcançado. Se as odes à nação surgem de forma menos nítida antes do início do Torneio de Amesterdão, tornar-se-ão mais visíveis após a primeira vitória e, de forma descomplexada, atingem grande intensidade depois do segundo triunfo que, nem a derrota seguinte, reduzirá. Assim, através da imprensa, fator influente na percepção do real, é realçada a mensagem da glorificação da nação.

Na projeção do jogo seguinte, com o Egito, para os quartos-de-final da competição, a imprensa preparava o eventual desaire, lembrando que não se poderia esquecer o feito de Portugal, vincando que «a alma que nos fez ganhar batalhas, a alma que nos fez triunfar em desporto, é a alma de uma raça imorredoura!». <sup>173</sup>

Após o desaire, <sup>174</sup> preparava-se o povo para acolher a seleção que «honrou no estrangeiro o nome da nação a que pertence» e que chamou a «atenção dos estranhos para este povo da Península Ibérica, tantas vezes olvidado pelos outros povos». <sup>175</sup> Esta passagem acaba por elevar o desempenho da representação nacional do futebol a um relevante papel político para a própria afirmação internacional da nação, numa clara associação entre política e futebol.

Acreditava-se que os jogadores tinham feito «alguma coisa importante a favor da sua pátria», ao mesmo tempo que se reconhecia que produzia «menos ruído no mundo a descoberta de um sábio do que a vitória de um grupo de football num torneio olímpico». <sup>176</sup> Regista-se a tentativa de colocar no devido contexto a façanha,

---

<sup>170</sup> Idem, Ibidem.

<sup>171</sup> O jogador do Belenenses marcaria o golo da vitória nos instantes finais da partida.

<sup>172</sup> In *Os Sports*, 1 de junho de 1928, p. 1.

<sup>173</sup> Idem, Ibidem.

<sup>174</sup> Derrota com o Egito por 2-1.

<sup>175</sup> In *Os Sports*, 8 de junho de 1928, p. 1.

<sup>176</sup> Idem, Ibidem.

denotando um esforço de relativização, para que a proeza não se tornasse demasiado politizada.

Porém, a necessidade de reduzir o verdadeiro alcance desportivo acaba por, paralelamente, servir de reconhecimento de que o futebol revela um manancial de aproveitamento político e social – nomeadamente como germinação de sentimentos patrióticos e afirmação de uma raça e de uma nação, e de critério de desenvolvimento social.

O texto continua no mesmo registo, concretizando que uns poucos patrícios tinham demonstrado capacidade para lutar, em competição com outras raças e perante milhares de estrangeiros, para logo depois questionar: «Vivemos numa época com um sentido prático talvez excessivo, em que a supremacia do músculo vai assentando arraiais demasiadamente dilatados? É possível. Mas a audácia, a coragem, a destreza e a força, eletrizam as multidões, dominando-as, prendendo-as, subjugando-as».<sup>177</sup> Mais uma vez, surge a associação bélica, num registo de sociedades que se encontravam a albergar ideologias nacionalistas.

Se o objetivo não passava por sobrevalorizar o papel do desporto, também não tinha o objetivo de menorizá-lo, mas antes recuperar a divisa da mente sã em corpo sã, pelo que se é «absolutamente necessário que um povo possua uma elite intelectual» é igualmente necessário que «esse povo demonstre também que os seus homens têm bravura, virilidade e destreza».<sup>178</sup>

Reconhecia-se a valorização de Portugal através do futebol e salientava-se a ideia de que o desporto também seria intelectualmente enriquecedor e que para o sucesso desportivo também concorreria o bom uso das faculdades mentais, na linha do pensamento da mente sã em corpo sã.

Seria também retomada, a partir da atuação da seleção, a lição moral de que a postura dos jogadores devia ser transposta para a sociedade portuguesa. Uma postura que permitia ainda reformular a visão da comunidade internacional sobre o país. Assim, se corria «mundo a fama de que nós portugueses, somos umas pessoas insaciáveis, às turras», ideia aumentada «pelas notícias sempre exageradas das nossas revoluções», a seleção demonstrou que «onze portugueses em campo, lutando com estrangeiros, formaram um bloco cerrado, com um entendimento perfeito, com uma só vontade e uma só alma».<sup>179</sup>

A fama referida parece aludir, em parte, à ideia defendida pela política oficial do regime de que o Liberalismo e a Primeira República Portuguesa teriam sido um tempo de um certo desgoverno e de instabilidade política. Deste modo, a visão negativa de um Portugal desordeiro aos olhos do mundo teria sido combatida e resgatada pelos “onze de Amesterdão”, servindo de exemplo à nação das potencialidades da pátria, se servidas por um ideal comum, pela ordem, pela organização, pela força da união.

Deste modo, no regresso da seleção germinaria, na imprensa, um discurso de agradecimento aos representantes da nação, promovendo uma receção triunfal. O discurso utilizava uma retórica metafórica, em que os “heróis de Amesterdão” representavam um conjunto de soldados que regressavam à pátria para serem aclamados em triunfo, após a vitória no campo de batalha.

O objetivo de uma receção patriótica seria atingido, e reforçado pelo facto de o regresso ter coincidido com o dia da “Festa da Raça”, a 10 de junho. No dia seguinte,

---

<sup>177</sup> Idem, Ibidem.

<sup>178</sup> Idem, Ibidem.

<sup>179</sup> Idem, Ibidem.

surgiam expressões inflamadas, em que o «estrangeiro altivo e desdenhoso teve de reconhecer-nos e teve de colocar-nos a seu lado, acima de si próprio até».<sup>180</sup>

Retomava-se a exaltação da alma e da raça portuguesa, das qualidades físicas e da sublimação da pátria, numa retórica do grande Portugal, não deixando de censurar a conflituosidade e menorização existente na mentalidade dos portugueses que, caso se alterasse, permitiria alcançar ainda um novo estágio de grandeza: «esta raça que foi grande, que grande continua a ser, a despeito do que tanto se apouca a si própria, e que maior será no dia em que queira e saiba valorizar-se, esta raça de povo pequeno possui uma alma que os grandes povos poderão com justiça invejar».<sup>181</sup>

O sucesso do futebol aproximava as classes. A seleção era, deste modo, enquadrada como uma singular representação nacional que congregava e unia o povo, fazendo esquecer, mesmo que por noventa minutos, todas as divergências. Ao mesmo tempo, favorecia um discurso nacional, valorizando a nação de forma absoluta, mas também de forma relativa, em comparação com outros povos.

O discurso entrelaçava, assim, o grande Portugal com a essência simples e humilde dos portugueses.

Dias depois, numa homenagem à seleção em Viseu, o secretário da Federação Portuguesa de Futebol, Ribeiro dos Reis – também jornalista e ex-selecionador – reforçaria o potencial político da seleção ao asseverar que «foi necessário que Portugal se fizesse representar no campeonato do mundo, para que se ficasse sabendo o que até então era por muitos ignorado lá fora – “que entre espanhóis e portugueses havia diferença de raças”».<sup>182</sup>

Pelo acompanhamento generalizado dos jogos da seleção e pelas sucessivas recepções aos jogadores um pouco por todo o país é possível inferir que o sentimento patriótico de louvor pelos feitos alcançados por onze portugueses não estavam circunscritos a determinada região do país, mas antes atingiam uma verdadeira dimensão nacional.

Eram, assim, várias as alusões ao futebol como uma representação que vai para além do tempo regulamentar do jogo, tendo a capacidade de resgatar a pátria e a raça portuguesa do desconhecimento em que, supostamente, parte da comunidade internacional tinha o país.

O futebol, modalidade popular de fácil compreensão e de exercício combativo, incorporava uma relevância que ultrapassava o desporto. Nessa visão, em Amesterdão tinha estado «em jogo também uma superioridade rática».<sup>183</sup> O jogo adquiria um poder místico, pois os jogadores transportavam a representação da nação, enquanto esta se reunia e unia suspensa na dicotomia vitória/derrota do país.

Se as homenagens se estenderiam no tempo, também a capitalização nacional do resultado de Amesterdão se prolongaria no tempo.

Um mês após a participação em Amesterdão, Ribeiro dos Reis afirmava que o desporto português tinha prestado um grande serviço ao país, recuperando palavras elogiosas à seleção nacional retiradas da imprensa internacional, em particular em periódicos franceses. Reforçava também que mais do que propaganda do futebol, os

---

<sup>180</sup> In *Os Sports*, 11 de junho de 1928, p. 1.

<sup>181</sup> Idem, Ibidem.

<sup>182</sup> In *Os Sports*, 18 de junho de 1928, p. 3.

<sup>183</sup> In *Os Sports*, 11 de junho de 1928, p. 1.

jogadores fizeram «sobretudo uma grande propaganda da nossa terra, circunstância esta que não deve passar despercebida aos altos poderes». <sup>184</sup>

Defendia também que a propaganda do país não se devia basear na burocracia que muitos defendiam, já que a melhor propaganda era aquela que era feita por «todos os países que na Maratona do progresso em que a humanidade anda empenhada, querem a todo o custo chegar primeiro... É a que se destinar a dar a medida exata da nossa inteligência e dos nossos músculos». <sup>185</sup> E colocando-se mais uma vez em situação de igualdade o binómio físico/intelecto, concluía-se que a melhor propaganda o país será tanto conseguida «por meio das nossas embaixadas de cientistas ou de desportistas de homens que se mostrem capazes de vencer na tribuna dos conferencistas e nos estádios onde a força e a destreza imperam como rainhas». <sup>186</sup>

Em Portugal era, assim, a imprensa desportiva que ia insistentemente valorizando a capacidade de representação nacional do futebol, apesar de se manifestar discordante do seu aproveitamento político.

As referências ao descuido do Estado português para com a vertente física e desportiva surgiam com alguma frequência. Afirmava-se que o Estado «pouco ou nada tem feito em benefício da causa desportiva». <sup>187</sup> Lembrava-se ainda que a seleção tinha prestigiado a nação sem que o Estado tivesse efetuado qualquer investimento na representação portuguesa.

As declarações do jornal *Os Sports* parecem indicar a ausência de investimento do Estado no desporto, pelo que, da parte deste, não existiria um plano elaborado para o seu aproveitamento. O que não invalida que aquando do sucesso o mesmo não fosse aproveitado pela política.

Na inauguração do Torneio Olímpico de Futebol de Amesterdão, o presidente da FIFA, Jules Rimet, sublinhava no periódico holandês *Telegraaf* que a dinâmica do futebol ultrapassava o próprio jogo, afirmando que o Torneio favorecia as relações internacionais.

No entanto, alguns episódios iam demonstrando que o desporto podia também ter uma utilização transviada do seu carácter de suposta comunhão entre os povos. Pretendia-se, muitas vezes, através do futebol, demonstrar a superioridade, pelo menos, física de determinada nação.

Assim, em 1928, vislumbrava-se, através do futebol, a efervescente retórica nacionalista associada ao período entre guerras.

No caso português, também os telegramas de felicitação dirigidos à seleção, durante o torneio de Amesterdão, atestam a sua capacidade para unir uma nação. Expressões telegráficas como «tem sua fé patriótica ação irá até final demonstrando ao mundo valor imortal alma lusitana» do Sport Algés e Dafundo, «Honrai a Pátria que a Pátria vos contempla», do Banco Nacional Ultramarino, «continuem erguendo glorioso nome lusitano» da Academia de Coimbra, «confiam mais alto levantareis nossa Pátria» de um grupo de portugueses do Rio de Janeiro, «estão erguendo alto nome Portugal» do Presidente da Comissão dos Padrões da Grande Guerra, ou «A Pátria pede para vencerdes» <sup>188</sup> do Sport Lisboa e Castelo Branco, demonstram a

---

<sup>184</sup> In *Os Sports*, 9 de julho de 1928, p. 1.

<sup>185</sup> Idem, Ibidem.

<sup>186</sup> Idem, Ibidem.

<sup>187</sup> In *Os Sports*, 6 de julho de 1928, p. 1.

<sup>188</sup> In *Os Sports*, 22 de junho de 1928, p. 1.



projeção do sucesso e resumem o potencial de representação patriótica e de unidade da nação.

Para Portugal, o Torneio de Amesterdão representaria o primeiro grande momento de sucesso de uma modalidade até esse momento adotada pelas massas populares e acarinhada pela imprensa desportiva, mas desprezada pelas instâncias políticas e pela classe intelectual. Estas olhavam com desconfiança para os jogadores, dirigentes e adeptos da modalidade em função das referências a episódios tumultuosos ligados ao futebol.

No entanto, o Torneio contribuiria para que, lentamente, os dirigentes políticos e desportivos se apercebessem das vantagens de estabelecer relações entre ambos os campos, em função das virtudes sociais e propagandísticas, favorável aos primeiros, e do apoio regulamentar, organizacional e infraestrutural, benéfico aos segundos.<sup>189</sup>

O discurso da imprensa chegou a integrar, por vezes, referências mais ou menos explícitas ao contexto de conflitualidade política e social que se vivia em Portugal, servindo como fator de união da nação e até como exemplo de sucesso a ser seguido pelo país.

O êxito da seleção e o facto de o sucesso ter ocorrido num contexto internacional iria favorecer a associação do futebol à nação, tendo o discurso de exaltação nacional e da raça portuguesa aumentado na direta proporção do nível dos triunfos obtidos.

Importa referir que a profusa utilização da palavra raça na imprensa da época nem sempre pretendia ter uma conotação de superioridade rácica, sendo também empregue para representar uma determinada especificidade portuguesa, no sentido de se distinguir do oponente, do “outro”.

O mesmo sucede no que refere ao discurso de exaltação patriótica, pois aquele resultaria mais de uma forma de expressão do que de uma ideologia, obrigando o investigador a definir a «possível distinção entre um discurso nacionalista banal e um discurso nacionalista pragmático», sem que o primeiro seja alvo de «maior condescendência analítica» pois a distinção entre o primeiro caso e o nacionalismo ideológico «não permite que se ignore a afinidade e a continuidade entre ambos».<sup>190</sup>

Em regra, neste período, o discurso da imprensa pretendia atestar a importância do papel moral do desporto, denotando uma preocupação com a educação desportiva da população. Assim, não nos parece que, na generalidade das situações, se pretendesse retirar um efetivo aproveitamento político do futebol, ideia reforçada pela circunstância de alguns atores desportivos afirmarem a necessidade de completa autonomia entre as duas áreas.

A propósito da associação entre o futebol e a política, seria afirmado no periódico *Os Sports*: «Não louvamos a ideia. Antes vivamente a combatemos. O desporto, modalidade superior da confraternização humana, nivela todas as profissões e categorias, abdica de todos os credos, deve viver alheio a todas as lutas políticas e sociais».<sup>191</sup>

A censura revelada pelo jornalista à conjugação de interesses entre o futebol e a política acaba por atestar, ao mesmo tempo, o valor político do futebol.

---

<sup>189</sup> Pinheiro, F., *Futebol e Política na Ditadura – Factos e Mitos*, in Tiesler, N. C. e Domingos, N. (eds.), *Futebol Português – Política, Género e Movimento*, Porto: Edições Afrontamento, 2012, pp. 48.

<sup>190</sup> Neves, J., *As Chuteiras Não Têm Pátria – Futebol, Nacionalismo e Tempo*, in Neves, J. e Domingos, N. (eds.), *A Época do Futebol. O Jogo Visto Pelas Ciências Sociais*, Lisboa: Assírio & Alvim, 2004, pp. 95-97.

<sup>191</sup> In *Os Sports*, 11 de junho de 1928, p. 4.

Mas, de facto, a retórica da separação entre o futebol e a política e, ao mesmo tempo, defensora da humildade competitiva no sentido de que o mais importante seria participar nas competições desportivas, esbatia-se quando as vitórias emergiam, sobressaindo com estas o enaltecimento do feito sob uma perspetiva nacionalista e de unidade nacional. Mas tal discurso de associação política seria, no entanto e em muitos casos, inconsciente.

A partir do sucesso da seleção de futebol nos Jogos Olímpicos de Amesterdão, a imprensa e o futebol passaram a estabelecer entre si uma relação mais efetiva, que mais tarde a política também haveria de, em parte, acompanhar.

Porém, a falta de um premeditado e consciente aproveitamento político, não significa a sua total ausência pois, independentemente da escala de intensidade, o aproveitamento existe sempre. Assim, se a retórica nacional, está presente mesmo quando não é intencionalmente promovida, podemos facilmente avaliar o seu potencial discursivo quando o desporto de seleções representativo de um espaço nacional se coloca ao serviço dos Estados – no caso de sucesso internacional – se pré-orientado de forma a legitimar e inculcar a mensagem oficial dos seus governantes. E o aproveitamento torna-se ainda mais atrativo porque pode ser utilizado de forma subliminar, escudado na putativa premissa de que o desporto é uma área neutra e independente da política.

Reconhecendo-se a influência dos meios de comunicação social na representação social, cultural e política do futebol, procurou-se examinar o potencial da seleção portuguesa de futebol como representação nacionalista e como fator de unidade nacional, aquando da participação no Torneio Olímpico de Amesterdão de 1928.

O acompanhamento da imprensa ao primeiro sucesso internacional de uma representação nacional contribuiu para que, através do futebol, se adquirisse uma particular representação política do país. Por outro lado, a imprensa iria também refletir no discurso a sua interpretação da realidade política, não sendo imune ao tempo histórico que se vivia.

Em conclusão, os “heróis de Amesterdão” – seriam os intérpretes de um discurso, elaborado pela imprensa, de comunhão e glorificação nacional, de enaltecimento do futebol, mas também da raça e da nação. Ancorado nos feitos alcançados pela representação portuguesa, esse discurso, não deixaria de sugestionar um registo que englobava a retórica nacionalista da época e a unidade nacional.

Terminaremos com o discurso de António Ferro – enviado especial do *Diário de Notícias* a Amesterdão – após a primeira vitória de Portugal no estrangeiro. No seu estilo revelava-se aquele que viria a ser, a partir de 1933, o diretor do Secretariado da Propaganda Nacional.

No seu discurso encontram-se referências que pretendem revalorizar o passado e servir de modelo para o futuro, afirmando-se a vitória da seleção de futebol como uma lição para o tempo que se vivia:

«E é então que se dá o milagre, o milagre eterno da nossa raça, o milagre... que nasce da nossa alma que pôde sempre mais do que o nosso corpo! Fomos sempre assim, grandes e pequenos... Aljubarrota, sim! E Alcácer-Quibir? (...) Os jornalistas estrangeiros felicitam-me... Ao pé de mim, um jornalista sul-americano pergunta a um espanhol: “Qual daquelas, afinal, a bandeira

portuguesa?”. Sou eu próprio que lha indico, num alvoroço. Amanhã, com certeza, há mais bandeiras portuguesas em Amesterdão...». <sup>192</sup>

### Fontes impressas

*Diário de Notícias.*

*Os Sports.*

*Sporting.*

### Referências

- Billig, M. (ed.), *Banal Nationalism*, London: Sage Publications, 1995.
- Coelho, J. N. (ed.), *Portugal, a Equipa de Todos Nós – Nacionalismo, Futebol e Media*, Porto: Edições Afrontamento, 2001.
- Graber, D. (ed.), *Mediated Politics and Citizenship in the twenty-first century*, Annu. Rev. Psychol, 2004.
- Hobsbawm, E. (ed.), *Nações e Nacionalismo desde 1870*, Lisboa: Terramar, 1998.
- Pinheiro, F., *Futebol e Política na Ditadura – Factos e Mitos*, in Tiesler, N. C. e Domingos, N. (eds.), *Futebol Português – Política, Género e Movimento*, Porto: Edições Afrontamento, 2012, pp. 47-82.
- Pinheiro, F. (ed.), *História da Imprensa Desportiva em Portugal*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 190, 2011.
- Neves, J., *As Chuteiras Não Têm Pátria – Futebol, Nacionalismo e Tempo*, in Neves, J. e Domingos, N. (eds.), *A Época do Futebol. O Jogo Visto Pelas Ciências Sociais*, Lisboa: Assírio & Alvim, 2004, pp. 55-102.

---

<sup>192</sup> Ferro, A., após a vitória contra o Chile, in *Diário de Notícias*, 2 de junho de 1928, p. 1.

# ***Politics beyond Liberalism? Max Weber's Political Thought and the German Critical Juncture of 1917-1919***

**Pedro T. Magalhães\***

## **Abstract**

This paper intends to read the evolution of Max Weber's political thought during the last years of the war and the revolutionary turmoil of 1918-1919 against the background of his major theoretical concerns. Bringing together the social theorist and the politically engaged writer, it aims to show that the answers Weber formulated to the political impasses of modern Germany communicate with the deepest tensions of his thought. In such light, Weberian politics emerges as one of the most complex and ambiguous expressions of the crisis of bourgeois liberalism at the turn of the nineteenth to the twentieth century – a crisis that interwar Europe would be at pains to deal with.

## **Introduction**

Max Weber (1864-1920) was immersed, both as an observer and as a participant, in the crisis of bourgeois liberalism at the turn of the nineteenth to the twentieth century. Such crisis had a double dimension. It was both political and cultural. From the latter point of view, it found its expression in the erosion of the narratives of progress, science and reason, which were being challenged by countercultural movements all over Europe's capitals. In *fin-de-siècle* Vienna, the composer Arnold Schoenberg referred to such cultural panorama as «a death-dance of principles»<sup>193</sup>. From a political perspective, the crisis was driven by the rise of mass politics and the labour movement, which constituted a challenge to the political institutions of nineteenth-century liberalism, provoking a feeling of anxiety amongst bourgeois ranks. In Germany, the political condition of the bourgeoisie was particularly acute. Not only did it watch the rise of the strongest working-class party in Europe, but it had also failed to successfully challenge the dominant role of the aristocracy and its hold on the power structures of the *Obrigkeitsstaat*.

Weber, born into a politically engaged liberal family, was a first-hand witness to the failure of German political liberalism in the second half of the nineteenth-century. Yet, if the Imperial state proved capable of containing both the aspirations of the bourgeoisie and the challenges of working-class politics without significant reform, international politics would make it crumble. The Great War inaugurated a new critical juncture in German politics.

In this paper, I intend to reconstruct Weber's answer to the demands of such critical juncture, showing how his call for a democratic Germany on apparently standard parliamentary lines turns into a plebiscitary-Caesaristic conception of democracy, with strong antiparliamentary traits, in an extraordinarily short period of time. My aim is to prove that such evolution communicates with the deepest tensions

---

\* With a Masters degree in Political Science and International Relations from the NOVA University of Lisbon, he is currently working on a PhD project in Political Science on political representation in Weimar Germany. He has published before in *Revista de História das Ideias* and *Relações Internacionais*  
<sup>193</sup> Quoted by Lawrence Scaff, *Fleeing the Iron Cage*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1989, p. 18.

of his political thought. Far from being a minor episode of journalistic polemics marginal to his substantial theoretical preoccupations, I argue that Weber's political writings from 1917-19 constitute an indispensable interpretive key for a full understanding of his political thought.

In order to do so, I proceed from the abstract heights of Weber's thought to the concrete historical setting of Germany 1917-1919. Firstly, I present and discuss some of the possibilities of making sense of Weber as a political thinker, arguing for the significance of his writings on German constitutional reform. Afterwards, I try to shed some light on the intrinsic tension of Weber's concept of politics, which is torn between the contradictory claims of raw power and meaning, instrumental and value rationality, responsibility and conviction. Such tension will then be seen to operate in the specific predicament of modernity, *i. e.*, amidst the inescapable fate of growing rationalization and bureaucratization of Western society, in a section where I aim to determine the conceptual centrality of charisma in Weber's understanding of the relationship between politics and the iron cage of modern life. From modernity in general to modern Germany in particular, I will lastly trace the evolution of Weber's charismatic politics in the critical juncture of 1917-19. Assuming that only a personal, individualistic version of charisma could hope to prevail under the conditions of modern mass democracy, Weber came to abandon the endorsement of the conventional institutional arrangements of parliamentarism and party politics in favour of the promises of a unitary pinnacle to the political system. The last section sketches some critical considerations on the paradoxes of Weberian politics.

### **Weber as a Political Thinker**

Even if some of the more recent fields of academic knowledge in the humanities try to depict him as one of their founding fathers, few would actually dispute that Weber should also be regarded as a thinker in the elder tradition of philosophy or of the history of ideas. In that time-honoured tradition every thinker is, in one instance or the other, marginally or primarily, a political thinker, to the extent that the themes of power, freedom, equality, oppression, the common good, etc., come up in his writings. And indeed, in most of Weber's writings, some of such themes do take centre stage.<sup>194</sup>

On the other hand, Weber was also actively involved in politics, and some of his political writings bear strong marks of that. They are certainly not, as Weber himself admits, products of "objective" scientific reasoning, but rather the expression of his «ultimate positions» which «cannot be decided by scientific means»<sup>195</sup>. It would, however, be a mistake to discard them on the grounds of their polemicist nature. Firstly, because the majority of the most studied works in the history of political thought were written from a partisan perspective, not in the ever-elusive realm of "pure" knowledge. And additionally, as Scaff notes, one risks «missing what is most important»<sup>196</sup> about Weber by imposing an arbitrary divide between the scientist and the politician.

---

<sup>194</sup> Julien Freund, *The Sociology of Max Weber*, New York, Pantheon Books, 1968, coined Weber's *Economy and Society* as «a sociology of domination» (p. 218) – hence as an eminently political sociology.

<sup>195</sup> Max Weber, «Parliament and Government in Germany under a New Political Order», in Weber, *Political Writings*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994, p. 130

<sup>196</sup> Scaff, *Fleeing the Iron Cage*, p. 4.

Yet, even if we accept that one has to look at the whole range of Weber's writings in order to fully capture him as a political thinker, doubts remain as to the relative importance of his works. From which parts of his bibliography should his thought be predominantly derived? His sociological theory, chiefly expounded in *Economy and Society*? His comparative-historical analysis of world religions and civilizations? Or the writings which deal explicitly with the institutional dimension of politics and relate directly to the political impasses of Weber's time?

I believe that much is to be gained by exploring the latter portion of his bibliography, particularly where it pertains to the dilemmas of German democracy in the turmoil of 1917-19, and reading it against the background of his more general sociological categories, world-historical analyses and cultural concerns. Here, I disagree with Scaff, who, whilst rejecting the pertinence of separating science from politics in the reading of Weber, nonetheless contends that his «actual comments» on the themes of «liberalism, democracy, and “constitutionalism” (...) are few, scattered, and fragmentary», and that «the very problem posed by “democracy” or a “liberal” politics as we have come to accept it in the late twentieth century (...) was simply not Weber's starting point, nor even a part of his central concerns»<sup>197</sup>. For Scaff, it seems, one should disregard or at least relativize the more explicit content of Weber's political writings, which indeed deal predominantly with the issues of «liberalism, democracy, and “constitutionalism”», and focus instead on what they say or imply in relation to Weber's deeper cultural concerns. Contrary to such perspective, others have emphasized the relevance of Weber's political writings, which, according to Beetham, not only «offer a coherent analysis of his contemporary society, and one that compels a reassessment of some of the distinctive themes of his sociology», but also «confront a set of problems of much wider significance than those of Wilhelmine Germany alone: the survival of liberal values in the era of advanced capitalism and bureaucratic organisation»<sup>198</sup>. Differently from Beetham, though, who sees him «as belonging to an essentially liberal tradition»<sup>199</sup>, I shall stress the multiple tensions that permeate Weber's liberalism. Closer to Wolfgang Mommsen<sup>200</sup>, but aiming more at the thinker than at the political actor, I will present Weber as a theorist at the fringes of a liberalism in crisis – a position of utmost complexity and ambiguity.

Now, if it is the thinker one is looking for, the fundamental question of all political thought arises: what is politics for Weber?

### **The Intricacies of the Political: Between Power and Meaning**

The most systematic answer Weber formulated to that question appeared late in his life, in the famous January 1919 Munich lecture on «The Profession and Vocation of Politics»<sup>201</sup>. It starts with a conceptual restriction. His goal is not to consider politics in general, but to look at the specificity of modern politics, which has to do with «the leadership, or the exercise of influence on the leadership, of a *political* association, which today means a *state*»<sup>202</sup>. Modern politics as an autonomous domain of human action is thus circumscribed to the institutional domain

---

<sup>197</sup> *Ibid.*, pp. 153-154.

<sup>198</sup> David Beetham, *Max Weber and the Theory of Modern Politics*, Cambridge, Polity Press, 1985, p. 1.

<sup>199</sup> *Ibid.*

<sup>200</sup> Wolfgang Mommsen, *Max Weber und die Deutsche Politik*, Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1974.

<sup>201</sup> Max Weber, «The Profession and Vocation of Politics», in Weber, *Political Writings*, p. 309.

<sup>202</sup> *Ibid.*, p. 310.

of the state. Indeed, Weber «equated the state with the political in a way that the former successfully occupies the entire terrain of the latter»<sup>203</sup>. Consequently, the nature of modern politics relates to the peculiarity of the modern state, which is rooted in the use or threat of physical violence as its «specific *means*»<sup>204</sup>. As he famously put it, «a state is that human community which (successfully) lays claim to the *monopoly of legitimate physical violence* within a certain territory»<sup>205</sup>. Having established the «intimate» connection between politics, the state, and violence, Weber offers the following definition:

“In our terms, then, ‘politics’ would mean striving for a share of power or for influence on the distribution of power, whether it be between states or between the groups of people contained within a state.”<sup>206</sup>

One cannot overlook the element of conflict that is constitutive of such conception. Politics is a struggle to control or influence the apparatus of the legitimate use of physical force, a struggle for power – either for power’s own sake or in order to further some specific material or ideal interests. The political order at any given point in time is hence seen as the crystallization of the supremacy of one of the power-seeking groups – or of a coalition between some of them – over the others. But that crystallization is only temporary, constantly subject to erosion, open to challenges from the other competitors in the political sphere.

This is the better-known and the more explicit side of Weber’s concept of politics, which every student of the social sciences is presented to at some point. It is a formal concept, devoid of substantive normative content, dominated by a purely instrumental rationality in its relation to «specific *means*», not ends. If such description exhausted Weber’s view of politics, there would hardly be anything intricate or ambiguous about it, and he could unproblematically fit in the tradition of political realism dating back to Machiavelli. But there is more to it.

The other, not so clearly articulated dimension of politics, which complicates and enriches the picture, is alluded to in the realist-formalist view just exposed. Indeed, looking carefully at it, one notices a concept that cannot be reduced to the pragmatics of raw power, understood as the ability to impose one’s will against the resistance of others. It is the concept of legitimacy. The state’s monopoly on physical violence is defined as a legitimate one, that is, recognised by the political subjects as valid and binding. Violence itself does not sustain such belief; it cannot produce its own consensually accepted validity. The *means* do not justify the whole system of domination. For it to be legitimate, a foundation has to be provided, upon which to lay the threat or use of the means of violence. Weber’s well-known ideal types of *legitimate* rule – charisma, tradition, legality – have precisely this foundational significance. They offer the substratum, the content from which actual domination must be derived. Power does not exist in a vacuum, but rather in a given cultural setting. The representations, ideas, values and practices of the latter bestow meaning on the former. And that is the case, as Kalyvas keenly notes, even with the modern rationalized form of legitimacy as legality, since it «is still conditional upon the belief that formal equality, impersonal rule, and abstract procedural fairness represent or

---

<sup>203</sup> Andreas Kalyvas, *Democracy and the Politics of the Extraordinary*, New York, Cambridge University Press, 2008, p. 29.

<sup>204</sup> Weber, «The Profession and Vocation of Politics», p. 310.

<sup>205</sup> *Ibid.*, pp. 310-311.

<sup>206</sup> *Ibid.*, p. 311.

embody deeper normative values»<sup>207</sup>. Hence, in a broader sense, politics is inseparable from culture. And, as Weber contended in one of his war-time political articles, power in its wider dimension, actual «world power (...) in the last analysis means the power to determine the character of culture»<sup>208</sup>, and cannot thus be reduced to the mere marshalling of the apparatuses of violence.

This broader dimension of politics is certainly subterranean in a large number of Weber's political writings. But there can be no doubts that it is there. In the Munich lecture, it surfaces to complicate the apparently straightforward relation between the ethics of responsibility and the ethics of conviction. A superficial reading might suggest that there is a clear opposition between the two. The ethics of responsibility, one would argue, is the appropriate for the politician, because he who plays with the instruments of violence must be ready to account for his actions, whilst the ethics of conviction is politically dangerous, since it disregards the consequences of actions to focus solely on the pureness of intentions. And yet, in Weber's words, «[t]he mere 'power politician' (...) may give the impression of strength, but in fact his actions merely lead into emptiness and absurdity», due to his «superficial lack of concern for the *meaning* human action»<sup>209</sup>. Even if «the eventual outcome of political action frequently, indeed regularly, stands in a (...) paradoxical relation to its original, intended meaning»<sup>210</sup>, to live *for* politics, as opposed to the sheer self-interest of living *off* politics, requires a substantive cause:

“[S]ome kind of belief must always be *present*. Otherwise (and there can be no denying of this) even political achievements which, outwardly, are supremely successful will be cursed with the nullity of all mortal undertakings.”<sup>211</sup>

Hence, responsibility and conviction are not mutually exclusive. They must be reconciled somehow in an intrinsically tensional ethics of the political. And they mirror the duality of Weber's concept of politics.

### **Politics, Charisma, and the Iron Cage**

How does this conceptual tension translate into analytic historical discourse? Let us consider again the three types of *legitimate* rule. As social scientific ideal-types they are trans-historical categories, which can have explanatory power in various different contexts. Nonetheless, in broad world historical terms, there is an implicit linearity to their succession. To sum it up rather crudely: it all starts with charisma – be it individual or collective –, force of habit and precedent make tradition out of it, which in turn is rationalized to give rise to modern legality. But charisma is not merely the starting point of legitimacy. In actual fact, it is its focal point.

Indeed, only charisma possesses a legitimating force of its own, because of its direct intervention into the cultural realm of significations, representations, values and beliefs within which domination is exercised and with reference to which it must be justified. Only charisma can introduce change and novelty in that realm, question existing representations of reality, and propose alternative meanings and ideas. As

---

<sup>207</sup> Kalyvas, *Op. cit.*, p. 50, n. 21.

<sup>208</sup> Max Weber, «Between Two Laws», in Weber, *Political Writings*, p. 76.

<sup>209</sup> Weber, «The Profession and Vocation of Politics», p. 354.

<sup>210</sup> *Ibid.*, p. 355.

<sup>211</sup> *Ibid.*



Weber puts it, «charisma, in its most potent forms, disrupts rational rule as well as tradition altogether» and «is indeed the specifically creative revolutionary force of history»<sup>212</sup>. In contrast, tradition and legality operate in a fixed cultural framework. They correspond to the solidification of culture, and hence bestow the system of rule with a derivative form of legitimacy. Expressions like «hereditary charisma», «routinized charisma» or «charisma of office», where charisma meets tradition or legality, convey precisely a mediated form of legitimacy, which has moved away from its original source. Charisma, thus, as the root of legitimacy, is essential to politics, particularly in the broader dimension of the latter. So, it is not surprising that, in the politics lecture, after presenting the three ideal-types – with a significant approximation of legality to bureaucratic rule –, Weber chooses to focus strictly on charisma.<sup>213</sup> Let us do the same.

To further complicate the picture, it appears that, similarly to the concept of politics, there are also two versions of charisma in Weber's work: a collective and a personal one. Weber borrowed the concept of charisma from Rudolf Sohm's historical interpretation of Canon law. It has, thus, a theological origin, and, in that original sense, points to a collective entity. Sohm used it to describe the divine power that ruled the early Christian community, as opposed to the later legalistic and bureaucratic development of the Roman Church. As Kalyvas notes<sup>214</sup>, in Weber's pre-war studies on the sociology of religion, charisma and charismatic politics appear predominantly in this collective version, as religious movements struggling for the control of the cultural realm of representations, symbols, values and ideas that constitutes the ultimate source of political legitimacy. By contrast, in his later political writings, when Weber explicitly confronts the predicaments of modern mass politics, charisma reappears in a strictly personal version, focusing on individual leadership. How to account for such a shift? Maybe there is no definitive, fully satisfying explanation. But if some understanding is to be gained, one certainly has to focus on Weber's narrative of modernity as an irresistible process of rationalization and bureaucratization.

In fact, as Löwith has argued, Weber's sociology of religion, where his collective version of charisma is located, can be conceived as part of the broader project of a «sociology of rationalism»<sup>215</sup>. In the fight for hegemony over the realm of substantive values and ideas, competing charismatic religious movements seek the support of as many followers as possible. So, their doctrines become increasingly abstract, universalistic, rationalized, in order to transcend class and status barriers.<sup>216</sup> And, once one of such movements attains supremacy, once its ethos becomes that of society as a whole, it proceeds to crystallize domination in fixed practices and norms:

“Charisma is a phenomenon typical of prophetic movements or of expansive political movements in their early stages. But as soon as domination is well established, and above all as soon as control over large masses of people exists, it gives way to the forces of everyday routine.”<sup>217</sup>

---

<sup>212</sup> Weber, *Economy and Society*, Berkeley, Los Angeles and London, University of California Press, 1978, p. 1117.

<sup>213</sup> Weber, «The Profession and Vocation of Politics», pp. 311-312.

<sup>214</sup> Kalyvas, *Op. cit.*, pp. 20-21.

<sup>215</sup> Karl Löwith, *Max Weber and Karl Marx*, London and New York, Routledge, 1993, p. 63.

<sup>216</sup> Weber, *Economy and Society*, p. 1180.

<sup>217</sup> *Ibid.*, p. 252.

Now, the singularity of Western modernity is that its «forces of everyday routine» have emancipated themselves from their charismatic religious roots and taken a life and logic of their own. Protestant asceticism might very well have infused «the struggle to rationalize the world»<sup>218</sup> which originated modern capitalism and science, but with the triumph of rationalism the transcendental substratum could eventually be discarded<sup>219</sup>. At this point, rationalization turns into secularization, and the struggle between charismatic religious movements recedes. They are, thus, an essentially pre-modern phenomenon.

On the other hand, the process of secularization is not just about the decline of religion, but it also brings with it the erosion of the very realm of meaning and ideas on which the religious movements operated. When the spirit withdraws, the cage of modernity appears in its iron nakedness, as a purely materialistic construct. That, in turn, threatens the very existence of politics in its broad, cultural, charismatic conception. On the face of such developments, Weber might have envisioned the possibility of salvaging both politics and charisma only in the hands of the very few capable of rising above the pervasive «loss of soul»<sup>220</sup>, that is, in the hands of heroic, charismatic leaders. Indeed, in the German critical juncture of 1917-19, his constitutional proposals are essentially aimed at enabling the assertion of charismatic, individual political leadership.

### **Charismatic Politics in Modern Germany 1917-1919**

The two most important political studies that Weber wrote during the World War deal chiefly with the issues of democratization («Suffrage and Democracy in Germany») and parliamentarization («Parliament and Government in Germany under a New Political Order»). Having been written as pamphlets or newspaper articles, they were meant as interventions in the German public debates on the reform of the highly unequal Prussian three-tier electoral system and on the extension of parliamentary prerogatives at the *Reich* level. As regards democratization, universal suffrage was, quite simply, a necessary consequence of the rationalization of modern politics. Contrary to what some «political litterateurs» argued, a return to an idealized organic conception of the medieval *Ständestaat* was completely out of the question, and mass democracy just had to be acknowledged.<sup>221</sup> On the issue of parliamentarism, in turn, Weber attempted to rescue personal charisma from the seemingly irreversible processes of rationalization, bureaucratization and loss of meaning.

#### **From an elitist parliamentarism...**

In 1917, Weber sees the extension of parliamentary powers, above all, as a means to further the rise of political leaders. A parliament condemned to sterile protesting, such as the *Reichstag*, would leave effective power unchallenged and unchecked in the hands of the ever-rising state bureaucracy. Only a «*working*» parliament, that is, one which had the right and the resources to continuously control

---

<sup>218</sup> Max Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, London and New York, Routledge, 1992, p. 64, n. 30 (on p. 181).

<sup>219</sup> Max Weber, «Science as a Vocation», in H. H. Gerth and C. Wright Mills (Ed.), *From Max Weber: Essays in Sociology*, New York, Oxford University Press, 1947, p. 139.

<sup>220</sup> Weber, «The Profession and Vocation of Politics», p. 350.

<sup>221</sup> Max Weber, «Suffrage and Democracy in Germany», in Weber, *Political Writings*, pp. 98-103.

the bureaucracy, could favour the emergence of leading politicians.<sup>222</sup> Yet, the spectre of bureaucratization was not restricted to the administrative apparatus of the modern state. Parliaments were themselves increasingly dominated by thoroughly bureaucratized organizations, namely: the political parties. If that was the case, however, wouldn't parliamentary government, whose fundamental function was to supervise the administrative apparatus, be reduced to the control of the higher ranks of the state bureaucracy by the higher ranks of the party bureaucracy? According to Weber, even if it were so, there would still be an important difference between the pinnacle of an administrative apparatus and that of a bureaucratized political party: the process of selection. Whereas the state official acquired its position through specialized training and the channels of strictly defined procedures, the party leader had to prevail in the public struggle for personal power and responsibility, both within and outside his party. In this process of self-affirmation, he developed the charismatic qualities that characterized true political leadership. Once in a position of effective power, he would thus be able to control the otherwise obscure workings of the state administration. And this was the admittedly limited sense in which democracy was at all possible, in the context of mass politics: as public control of the state bureaucracy by the political representatives of those – the citizens – who are ruled by that very same bureaucracy.<sup>223</sup>

However, this minimal conception of parliamentary-democratic government is only half the story. Its flipside is a rather maximalist view of the power of the political leader as such. As Mommsen keenly notes, Weber's parliamentarization programme of 1917 was missing a keystone: the legal binding of the nomination and dismissal of the head of government to a parliamentary vote.<sup>224</sup> This marked a reversal of the traditional liberal priorities of parliamentary government. For Weber, the point was to further the rise of charismatic leaders, not to subject leadership to the control of the collective – and thoroughly bureaucratized – chamber. Mass democracy, contrary to what one might perhaps expect, was taking the elitist dimension of politics to new extremes. For sure, its significance lay in the extension of the realm of affirmation of the political leader. Whereas, in the context of classic liberal parliamentarism, he had had to fight for recognition and power within a restricted circle of notables, now he had to gain the trust and the belief of the masses. That extension of the base, however, entailed a strong contraction of the top. The political elite was effectively reduced to the leading personalities of government exercising personal power, while the members of parliament were increasingly degraded to the role of mere followers, embedded in bureaucratized organizations.<sup>225</sup> The authority of charisma could live on solely in the pinnacles of government (or of the opposition).

### **... to the triumph of presidential Caesarism**

It is clear that such contraction of the political elite can easily turn anti-parliamentarist, as soon as parties and parliaments prove effectively incapable of furthering the rise of charismatic personalities. After the revolutionary upheaval of November 1918, Weber arrived precisely at that conclusion. For him, not only the monarchy, but also parliament and the party machines that dominated it lay discredited after the war. Surely, political parties were a necessary element of modern

---

<sup>222</sup> Weber, «Parliament and Government», pp. 176-77.

<sup>223</sup> *Ibid.*, pp. 160-161. And also Weber, «Suffrage and Democracy», p. 126.

<sup>224</sup> Mommsen, *Op. cit.*, pp. 196-205.

<sup>225</sup> Weber, «Parliament and Government», p. 174.

politics. Yet, they seemed unable to rise to the challenges of the hour and to renew their leaderships accordingly. To Weber, the elections to the constituent National Assembly, held in January 1919, constituted a clear proof of this. The places on the electoral slates that should have been occupied by potential political leaders were instead given to «political ‘shopminders’»<sup>226</sup> with no inner political vocation. This was favoured by proportional representation with closed lists, whose pernicious effects were only beginning to show. On the horizon stood a parliament of mere delegates of particular, mainly economic interests, incapable of fulfilling its task of training and selecting political leaders. Regarding parliamentarization, thus, the revolution totally reversed Weber’s priorities:

“Previously, when we had an authoritarian state, one had to argue for the power of the majority in parliament to be increased, so as to raise, at long last, the importance and therefore the quality of parliament. The situation today is that all constitutional proposals have succumbed to crude, blind faith in the infallibility and omnipotence of the majority – of the majority in parliament, that is, not of the people. We have gone to the opposite, but equally undemocratic extreme.”<sup>227</sup>

The substitution of the *Kaiser* by a president of the *Reich* was the pivotal point for the development and final crystallisation of Max Weber’s quest to affirm politics as personal charisma in a world inevitably marked by impersonal, abstract, bureaucratized forms of rule. Shortly after the presidential election of Friedrich Ebert by the National Assembly, Weber vigorously stressed the necessity of direct popular election of Ebert’s successor. Beyond that, he viewed the presidency as the *locus* of true democratic leadership, above parliament. The latter, indeed, seemed to be facing its historical twilight. In a revealing analogy, Weber contended that just as the more intelligent monarchs had once voluntarily ceded their powers to the emerging parliaments, these should now recognise the «Magna Charta of democracy»:

“A popularly elected president, as the head of the executive, of official patronage, and as the possessor of a delaying veto and the power to dissolve parliament and to consult the people, is the palladium of genuine democracy, which does not mean impotent self-abandonment to cliques but subordination to leaders one has chosen for oneself.”<sup>228</sup>

In the politics lecture, Weber paints the last brushes of such plebiscitary-Caesaristic vision of democracy. Degraded to the workings of a thoroughly bureaucratized, factional interest politics, parliaments failed as instances of political leadership. In order to overcome such limitations, the presidential head of the executive had to be elevated and isolated above the party and parliamentary cliques, thus opening up an enormous rift between creative activity at the top and utter passivity at the bottom. So as to remain at the disposal of the leader as «a useful apparatus», «the following has to obey blindly» and undergo a process of «spiritual proletarianisation». That price had to be paid:

“[T]he only choice lies between a leadership democracy with a ‘machine’ and democracy without a leader, which means rule by the ‘professional

---

<sup>226</sup> Max Weber, «The President of the Reich», in Weber, *Political Writings*, p. 306.

<sup>227</sup> Weber, «The President of the Reich», p. 307.

<sup>228</sup> *Ibid.*, p. 308.

politician' who has no vocation, the type of man who lacks precisely those inner, charismatic qualities which make a leader."<sup>229</sup>

In Weber's final model of a plebiscitary leadership democracy, personal charisma subsists at the cost of massive «spiritual proletarianisation».

### **Conclusion: Towards a Re-enchanted Liberalism?**

How does Weber's 1919 president of the *Reich* answer the dilemmas of his tensional concept of politics and of the crisis of legitimacy that accompanies the rise of the iron cage of modernity? An exhaustive assessment of such question would go far beyond the scope of this paper. Nevertheless, let us run the risk of sketching a tentative reply.

As far as the balance between the realist-formalist conception and the broader cultural understanding of politics is concerned, it seems that it is decisively skewed in favour of the former. In the plebiscitary leader, little is left from charisma as «the specifically creative revolutionary force of history». Weber never talks about the modern charismatic political leader as someone who challenges the existing system of values and tries to advance new meanings and representations of reality. On the contrary, the leader is located within an instituted constitutional reality based upon fixed symbolic foundations, which he is supposed to help preserve. He is, indeed, conceived as the last decider – more precisely, the last decider before the people, to whom he can appeal directly – within the constitutional system, trusted with the task of breaking through the latter's own admitted shortcomings. He has great power and with it great responsibility, but conviction and meaning lag behind. The cause he «lives 'for'» may give «his life *meaning and purpose*»<sup>230</sup>, but these are not to be extended to and shared with the spiritually proletarianized following, whom he tries to win over by controlling the political «machines» and exploiting the means of propaganda. The cause is the leader's own personal endeavour, which he pursues independently from his followers, as «the devotion of his adherents (...) is focused on his person and his qualities»<sup>231</sup>, not on a shared purpose. Is this the way towards re-enchanting liberal politics or rather, as Kalyvas has put it, to a «de-charismatizing of charisma»<sup>232</sup>?

Löwith has argued that, whilst «Marx proposes a therapy», «Weber has only a 'diagnosis' to offer»<sup>233</sup>. But maybe, as Müller remarks<sup>234</sup>, beyond the diagnostician he was also a symptom – of a liberalism that recognizes its own crisis and tries to reinvent itself. But must it not, in the process, become or lead to something else?

### **References**

Beetham, D., *Max Weber and the Theory of Modern Politics*, Second Edition, Cambridge, Polity Press, 1985.

---

<sup>229</sup> Weber, «The Profession and Vocation of Politics», p. 351.

<sup>230</sup> *Ibid.*, p. 318.

<sup>231</sup> *Ibid.*, p. 313.

<sup>232</sup> Kalyvas, *Op. cit.*, p. 74.

<sup>233</sup> Löwith, *Op. cit.*, p. 48.

<sup>234</sup> Jan-Werner Müller, *Contesting Democracy*, New Haven and London, Yale University Press, 2011, p. 26.

- Freund, J., *The Sociology of Max Weber*, New York, Pantheon Books, 1968.
- Kalyvas, A., *Democracy and the Politics of the Extraordinary: Max Weber, Carl Schmitt, and Hannah Arendt*, New York, Cambridge University Press, 2008.
- Löwith, K., *Max Weber and Karl Marx*, London and New York, Routledge, 1993.
- Mommsen, W. J., *Max Weber und die Deutsche Politik 1890-1920*, Second Expanded Edition, Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1974.
- Müller, Jan-Werner, *Contesting Democracy: Political Ideas in Twentieth-Century Europe*, New Haven and London, Yale University Press, 2011.
- Scaff, L. A., *Fleeing the Iron Cage: Culture, Politics, and Modernity in the Thought of Max Weber*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1989.
- Weber, M., «Science as a Vocation» in H. H. Gerth and C. W. Mills (ed.), *From Max Weber: Essays in Sociology*, New York, Oxford University Press, 1947, pp. 129-156.
- \_\_\_\_\_, *Economy and Society*, Berkeley, Los Angeles and London, University of California Press, 1978.
- \_\_\_\_\_, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, London and New York, Routledge, 1992.
- \_\_\_\_\_, *Political Writings*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

## ***Contribution of British West Africa to British Reconstruction 1919-1939***

**Fewzi Borsali\***

### **Abstract**

Britain's task of reconstruction as an imperial power was not easy in the new interwar geopolitical context: new challenging stronger powers and a few imperial disturbances. The interwar coalition and national governments had to depart from laissez faire to state intervention and some kind of protectionism, encouraging emigration to colonies whose contribution, formulated in the 1929 Colonial Development Fund, was designed primarily to alleviate unemployment though financial assistance aimed at increasing colonial demands for British goods namely steel, iron and textile. West African contribution to Britain's recovery was made possible due to the lack of local competitive industries, through control over trade protected by preferential tariffs, and undoubtedly by the unchallenging constitutional, and political reformism, exclusion of the intellectual productive forces from policy and decision making, and slow development of education and technology, in other terms by forced and consolidated integration into the imperial production pattern.

### **Introduction**

Being historically an inherent part of human existence, wars constitute strong evidence of questioning and challenging a predominant world order, resulting in destruction and preceding reconstruction. This long process of reconstruction involves the necessity to restore peace and preserve social stability through better economic opportunities, scientific and technological development, together with an influential and acceptable ideology that would reinforce reconstruction of collaboration. Being an imperial power, Britain had to adjust her potential to the new postwar context characterized by emerging stronger powers, anti-imperialist trend, economic constraints, social unrest and colonial disturbances. She had had to rely on the assistance of her dominions and colonial possessions during WWI without which her supremacy might have collapsed. Postwar reconstruction involves not only her internal economic recovery but also the integration of her colonies into either the new international relations of production in conformity with laissez faire and Trusteeship principles or a protectionist colonial production pattern within which the colonies in general and West Africa in particular would forcibly contribute to the consolidation of the metropole and subsequent preservation of the Empire. The paper attempts to examine then the international and British context within which commercial, economic and sociopolitical factors in the West African colonies contributed directly or indirectly towards Britain's reconstruction in the interwar period.

---

\* B.A degree in English in 1976 with extra studies in Law and Sociology 1974-1977 at Oran University, Algeria, followed by a Ph. D in History, Aberdeen University, UK, 1983. Held various administrative and academic posts at Oran and Adrar Universities, Algeria, and teaching and carrying research on West African History.

## **International and British Context**

The First World War, called the Great War, that began in July 1914 and ended in November 1918, expressed resurgence of other imperialist powers and their challenge to Britain's supremacy as the world's leading producing, trading and financial center; undermining her monopoly on international transactions, and indirectly compelling her to take a number of wartime measures in order to preserve financial and social stability such as imposition of import taxes in 1915, and control of food distribution and consumer prices, abandoning thus partly her long-standing philosophy of *laissez faire* and committing herself instead to some kind of state intervention and protectionism. Britain's postwar reconstruction could not be confined exclusively to her internal economy, for it depended on the readjustment of the balance of power in the world, the new geopolitical context, the relations with her dominions and colonial territories which altogether had enabled her to dominate the prewar world market, and were to determine her postwar status.

The 1919 Treaty of Versailles which marked officially the end of the Great War, forced Germany to pay punitive war reparations and cede her colonial territories to the victors; partitioned Austria–Hungary into several successor states, including Austria, Hungary, Czechoslovakia and Yugoslavia, and disintegrated the Ottoman Empire by the Treaty of Sevres of 1920. On the other hand, The Russian Empire experienced a communist revolution in October 1917, witnessing the formation of new independent states on her western frontier: Estonia, Finland, Latvia, Lithuania and Poland. In conformity with the resolutions of the Treaty of Versailles and American President Wilson's 14th Point, the League of Nations was established in June 1919. Though this international institution was supposed to ensure peace and collective security in the world, it lacked strength because of the isolationist USA, opposition to USSR membership until 1934, initial exclusion of Germany until 1926, and then the withdrawal of the latter and Japan in 1933, followed by Italy's in 1937. Challenge to the world order and to Britain became real in the 1930s with Japan's 1931 invasion of Manchuria in Northern China constituting thus a threat to European interests in the Far East. Four years later, Fascist Italy's invasion of Abyssinia, the gradual rise of Fascist Germany and her reoccupation of the demilitarized zone of the Rhineland, division among European powers with respect to the Spanish Civil War, annexation of Austria, Czechoslovakia and Poland were all but strong signs of a second apocalypse.

Within this context Britain had to adjust her policy of economic reconstruction disrupted by the War making her and other major European powers into debtors to the USA. A postwar boom enabled her to start repairing her badly-damaged economic machine, but she collapsed into a severe slump in 1921-22, followed by a weak and uneven upswing until 1929. The postwar crises were due to a number of factors which some economists attributed to the governments' difficult tasks to redeploy both material and human resources to peacetime uses. They had to adjust the outdated industry to the new technological innovations and management performance in order to recover, and provide further training to labour so as to adapt to technologically-sophisticated new industries of the 1920s. Besides, the government had to face the increasingly committed trade unions claiming higher wages, better working conditions and shorter hours. The concession made for reduced weekly working hours down to 47 without corresponding cut in weekly wages, obviously caused the owners' dissatisfaction. This culminated later in the 1926 general strike which ended with the defeat of the workers having their wages cut and general strikes made illegal by the Trade Disputes and Trade Unions Act of 1927. Industrial relations briefly improved



but the 1929 world financial crisis affected British export markets, production, leading to cuts in public expenditure and thus increasing unemployment the figures of which had risen to 2,500,000 by December 1930 and topping to 2,700,000 in June 1931.<sup>235</sup> The stabilizing impulse came from policy at home under the National Government which decided to devalue the pound by 30%, to abandon the gold standard in September 1931 and reduce the Bank of England's discount rate so as to put a stop to the crisis.<sup>236</sup>

These interwar difficulties affected the British political scene characterized by the decline of the Liberal Party, consolidation of Labour and the formation of nine governments, five of which included the different political groups, as coalition or national governments under Lloyd George (1918-1922), MacDonald (1931-1935), Baldwin (1935-1937), and Chamberlain (1937-1940). Otherwise, Labour succeeded to form a short-loved government in 1924 and a second between 1919-1931 both under the leadership of MacDonald whereas the Conservative Party formed three governments under Bonar (1918-1922), and Baldwin (1923-1924 and 1924-1929). Their major common concern was how to reduce unemployment and keep stability both at home and in the Empire.

### **Imperial and Colonial context**

The contribution of the dominions and colonies in financial, material and human resources during the Great War could but indicate consolidation of views expounded by Chamberlain, Secretary of State (1896-1901) with respect to the use and protection of the Empire. Following WWI a new policy of Trusteeship was formulated by the League of Nations and expounded in Lord Lugard's book "The Dual Mandate in British Tropical Africa" (1922) whose belief was that colonial rule should be based on cooperation and mutual interest rather than on crude exploitation. Efforts at cooperation and assistance within the Empire became necessary since British monopoly on international trade had been disrupted by the War and the emergence of new commercial rivals. British officials had to reconstruct their conception of colonial collaboration through the various Imperial Conferences<sup>237</sup> which would, in their opinion, constitute a more profitable way for solving Britain's postwar problems, the colonies continuing their role of suppliers of raw materials badly needed in the postwar reconstruction. In fact, the Empire Resources Development Committee, formed in 1916 under the Auspices of Lord Milner (Secretary of State for War 1918-19, and for the Colonies 1919-1921), stressed that "the colonial assets should be taken over and exploited on a large scale by the British Government and the profits should be used to pay off Britain's debt."<sup>238</sup> Former Colonial Governor of Nigeria, F Lugard was convinced that the State could derive profits from its tropical estates by controlling production, trade, and exports of certain special products.

By 1921, considering the better financial situation in some colonies resulting from the immediate postwar boom, Colonial Office adviser, Sir James Stevenson, set

<sup>235</sup> Miliband, R., *Parliamentary Socialism: A Study in the Politics of Labour*, Merlin Press, London, 1972, p 169

<sup>236</sup> Sir Barker, E, Sir Clark, G., Vaucher, P., *The European Inheritance*, Vol. III, OUP, London 1956, p 225

<sup>237</sup> Colonial conferences started in 1887, and then took place in 1884, 1902, 1907, 1911, 1917, 1918, 1921, 1923, 1926, 1930, 1932, 1937.

<sup>238</sup> Fox, W., "Payment of War Debts by Development of Economic Resources" *United Empire*, Jan 1918, p 175. quoted in George, M., Exeter University, *The British Government and Colonial Economic development with particular reference to BWA 1919-1939*, Ph. D 1976, p.23

out the details of colonial development projects and urged colonial governors to place orders for the purchase of British manufactured goods, which would partly contribute to solving the problem of unemployment in Britain for which a Cabinet Committee on Employment was set up in September 1921. Postwar growing interest in the exploitation of colonial resources found expression in the creation of a Colonial Research Committee in 1922, and that of the Empire Cotton Growing Corporation in 1923, and in the various colonial or imperial conferences, namely the Imperial Economic Conference of 1923 which examined the economic relations between the several parts of the Empire and all aspects of international trade. Its resolutions covered Imperial preference, oversea settlement, co-operation in financial assistance to Imperial development, economic defence, and the setting up of an Imperial Economic Committee etc.<sup>239</sup> WWI brought a sharper focus to long-held views about the desirability of 'imperial self sufficiency' within world trade.

The Conservative Colonial officials, Leopold Amery, Secretary of State (1924-1929) and his Under-secretary W. Ormsby Gore (from 1922 to 1929, with a brief interruption during the short-lived Labour government of 1924), stressed the need to encourage investment in research and development in the colonial Empire; but their proposal was rejected by the Treasury which was opposed to commit British money to colonial development and to depart from the guiding principles of laissez faire and colonial financial self-sufficiency. The Treasury had to be persuaded that investment of British taxpayers' money in the colonial Empire would serve directly metropolitan interests. This Conservative approach to colonial development was supported by Labour officials during their first short-lived government (Jan. 1924-Nov.1924), except for preferential preference and the establishment of an Imperial Economic Committee, for the Labour Government did not consider the promotion of Empire trade as a solution to Britain's export problems. Some of Labour officials went on even to recommend international supervision over the colonies, and in this case, one may have expected to see Labour depart from the prevailing trend of imperial domination, so as to eventually impose its philosophy of socialism, and subsequently grant self government or event independence to the colonies. But Labour like the Conservative Party or the Liberals could not abandon profitable economic assets and imperial power in the name of ideals or unrealistic humanitarianism when such assets were very badly needed.

J.H Thomas, the Labour Colonial Secretary, proposed the setting up of an East African Committee comprising representatives from the three major political parties, Ormsby-Gore (Con.), Church (Lab), and Field (Lib), whose recommendations led later to the establishment of an Empire Marketing Board and the Loan Act in 1926, the object of the latter being to facilitate the construction of a bridge and railway lines which would provide for further demands of iron and steel as well as engineering from Britain with a view to alleviating unemployment and securing political stability. The Colonial Office Conservative Colonial Secretary, Leo Amery, had to convince both Prime Minister Baldwin (1924-1929) and the Treasury of the usefulness of colonial development in the promotion of British manufacture. Following the Hilton Young Commission's Report to East Africa in January 1929, the Treasury became less reluctant to the idea of a development fund. In a memo submitted to the Cabinet on Colonial Development in relation to the problem of unemployment, L. Amery underlined the following: " we have asked too much of the colonies, and have offered too little ourselves for what is, after all, our problem, and unless we change these lines, we shall continue to arrive at the same negative results when the colonies are

---

<sup>239</sup> Colonial Office List, 1940, p, lxxvii

asked to do more than they are already doing." <sup>240</sup> Leo Amery's policy of Colonial Development Fund, from which interest charges on loans for development projects involving orders in Britain could be met for a number of years, was taken into consideration by the Labour Government (June 1929 – August 1931). Besides this approach to solving Britain's unemployment problems, British politicians, including even trade union officials thought of encouraging people to emigrate and settle in the Empire. Development of the colonies was considered as Britain's War of Independence from US debts and a means to secure her prewar international position.

### **Colonial Development Fund 1929**

When Labour formed its Government under the Premiership of M. MacDonald, Parliament voted the Colonial Development Fund providing for an expenditure of £1 million pounds a year to invest in such projects which would absorb unemployment. One can read in Hansard the following: "in doing so will contribute not only to the welfare of the inhabitants of the colonies concerned, but also, both directly in orders for the equipment of railways and other public works, and indirectly in the general expansion of trade, to the creation of much needed employment in this country."<sup>241</sup> It was argued that by linking the British economy to the overseas economies, both uninterrupted supplies of raw materials and soft markets for manufacturers could be guaranteed. The Act provided money mostly for adopting improved machinery and equipment for cultivation and for the preparation of agricultural produce for the market, improving internal transport and communications, constructing and improving harbours, developing fisheries, forestry, surveys, drainage and irrigation of land, water supplies and the water power, the distribution and supply of electricity, mineral resources, scientific research, instruction and experiments in the science, methods and practice of agriculture and industry, marketing of produce, and promoting public health.

The implementation of the Act faced initial difficulty with the occurrence of the 1929 financial crisis that hit the capitalist world as a whole. The Imperial Conference held in London one year later under the chairmanship of PM MacDonald, examined a number of questions among which was the promotion and development of inter-imperial trade, but it was decided to adjourn the full discussion to the following Ottawa Imperial Economic Conference in July 1932. During this Conference, the five subjects that were of primary importance concerned the promotion of trade within the Commonwealth, customs administration, commercial relations with foreign countries, monetary and financial questions and methods of economic cooperation. The result of the slump was a trend to protectionism and abandonment of free trade. As far as inter imperial trade was concerned, it was resolved to grant additional preferences for imperial goods by raising duties on foreign goods, and lowering duties on UK ones. In fact, the postwar period proved to be difficult for the survival of laissez faire or liberal capitalism; and despite their divergences as to the best way to solve the economic crisis, economists like British J. Atkinson Hobson, and J. Maynard Keynes, seemed to focus on state intervention and investment in some economic activities so

---

<sup>240</sup> National Archives, CAB 24/203/ CP 110/ quoted in Meredith, op.cit p.72

<sup>241</sup> Hansard, July 12, 1929, cols 1299, 1300) quoted in Niculescu, B., *Colonial Planning, A comparative Study*, George Allen and Unwin Ltd, London 1958, p.59

as to increase consumption and consequently demand, which would in turn promote industrial production and secure employment.<sup>242</sup>

Though the Colonial Development Fund of 1929 provided for £1million a year, the British Government could spend only £8.875,083 million until 1940, when it enacted the Colonial Development and Welfare Act coinciding with WWII. The 1929 allocations were intended to cover only the capital costs of any scheme, with the colonial governments meeting recurrent costs, concentrating resources on schemes most relevant to metropolitan industrial interests. Nearly 1/4 of all allocations to Africa, were directly related to the fortunes of the British iron and steel industry by financing the Zambezi Bridge, the railway construction from Beira to Nyasaland, and supplying a low interest loan to a British company through the Sierra Leone Government for the exploitation of newly discovered deposits of high-grade iron ore. Out of this expenditure Gambia received £25,265,000. Gold Coast £161,348,000, Nigeria £330,453,000, and Sierra Leone £632,633,000. Some of the African Commodities that were imported to the UK were important for they were diverted to hard currency markets, providing Britain later with net dollar earnings at the rate of \$200m a year<sup>243</sup>.

### **Commercial and economic factors**

The integrated colonial export-oriented economy suffered some disruption in international trade during the War, but it witnessed a short boom with increasing demands for colonial agricultural produce rising also in their value in 1919 and 1920, followed however by a slump in 1921-1922 causing a decrease in colonial exports and production. A subsequent small recovery brought improved terms of trade and better incomes until 1929 when a financial crisis hit the capitalist world. Disruption of colonial trade did not affect substantially Britain's trade as a whole for it represented only 6.4% of her total trade, compared to 40.6% with Europe and 32% with North and South America a few years before the War. By 1931, the Colonial Empire made up only 10 % of Britain's exports.<sup>244</sup> However, F Pedler refuted the argument as to Britain's stagnating trade with West Africa; he indicated that the value of exports increased from £1,328,000 in 1888 to £13,072,000 in 1913 and later to £26,000,000 in 1938.<sup>245</sup> West African farmers were encouraged to grow some of the major primary products which were needed in Europe and in America: cocoa, cotton, rubber, and groundnut. The West African primary products enabled Britain to save foreign currency such as in the case of importing cotton from Nigeria and East Africa instead of importing it from America, and to earn foreign currency with the sale of palm oil and groundnuts to hard currency zones. In fact, the UK absorbed 83% of Nigeria's total exports and 45% from the Gold Coast in 1919 while still keeping control over 59% and 75% respectively in 1939.

---

<sup>242</sup> Hodgart, A., *The Economics of European Imperialism*, Edward Arnold, London, 1977, p 25. and 66-68.

<sup>243</sup> <sup>243</sup> Source: Colonial Office Colonial Development Advisory Committee: Eleventh and Final Report, Chairman: Alan Rae Smith, 14 October 1940, See also Fabian Colonial Bureau, *Commonsense and Development*, p 16-17

<sup>244</sup> Sir Pedler, F., "British Planning and Private Enterprise in Colonial Africa," p 104, in Peter Duignan and L.H Gann *Colonialism in Africa 1870-1960, The Economics of Colonialism*, Vol. 4, CUP Cambridge, 1975, pp95-126

<sup>245</sup> Brett, E.A *Colonialism and Underdevelopment in East Africa: The Politics of Economic Change 1919-1939*, Heinemann, London, 1973, reprinted 1978., p 115

Table 1: Value of total exports from Nigeria and percentage to the UK

	Total (£)		Total (£)	%		Total (£)	%	
		%						
1919	14,675,789		<b>1926</b>	16,681,310	56	<b>1933</b>	8,693,095	38,94
1920	16,956,270		<b>1927</b>	15,674,440	48	<b>1934</b>	8,851,199	45,78
1921	8,258,500		<b>1928</b>	17,075,165	43	<b>1935</b>	11,614,714	49
1922	8,936,302		<b>1929</b>	18,217,556	46	<b>1936</b>	15,076,946	43
1923	10,885,136		<b>1930</b>	14,980,11	41.6	<b>1937</b>	19,436,165	43
1924	14,460,930		<b>1931</b>	10,609,347	48	<b>1938</b>	9,701,046	51
1925	16,962,995		<b>1932</b>	9,376,529	35,36	<b>1939</b>	10,468,732	59

source: compilation from annual colonial reports and Colonial Office List 1930, p382, and Colonial Office List 1946, p 172.

Table 2: value of total exports from the Gold Coast and percentage to the UK

	Total	(£)		Total	(£)	%		Total	(£)	%
			%							
1919	10,814,175	45	<b>1926</b>	12,104,800	29		<b>1933</b>	8,048,484	45	
1920	12,352,207	47	<b>1927</b>	14,350,335	30		<b>1934</b>	8,117,456	56	
1921	6,942,197	46	<b>1928</b>	13,824,875	29		<b>1935</b>	9,971,535	56	
1922	8,343,635	42	<b>1929</b>	12,677,716	28		<b>1936</b>	12,636,899	47	
1923	8,959,213	34	<b>1930</b>	11,287,388	38		<b>1937</b>	16,218,193	47	
1924	9,914,937	29	<b>1931</b>	9,300,620	48		<b>1938</b>	15,425,496	74	
1925	10,890,223	30	<b>1932</b>	8,348,879	46		<b>1939</b>	16,235,288	75	

source: Colonial Office List 1930, p 304, and Colonial Office List 1940 p330, 1946, p 118.

The decrease of exports in the 1930s was obviously the consequence of the world depression which caused collapse in world prices for primary products on which West African colonies heavily depended. As indicated in the annual colonial reports, Nigerian groundnuts were exported mostly to France and palm kernels to Germany, whereas Nigerian cotton and tin were exported to the UK. Cultivation of cotton was encouraged by the British Cotton Growing Association, founded in 1902, following the failing attempt of Elder Dempster Co to grow cotton seeds in Lagos in 1901. The Association's main objective was to supply the British market with cotton grown in the British Empire and make Britain independent of America for her raw cotton. Exports of cotton from Nigeria amounted to 1,380 tons in 1905-09, increasing 3,940 tons and 6,038 tons in 1920-4 and 1925-9 respectively before reaching 8,332 tons in 1935-9.<sup>246</sup> Gold Coast exports immediately after the War showed a considerable increase in value compared with 1918: 361% for cocoa, 66% for palm kernels, 34% for kola nuts, 67% for palm oil, 985% for copra.<sup>247</sup>

<sup>246</sup> R. Olufemi Ekundare, *An Economic History of Nigeria 1860-1960*, Methuen and Co Ltd, London, 1973, p 170

<sup>247</sup> Gold Coast Annual Colonial Report, 1919, no 1066, p25.

Table 3: Percentage of total exports from Nigeria to the Empire

	1933	1934	1935	1936	1937
	%	%	%	%	%
Palm oil	53.35	69.56	67.23	66.4	59.25
Palm kernels	39.36	48.23	44.69	36.06	39.37
Cotton lint	95.1	86.39	69.77	37.48	72.36
Groundnuts	11.49	14.09	24.45	22.89	30.23
Cocoa	29.34	22.21	29.2	25.22	19.84
Tin ore	100	100	100	100	100

source: Annual Colonial Report of Nigeria 1937, p. 51

While the production of agricultural produce was in the hands of local farmers, the exploitation of mineral resources attracted European capital and was beneficial to Britain. Compared with the value of exports of 1918 amounting to £38,760 for gold and £16,122 for manganese, 1919 value of exports increased by 3% and 29% respectively. By 1937, the value was about £3,910,757 for gold, £1,025,091 for manganese, and £648,075 for diamonds, making the Gold Coast the third largest producer in the world for diamond and manganese.<sup>248</sup>

Since Britain's reconstruction in the interwar period had to rely on developing and selling her production, the colonial markets in general and those of West Africa in particular had to be strengthened. During the postwar years, more than 80% of imports of Nigeria and more than 75% that of the Gold Coast were from Britain. But they decreased a little in the early 1930s remaining above 70% for Nigeria and 50% for the Gold Coast before dropping to 55% and increasing to 67% respectively in 1939.(see Table 4 and 5)

Table 4: value of total imports of Nigeria and percentage from the UK

	Total (£)	%		Total (£)	%		Total (£)	%
1919	10,798,671	82	<b>1926</b>	12,761,129	69	<b>1933</b>	6,227,370	68.47
1920	20,763,382	81	<b>1927</b>	14,437,993	69	<b>1934</b>	5,263,766	58.01
1921	10,232,117	80	<b>1928</b>	15,765,238	69	<b>1935</b>	7,803,811	61
1922	10,303,688	80	<b>1929</b>	13,436,287	68.5	<b>1936</b>	10,829,609	58
1923	10,271,066	77	<b>1930</b>	10,120,308	66.9	<b>1937</b>	14,624,750	54
1924	10,948,309	69	<b>1931</b>	6,589,202	70.4	<b>1938</b>	8,632,182	54
1925	14,783,209	73	<b>1932</b>	7,059,408	73.26	<b>1939</b>	6,575,136	55

source: compilation from annual colonial reports and Colonial Office List 1930, p382, and Colonial Office List 1946, p 172.

Table 5: value of total imports of the Gold Coast and percentage from the UK

Total (£)	%	Total (£)	Total (£)	%
-----------	---	-----------	-----------	---

<sup>248</sup> Bourret, M., *Ghana, the Road to Independence 1919-1957*, OUP, London 1960, p 127

1919	7,946,981	76	<b>1926</b>	10,285,876	55	<b>1933</b>	5,543,354	55
1920	15,152,145	78	<b>1927</b>	13,770,542	57	<b>1934</b>	4,848,800	55
1921	7,661,324	76	<b>1928</b>	12,200,045	50	<b>1935</b>	7,956,780	56
1922	7,919,939	75	<b>1929</b>	10,082,381	47	<b>1936</b>	11,656,719	64
1923	8,448,862	69	<b>1930</b>	8,953,770	49	<b>1937</b>	19,228,363	65
1924	8,315,234	65	<b>1931</b>	4,803,874	52	<b>1938</b>	10,380,323	64
1925	9,782,619	65	<b>1932</b>	5,605,219	58	<b>1939</b>	10,626,284	67

source: Colonial Office List 1930, p 304, and Colonial Office List 1940 p330, 1946, p 118.

Given the gradual integration of the West African economy into the colonial production pattern as a source of supplier of raw materials and a consumer of metropolitan manufactured or other products, it is not surprising to see that imports consisted of some unnecessary consumer goods like tobacco, and spirits rather than means of production so as to enable the progressive development of secondary industries. Britain supplied almost 100% of cigarettes, 80% of cotton piece goods to Nigeria between 1933 and 1937( see Table 6)

Table 6: percentage of total imports of Nigeria from the UK

	1933	1934	1935	1936	1937
	%	%	%	%	%
Cigarettes	99.22	99.76	90.83	99.46	99.88
Leaf Tobacco	33.71	2.79	1.5	1.46	0.9
Gin	27.61	29.43	29.83	22.78	22.84
Salt	94.73	89.43	90.23	91.63	90.85
Motor spirits	2.67	0.4	0.1	4.46	2.22
Cotton p. goods	78.89	63.27	83.17	79.33	81.72
Kerosene	3.41	0.01	0.05	6.99	0.01

source: Annual Colonial report of Nigeria, 1937, p 49

Imports of the Gold Coast included a variety of consumer goods such as cotton goods, bags and sacks, tobacco, rum, rice, bread and biscuits, flour, motor cars and lorries, galvanized iron, railway plant and building materials. Compared with 1913, the value of such imports in the postwar period increased considerably, by 1919 it was 7309% for biscuits and bread, 1098% for flour, 498% for tobacco, 112% for rum, 202% for cotton goods, 344% for cars and lorries, 595% for railway plant and 325% for galvanized iron etc.<sup>249</sup> The last three imported items were important for they were part of Governor Guggisberg' Development Plan for the Gold Coast. The development of transport infrastructure-railways, roads and a port- which was essential for the extension of agricultural and mineral exploitation and commercialization of the products, would in turn promote the British steel and iron industry. Railways dominated the capital budgets of the Colonial administrations in the interwar period, by 1920, the amount allocated to railways was about £279,762

<sup>249</sup> Gold Coast Annual Colonial Report 1919 p. 19

out of total government expenditure of £1,781,170, increasing to £464,954 out of total government expenditure of £2,934,994.<sup>250</sup> Increasing imports in motor spirits was due to additional motorable roads, a more flexible method of transport than railways giving access to wider networks, which in turn enhanced demand for and investment in lorries and cars by merchants, traders, and wealthier people. But the increasing quantity and value of imported German spirituous liquors, greater by £3,874 than in 1925<sup>251</sup> affected the demand for British cotton piece goods, which forced the colonial government upon instruction from the metropole to impose duties and even prohibit importation of German spirits.<sup>252</sup>

The need to protect British trading interest in the interwar period was the object of the 1925 Finance Act, which gave effect to the resolutions of the 1923 Imperial Economic Conference as regards the Immunity of State Enterprises from taxation. Promotion of Inter-Imperial trade was also examined in the 1930 Imperial Conference regarding the adoption of quotas for a number of commodities the discussion of which, the Economic Section of the Conference decided, would have had to be examined at Ottawa Conference of 1932. Closing the door through imposition of import duties upon foreign goods that challenged mostly British monopoly was extended to strongly competitive and cheaper Japanese textile, and some manufactured goods including galvanized iron sheets, cement, paint etc. required for Nigeria.<sup>253</sup> In the Gold Coast, discrimination against Japanese goods was formulated in the 1933 duties imposed by the Colonial government based on the 1930 higher ad valorem value.<sup>254</sup> Despite the obvious tendency to protectionism and imperial preference in favour of British enterprise, Bauer advances that there was no 'deliberate exclusion of foreigners, British Africa maintained an open door policy and British industrialists had to compete against foreign firms on a level of equality'<sup>255</sup> Though other countries were involved in the West African colonial trade, it would be naive to believe in the existence of competition on equal footing while preferential tariffs were imposed upon colonial dependencies that had no choice but to conform to imperial regulations. The highest share of import and export products were in the hands of the British firms which after the prohibition of West African exports to Germany during the War and immediately after, had the opportunity to control West African exports and imports, which proved beneficial to Britain through the consolidation of a few large commercial concerns. In fact, oligopolistic tendencies in the West African export trade became a reality in the 1920s and 1930s, with the United Africa Company (UAC), Cadbury and Holts trying to exert direct control over the supply of raw materials.

The UAC was formed in 1929 from the merger of Niger Co, owned by Lever Brothers, and the bankrupt African and Eastern Trade Corporation; it was the largest supplier of merchandise on the Coast in the 1930s and 1940s, holding 50% of the import and export trade in the Gold Coast and Nigeria, and 35% in Gambia and less in Sierra Leone.<sup>256</sup> The Company under the chairmanship of Lord Trenchard

---

<sup>250</sup> Gold Coast Annual Colonial Reports 1920, p 8 and 1922-23. p 8-9

<sup>251</sup> Gold Coast Annual Colonial Report no 1386, 1926-27 p.19

<sup>252</sup> Ekundare op. cit p, 210

<sup>253</sup> *ibid.*

<sup>254</sup> Cox, G., *Studies in Finance and Development: the Gold Coast Experience 1914-50*, London, 1973, p 100

<sup>255</sup> Bauer, P.T., " British Colonial Africa: Economic Retrospect and Aftermath" in Peter Duignan and L.H Gann, op cit, p 642

<sup>256</sup> Pedler, F., op.cit p.109



undertook irregular practices such as imposing high prices, or even driving out other British firms from business, which caused disapproval on the part of the Gold Coast government by 1938 leading to cocoa hold ups.<sup>257</sup> Cadburys, a British Cocoa manufacturing firm, started in coastal trade as early as 1908 and during the third decade of the 20th c Cadburys worked for improvements in the cultivation and preparation of cocoa, whereas Holts, founded in the 1860s, had access to Gold Coast cocoa only by 1935.

Since profitable trading activity was their central objective, the predominant trading firms were not interested in adjusting the productive forces to technological development, and consequently investment for the development of local manufacture and secondary industries was not part of their intention and policy nor that of British officials, though there were a few small factories in Nigeria.<sup>258</sup> The latter's inconsistent belief that colonies had to be financially self sufficient, and remain outlets for metropolitan industries together with nearly half the revenue being allocated for the payment of salaries and pensions of expatriates,<sup>259</sup>, could not undoubtedly lead to accumulation of capital necessary for initiating industrial growth, which it was argued, could affect British exports to the colonies. But local development could not become a reality without a kind of economic nationalism and higher training, internal markets, and training in and transfer of power to Africans, which were still in an embryonic state. However, Officials' misconception was put into question following the West Indies' disturbances of 1938, which brought about another conception of reconstructing colonial relations of so called 'partnership' elaborated by the Colonial Office political adviser, Malcolm Hailey.

### **Educational factor**

Given the importance of education in general and higher education in particular, in the reconstruction process, as a means of political awareness and an essential contributing factor to political stability, technological and economic development on one hand, or a threatening political weapon leading to instability and disintegration on the other hand, control over the educated element became ineluctably essential. In fact, British officials had to consider also the new socio educational and political factors that could threaten imperial stability, notably the challenging Western educated Africans. The latter's submission to and loyalty for Britain's colonial rule were of primary importance to their integration in the colonial production pattern and contribution to British reconstruction as an imperial power. Such colonial socialisation which could be achieved through the control over the colonial educational process, was however largely in the hands of missionary societies; British officials' indifference to education in the colonies in general and West Africa in particular stemmed from their belief in *laisser-faire* philosophy which was prevalent in Britain.

The missionaries' strong sense of paternalism and Christiancentric approach to some African values made the African more receptive to colonial propaganda. Subjugation of the African meant inculcating a sense of *savoir-obeir*, reinforced by

---

<sup>257</sup> *ibid.*

<sup>258</sup> In Nigeria in 1940 there were 4 ginneries in the Northern Region operated by the Br. Cotton Growing Association; a soap works in Lagos (1924), two palm-oil bulking plants (1924), a cigarette factory (1937), and a metal-drum plant (1939), the Government operated a sawmill, 2 Public Works Department furniture factories and a boat yard, The GC had a Swiss brewery (1932)

<sup>259</sup> Hopkins, A.G, " An Economic History of West Africa, Longman Group Ltd, London, 1973, p 191.

the belief in the absolute superiority of the White man. West Africans' forced involvement in WWI could be but an evidence of such obedience and preservation of imperial domination. On the other hand, Western Christian education produced a type of Africans that came to constitute a reference group or modern elite, capable of moving independently of traditional modes of status acquisition. They became generative of changes illustrated in the image of Sir Samuel Lewis, (barrister, member of the Legislative Council in 1882 in Sierra Leone), whom Professor Hargreaves regards as "an outstanding example of an African's successful response to the culture of Western Europe as received for the most part through the filter of colonial society."<sup>260</sup> So, In order to keep the colonial filter unaffected by a radical intellectual substance, resulting from increasing demands for education, and to protect the West African modern elite from anti-British or anti-colonial propaganda, Colonial Office officials had to establish safeguards through official and non-official institutions. The Colonial Office Advisory Committee on Education, set up in 1923 to deal initially with the African Tropical Dependencies, and then extended to cover all the British colonies in 1927, had a membership representing both Colonial Office officials and other representatives graduating mostly from Oxbridge universities.<sup>261</sup> The expenses for the working of this Committee and its subcommittees had to be met exclusively from colonial African sources amounting to £2,342 in 1924. After 1927, the colonial governments were required to contribute with an amount equivalent to 1/600th of their respective expenditure on colonial education; their assistance totalled £2,451 in 1928-29 and increasing to £4,344 in 1939. West Africa's share in 1928 was as follows: £7 from Gambia, £78 Sierra Leone, £418 Gold Coast and £400 from Nigeria.<sup>262</sup>

These colonial financial contributions to the Colonial Office Education Advisory Committee enabled its members to examine a number of questions related namely to mass education, use of language, and supervision of colonial students in the UK. In fact, apart Fourah Bay College established by the Christian Missionary Society in Sierra Leone in 1827, affiliated to Durham University by 1872, and providing some form of higher education for West Africans who had to wait until 1927 to see Achimota College established in the Gold Coast, and 1934 to have Yaba Higher College in Nigeria. Both offered limited university courses, which drove West Africans to proceed to the UK for further studies either by their own means, or on scholarship offered by the colonial government or commercial companies before the establishment of university institutions in West Africa in 1947 following the recommendations of the Elliot Commission on Higher Education in West Africa in 1945.

Colonial students on government scholarships numbered 30 in 1921, 460 in 1926, 112 in 1932 and 139 in 1937. West Africans numbered 46 in 1921 and 10 in 1937. As to private scholarships for West Africans, the United Africa Company, made provision for eight scholarships in 1935 for two years.<sup>263</sup> The decrease in the number

---

<sup>260</sup> J.D Hargreaves, *A Life of Sir Samuel Lewis*, London, Oxford University Press 1958, p.101

<sup>261</sup> Borsali, *Colonial Scholarship Policies and British Policy towards Colonial Students 1939-1950: The West African Case*, Office des Publications Universitaires, Algiers, 1985 p13-17, for further details see F. Borsali, *British Advisory Institutions on Colonial Education 1923-1952*, Office des Publications Universitaires, Algiers, 1986 p 19-20

<sup>262</sup> National Archives, Kew: CO 323/1008/50786/1928, note by the Colonial Office October 15th, 1928

<sup>263</sup> National Archives, Kew: CO 323/1209/1080/2/ note by P.H. Ezechiel, CO Director of Colonial Scholars, succeeding Mercer in 1920/ -CO 323/1162/9038/32--Students' Colonial Report of 1938 ??? and

of students was due to high cost of studies and racist attitudes in Britain, which forced some to seek higher education elsewhere. Contact of colonial students with other anti-colonial, anti-racist and anti-British ideologies in the postwar reconstruction period proved to be a serious matter which had to be brought under control. In fact, the colonial governments of West Africa were required to provide some of the bodies in the UK with financial contributions for the supervision and control of their respective students.

These bodies included the Director of Colonial Scholars, created in 1902 within the Colonial Office, Aggrey House, created in 1932 on the recommendations of the Colonial Conference of 1930 for students of African descent; the Victoria League founded in 1907, initially for Asian students and then extended to other colonial ones, and the West African Students Union (WASU), set in 1925 as an auxiliary of the National Congress of British West Africa of 1920. Available archival material reveals the contribution of each of the West African Colonial Governments as follows: yearly payment of £3 for each student to the Colonial Office Director of Colonial Scholars, The Gold Coast's 1939 contribution amounted to £200 to Aggrey House, £100 to WASU and £125 to the Victoria League, whereas Sierra Leone assisted Aggrey House with an amount of £125 in 1937 and £50 to the Victoria League. Nigeria gave £250 to WASU, £250 to Aggrey House in 1937 and £175 to the Victoria League in 1939. Gambia's little contribution was £10 for the Victoria League in 1939.<sup>264</sup> Besides these institutions, the British Council envisaged one year after its creation in 1936 to extend its activities to West Africa, but its involvement did not become real until 1941 for propaganda purposes.

Financial contributions from West Africans towards British universities comprised also fees for British universities' external examinations, namely those of Cambridge and London whose major motive was rather financial. The 'Made in England' became the hallmark for certificates and degrees to be taken by Africans which led local diplomas to be under-evaluated and not recognized by official and academic authorities. Most of the School Certificate Examinations were under the monopoly of Cambridge and Oxford Examination Syndicates before 1936 when London University started extending its examinations to colonial dependencies in addition to its existing external degrees. Mrs. Burney, member of the CO Education Committee reported that over 6,000 candidates took examinations annually. This scramble for examinations was profitable but it was not suitable to local conditions. Pickthorn of Cambridge reported that his university set its maximum profits at £2,000 from the conduct of examinations while London didn't seem to have defined any limit to its profits.<sup>265</sup>

The integration and control of colonial students, that was necessary for stability and reconstruction, had been the object of various discussion among Colonial Office officials, advisers and the West African Colonial Governors. The latter, during their conference in August 1939 in Lagos, were very worried about the serious implication upon the reconstruction of colonial collaboration which could result from leaving their students uncontrolled. Basing their evidence from reports, the Governors feared that the latter would return as agitators, and strongly indoctrinated with communism

---

CO 876/23/11002/4/1942-43, and CO 554/128/33601/1/1943, United African Company on " Education, Vocational Training and Welfare in West Africa" 23.12.1943

<sup>264</sup> National Archives, Kew: CO 859/3/1025/1939 part 2 Extract from the WA Colonial Governors' Conference

<sup>265</sup> National Archives, Kew: CO 885/4: minutes by Dr. Pickthorn 24.1.1936 and CO 885/4 ACEC meeting 23.1.1936

for they could be the ideal receptacles for the seed of propaganda. They subsequently recommended that HMG should take steps to ensure that students could return with a favourable opinion of the British people and so far uncontaminated by subversive propaganda which would be very harmful to the consolidation of the British Empire. For them, university development in West Africa was but 'an ideal at which they should aim.'<sup>266</sup>

### **Political factor**

The growing consciousness raising among young educated Africans and inclination towards progressive reformism and anti-colonialism was obviously the result of their deliberate exclusion from policy and decision making colonial machinery, which in turn determined the rate of higher educational development, and their employment in senior positions, which altogether stemmed from the Colonial Office officials' belief in indefinite colonial rule so long the colonial assets could be profitable to the metropole. In fact, Malcolm MacDonald, Secretary of State for the Colonies (1938-1940) stated in the it "might take generations or even centuries for the peoples in some countries of the Colonial Empire to achieve self-government."<sup>267</sup> Such miscalculation or even misconception rested upon the practice of Indirect Rule, through which submissive illiterate traditional chiefs remained the loyal collaborators who would seldom question the existence of colonial domination, and would support efforts of Britain's reconstruction. Colonial reports show that British West Africa's financial contribution to WWI was enormous.<sup>268</sup>

The postwar colonial constitutions- Nigeria in 1922, Sierra Leone in 1924 and Gold Coast in 1925- introduced for the first time the elective principle but preserved the rule of official majority, and safeguarded the balance of power in favour of the traditional authorities despite the claims of the National Congress of British West Africa in 1920 under the leadership of Casely Hayford, for more reforms. It was not until 1946 that the principle of unofficial majority in the Legislative Council was imposed upon colonial officials, with a majority of traditional rulers, despite the emergence of youth movements in the 1930s and Pan Africanists' claims for democracy and self government. The inability of the politically minded educated West Africans to challenge colonial rule in the interwar period was due to their reformist rather revolutionary attitude. They did not press for immediate self-government and "were seeking a place within the exiting imperial system rather than aiming to overturn that system altogether"<sup>269</sup>

### **Conclusion**

The process of reconstruction was not easy for an imperial power for economic recovery implied the integration and collaboration of the different productive forces in the imperial production pattern in a challenging international context. Despite the

---

<sup>266</sup> National Archives, Kew: CO 859/3/1025/1939 part 2 Extract from the WA Colonial Governors' Conference 1939

<sup>267</sup> House of Commons, December 7, 1938, col. 1247

<sup>268</sup> Gold Coast contribution to the War effort amounted to £973,738 between 1914 and 1919, compiled from annual colonial reports of the Gold Coast)

<sup>269</sup> Hopkins, A.G, "Economic Aspects of Political Movements in Nigeria and in the Gold Coast 1918-1939", *Journal of African History*, VII, I,(1966), p133-15- p.136

interwar crises, Britain managed, to a great extent, to keep control over West African colonial commerce by preventing other competitors from extending theirs through duties, and indirectly avoiding committing herself in capital investment for the development of colonial industry, which would reduce her share of the colonial markets and her earnings from hard currency zones. These contributing practices to her reconstruction would not have been possible without the constitutional, political and educational West African setting in the interwar period; claims for simple reformism of British colonial rule did not constitute a hindrance to reconstruction of colonial relations.

## *Anti-semitismo em Portugal: João Lúcio de Azevedo e Gilberto Freyre*

Ana Rita Veleza Oliveira\*

### Resumo

O antissemitismo será analisado enquanto forma de racismo. A época entre as duas guerras mundiais é um período particularmente importante no que se refere a esta forma de discriminação, que viria a originar o genocídio nazi. Em *História dos Cristãos Novos Portugueses*, publicado pela primeira vez em Lisboa em 1921, João Lúcio de Azevedo (Sintra 1855-1933) apresenta ideias antissemitas. Gilberto Freyre foi amigo deste historiador português que encontrou em Lisboa em 1923 e que cita várias vezes em *Casa-Grande & Senzala*. Pretende-se, com este trabalho, responder à seguinte questão: em que medida João Lúcio de Azevedo e Gilberto Freyre apresentam ideias antissemitas e de que forma as teorias antissemitas de João Lúcio de Azevedo se assemelham a eventuais ideias antissemitas de Gilberto Freyre. Com esse objetivo, serão analisadas sobretudo algumas teses expostas na *História dos Cristãos Novos Portugueses*, do historiador português e em *Casa-Grande & Senzala*, do sociólogo brasileiro.

### Introdução

João Lúcio de Azevedo (Sintra, 1855–1933), foi um historiador autodidata português. Aos 18 anos emigrou para Belém do Pará, onde dirigiu uma grande livraria e onde, em 1893 publicou o seu primeiro livro, *Estudos de História Paraense*, que reúne vários trabalhos historiográficos sobre a região e que lhe valeu ser admitido, como sócio, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Serrão, 1971). Em 1900 regressou à Europa, onde publicou posteriormente, em Portugal, as suas restantes obras. Membro da Academia das Ciências de Lisboa, colaborou na *Revista de História*, (1912-1928) fundada por Fidelino de Figueiredo. Considerado por alguns um «historiador luso-brasileiro» (Serrão, op. cit.), foi amigo do historiador da literatura José Veríssimo e dos historiadores brasileiros Capistrano de Abreu<sup>270</sup> e Gilberto Freyre, com quem se correspondeu.

Gilberto Freyre (Recife 1900-1987) é ainda hoje conhecido e admirado como um dos maiores sociólogos brasileiros de sempre, tendo editado mais de 80 títulos e a sua obra, *Casa-Grande & Senzala*, publicada inicialmente em 1933, um dos maiores *best-sellers* e imagem de marca deste país, tido pelo maior estudo de interpretação do Brasil. Considerado, ainda na atualidade, antirracista e até filossemita<sup>271</sup>, Freyre foi, porém, ao mesmo tempo acusado de criar o mito da democracia racial com esta obra

---

\* Doutoranda em Linguagens e Heterodoxias: História, Poética e Práticas Sociais, FLUC/CES, Universidade de Coimbra e licenciada em Antropologia Social e Cultural. Desenvolvo atualmente uma dissertação de doutoramento na área de História Contemporânea com o título «Discursos de Antissemitismo em Portugal (1875-1926).

<sup>270</sup> A correspondência entre Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo encontra-se reunida no primeiro volume da *Correspondência de Capistrano de Abreu* (Rodrigues, 1977).

<sup>271</sup> Embora haja autores que pensam o contrário e consideram Freyre um autor filossemita. Veja-se o exemplo do artigo de José Manuel Sobral (Sobral, 2010) na *Revista de Ciências Sociais*, editada em Fortaleza.

pioneira, inspirada em algumas teses culturalistas de Franz Boas, antropólogo de quem foi aluno na Universidade da Columbia. De acordo com Silvia Cortez Silva (Carneiro, 2007: 325), pensadores como Jules Henry (em 1947), Darcy Ribeiro (1979), José Júlio Chiavenato (1985) e Luíz Costa Lima (1989) perceberam o antissemitismo do «mestre de Apipucos».

Considero que *História dos Cristãos Novos Portugueses* revela elementos de antissemitismo, que apresentam algumas semelhanças com os traços antissemitas que julgo encontrar em *Casa Grande & Senzala*. Pretendo responder às seguintes questões: existe antissemitismo em *História dos Cristãos Novos Portugueses* e em *Casa Grande & Senzala*? Podem comparar-se as teorias de Lúcio de Azevedo e de Gilberto Freyre, no que se refere a esta temática?

A época entre as duas guerras mundiais é essencial para se entender o fenómeno do antissemitismo e as horribéis consequências que viria a ter<sup>272</sup>. De acordo com George L. Mosse, após o trauma da Primeira Guerra Mundial teve início uma luta concertada contra os judeus (Back e Solomos, 2000: 200). Pretende-se, com este trabalho, responder à seguinte questão: em que medida João Lúcio de Azevedo e Gilberto Freyre apresentam ideias antissemitas e de que forma as teorias antissemitas de João Lúcio de Azevedo se assemelham a eventuais ideias antissemitas de Gilberto Freyre. Com esse objetivo, serão analisadas sobretudo algumas teses expostas na *História dos Cristãos Novos Portugueses*, do historiador português e *Casa Grande & Senzala*, do sociólogo brasileiro, que serão expostas em seguida.

### **Primeira Parte: João Lúcio de Azevedo e o antissemitismo**

João Lúcio de Azevedo (Sintra, 1855–Sintra, 1933), foi um historiador autodidata português. Aos 18 anos emigrou para Belém do Pará onde dirigiu uma grande livraria e onde, em 1893 publicou o seu primeiro livro, *Estudos de História Paraense*, que reúne vários trabalhos historiográficos sobre a região e que lhe valeu ser admitido, como sócio, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1900 regressou à Europa, onde publicou posteriormente, em Portugal, as suas restantes obras. Membro da Academia das Ciências de Lisboa, colaborou na *Revista de História*, (1912-1928) fundada por Fidelino de Figueiredo. Considerado por alguns um «historiador luso-brasileiro» (Serrão, foi amigo do historiador da literatura José Veríssimo e dos historiadores brasileiros Capistrano de Abreu<sup>273</sup> e Gilberto Freyre, com quem se correspondeu. A análise do livro *História dos Cristãos Novos Portugueses* (Azevedo, 1921) publicado pela primeira vez em Lisboa, em 1921, na época conturbada entre as duas primeiras guerras mundiais, pode ajudar a esclarecer a questão colocada neste trabalho.

O antissemitismo, preconceito ou hostilidade contra judeus, é uma forma de racismo. Em *L'Histoire Comme Champ de Bataille* (Traverso, 2011: 160 e 161), Enzo Traverso refere-se ao antissemitismo como um conjunto de representações, imaginário, cultura e práticas sociais que forjam uma identidade coletiva.

O antissemitismo manifesta-se em *História dos Cristãos Novos Portugueses* de várias maneiras. Por um lado, na primeira parte do livro intitulada «Livro Primeiro: As Origens», que começa a contar a história dos judeus desde que estes foram expulsos de Espanha, em finais do século XV, até à época do governo de Marquês de Pombal, encontram-se diversos vestígios de racismo biológico, teoria muito em voga

<sup>272</sup> Embora muitas teorias antissemitas tivessem sobrevivido ao Holocausto Nazi.

<sup>273</sup> A correspondência entre Capistrano de Abreu e Lúcio de Azevedo encontra-se reunida no primeiro volume da *Correspondência de Capistrano de Abreu* (Rodrigues: 1977).

na Europa do século XIX, instigada por autores como Gobineau ou Houston Stewart Chamberlain, entre outros. Estes sinais manifestam-se em muitas expressões da linguagem utilizada por Lúcio de Azevedo, que configura assim uma espécie de *hate speech* no sentido que lhe deu, por exemplo, Judith Butler (Butler, 1997). Termos como «os de sangue infeto» (que se opõe a «os de sangue limpo»), a «casta dos conversos», a «inundação semita», a «grei aborrecida», a «raça desventurada», a «superfatação parasita», a «excrecência incómoda», a «minoria estranha» (p. 50), a «raça malquista» ou a «raça abominada da nação» (p. 177), já na segunda parte do livro. Passagens como «Toda a nação em comum trabalhava para excluir do seu organismo o elemento estranho e incómodo» (op. cit.:13), a gente hebraica possui qualidades hereditárias» (op. cit.: 15), «a assimilação é impossível» (p. 16), revelam-se particularmente elucidativas.

Por outro lado manifestam-se, nesta primeira parte, também sinais de intolerância religiosa, de preconceitos e de estereótipos para com os judeus, também visíveis na linguagem utilizada. «A usura que foi sempre predilecta do povo hebraico» (Azevedo, 1921: 2), por exemplo, é uma ideia recorrente ao longo de toda a obra. Os judeus são sórdidos, enganadores, cobiçosos, fracos, pusilânimes, covardes (p. 46). A ideia de que os judeus têm repugnância pelos trabalhos agrícolas e outros que reclamem intenso esforço físico, ou o mito do judeu errante, que analisarei melhor quando me referir à terceira parte do livro. Podem ler-se, ainda, passagens sobre a lenda dos abafadores ou afogados como esta: «Em Bragança e certas terras da Beira, onde abundavam os cristãos novos, persiste ainda agora a tradição dos afogados ou abafadores (op. cit.: p. 99), já na segunda parte do livro., ideia que é firmemente contrariada por Samuel Schwarz (Schwarz, 1993), engenheiro de minas judeu polaco que, nessa época inicial do século xx, vivia no meio de comunidades de marranos.

A segunda parte da *História dos Cristãos Novos Portugueses* chama-se «Livro Segundo— A Perseguição» e começa no reinado de D. Manuel I.. Nesta, continuam a manifestar-se vestígios de racismo biológico. Esta segunda parte da obra é, basicamente, uma espécie de história da Inquisição Portuguesa, instaurada em Évora pela Bula de 1536, cuja existência Lúcio de Azevedo chega a defender, como se comprova pela passagem seguinte:

“Com as suas cruezas e o seu modesto influxo na vida nacional, a Inquisição preencheu, talvez, durante algum tempo, uma função não destituída de utilidade [...] se pode admitir que em muito concorreu para impedir a preponderância, evidente nos séculos XV e XVI do elemento hebraico na vida nacional. Com a vitalidade da raça política tudo leva a crer que, sem a resistência tenaz dos cristãos, estes seriam submergidos na torrente avassaladora, convertidos os dois países [Portugal e Espanha] em uma quase colónia de Israel.”(op. cit.: 110)

Para Azevedo, por toda a parte se fazia sentir a intolerância religiosa por parte do Estado (op. cit.: 111), sendo esta matéria de governo e não de consciência, não podendo em Portugal os acontecimentos suceder de outra forma. Porém, com o tempo, assistia-se a uma transformação do estado social e o hebreu, que vivia apartado do povo, apesar dos autos e torturas e massacres da Inquisição, passou a confundir-se na vida comum da nação portuguesa (op. cit.: 112). Segundo o historiador, começaram a acontecer casamentos mistos, o que não impediu que o semita se continuasse a sentir «estranho ao corpo social» nem este a considerá-lo «intruso importuno» (p. 114). Por parte da maioria dos católicos, continuavam os propósitos de exterminação daquela «raça precita» (p. 138) ou «proscrita» (p. 170),



que contaminara o corpo da Nação. Esta situação manteve-se ao longo do domínio castelhano de Portugal, pelos reinados de Filipe II e de Filipe III., continuando a dar-se a «infusão de sangue estranho pelos casamentos» (p. 150), que contaminavam cada vez mais linhagens puras, no contexto da luta entre duas raças, apesar da continuidade das macabras práticas inquisitoriais, que condenaram e perseguiram judeus famosos como António Homem ou, posteriormente, o Padre António Vieira, que Lúcio de Azevedo viria a biografar. Depois deu-se a Restauração, na época de D. João V, depois o governo de D. Afonso VI, e de D. Pedro II, que também não alteraram muito este estado de coisas. Mediante um decreto de 1671, ficava vedado aos cristãos novos o casamento com indivíduos de sangue puro (op. cit.: 293). No início do século XVIII, conta-nos porém o historiador que se despovoavam extensas zonas do país e que «o antagonismo de raça diluía-se nos cruzamentos: restava, por fim, somente o ódio de crença, em que quase dois séculos de Inquisição haviam feito cristalizar aqueles estímulos de discórdia» (op. cit.: 330). Na época de D. João V, principiaram novamente os «holocaustos» inquisitoriais começando também a ser notável o número de condenações no Brasil, sendo parte dos réus desta colónia proprietários de engenhos de açúcar. Quanto aos condenados em Portugal, Lúcio de Azevedo admite serem em «número espantoso os moradores da Covilhã, Fundão, Idanha, Guarda, que figuram nos autos: a Beira Baixa em peso» (op. cit.: 334). Também de Vila Real, Lamego, Covilhã, Foz Côa, Celorico, Lamego, Vinhais, Bragança chega gente para ser julgada aos tribunais do Santo Ofício.

Segundo João Lúcio de Azevedo, de 1536 a 1732 houve 23078 penitenciados e 1454 sentenciados à morte (op. cit.: 337). Não se tratava só de judeus, mas de «cristãos novos e bigamos, os de pecado nefando, os clérigos de imorais costumes, os culpados de pequenas blasfémias, de bruxedos e adivinhação [...] (ibidem). No entanto, 9/10 dos condenados eram judeus sendo, a cada ano, em média 100 pessoas presas por judaísmo. António José da Silva, «O Judeu» foi uma das vítimas desta época. Nesta fase, o historiador diz que o antagonismo que dividia a nação em dois campos, católicos e marranos, era de raça e não de religião. (p. 339). Pela expulsão ia diminuindo o número dos apóstatas.

Com a administração pombalina dá-se, para Azevedo, o fim das perseguições. A Inquisição ganhou novo regulamento e a «raça perseguida emancipava-se». O historiador diz-nos que Pombal foi «gradualmente preparando a abolição da diferença de cristãos novos e cristãos velhos» (p. 349). Ora, esta viragem na obra parece-me particularmente problemática. Por um lado, é negada a parte de práticas quotidianas de que é composto o anti-semitismo, ocorrendo uma evidente negação do racismo, afirmada numa suposta integração que, na prática, é uma pseudo integração que não chegou a ocorrer como nos mostram, por exemplo, os estudos de Lily Jean-Javal (Javal, 1931) ou de Samuel Schwarz (Schwarz: 1993) Por outro lado, na prática continuaram a existir leis discriminatórias. Veja-se as seguintes passagens:

“[...] o tempo que tanta coisa consome, igualmente gasta os ódios, e acontecia assim que a hostilidade contra os cristãos novos, ao cabo de 200 anos, era já a sobreposse, e efeito do hábito adquirido, antes que de um processo de raciocínio. Os motivos que mais explicavam esta hostilidade achavam-se atenuados de tal maneira, que se podiam dizer não existentes. Não havia já diferença de tipos fisionómicos, de trajes [...]

A questão económica, origem fundamental da desavença, desaparecera da mesma forma. Largos anos havia que o hebreu deixara de ser no país o onzeneiro implacável, o cobrador extorcionário dos direitos da Coroa, dos Senhores ou da

Igreja. Já não eram eles os arrematadores dos impostos, os assentistas fornecedores do Estado. (op. cit.: 356).

Com as determinações que aboliram a distinção de cristãos novos e vedaram as investigações de sangue limpo, deixou de existir a exploração do facto, que já não extraía do solo assaz de seiva para se sustentar. Assim se desfez a barreira de suspeição à volta da raça perseguida, que pode então penetrar livremente no meio cristão). As ligações travadas com ela deixaram de inspirar desconfiança. [...]

O problema de quase três séculos tinha-o, finalmente, solvido a mão dura de Pombal.”(op. cit.: 357).

As historiadoras Irene Pimentel e Cláudia Ninhos afirmam que, «no final do século XIX, a legislação portuguesa continuava ainda a abranger na concessão de direitos apenas os cidadãos portugueses, assim considerados aqueles que professavam a religião oficial do reino— a católica.» (Ninhos e Pimentel, 2013: 150), apesar de a Inquisição ter sido abolida no nosso país a 21 de março de 1821. Durante as invasões napoleónicas de 1808 a 1810 ocorreram, além disso, motins antissemitas contra os marranos (op. cit.: 152).

A terceira parte do livro de João Lúcio de Azevedo chama-se «Livro Terceiro- A Dispersão». Vejamos o que o autor entende por dispersão, na seguinte passagem:

“O povo escolhido dispersava-se outra vez pelo mundo, e os judeus cultos, ricos e influentes no Estado, revertiam à existência nómada dos antepassados no deserto da Ásia. Alguns peregrinavam sob o açoute das perseguições por todo o tempo da vida, ao passo que outros mais ditosos, encontraram no exílio a segurança e o sossego que a terra do nascimento lhes havia negado”. (Azevedo, op. cit.: 360)

Por intermédio de um decreto de D. José, a denominação de «cristãos novos» havia sido suprimida do vocabulário nacional. De 1492 até meados do século XVIII, a emigração dos judeus não cessara. Azevedo constrói o estereótipo do judeu nómada, sem lugar de residência fixo, que tem inscrita na sua natureza a condição de andar de terra em terra, dispersando-se não só pela Europa como pelo mundo inteiro. Julgo poder aqui fazer um paralelismo com a situação dos romani, estudados por exemplo por Nando Sigona (Sigona, 2011). Também Gilberto Freyre usou muito o mito do judeu errante, como procurarei mostrar em seguida.

## **Segunda Parte: Gilberto Freyre e o Antissemitismo**

«Esta imagem negativa dos judeus é “bebida”  
nas obras de Mário Saa, *A Invasão dos Judeus*  
(Lisboa, 1924) e João Lúcio de Azevedo,  
*História dos Cristãos Novos Portugueses* (Lisboa, 1922).»  
[Castelo, 1998: 32]

Em 1930, data de instauração da ditadura no Brasil, Gilberto Freyre foge para Portugal, país onde iniciou as suas pesquisas que originariam *Casa Grande & Senzala*. (Castelo, 1998: 23). Nos Estados Unidos, tinha sido aluno de Franz Boas, antropólogo culturalista cujas teorias haviam de influenciar toda a sua obra. *Casa Grande & Senzala* (Freire, 2005), um estudo da sociedade patriarcal brasileira, da hierarquia racial e da miscigenação, reavalia a questão da identidade nacional

(Castelo, 1998: 23–24). Esta obra, a mais importante do seu autor (Mata e Gomes, 2001: 1), contribui para a formação e manutenção do mito de origem nacional brasileiro, a crença falaciosa de que a sociedade brasileira resulta na fusão harmoniosa de três matrizes raciais: negros, índios e brancos. Vários autores, entre os quais se encontram Vera Lúcia Calheiros Mata e Artur Nunes Gomes (op. cit.) consideram que ainda hoje as ideias do famoso sociólogo são usadas para justificar esse mesmo mito da miscigenação harmoniosa. Os judeus e os marranos portugueses são também, para Freyre, um dos elementos dessa miscegenação. Veja-se a seguinte passagem de *Casa-Grande & Senzala*:

“Os marranos em Portugal não constituíam o mesmo elemento intransigente de diferenciação que os huguenotes na França ou os puritanos na Inglaterra, eram uma minoria imperecível em algumas das suas características, economicamente odiosa, porém não agressiva nem perturbadora da unidade nacional. Ao contrário: a muitos respeitos, nenhuma minoria mais acomodatória e suave.” (Freyre, 2005: 909)

Em *Casa Grande & Senzala* (Freyre, 2005), que retrata a condição colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII, julgo que Gilberto Freyre manifesta também sinais de antissemitismo, segundo alguns autores, dos quais estudei os textos de Silvia Cortez Silva (Carneiro, 2007) e de Jeffrey D. Needell (Needell, 1995). Freyre traça uma descrição caricatural e pejorativa dos judeus, frisando sobretudo o estereótipo do «judeu usurário» mas não se limitando a este. O mito da democracia racial explorado por este sociólogo engloba também os judeus, que representam a modernidade, ou seja, agentes modernizadores de declínio (Needell, op. cit.: 73). De acordo com Jeffrey D. Needell (op. cit.: 74), o antissemitismo de Freyre é evidente, baseando-se não apenas em teorias de historiadores portugueses dos anos vinte, mas também noutros autores estrangeiros. Para Freyre, os judeus são parasitas, estrangeiros e apresentam grande mobilidade espacial e social. Técnicos da usura, astutos capitalistas, mercantilistas, apresentam perfis de aves de rapina, capazes de amealhar fortunas e até, noutro aspeto... sodomitas! Os judeus fazem parte dos «invasores mais recentes do Brasil» (op. cit.: 280), juntamente com berberes, mouros, alemães, negros, flamengos, ingleses. São «mestiços com duas cores de pêlo» (op. cit.: 281) e os «portugueses típicos, gente mista na sua antropologia e na sua cultura» (ibidem). Isto porque [antes do Brasil] «já Portugal se antecipara na produção de curiosos tipos de homem de pigmentação clara ou de cabelo ruivo, mas de lábios ou ventas de negro ou judeu.» (ibidem). E continua o sociólogo: «A nação portuguesa constitui-se religiosamente, sem prejuízo das duas grandes dissidências que, por tolerância política da maioria, conservaram-se à sombra dos guerreiros mata-mouros: os judeus e os mouriscos.» (op. cit.: 284). As relações de tolerância mantiveram-se, segundo Freyre, até os segregados, «um tanto estranhos ao meio e por conseguinte mais sem escrúpulos do que os outros» (ibidem) se tornaram detentores das grandes fortunas peninsulares. Nessa altura, para conter os ódios contra a «minorias israelita», organizou-se o Tribunal do Santo Ofício, que Freyre parece defender com base na seguinte ideia «Os judeus haviam se tornado antipáticos menos pela sua abominação religiosa do que pela falta completa de delicadeza de sentimentos, tratando-se de questões de dinheiro com os cristãos.» (ibidem).

Freyre adere além disso a metáforas da incorporação, encarando o corpo nacional enquanto um conjunto harmonioso que tende a integrar (a incorporar) o diferente, o «estranho». Desta forma, nega a identidade de negros, índios, judeus, etc.,

como menciono na terceira parte deste trabalho, na parte em que relaciono nacionalismo e antissemitismo de Lúcio de Azevedo e de Gilberto Freyre. As «tendências semitas do português aventureiro para a mercancia e o tráfico» (Freyre, 2005: 34), são focadas no trabalho pioneiro de 1933, sobretudo nos primeiros capítulos deste, onde o sociólogo caracteriza o «estoque semita» e nos diz que: «o elemento semita, móvel e adaptável, terá dado ao colonizador português do Brasil algumas das suas principais condições físicas e psíquicas de êxito e de resistência. Entre outras, o realismo económico que desde cedo corrigiu os excessos de espírito militar e religioso na formação brasileira.» (Freyre, op. cit.: 69 e 70), numa passagem ambígua. Porém, em Portugal, há séculos que existia um «mercantilismo burguês e semita» (op. cit.: 85 e 86) tendo-se no Brasil prolongado a «tendência, talvez vinda de longe, do semita» (op. cit.: 89).

Silvia Cortez Silva (Carneiro, 2007) mostra que o antissemitismo de Freyre estava já patente em trabalhos anteriores do sociólogo desde 1921 e que, além de *Casa Grande & Senzala*, também se verifica em *Sobrados e Mucambos*, de 1936, que constitui o «epílogo da construção do judeu freyriano» (op. cit.: 343), e onde aparece um «perfil quase lombrosiano do judeu» (op. cit.: 326). Freyre insere, nos seus textos, termos estereotipados, novos tropos do vocabulário antissemita que permitem reconstruir um retrato do judeu, usando, segundo Silva «tons de linguagem pastel» que suaviza esta, as «amenidades gilbertianas». Estabelece-se uma dicotomia entre o «mourejar» e o «parasitar»: enquanto o primeiro verbo caracteriza o mouro, o segundo é típico do judeu. Também Júlio José Chiavenato (apud Silva, op. cit.: 328) lembra que em *Casa-Grande & Senzala* são desfiados mais de uma centena de estereótipos antissemitas, grotescos estereótipos racistas que, segundo este autor, tornam este antissemitismo, que dá mais importância à retransmissão cultural de preconceitos que a ataques diretos aos judeus, perigoso. Já na obra *Tempo de Aprendiz*, diário escrito entre 1918 e 1926, apareciam o característico nariz semítico e o verbo «mercandear». Em *Casa-Grande & Senzala* aparece o «vírus mercantil». Sílvia Cortez Silva diz-nos que o «mestre de Apipucos» se baseou no teórico racista Houston Stewart Chamberlain e em João Lúcio de Azevedo para «sustentar elementos de sua caracterização so semita: usura, tráfico de escravos, aversão ao trabalho manual e agrícola», etc. (op. cit.: 335 e 336). Segundo esta autora, Freyre caracteriza a instalação da Inquisição em Portugal como se tratasse de uma banalidade, um mal menor. (op. cit.:338). Por um lado, procurava salvar o Estado da heresia; por outro, constituía um elemento político eficaz para o fortalecer e livrar da bancarrota.

Embora Gilberto Freyre seja, ainda hoje, considerado um dos percussores da miscigenação, e as suas teorias reconhecidas até por alguns movimentos sociais antirracistas, o seu discurso, que revela traços de ambiguidade que é complicado interpretar, não deixou de se revelar antissemita em diversas passagens e o sociólogo de transmitir nas suas obras, pelo menos até *Sobrados e Mucambos*, de 1936, ideias preconceituosas. Porém, outros antissemitas brasileiros, como Gustavo Barroso foram, evidentemente mais longe na caracterização negativa dos judeus.

### **Terceira Parte: Influências Recíprocas**

«Recordemos que existia, também em Portugal, um fundo nacionalista na nossa historiografia do tempo da Monarquia constitucional e da República.»  
(Reis Torgal in Nunes e Freire, coord., 2013: 18)

«Este esforço eliminatório era um processo natural do organismo da nação»  
(Azevedo, op. cit.: 37)

Em *Casa Grande e Senzala*, que teve a sua primeira edição em 1933, Gilberto Freyre faz inúmeras referências a Lúcio de Azevedo e à sua *História dos Cristãos Novos Portugueses* (Azevedo, 1921) considerando, no prefácio à primeira edição do livro, Lúcio de Azevedo um dos seus amigos ilustres e um «mestre admirável» (Freyre, 2005: 29). No seu diário *Tempo Morto e outros Tempos*, dedica ao historiador português a entrada do dia, relatando o encontro de ambos em Lisboa<sup>274</sup>.

A visão que os dois têm da Inquisição como um mal menor ou até um instrumento útil à Nação, o mito do judeu errante e o estereótipo do agiota e usurário, o horror à agricultura, usado por estes autores para reforçar a ligação entre judaísmo e atividades mercantis, alguns elementos da caracterização física e psicológica dos judeus que por vezes conduzem à animalização destes, entre outros fatores, são pontos que se assemelham e que vale a pena mencionar. Os dois historiadores usam ainda termos da biologia na sua caracterização dos judeus, cruzando elementos de antissemitismo cultural com racismo biológico, se é que os dois tipos de racismo se podem alguma vez separar.

O nacionalismo é também um dos elementos comuns entre Lúcio de Azevedo e Gilberto Freyre e, embora haja diferenças entre as teorias dos dois, este nacionalismo é parte integrante das ideias antissemitas de ambos. Em *The Invention of the Jewish People* (Sand, 2009), Schlomo Sand afirma que, apesar de toda a História conter mitos, os mitos das historiografias nacionais se revestem de um carácter particularmente acentuado (op. cit.: 15). Até ao último quartel do século XX<sup>275</sup>, ler uma história nacional era efetuar uma divisão entre «nós» e ou «outros». Sand (op. cit.: 39) diz-nos que a consciência da igualdade cívica e política, produzida sobretudo pela mobilidade social da época do capitalismo comercial e depois industrial, criou um lugar de identidade partilhada. Quem estivesse «de fora» não podia fazer parte do corpo da Nação. Ora, para reforçar essa lealdade de grupo abstrata, eram necessários mitos e era necessário que se inventasse uma memória coletiva unificadora. O nacionalismo é, assim, a consciência ideológica que permite juntar os habitantes da nação, sendo também uma ideia: a ideia de nacionalismo. Etienne Balibar (1991: 86), por sua vez, considera que a história das nações se representa sempre sob a forma de narrativa(s). A formação da nação aparece como a concretização de um projeto que se desenrola ao longo dos séculos, com diferentes etapas que refletem os preconceitos dos vários historiadores. Projeto e destino são as duas figuras simétricas da ilusão da identidade nacional. De acordo com o filósofo francês (op. cit.: 53), existe um ciclo de reciprocidade histórica entre nacionalismo e racismo, que é a representação temporal do domínio progressivo do sistema de Estados-nação sobre outras formações sociais. O racismo emerge constantemente do nacionalismo, não apenas em direção ao exterior mas para o seu próprio interior<sup>276</sup>. O racismo não é, porém, uma expressão do nacionalismo, mas um suplemento deste, mais precisamente um suplemento no interior do próprio nacionalismo, sempre em excesso mas ao mesmo tempo

---

<sup>274</sup> Ver o excerto do diário de Gilberto Freyre, no anexo deste trabalho

<sup>275</sup> Ainda hoje, com a historiografia neo-liberal, a história da história e o ensino da história correspondentes, se efetua esta distinção. Um exemplo da propagação de mitos e ideologias através do sistema de ensino é um dos textos de Marta Araújo e Silvia Maeso sobre manuais escolares de História em Portugal (Araújo e Maeso, 2012).

<sup>276</sup> Balibar diz, ainda que por sua vez o nacionalismo também emerge do racismo, sendo o sionismo um exemplo deste fenómeno.

indispensável para a constituição deste e insuficiente. O nacionalismo tem uma natureza ambígua, que o racismo, uma filosofia da história ou historiosofia, realça. Através do racismo, o nacionalismo envolve-se numa metamorfose das suas contradições materiais, que se transformam em contradições ideais (Balibar, op. cit.: 54). A História torna-se, assim, na consequência de um segredo escondido sobre a própria natureza humana, radicalmente acrítica (op. cit.: 55). Os «falsos habitantes da Nação», os judeus no caso do antissemitismo, revelam a identidade dos «verdadeiros habitantes da Nação».

João Lúcio de Azevedo apresenta, em *História dos Cristãos Novos Portugueses* um projeto repleto de preconceitos, que forja um mito de origem e de continuidade da identidade nacional, onde se verifica uma relação de reciprocidade entre nacionalismo e racismo. Existiu em Portugal também, no início do século XX um conjunto de historiadores anti-semitas e racistas, sendo alguns exemplos Mário Saa, autor de *A Invasão dos Judeus*, livro profundamente racista, de um racismo de carácter biológico, publicado em Lisboa em 1925, ou os Integralistas Lusitanos, «dirigidos» por António Sardinha. De facto, Azevedo foi colaborador regular da revista *Nação Portuguesa*, publicada entre 1914 e 1938 e dirigida, entre outros, por Alberto Monsaraz, António Sardinha e Manuel Múrias. A partir da 2.<sup>a</sup> série (1922), este constituiu o órgão oficial do Integralismo Lusitano. Cláudia Castelo (op. cit.: 6) conta-nos que Gilberto Freyre conhecia e admirava António Sardinha<sup>277</sup>. Freyre criou uma imagem essencialista e mítica do povo português, e brasileiro, dando uma autoridade científica e estas. A ideia de que os judeus são uma anomalia não é nova. Já Max Weber falava do «estatuto de pária» (Vital, 1999:7). Existiu, desde o Antigo Regime, uma separação entre os judeus e o resto do corpo político e nenhum judeu podia, nessa época, integrar a sociedade civil ou seja, não eram considerados verdadeiros cidadãos.

O sociólogo Gilberto Freyre por sua vez crê que, do dualismo de raça e cultura, decorrem três características do povo português: a mobilidade, a miscigenação e a aclimatibilidade, analisadas nas primeiras páginas de *Casa-Grande & Senzala* (Castelo, op. cit.: 30). A mobilidade seria uma característica herdada dos judeus, um dos elementos que se juntaram para formar a nação portuguesa. Tal como Azevedo, Freyre difunde o mito do judeu errante, frisando a sua extrema mobilidade. Existem mesmo algumas semelhanças entre as teorias de miscegenação usadas por Freyre em *Casa-Grande & Senzala* e *História dos Cristãos Novos Portugueses*, embora as duas obras sejam obviamente muito diferentes, tanto no tema tratado como nas influências teóricas dos autores, dado que Lúcio de Azevedo não manifesta afinidades com os culturalistas americanos, entre os quais Franz Boas, que tanto influenciaram Gilberto Freyre. No entanto, a certa altura, diz-nos João Lúcio de Azevedo, «Sem dúvida que uma raça [os judeus], cujo aspecto físico e moral tem conseguido sobreviver a tantas vicissitudes, não poderia confundir-se em outra, proporcionalmente pouco numerosa [os portugueses], sem lhe imprimir algumas das suas características.» (Azevedo, 1921: 356). Segundo o historiador Jeffrey D. Needell (Needell, 1995: 68), a miscigenação constitui o *locus classicus* da nação. A busca de um fundamento étnico único para Portugal marcou o nacionalismo de finais de Oitocentos e contribuiu para reforçar a noção de uma vocação colonial natural do povo português (Castelo, 1998:

---

<sup>277</sup> Para Cláudia Castelo (op. cit.: 27) Freyre chegou a contrapor, à democracia representativa, a ideia de um Estado capaz de «refletir» as realidades orgânicas. Só que o sociólogo nunca deu o último passo para o corporativismo, ao contrário dos Integralistas Lusitanos e, além disso, os Integralistas Lusitanos fizeram posteriormente uma interpretação [mais] nacionalista das teorias gilbertianas, manipulando estas (Castelo, op. cit.: 80).

5). Tanto João Lúcio de Azevedo como Gilberto Freyre difundiram em alguns momentos esse tipo de teorias nacionalistas. Em *Casa Grande & Senzala*, o famoso sociólogo foca a questão da essência do Brasil, com base no estudo da sociedade patriarcal daquele país, da hierarquia racial e da miscigenação. Freyre, além de ter conhecido Lúcio de Azevedo em Portugal, como relata numa entrada do seu diário *Tempo Morto e Outros Tempos* (Freyre, 2006), foi também amigo de António Sardinha, o integralista lusitano, que muito admirava (Castelo, op. cit.: 6). Para Freyre, tanto em *Casa Grande & Senzala* como em muitas das obras que publicou depois, e que serviram para justificar a política colonialista de uma fase posterior do Estado Novo, Portugal era um país de vocação colonial lida como ecuménica. Nas colónias sob o domínio português, favorecia-se o convívio harmonioso entre povos e a miscigenação, tal como se fazia no Brasil entre os senhores dos engenhos (de açúcar) e as escravas. Obviamente que esta teoria mascarava relações de dominação e de poder, com base numa identidade nacional propositadamente construída, uma imagem mítica e essencialista da identidade cultural portuguesa, à qual Freyre conferiu autoridade científica. É curioso notar que isto ainda hoje se verifica, por exemplo quando se fala na aproximação entre os povos lusófonos, com base numa história e língua comuns (Castelo, op. cit.: 14), uma ficção da democracia racial.

## Conclusão

A memória histórica da perseguição e racismo contra os cristãos novos portugueses é um «legado multidirecional de violência» (Rothberg, 2009: 28), da nossa memória coletiva e intercultural. Nesta viagem pelos arquivos da memória, usei como fonte principal a *História dos Cristãos Novos Portugueses*, do historiador João Lúcio de Azevedo, publicada pela primeira vez em Lisboa, em 1921, numa tentativa de entender o modo como a Europa é e foi conceptualizada por Europeus (Asad, 2003). Penso que os «fantasmas» do passado são úteis para explicar preconceitos do presente. Seguindo a ideia de Rothberg (op. cit.: 29) de que comparações, analogias e outras invocações são parte inevitável da luta pela justiça, apresentei algumas teorias de Gilberto Freyre como termo de comparação. Por um lado, existem elementos de antissemitismo na sua obra; por outro, esta procura transmitir uma imagem essencialista da personalidade do povo português e brasileiro, concedendo pela primeira vez uma autoridade científica a esta imagem mítica (Castelo, op. cit.: 14). Assim, penso que é possível estabelecer uma ponte entre antissemitismo e discriminações coloniais racistas em *História dos Cristãos Novos Portugueses* e *Casa Grande & Senzala*.

Procurei comparar estas duas importantes obras de João Lúcio de Azevedo e de Gilberto Freyre. Através da visão que ambos os autores manifestam dos judeus, concluo que ambos os trabalhos revelam a presença de preconceitos e de estereótipos, que configuram discursos de antissemitismo. Lúcio de Azevedo trocaram cartas e chegaram a encontrar-se<sup>278</sup>. Freyre cita o historiador português inúmeras vezes, tanto em *Casa-Grande & Senzala* quanto em *Sobrados e Mucambos*. Concluo, ainda, que as teses dos dois estudiosos no que toca a este tema podem ser produtivamente comparadas.

---

<sup>278</sup> Ver o excerto do diário de Gilberto Freyre, em anexo, que relata o encontro entre os dois, em Lisboa, em 1923.

## Referências Bibliográficas

- Araújo, M. e Maeso, S., 2012, «History textbooks, racism and the critique of Eurocentrism: beyond rectification or compensation», *Ethnic and Racial Studies*, 35:7, 1266-1286.
- Asad, T., *Formations of the Secular. Christianity, Islam, Modernity*. Stanford, Stanford University Press, 2003.
- Back, L. e Solomos, J., *Theories of Race and Racism*, London, Routledge, 2000.
- Balibar, E. e Wallerstein, Immanuel, *Race, Nation, Class. Ambiguous Identities*. London, New York, Verso, 1991 [1ª ed. de 1988, Éditions la Découverte]
- Butler, Judith, *Excitable Speech: a Politics of the Performative*. New York, Routledge, 1997.
- Carneiro, M. T. (org.), *O Anti-semitismo nas Américas. Memória e História*. São Paulo, EDUSP, 2007.
- Castelo, C., *O Modo Português de Estar no Mundo. O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto, Edições Afrontamento, 1998.
- Mata, V.C. e Gomes, A. N., 2001, «Gilberto Freyre, Casa Grande & Senzala e o Mito de Origem do Povo Brasileiro», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, fevereiro de 2001.
- Needell, J. D., 1995, «Identity, Race, Gender and Modernity in the Origins of Gilberto Freyre's Oeuvre», *American Historical Review*, February 1995, pp. 51-77.
- Ninhos, C. e Pimentel, I. F., *Salazar, Portugal e o Holocausto*. Lisboa, Temas e Debates, 2013.
- Nunes, J. A. e Freire, A. (coord.), *Historiografias Portuguesa e Brasileira no Século XX. Olhares Cruzados*. Coimbra, I.U.C. e Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.
- Rodrigues, J. H., org., *Correspondência de Capistrano de Abreu*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954-56.
- Rothberg, M., *Multidirectional Memory. Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization*. Stanford: Stanford University Press, 2009.
- Sand, S., *The Invention of the Jewish People*. London, Verso, 2009.
- Serrão, J., *Dicionário de História de Portugal*, entrada sobre João Lúcio de Azevedo no site <http://bvqf.fgf.org.br/portugues/biografias/joaolucioazevedo.html> consultado a um de março de 2014.
- Rodrigues, J.H.(org.), 1954-56, *Correspondência de Capistrano de Abreu* [3 volumes. No 1º volume encontra-se a secção «A João Lúcio de Azevedo», 1916-1927», pp.9-385. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954-56.
- Sigona, N., 2011, «The Governance of Romani People in Italy: Discourse, Policy and Practice», *Journal of Modern Italian Studies*, 16: 5, 590-606.
- Sobral, J. M., 2010, «Representações Portuguesas e Brasileiras na Identidade Nacional Portuguesa no Século XX», *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v.41, nº2, jul/dez 2010, pp. 125-139.
- Traverso, E., *L'Histoire comme Champ de Bataille. Interpréter les Violences du XX<sup>e</sup> Siècle*. Paris, La Découverte, 2011.

## Fontes Documentais

- Azevedo, J. L. de, *História dos Cristãos Novos Portugueses*. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1921.
- Freyre, G., *Casa Grande & Senzala*, São Paulo: Global Editora, 2005, [edição original de 1933].



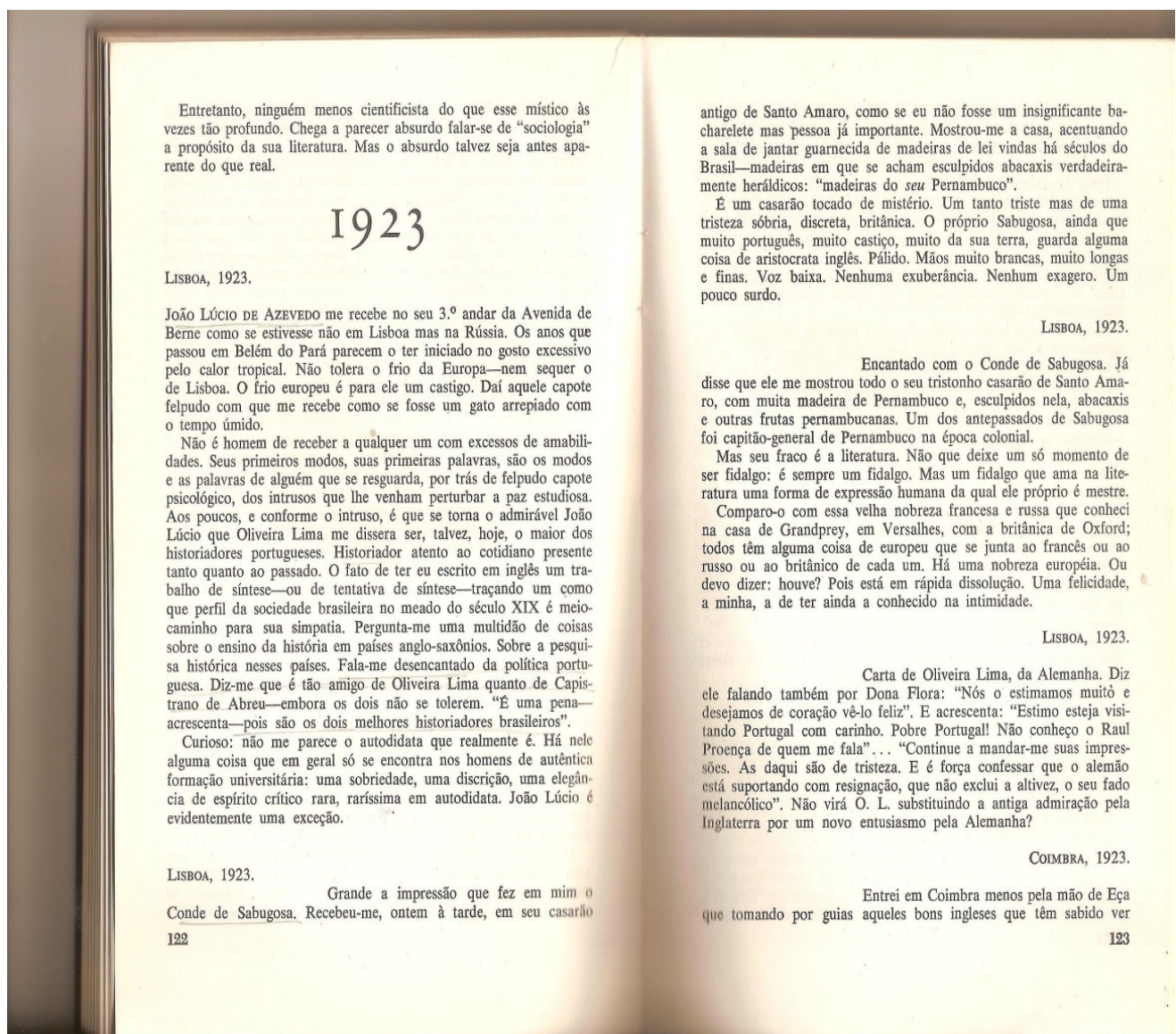
\_\_\_\_\_, s/d, *Sobrados e Mucambos, Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. Lisboa: Livros do Brasil. [edição original de 193 ]

\_\_\_\_\_, *Tempo Morto e Outros Tempos: Trechos de um Diário da Adolescência e Primeira Mocidade, 1915-1930*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1978. Javal, Lily-Jean, *Sous le Charme du Portugal, Visages et Paysages*, Paris, Plon, 1931. Schwarz, S., 1993, *Os Cristãos-Novos em Portugal no Século XX*. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, Universidade Nova de Lisboa [reprodução exata da edição original de 1925].

### Sítios Web

Site da Fundação Gilberto Freyre, <http://bvfgf.fgf.org.br/portugues/biografias/joaolucioazevedo.html>, consultado a 14 de fevereiro de 2014

### Anexo



Entretanto, ninguém menos cientificista do que esse místico às vezes tão profundo. Chega a parecer absurdo falar-se de “sociologia” a propósito da sua literatura. Mas o absurdo talvez seja antes aparente do que real.

1923

LISBOA, 1923.

JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO me recebe no seu 3.º andar da Avenida de Berne como se estivesse não em Lisboa mas na Rússia. Os anos que passou em Belém do Pará parecem o ter iniciado no gosto excessivo pelo calor tropical. Não tolera o frio da Europa—nem sequer o de Lisboa. O frio europeu é para ele um castigo. Daí aquele capote felpudo com que me recebe como se fosse um gato arrepiado com o tempo úmido.

Não é homem de receber a qualquer um com excessos de amabilidades. Seus primeiros modos, suas primeiras palavras, são os modos e as palavras de alguém que se resguarda, por trás de felpudo capote psicológico, dos intrusos que lhe venham perturbar a paz estudiosa. Aos poucos, e conforme o intruso, é que se torna o admirável João Lúcio que Oliveira Lima me dissera ser, talvez, hoje, o maior dos historiadores portugueses. Historiador atento ao cotidiano presente tanto quanto ao passado. O fato de ter eu escrito em inglês um trabalho de síntese—ou de tentativa de síntese—traçando um como que perfil da sociedade brasileira no meado do século XIX é meio-caminho para sua simpatia. Pergunta-me uma multidão de coisas sobre o ensino da história em países anglo-saxônicos. Sobre a pesquisa histórica nesses países. Fala-me desencantado da política portuguesa. Diz-me que é tão amigo de Oliveira Lima quanto de Capistrano de Abreu—embora os dois não se tolerem. “É uma pena—acrescenta—pois são os dois melhores historiadores brasileiros”.

Curioso: não me parece o autodidata que realmente é. Há nele alguma coisa que em geral só se encontra nos homens de autêntica formação universitária: uma sobriedade, uma discrição, uma elegância de espírito crítica rara, raríssima em autodidata. João Lúcio é evidentemente uma exceção.

LISBOA, 1923.

Grande a impressão que fez em mim o Conde de Sabugosa. Recebeu-me, ontem à tarde, em seu casarão

122

antigo de Santo Amaro, como se eu não fosse um insignificante bacharelete mas pessoa já importante. Mostrou-me a casa, acentuando a sala de jantar guarnecida de madeiras de lei vindas há séculos do Brasil—madeiras em que se acham esculpidos abacaxis verdadeiramente heráldicos: “madeiras do seu Pernambuco”.

É um casarão tocado de mistério. Um tanto triste mas de uma tristeza sóbria, discreta, britânica. O próprio Sabugosa, ainda que muito português, muito castiço, muito da sua terra, guarda alguma coisa de aristocrata inglês. Pálido. Mãos muito brancas, muito longas e finas. Voz baixa. Nenhuma exuberância. Nenhum exagero. Um pouco surdo.

LISBOA, 1923.

Encantado com o Conde de Sabugosa. Já disse que ele me mostrou todo o seu tristonho casarão de Santo Amaro, com muita madeira de Pernambuco e, esculpidos nela, abacaxis e outras frutas pernambucanas. Um dos antepassados de Sabugosa foi capitão-general de Pernambuco na época colonial.

Mas seu fraco é a literatura. Não que deixe um só momento de ser fidalgo: é sempre um fidalgo. Mas um fidalgo que ama na literatura uma forma de expressão humana da qual ele próprio é mestre.

Comparo-o com essa velha nobreza francesa e russa que conheci na casa de Grandprey, em Versalhes, com a britânica de Oxford; todos têm alguma coisa de europeu que se junta ao francês ou ao russo ou ao britânico de cada um. Há uma nobreza européia. Ou devo dizer: houve? Pois está em rápida dissolução. Uma felicidade, a minha, a de ter ainda a conhecido na intimidade.

LISBOA, 1923.

Carta de Oliveira Lima, da Alemanha. Diz ele falando também por Dona Flora: “Nós o estimamos muito e desejamos de coração vê-lo feliz”. E acrescenta: “Estimo esteja visitando Portugal com carinho. Pobre Portugal! Não conheço o Raul Proença de quem me fala”. “Continue a mandar-me suas impressões. As daqui são de tristeza. E é força confessar que o alemão está suportando com resignação, que não exclui a altivez, o seu fado melancólico”. Não virá O. L. substituindo a antiga admiração pela Inglaterra por um novo entusiasmo pela Alemanha?

COIMBRA, 1923.

Entre em Coimbra menos pela mão de Eça que tomando por guias aqueles bons ingleses que têm sabido ver

123

## *Médicos milicianos portugueses nos palcos da Grande Guerra*

Francisco Miguel Araújo\*

### **Resumo**

Em tempo de centenário da Grande Guerra intenta-se um percurso possível pela escrita das suas memórias e reflexões, através de um conjunto inédito de dissertações académicas de finalistas da Faculdade de Medicina do Porto entre 1915-1923, por médicos milicianos mobilizados para as campanhas militares africanas e europeias ou outros que sobre estas lançaram um olhar escrutinador.

De relance por temáticas como Medicina Geral e Tropical, Higiene e Alimentação ou Cirurgia e Epidemiologia no exército e na sociedade civil, procede-se a uma abordagem às novas perspetivas terapêuticas e profiláticas, aos tratamentos clínicos e farmacológicos ou às linhas de investigação promovidas pela difusão e partilha de importantes transformações científicas e tecnológicas, estruturantes de uma notória internacionalização entre estes profissionais. Mas também se tecem considerações assertivas quanto à organização e aceitação das suas propostas médicas e militares junto das autoridades máximas, indiciadoras do real estado e capacidade de intervenção portuguesa nesse conflito bélico.

\*

Um dos motes partilhados sobre a participação portuguesa na Grande Guerra de 1914-1918 espelha bem o sentimento nacional da época, entre o cumprimento da honra patriótica e o estoicismo perante as privações e o espectro da Morte: «Quando for preciso, até onde for preciso e Deus queira que não seja preciso...».<sup>279</sup> O apogeu do poder destruidor que a Humanidade atingiu neste conflito bélico revolucionando os moldes como a guerra era concebida e praticada, desde logo por uma dimensão global sem precedentes e o clima de destruição pelas novas armas mortíferas, colocou novos desafios aos países intervenientes e às suas sociedades que extravasaram o mero plano da ação militar...

A Medicina, a Engenharia ou a Farmácia, entre outras áreas científicas, cedo foram solicitadas a prestarem os seus contributos no esforço de guerra, não só na prestação de serviços essenciais à coordenação das atividades e planos militares, mas também na investigação e desenvolvimento de avanços científicos e tecnológicos que beneficiassem e salvaguardassem a própria condição humana! No caso da 1.<sup>a</sup> República portuguesa, ainda durante o impasse político e diplomático quanto à entrada oficial nesta contenda mundial, a falta de oficiais nos quadros do Exército impuseram uma natural escolha, aquando em idade de cumprimento do serviço militar obrigatório, dos jovens recém-formados neste tipo de cursos para supressão dessas necessidades endógenas.

A Universidade do Porto pela sua feição formativa mais científico-técnica desde 1911, constituída pelas Faculdades de Ciências e de Medicina e as Escolas

---

\* Licenciado em História e mestre em História da Educação pela Faculdade de Letras do Porto, investigador integrado no CITCEM – *Cultura, Espaço e Memória*, frequenta o 3.º ciclo nesta instituição com bolsa de doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

<sup>279</sup> Frias, C., *Sanidade militar: profilaxia epidémica & higiene de campanha*, p. 119.

Superiores de Engenharia e Farmácia, sentiu o peso constrangedor de tal medida com a incorporação de muitos dos seus estudantes nas expedições militares envoltas no quadro da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial.<sup>280</sup> Justamente, no espólio das dissertações académicas da Faculdade de Medicina do Porto, algumas de médicos milicianos mobilizados para as frentes de combate africana e europeia, encontram-se valiosos e inéditos registos dos seus finalistas. Num total de catorze prospetivas sobressaem memórias e visões assertivas sobre a preparação e organização das diferentes missões do Exército português, os rumos e condições das operações militares, a avaliação do ponto da situação dos estudos médicos e científicos e as sequelas sociodemográficas sobre a evolução da sociedade portuguesa das primeiras décadas do século XX.

Este conjunto de teses académicas neste enfoque particular da Grande Guerra e dos seus efeitos em temáticas tão diversas como Higiene, Cirurgia, Alimentação, Medicina, Epidemiologia ou Profilaxia Sanitária, produzidas entre 1915 e 1923, são o resultado do coroar de um percurso escolar que assumia duas tendências divergentes: dissertações inaugurais e teses de doutoramento. As primeiras com um carácter obrigatório para os alunos transitórios do curso de Medicina e Cirurgia de modo a requer a sua cédula profissional, na senda da tradição das antigas Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto de defesa do “Acto Grande” com uma dissertação original, as últimas para os alunos do novo curso universitário que voluntariamente se propunham ao grau de doutor no mesmo.<sup>281</sup> De resto, legislação académica mantida pela reformulação do *Estatuto da Instrução Universitária* de 1918 durante o regime de Sidónio Pais.



Reitoria da Universidade do Porto  
Monumento aos estudantes da Universidade mortos na Guerra de 1914-1918

---

<sup>280</sup> Importa recordar que, na orgânica da nova Universidade do Porto, a promoção republicana do seu estatuto de ensino pouco veio contribuir para uma ampliação do quadro educativo. A Academia Politécnica do Porto (1837-1911) desdobrou-se em Faculdade de Ciência e Escola Superior de Engenharia, esta reconvertida em Faculdade Técnica (1915) e depois em Engenharia já com a Ditadura Militar. A Escola Médico-Cirúrgica (1836-1911) deu lugar à Faculdade de Medicina e à Escola Superior de Farmácia, que veio a alcançar o estatuto de faculdade em 1919.

<sup>281</sup> *Regulamento das Escolas Médico-Cirúrgicas*, de 23 de abril de 1840 (artigos 153.º a 155.º) e *Regulamento das Faculdades de Medicina*, de 24 de agosto de 1911 (artigos 35.º e 124.º).

Aliás, quase todos estes médicos milicianos viram-se mesmo constrangidos a adiar a defesa de provas públicas até à sua desmobilização, por vezes durante um ou dois anos, de forma a poderem-se preparar convenientemente. Na impossibilidade de grandes trabalhos documentais e/ou de investigação por motivos de ordem vária, lograram aproveitar as suas próprias experiências militares como objeto de estudo central e oferecer o seu pequeno contributo para as lacunas aí detetadas. Outros recorreram a casos de clínica médica para tecerem considerações sobre casos de pacientes observados com contextualização das doenças em análise, tecendo comentários e paralelismos com a pluralidade de novos resultados das investigações internacionais no devir do conflito armado.

Um contrassenso remanescente era o da pertinência de uma tese deste género, mau grado o imperativo do regulamento universitário, para aqueles considerados aptos a prestar o seu exercício profissional em serviço de campanha. Discussão acesa entre os boatos da sua dispensa que tardiamente se validou, considerando-se que a guerra era um cenário privilegiado para a observação e experiências médicas e clínicas, mesmo que nem sempre se reunissem as condições mínimas ou as dotações financeiras para promoção do trabalho científico em tal contexto!

Justifica-se no presente ensaio de síntese, por isso, o conteúdo por vezes preambular e genérico nas recensões críticas a estes trabalhos, quando se pretende sublinhar através destas reflexões pessoais as ilações possíveis da sua contextualização histórica, bem como das suas interpretações militares e científicas na construção de uma sociedade mais justa, escudada e solidária no pós-guerra.

### **Do prólogo de uma guerra anunciada...**

As sucessivas declarações de guerra no verão de 1914, no jogo das alianças diplomáticas que levaram à oposição entre os Aliados e as Potências Centrais, colocaram Portugal numa posição marginal ao processo, entre divisões políticas internas e críticas quanto à subordinação aos interesses ingleses, sem se tomar uma posição oficial de beligerante ou de neutralidade face ao conflito que eclodia na Europa. Não obstante, uma série de consequências a ela associadas contaminaram à partida o território e a população nacional: manifestações populares pró e antiguerra, partida dos cidadãos estrangeiros para os países onde fora decretada a mobilização geral, fuga de jovens para se alistarem como voluntários nos exércitos aliados, corrida na troca do papel-moeda por prata no receio da inflação dos preços ou açambarcamento de dinheiro e dos géneros alimentícios, entre outros. Um perigoso prenúncio para as dificuldades socioeconómicas que os portugueses viriam a sentir, ainda não adivinhadas entre a euforia generalizada e a crença de uma luta armada célere...

Só que na propagação das hostilidades europeias às suas possessões em África, as fronteiras vizinhas das colónias portuguesas com as do Sudoeste Africano Alemão e a África Oriental Alemã, exigiram a mediação do Congresso da República com a organização de dois destacamentos militares para reforçar alguns postos fronteiriços do norte de Moçambique e ao sul de Angola, no disposto pelo *Decreto de 18 de agosto de 1914*. Conhecidos os interesses territoriais dos alemães e perante os seus ataques a Maziúta (24 de agosto de 1914) e a Naulila e Kwanza (18 e 31 de outubro), registando-se o saque e a morte de militares e de população autóctone, seria uma questão de tempo a declaração oficial de guerra à Alemanha pela 1.<sup>a</sup> República.

Neste compasso de espera o esforço de guerra foi reservado para a defesa dessas colónias africanas, sucedendo-se o envio de expedições militares e dos recursos para a sua manutenção, até ao pedido de confiscação inglesa dos barcos

alemães e austríacos ancorados nos portos nacionais e consequente declaração de guerra a Portugal por parte da Alemanha e da Áustria-Hungria, em março de 1916. Na realidade durante aproximadamente estes dois anos, o país vivia já a repercussão de um clima conflagrado com um agravamento da sua situação e sinais evidentes de uma crise que deixara de ter uma exclusiva componente política. A carestia de vida com o encarecimento e o início do racionamento de produtos essenciais para a alimentação, a propagação de doenças epidémicas entre as franjas sociais mais desprotegidas e empobrecidas, a aparente falta de coordenação e preparação do Exército português são fenómenos que alguns jovens médicos da Faculdade de Medicina do Porto começaram a selecionar como temas de estudo.

O primeiro a publicar a sua dissertação inaugural foi José Arozo<sup>282</sup> com *Questões Alimentares* de 1915, estudo clínico sobre a complexidade da alimentação dos portugueses no desenvolvimento de doenças relacionadas com a nutrição, como as artrites e a tuberculose. Apologista da difusão da Higiene Alimentar entre a população como meio de promoção da saúde, tópico praticamente ignorado na educação familiar e escolar, classificava o regime alimentar típico português como desadequado às condições de vida específicas e dado a rotineiros excessos. Os resultados dos seus inquéritos pela cidade do Porto revelavam um evidente desequilíbrio nutricional com graves lacunas, atribuídas aos preços inflacionados de produtos como a carne e os cereais que condicionaram a adoção de novos hábitos alimentares por grande parte das famílias. Assim, não só o consumo de carne registara uma tendencial descida de consumo, inversamente oposta ao da batata que se tornara «o alimento de resistência se não o de salvação»<sup>283</sup> integrada nas sopas e caldos.

Outro dos pontos centrais estudados foi a questão alimentar na jurisdição militar, considerada como preocupantemente desorganizada e mal planificada num período de lutas e campanhas militares, questionando o papel da Administração Militar na provisão e distribuição dos víveres entre os regimentos e preparação das rações aos soldados. Da comparação das rações alimentares em reserva e campanha existia um certo equilíbrio de doses em produtos como o pão, café, açúcar, sal, legumes secos e vinho, sendo complementada com as conservas de carne e a sopa condensada nas linhas de combate. Em confronto com a ração de guerra do Exército francês, ao nível de géneros e quantidades, constatava-se que o número de calorias era aproximado ao dos soldados portugueses, porém, tendo sido modificada e reforçada durante o período de inverno para suprir as necessidades decorrentes das condições de vida nas trincheiras.

Um tema similar mas mais focado no consumo de álcool entre os soldados foi *O Alcoolismo no Pôrto* de 1916, de Albino da Silva e Sousa, enquadrado no movimento internacional de promoção da abstinência alcoólica de inícios desse século. Ora, num país em que o vinho era uma componente basilar da dieta alimentar transversal a todos os grupos sociais, o alcoolismo despontava como um flagelo social com implicações médicas, sociais e económicas que era necessário ter em conta e procurar controlar. Nomeadamente, de um ponto de vista clínico, a adversidade do excesso deste tipo de bebidas com a menor resistência a doenças epidémicas e feridas (febre tifoide, erisipela, pneumonia e tuberculose), a vacinação antirrábica e a

---

<sup>282</sup> José Azevedo da Silva Arozo (1892-1964): assistente nas Faculdades de Ciências e Medicina do Porto, foi depois clínico e diretor cirúrgico no Hospital Geral de Santo António. Integrou o Corpo Expedicionário Português (C.E.P.) como alferes médico militar, servindo como médico de batalhão e depois no Hospital de Base n.º 2 em Ambleteuse, granjeando as medalhas militares de Comportamento Exemplar e da Victória.

<sup>283</sup> Arozo, F., *Questões Alimentares*, p. 55.

degenerescência psíquica e mental que levara as autoridades militares belga, inglesa e francesa a proibir ou diminuir a sua distribuição entre os soldados na Grande Guerra.

Relativamente ao caso nacional, perante a firmada «aceitação que na alimentação do exército tem sido dada à ração de álcool»<sup>284</sup>, o regulamento militar instituía que em serviço de guarnição apenas na refeição correspondente ao jantar fossem distribuídos dois a três decilitros de vinho a sargentos e três decilitros aos praças, extraordinariamente cerca de trinta mililitros de aguardente no inverno aos destacados em serviço noturno. Tais valores eram revistos em alta para a alimentação em campanha com quatro decilitros de vinho por ração normal na zona de guerra e cinco mililitros de aguardente em situações pontuais decretadas e nas estações de alimentação para o período vespertino e noturno, facto que este médico não deixava de considerar pernicioso.

Posteriormente, outros dois médicos portuenses procuraram relacionar o fenómeno da contenda mundial com o aumento da taxa de mortalidade entre os anos de 1900-1916 no panorama europeu. António Ferreira Machado, em 1919, na dissertação intitulada *Suicídios e suas tentativas no Pôrto*, relacionava o aumento dos suicidas com fatores de ruturas sociais nos diferentes países e outras variáveis individuais e ambientais: «A guerra, a fome e todas as misérias que as acompanham, tais como, o desenvolvimento de doenças morais deram positivamente um largo incremento ao terrível flagelo do suicídio. O ano de 1914-1915 foi negro e tétrico em suicídios».<sup>285</sup> Com assombro na consulta das poucas estatísticas sobre mortalidade para Lisboa e Porto entre 1900-1915, apontava-se para um aumento súbito e brusco do número de suicidas, em contraciclo com os países aliados ao qual não era alheio naturalmente o conflito mundial, atribuído à instabilidade política e social de implementação e retrocessos nos primeiros anos do regime republicano.

Numa linha idêntica, a tese doutoral *A Mortalidade em Portugal* de José Nogueira Nunes, em 1923, ilustrava que se estas taxas eram das mais altas da Europa, tal se devia mais à pouca educação e implementação de hábitos de higiene apropriados e à débil política de sanidade pública. No que respeitava ao movimento bélico e à proporcionalidade direta com o aumento da mortalidade, lançava suspeitas de que o número de mortos em combate ficaria aquém dos registados entre a população civil, graças ao alastramento da gripe e da tuberculose em sociedades debilitadas por toda a Europa. Contudo, também elogiava os progressos médicos então registados, em particular da vacinação anti tifoide operada junto dos soldados, onde face a «resultados tão seguros e tão brilhantes, que é deveras lamentável que ela se não pratique hoje por toda a parte ou que se torne mesmo obrigatória para todos».<sup>286</sup> Admitia no entanto que no nosso país, a grave crise económica em que se caíra no pós-guerra tornasse a Higiene uma questão supérflua continuamente protelada pelos estadistas.

Após a oficialização da intervenção portuguesa na Grande Guerra, com a 1.<sup>a</sup> República a retaliar a declaração do estado de guerra da Alemanha, muitos dos finalistas do curso de Medicina das três Universidades foram definitivamente cercados pela mobilização militar compulsiva. A notória falta de quadros de oficiais militares no Exército determinaram a inclusão de oficiais milicianos, arrolados de diferentes profissões como professores, advogados, engenheiros e médicos, que cumpriam a sua preparação durante seis semanas em escolas preparatórias militares nos três ramos: infantaria, artilharia e marinha. Porém, o disposto por esse *Decreto n.º*

---

<sup>284</sup> Sousa, A., *O Alcoolismo no Pôrto*, p. 91.

<sup>285</sup> Machado, A., *Suicídios e suas tentativas no Pôrto*, p. 110.

<sup>286</sup> Nunes, J., *A Mortalidade em Portugal*, p. 49.



2 367, de 4 de maio de 1916, não contemplava escolas específicas para a formação de médicos, que tanto a poderiam realizar nos Hospitais Militares de 1.<sup>a</sup> classe, como em qualquer uma das divisões de instrução militar.

A crescente necessidade de acompanhamento médico para as linhas de combate em África e na Europa aceleraram todo este processo de recrutamento, homologando o *Decreto n.º 2 384, de 12 de maio*, que todos os alunos do 5.º ano de Medicina e Medicina Veterinária aprovados nos exames finais fossem promovidos a alferes milicianos, entre a faixa etária dos 20-30 anos, na sequência da passagem pelas escolas preparatórias para oficiais. Acrescia a toda a extensa legislação do Ministério da Guerra, também pelo *Decreto n.º 2 658, de 30 de setembro*, a obrigação destes alferes médicos não poderem ascender a mais do que à patente de coronel e a sua permanência entre as tropas ativas até completarem os 30 anos. A passagem pelos diferentes palcos da guerra tornaram-se uma certeza quase categórica para muitos destes universitários portugueses até 1918...

### **... das expedições militares às colónias portuguesas em África...**

As colónias africanas de Angola e Moçambique foram os primeiros terrenos para as incursões militares portuguesas com o envio de cinco expedições do continente entre 1914-1918. Obviamente num modelo bélico distinto daquele que se vivia na frente europeia, sobretudo baseado no reforço e apoio a postos fronteiriços e algumas escaramuças com tropas alemãs, esperava-se que a experiência fosse útil na organização da logística e planificação militar do Exército português para futuras operações.

Rapidamente se foi compreendendo que, num certo descuido e cooperação insuficiente dos governos republicanos, a improvisação condizente com essas permanências estava longe de colmatar a muita boa vontade de militares e milicianos. Por exemplo, enquanto a Inglaterra delineara campanhas coloniais de meio ano, Portugal prescrevia um ano completo para as mesmas e integravam batalhões continentais com as companhias indígenas com notórias clivagens de preparação militar e de adaptabilidade ao terreno.

O alferes médico miliciano Joaquim de Araújo mobilizado com a 1.<sup>a</sup> divisão de Lisboa, e que acabaria por optar pela carreira militar como 1.º tenente-capitão do Serviço de Saúde, inteirado das principais doenças coloniais como a cólera, difteria e febre tifoide redigiu a tese *O método Carrel e o soluto de Dakin no tratamento das feridas infectadas* em 1917. Um método de esterilização de feridas com excelentes resultados pelo seu poder antisséptico, concebido e experimentando entre os exércitos aliados «que fez enorme sensação no mundo civilizado e que representa um progresso extraordinário, sendo suficiente para, só por si, marcar uma nova cirúrgica».<sup>287</sup> Esta novidade cirúrgica poderia ser aplicada de igual modo entre as tropas coloniais portuguesas, houvesse o apoio e interesse das autoridades sanitárias militares na sua divulgação e aplicação nos hospitais de campanha.

Ou na expedição de Moçambique de 1916-1917, a quarta comandada pelo general Ferreira Gil, o oficial tenente médico Américo Pires de Lima, à data assistente na Faculdade de Ciências do Porto, que se vira na contingência de comprar vacinas anti tifoide na cidade do Cabo para poder vacinar a comitiva antes do desembarque em África! Na qualidade de chefe da secção de Higiene e Bacteriologia, a sua preocupação extrema fora a de garantir as condições sanitárias a todos os elementos,

---

<sup>287</sup> Araújo, J., *O método Carrel e o soluto de Dakin no tratamento das feridas infectadas*, p. 37.

isto depois de uma viagem em condições inadequadas e das recomendações transmitidas pelos colegas precedentes, sem que nem os Ministérios da Guerra ou das Colónias tivessem tido essa precaução prévia.

Provavelmente, na mesma missão ou na seguinte, participou o quintanista Álvaro Rosas<sup>288</sup>, autor da tese de doutoramento *Um caso de mutismo histerico na coreia de Sydenham* de 1919, como adjunto do chefe dos serviços de saúde o coronel Valejo. Este médico miliciano que foi elevado a tenente-médico da coluna militar, galardoado com a medalha de Serviços Distintos, tomou a seu cargo a compilação das estatísticas nosológicas dos seus membros e de provisionamento dos medicamentos e material sanitário numa região classificada como de alto risco para os europeus. Numa primeira meditação declinava nas condições ambientais de África uma maior responsabilidade pela «grande mortalidade e morbilidade das campanhas africanas». <sup>289</sup> Contudo, mais tarde na compilação das suas crónicas sobre esta experiência em *Terras Negras*, levanta-se a suspeição se não fora antes a má preparação registada ao nível de fardamentos, abastecimentos, material bélico e médico, a coibir a prestação de tratamentos convenientes a doenças plenamente curáveis.

O caso clínico de um soldado da 1.<sup>a</sup> companhia europeia no Hospital Colonial em Lisboa, abordado igualmente em 1919 por Abílio de Sousa, na dissertação *Sobre um caso de Paludismo*, retrata não só o atraso português no capítulo da Higiene Tropical, como o pouco investimento público na divulgação da profilaxia contra a malária. Uma doença tropical há muito conhecida pelas potências colonizadoras pelo seu índice elevado de mortalidade, quer nas causas da sua disseminação do parasita pelos mosquitos, quer pela eficácia da quinina na sua supressão aquando da infeção humana, surgia como uma embaraçosa ignorância entre as tropas portuguesas e as próprias autoridades militares na sua prevenção.

Tal foi corroborado pelo objeto de estudo do 1.º cabo António Ferreira Santiago, com uma estadia de quatro anos por Angola em vários destacamentos militares, regressado à metrópole com diagnóstico incerto de febres intermitentes por suposto paludismo pelos médicos expedicionários. No seu relato pessoal aludia às condições de insalubridade em que cumprira o serviço militar, com longas marchas de semanas pelos matos em acampamentos improvisados e sem acesso a água potável, que ditaram ataques de febre sem nunca se ter declarado doente. Quanto às hóstias de quinina que eram distribuídas diariamente por todos os soldados, sem um controlo eficaz por parte de médicos e enfermeiros, muitas vezes não as tomava pelo seu sabor amargo e desconhecimento da sua importância profilática contra esse tipo de infeções parasitárias.

A desventura dos soldados portugueses, face à abordagem superficial dos conselhos de saúde e higiene tropical na sua preparação militar, justificava as atitudes imprudentes que os seus superiores iam detetando nas vivências diárias: o consumo de água indiscriminado sem qualquer processo de esterilização, o desperdício das doses de quinina ou mesmo a recusa na sua toma diária convencidos que eram as causas das febres, a falta de cautela contra as picadelas dos mosquitos em que alguns soldados até se entretinham a apreciar o triste espetáculo nas horas livres! Comportamentos básicos erradicados entre os demais soldados europeus, que o futuro coronel-médico no Ultramar taxava como condicionante pelo seu perigo e

---

<sup>288</sup> Álvaro da Silva Rosas (1893-?): cirurgião no Hospital Geral de Santo António e autor e divulgador no país de novas técnicas cirúrgicas, incluindo a instalação no Porto do primeiro bloco cirúrgico hospitalar.

<sup>289</sup> Rosas, A., *Um caso de mutismo histerico na coreia de Sydenham*, p. 20.



mortalidade: «o que se dá para a doença do sono, dá-se igualmente com o paludismo, e a disenteria, os dois terríveis flagelos das nossas tropas coloniais».<sup>290</sup>

A esta nota pode-se juntar a do vila-condense Celestino da Costa Maia em *Estudo Clínico da Gripe Epidémica*, tese inaugural defendida em 1920, que a propósito da pandemia que varreu a Europa entre 1918-1919 com maior número de mortos do que o próprio conflito militar, exaltava a importância da vacinação como se procedera nos exércitos ingleses e franceses. Todavia, uma vez mais no caso nacional, o descuido das autoridades oficiais levou a tristes exemplos entre as companhias coloniais, a quem uma medida sanitária simples não era atendida convenientemente e sem mesmo controlo eficiente no aprovisionamento nas vacinas antigripe!

Como suporte exemplificativo recorre às viagens dos vapores “Lourenço Marques” e “Moçambique”, que transportaram as últimas companhias militares da colónia moçambicana em finais de 1918. Se no caso desse último os soldados foram repatriados sem vacinação contra a gripe tendo-se a mesma manifestado a bordo após transbordo na cidade do Cabo, contabilizando-se que «na 4.ª classe com 558 soldados houve 188 óbitos no trajeto até Lisboa»<sup>291</sup>, no caso do primeiro a vacinação aquando do embarque permitiu que os 35 oficiais e 1.100 praças chegassem a Portugal sem qualquer maleita.

Parcos ensinamentos que patenteavam a flagrante falta de preparação do Exército português em clima bélico, mesmo que reportando-se aos territórios coloniais, desde as dificuldades de abastecimento de água e géneros alimentícios a longa distância, a carência de medicamentos e de instalações hospitalares condignas até às condições degradantes em que o transporte das tropas era efetuado. No fundo, falhas em estudos prévios de reconhecimento dos locais, dos modos de vida, de objetivos e instruções militares, supostamente compilados e implementados por uma nação que se orgulhava do terceiro maior Império Colonial africano; que não foram devidamente antecipados e melhorados na decisão de envio e na organização do Corpo Expedicionário Português para a Flandres.

### **... à presença do C.E.P. na Europa...**

O Decreto n.º 2 938, de 17 de janeiro de 1917, ordenando a constituição de um corpo expedicionário para combate com as nações aliadas contra as Potências Centrais, sob a formatura de duas divisões compostas por três brigadas cada, limitava-se a dar a existência oficial ao treino e equipamento militar que os generais Norton de Matos e Tamagnini vinham desenvolvendo na divisão de Tancos com esse fim. Sob o comando máximo dos generais Simas Machado e Gomes da Costa, as primeiras comitivas do C.E.P. zarparam para a França em finais desse mês, ocupando inicialmente três sectores das trincheiras aliadas e que depois foi sendo reduzido até à assimilação gradual entre as forças inglesas, após a trágica Batalha de La Lys, de 9 de abril de 1918.

Novamente, os oficiais milicianos foram recrutados em massa para completar as brigadas divisionárias no litígio europeu, recordando o oficial Norberto Mauro Calado numa conferência de 1923: «Nas companhias de Infantaria e batalhões de Artilharia faltava mais de metade dos sargentos, e na Artilharia faltavam 166 oficiais. Estes encontravam-se em Portugal mostrando as suas fardas reluzentes e fazendo «flirt» às donzelas de perna torneada e busto futurista...».<sup>292</sup> A presença do major Dr.

<sup>290</sup> Sousa, A. de, *Sobre um caso de Paludismo*, p. 63

<sup>291</sup> Maia, C., *Estudo Clínico da Gripe Epidémica*, p. 117.

<sup>292</sup> Magalhães Basto, A. (ed.), *O dr. Pedro Vitorino e a Grande Guerra (1918)*, p. 26.

António Joaquim de Souza Júnior como chefe dos serviços de saúde do C.E.P. entre 1916-1918, professor da Faculdade de Medicina do Porto e acérrimo republicano, poderá não ser totalmente inocente à presença considerável de finalistas portuenses da instituição, talvez indicados e selecionados para alferes médicos num reconhecimento pessoal das suas capacidades, competências e temperamentos.

No entanto, ninguém nos postos de militar ou miliciano estaria cabalmente consciente do seu futuro na Flandres, onde as originais táticas bélicas e tipos de armamento revelaram-se uma surpresa pragmática para quase todas essas chefias hierárquicas. A luta imobilizada e inglória das trincheiras num meio climático adverso e insalubre, com o dito “século de ouro” da artilharia com a modernização de canhões, granadas, obuses, morteiros e as metralhadoras ou “o regador do diabo”, e as novidades mortíferas como os blindados, os lança-chamas, os gases asfixiantes e os bombardeamentos aéreos colocaram desafios intrincados e a procura de soluções urgentes no domínio da Medicina.

O alferes médico de Infantaria 8 do C.E.P., Aníbal de Freitas<sup>293</sup> elegeu como tema da sua dissertação de 1918, os cuidados médicos em *Tratamento dos feridos de guerra nos postos de socorro*. Numa primeira parte discorre sobre a descrição geral dos Postos de Socorros na 1.ª Guerra Mundial, locais para onde eram primeiramente recambiados os feridos, quanto às suas instalações, localizações, materiais, pessoal e modelo de funcionamento entre os ditos normais e os avançados. Numa segunda parte expõe as metodologias clínicas mais comuns no tratamento de situações de feridas físicas e psíquicas, como infeções, hemorragias, fraturas dos membros e ferimentos no abdómen, tórax e crânio, e com uma referência especial para as intoxicações pelo emprego de gases como o cloro, o fosgênio e o gás mostarda.

Desta sua experiência profissional defendia a importância da postura assertiva dos médicos e a instrução especial para as equipas de saúde com enfermeiros e maqueiros nos procedimentos clínicos gerais, evacuando rapidamente os pacientes do campo de batalha para as ambulâncias e os hospitais de base. A divulgação de novas terapias como o “pó de Vincent” em infeções profundas e o recurso às máscaras antigás e às ampolas de amónio, complementavam a tradicional seroterapia antitetânica injetada em todos os soldados que recorriam aos postos de socorros, que era registada no seu cartão de diagnóstico ou então com um “T” a tinta vermelha na testa ou no dorso da mão. Mas, o problema mais comum seriam mesmo as infeções bacterianas e parasitárias decorrentes da falta de condições de higiene mínimas no terreno, quer pelo vestuário que raramente era lavado e se sujava, quer pela terra e a lama em que eram forçados a movimentar-se: «E que terra! Suja com restos de todas as castas, removida pela granada, misturada de dejeções humanas acumuladas durante muito tempo nas trincheiras».<sup>294</sup>

De encontro a estas observações, em *Sanidade militar: profilaxia epidémica & higiene de campanha*, preleção inaugural de Carlos Frias<sup>295</sup> de 1919, estabelece-se um confronto entre a organização sanitária dos exércitos português e inglês. Pela sua fluência da língua inglesa este alferes médico miliciano, que acabou promovido à patente de tenente, foi nomeado “Sanitary Staff Officer” intermediando os serviços de

---

<sup>293</sup> Aníbal Cardoso de Freitas (1890-1934): depois da dispensa militar e na posse do seu curso universitário regressou à sua terra natal, exercendo a clínica médica até ao seu falecimento em Oliveira de Azeméis.

<sup>294</sup> Freitas, A., *Tratamento dos feridos de guerra nos postos de socorro*, p. 36.

<sup>295</sup> Carlos Cincinato da Costa Frias (1887-1968): filho do Prof. Roberto Frias da Faculdade de Medicina, de ascendência goesa, cuja morte em abril de 1918 implicou a sua desmobilização militar e regresso antecipado.

saúde do C.E.P. e do 1.º Exército Britânico enquanto agente de informação sanitária, recolhendo instruções, notas e apontamentos privilegiados. Ciente de que as taxas de mortalidade de doenças eram superiores às de ferimentos em guerra, reforçado pelos valores provisórios das expedições militares africanas e o ocaso de uma política sanitária entre as tropas portuguesas, reivindicava a organização de um serviço sanitário e condições de higiene apropriadas, tomando como modelo a profilaxia epidémica praticada pelos ingleses.

A sua proposta de organização de um plano de sanidade militar, englobando todas as dimensões como higiene individual, vestuário, alimentação ou saúde pública, seria um pouco utópica para os padrões portugueses e a fraca ingerência do próprio C.E.P. argumentando comumente a falta de verbas e outras prioridades de ação também não permitiu criar condições para o implementar. Mesmo tendo-se cedido na criação de uma secção de higiene com serviço de bacteriologia em cada uma das duas divisões, a escassez de pessoal e de material laboratorial e médico prescreveram o seu pouco sucesso, travando a promoção e alteração dos hábitos de higiene desleixados dos soldados portugueses. A falta de asseio no barbear, no banho ou nas fardas sebosas das nossas tropas ficaria registada na caricatura da Brigada do Minho que, em sinal de valor, lealdade e de reconhecimento regionalista, se lembrou de usar tacões nas suas barbas compridas!

Já para outros colegas na contenda, os ingleses chegariam a rasar o exagero do asseio nos seus serviços higiénicos e profilaxia sanitária, como apresenta na sua tese de doutoramento *As injeções intravenosas de peptona no typho exanthematico*, de 1919, o alferes e depois tenente médico miliciano Carlos de Sousa Leite e Costa.<sup>296</sup> Embora a monografia se centre na deteção e tratamento profilático do tifo exantemático, com carácter epidémico no Porto entre dezembro de 1917 e junho de 1918, não deixava de ser inovadora pela aplicação do tratamento de peptona em injeções aos pacientes com resultados satisfatórios, tal como pudera acompanhar no contacto com outros médicos europeus pelas enfermarias e hospitais de guerra.

E, tendo o tifo provocado considerável número de baixas entre soldados, civis e médicos ao longo do litígio europeu, as condições sub-humanas nas trincheiras e a falta de cuidados de higiene pessoal justificavam os surtos sucessivos de contágios por ação dos piolhos como agentes de transmissão. Se na infantaria «como meio de afugentar o piolho, distribuíam aos soldados francezes, na guerra que vêm de terminar, sacos com pós vegetaes pós de piretro, camphora, etc; e aos ingleses, alcatrão phenol e cresol com que pulverisavam a superfície cutânea»<sup>297</sup>, na cavalaria os homens e os animais eram encharcados de soluções amoníacas com o mesmo objetivo, sem se descortinar qualquer comentário ao regimento seguido pelo Exército português.

---

<sup>296</sup> Carlos Ferreira de Sousa Leite (1894-1941): veio a exercer a clínica médica entre a cidade do Porto e Ribeira da Pena de onde era natural.

<sup>297</sup> Leite, C., *As injeções intravenosas de peptona no typho exanthematico*, p. 42.



**Elementos de um grupo de metralhadoras do C.E.P.**  
*Os enfermeiros da unidade acompanhados do “Cêp”,  
o cão sanitário do responsável clínico Dr. Barata da Rocha*<sup>298</sup>

Por fim, Barata da Rocha<sup>299</sup> defendeu como dissertação inaugural, em 1919, *Gases tóxicos (notas da guerra)*, em parte pela originalidade deste tipo de intoxicações e pelos cuidados médicos a adotar, dos quais acabara vitimado por duas ocasiões, incluindo na Batalha de La Lys. Durante os cerca de dois anos no C.E.P. seguiu uma carreira brilhante como miliciano ascendendo às patentes de alferes, tenente e capitão de batalhão de infantaria, condecorado com a Cruz de Guerra, ordem de Sant'Iago e medalha da Victoria, jamais esquecendo todos os seus companheiros e soldados a quem dedica esta preleção académica.

Preterindo a designação geral de “gases asfixiantes” pela complexidade de propriedades físicas e químicas dos diferentes gaseamentos ocorridos, desenvolve os seus danos a partir de 23 relatórios clínicos de soldados atendidos por si em postos de socorros ou acompanhados no regresso a Portugal, embora tivesse até realizado mais de três centenas de observações clínicas na Flandres, sem as poder atender pelas obrigações profissionais junto da população militar e civil entre os tempos de combate e de descanso. Um elemento novel de estratégia militar ao nível do emprego deliberado de químicos nocivos (cloro, fósforo, ácido sulfídrico e cianídrico, etc.) ainda antes da chegada do C.E.P. às trincheiras, persistia um conhecimento pouco claro sobre procedimentos e tratamentos para as intoxicações por gases entre as autoridades portuguesas.

Deste modo, rareavam as máscaras antigás e soluções químicas e medicamentos com função de antídoto, as terapias com oxigénio estavam ausentes dos postos de socorro e os gaseados não descansavam o suficiente antes de nova rendição. Já os soldados portugueses sobreviviam contrafeitos a uma espécie de intuição previdente na suspeita desses ataques: «homens houve que molharam o lenço na lama das trincheiras e o colocaram depois, a tapar a boca e o nariz; outros ensoparam-no em urina e assim o aplicaram. [...] Conquanto intoxicados, a sequência da intoxicação foi mais benigna».<sup>300</sup> Os desenvolvimentos que se foram assinalando deviam-se à articulação com os Serviços de Saúde britânico, facultando material e prescrições médicas, mas o espectro de que o estudo clínico dos gases ainda não se

<sup>298</sup> “As nossas tropas em França”, *Ilustração Portuguesa*, n.º 591, 1917, p. 496.

<sup>299</sup> Alfredo Barata da Rocha (1891-1956): assistente na Faculdade de Medicina do Porto preteriu da carreira académica em favor da clínica privada, foi presidente do Núcleo do Porto da Liga dos Combatentes e autor de vários livros de prosa e poesia sobre as memórias da Grande Guerra.

<sup>300</sup> Barata da Rocha, A., *Gases tóxicos (notas da guerra)*, p. 132

esgotara resistia na complicação dos problemas de saúde associados a antigos combatentes.

No confronto de realidades e das críticas veladas destes expedicionários europeus, não estando em causa o esforço de guerra e o respeito patriótico, a instabilidade governativa em Portugal, marcada principalmente pela inflexão política do Sidonismo, matizaram também os sentimentos de esquecimento, desamparo e desmoralização de muitos elementos do C.E.P., levantando as interrogações quanto aos custos desta participação europeia.

### **... ao final da Grande Guerra.**

Os armistícios entre os beligerantes assinados desde 1918 e as Conferências de Paz do ano seguinte que ditaram o fim da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial, momentos de intensa diplomacia e jogos políticos, acabaram por expor as muitas consequências advindas das hostilidades nos palcos europeus e coloniais. Do “memorando” do Dr. Egas Moniz, presidente da delegação portuguesa às conversações de paz, o país contabilizava aproximadamente mais de 35 mil mortos e feridos, cerca de 6 mil prisioneiros em França e gastos públicos superiores rondando as 130 milhões de libras. Ora, se tais números tinham sido até mais pesados nas campanhas africanas, cerca de 21 mil defuntos em contraste com os poucos mais de 14 mil e meio do C.E.P., outras questões associadas jamais poderiam ser solucionadas no imediato.

As vítimas de doenças em campanhas militares e o regresso desses feridos e mutilados às suas localidades, avolumaram os sinais da crise económico-social e da agitação social perante o agravamento das condições de vida: diminuição dos salários, carestia generalizada de produtos essenciais, racionamento arbitrário e penoso que ajudara à proliferação de novos surtos epidémicos que preocupavam a classe médica; tão mais relevante com o alastramento mundial do tifo e da gripe espanhola desde finais da guerra e que atingiram igualmente Portugal com elevada mortandade.

O doutorando José de Magalhães Sequeira a isso se referia, na monografia *Higiene e Profilaxia do Tifo Exantemático* de 1918, na reunião das condições propícias aos surtos da febre tifoide em Portugal pela debilitação dos organismos e o pouco apreço pela saúde pública por parte do Estado. Nomeadamente, quando os epidemiologistas militares tinham preconizado medidas profiláticas de baixos custos e de fácil aceitação: o despioalhamento e desparasitação das famílias e suas residências, a opção pelo vestuário confeccionado com algodão, a renovação da palha nos colchões e enxergas ou a publicidade dos “pós do bispo” para pulverização cutânea.

Bem como o conhecido opúsculo *Mutilados da guerra e acidentados de trabalho* de Joaquim da Cunha Melo, tese doutoral de 1923, comentando o processo de reeducação profissional dos mutilados e dos acidentados promovido na missão do Instituto Militar de Arroios. Problema prático nascido da guerra e que nunca merecera particular interesse do Estado português, ao contrário do que se verificava noutros países ocidentais, procurava-se resgatar a dignidade social e o valor económico dos antigos soldados através da orientação pedagógica, profissional e funcional pelo acesso a próteses. Pela ação de equipas multidisciplinares de médicos, pedagogos e técnicos tentava-se recuperar e reintegrar estes indivíduos na sociedade enquanto elementos produtivos, contrariando a ideia de uma subsistência futura suportada na atribuição de subsídios e pensões vitalícias, amplamente discutida na praça pública do pós-guerra.

Estas e outras vertentes das sequelas da conflagração mundial de 1914-1918 ficariam remanescentes na memória coletiva dos portugueses, em que nem o reconhecimento internacional das reivindicações da 1.<sup>a</sup> República ao lado dos

vencedores, saldaram o descontentamento e descrédito deste regime político perante o preço dos sacrifícios em vidas humanas e bens materiais...

### **Algumas considerações finais**

Das trajetórias e escritos individuais destes médicos milicianos recrutados na Faculdade de Medicina do Porto, alguns é certo acabando por abraçar a carreira militar, importa frisar como conclusão alguns pontos de complementaridade destes discursos, na sua diversidade de temas tratados relativos à presença portuguesa no contexto da Grande Guerra. Talvez pela sua mobilização em moldes excepcionais para as frentes de guerra, tanto mais discutível quando feita compulsivamente antes da conclusão dos seus cursos universitários, o posicionamento como oficiais milicianos permitir-lhes-ia uma maior flexibilidade de pensamento crítico face à conduta e disciplina militares, registando-se uma crítica recorrente com maior ou menor grau de profundidade. Quer nas expedições às colónias africanas, quer na integração das linhas da campanha europeia, o Estado e o Exército português pecavam pela evidente falta de preparação e organização para o novo modelo bélico...

Em África em confrontos pontuais, as campanhas resultaram no maior número de mortos e feridos, porque um país que se afirmava colonial continuava a desprezar os investimentos em Medicina Tropical ou do próprio desenvolvimento económico das colónias portuguesas, incapazes de suprir as deficiências que as colunas militares eram obrigadas a enfrentar no acesso a água potável, víveres ou medicamentos. Isto senão mesmo perante um certo desconhecimento territorial e a definição de objetivos coerentes, como muitos dos comandantes posteriormente criticaram abertamente, com longas marchas pelo mato num clima hostil para soldados europeus, a falta de postos de descanso e de abastecimento entre povoações distantes ou pelo tratamento condescendente e até abusador dos contingentes indígenas acompanhantes.

Da mesma maneira, praticamente todas estas expedições sucederam-se sem planeamento integral ou revisão dos contratempos reportados, ressaltando uma improvisação e descuido pelas autoridades oficiais e militares na sua logística: transportes em condições deploráveis, armazenamento intermitente de géneros alimentícios vindos maioritariamente da metrópole, fardas pouco adequadas às variações térmicas, acampamentos e hospitais provisórios com faltas recorrentes de material sanitário, medicamentos e vacinas, entre outros. Ou seja, a defesa militar era facilmente suplantada pela defesa sanitária destas tropas, o que em tais condições condicionava fortemente o próprio trabalho das equipas de saúde no combate às doenças tropicais.

Impressões objetivas e verídicas que pouco valor mereceram, de resto, na constituição do C.E.P. e durante a sua presença na Flandres, também ela resultante de uma constrangedora improvisação e desatualização perante as inovações científicas e técnicas e o quadro de novas doenças físicas e mentais do devir bélico. Instruções militares ininterruptas e até contraditórias, miséria de recursos proporcionados às tropas em todos os planos das condições de vida, material de guerra e médico em mau estado ou reposto a grandes prazos, resvalando os “lanzudos” ou “serranos” para o seio das forças militares mais debilitadas e desamparadas nesse cenário. Por exemplo, os soldados portugueses praticamente não tinham acesso a balneários e a lavandarias, apresentando-se frequentemente com um ar desleixado e sujo, sem renovação de fardamento e de roupa interior além da que tinham transportado consigo na bagagem!

Se alguns destes médicos lamentavam que tal se devia à falta de uma educação higiénica ao nível familiar e à própria resistência dos soldados em cumprir as ordens profiláticas dos oficiais de saúde, todos concordavam que pouco se poderia fazer

perante uma incipiente e demasiado curta preparação militar de meses na passagem pelos quartéis e as escolas de repetição. E estas temáticas de Higiene e Sanidade Militar que poderiam ter evitado os habituais surtos epidémicos e proporcionado tratamentos clínicos ajustados aos feridos, eram apenas um dos muitos aspetos transversais à participação de Portugal nesta guerra mundial.

Como nas questões da Alimentação das nossas forças militares sujeitas a alterações radicais e períodos de fome, perante a desorganização do aprovisionamento militar, onde o auxílio inglês com os complementos do “corned beef”, das compotas e dos chás estavam longe de agradar a um palato criado a pão, caldo e vinho. Ou aos efeitos colaterais dentro da restante sociedade nacional, onde a conjugação da guerra, fomes e epidemias no avolumar da crise de subsistência e de um estado de depressão moral pelo luto e sofrimento, favoreceram o recrudescimento de fenómenos como o alcoolismo, a subnutrição, os suicídios ou a mendicidade.

Quanto à Medicina e Cirurgia a internacionalização destas equipas de saúde militar foram um campo privilegiado para acesso e partilha de novos contributos científicos e tecnológicos, garantindo um maior equilíbrio de saberes entre os médicos portugueses e os dos restantes países aliados, importantes na introdução e divulgação de modernos procedimentos sanitários, medidas profiláticas e descobertas de novos tratamentos das doenças mais comuns entre militares e civis. Assim, foi possível aos médicos portugueses implementarem nos hospitais nacionais e influenciarem o ensino universitário com inovações ao nível do tratamento de fraturas, das doenças psíquicas, da “febre das trincheiras”, dos gaseamentos e do paludismo, tifo e gripe, como o acesso a novas técnicas cirúrgicas e medicamentos como o “pó de Vincent” do “líquido de Dakin”, o “método de Carrel” ou dos desenvolvimentos na anestesia com a raquianestesia ou a procaína, entre outros.

Neste ponto reforçando os laços de camaradagem entre estes profissionais de diferentes nacionalidades na troca de instruções militares e dos resultados de casos clínicos, autópsias e experiências laboratoriais, mormente com os colegas ingleses elogiados pela sua organização, sanidade e grandeza. A secundar o primordial compromisso político e militar e o respeito pela atitude honrosa e patriótica na luta contra os “boches”, no reconhecimento comparativo da eficiência e zelo dos médicos, enfermeiros e maqueiros portugueses ao auxílio indiscriminado da condição e dignidade humana.

Afinal, porque durante esta Grande Guerra não se reconheciam inimigos ou um mero efeito de destruição na atitude heroica dos cultivadores da Medicina, tal como relembra o portuense Eduardo Augusto Pereira Pimenta, tenente coronel dos serviços de saúde do C.E.P.: «a sciencia, como a arte, não conhece fronteiras, nem raças; a sciencia não tem pátria, porque os seus fructos d’ouro regalam a humanidade inteira».<sup>301</sup>

## Referências

Araújo, J., *O método Carrel e o soluto de Dakin no tratamento das feridas infectadas*, Faculdade de Medicina do Porto (FMUP), Porto, 1917.

---

<sup>301</sup> Pimenta, E., *A Ferro e Fogo: na Grande Guerra (1917-1918)*, p. 91.

Arozo, J., *Questões alimentares (subsídios para o estudo da alimentação portuguesa)*, FMUP, Porto, 1915.

Barata da Rocha, A., *Gases tóxicos (notas da guerra)*, FMUP, Porto, 1919.

Freitas, A., *Tratamento dos feridos de guerra nos postos de socorro*, FMUP, Porto, 1918.

Frias, C., *Sanidade militar: profilaxia epidémica & higiene de campanha - Notas do C.E.P.*, FMUP, Porto, 1919.

Leite, C., *As injeções intravenosas de peptona no typho exanthematico*, FMUP, Porto, 1919.

Machado, A., *Suicídios e suas tentativas no Pôrto - Estatística (1900-1915)*, FMUP, Porto, 1919.

Magalhães Basto, A. (ed.), “O dr. Pedro Vitorino e a Grande Guerra (1918): pormenores da vida do ilustre portuense”, in *O Tripeiro*, série V, vol. XII, 1956, pp. 24-26.

Maia, C., *Estudo Clínico da Gripe Epidémica*, FMUP, Porto, 1920.

Melo, J., *Mutilados da guerra e acidentados de trabalho: da Reeducação Profissional*, FMUP, Porto, 1923.

Nunes, J., *A Mortalidade em Portugal*, FMUP, Porto, 1923.

Peres, D. (ed.), *História de Portugal: suplemento*, Portucalense Editora, Porto, 1954.

Pimenta, E., *A Ferro e Fogo: na Grande Guerra (1917-1918)*, Ed. “Renascença Portuguesa”, Porto, 1919.

Ramos, R. (ed.), “As Guerras da República (1911-1917)”, in *História de Portugal*, vol. 6, 1994, pp. 435-528.

Ribeiro, C., *Os Outros. Casa Pia de Lisboa como Espaço de Inclusão da Diferença*, Editorial U.Porto, Porto, 2011.

Rosas, A., *Terras Negras (impressões duma campanha)*, E.I. Gráfica do Pôrto, Porto, 1935.

Rosas, A., *Um caso de mutismo histerico na coreia de Sydenham*, FMUP, Porto, 1919.

Santos, C., *Universidade do Porto: raízes e memória da instituição*, Ed. Reitoria da Universidade do Porto, Porto, 1996.

Sequeira, J., *Higiene e Profilaxia do Tifo Exantemático*, FMUP, Porto, 1918.

Sousa, A. de, *Sobre um caso de paludismo (tríplice infecção parasitária)*, FMUP, Porto, 1919.

Sousa, A., *O Alcoolismo no Pôrto (esboço de um estudo)*, FMUP, Porto, 1916.



## ***Jünger e Haffner: Contradições e Ambiguidades nas Memórias Alemãs da I Guerra Mundial***

**Marisa Fernandes\***

### **Resumo**

O presente estudo destaca através do próprio olhar alemão o modo como os alemães viviam e se sentiam no pós Primeira Grande Guerra, uma guerra que parece ter sido o laboratório da Guerra de 1939-1945, tendo terminado em 1918 sem que isso tivesse significado o esgotamento do sentido da Guerra.

Para tal, recorreremos às memórias de dois alemães Ernest Jünger (1895-1998), que combateu directamente na Guerra, e de Sebastian Haffner (1907-1999), que sendo uma criança se limitou a observar a Guerra a partir de Berlin onde vivia, deixadas através das suas obras *Der Kampf als inneres Erlebnis*<sup>302</sup> e *Geschichte eines Deutschen. Die Erinnerung 1914-1933*<sup>303</sup> respectivamente.

### **Introdução**

Neste estudo pretendemos demonstrar o modo como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) influenciou e condicionou os alemães durante a mesma e imediatamente após o seu termo, recorrendo para isso às memórias deixadas por dois alemães, Ernest Jünger (1895-1998), que combateu directamente na Guerra com dezanove anos, e Sebastian Haffner (1907-1999), que sendo uma criança com sete anos nesse período se limitou a observar a Guerra a partir de Berlin onde vivia. No caso de Jünger abordaremos a obra *Der Kampf als inneres Erlebnis*<sup>304</sup> publicada em 1922 e no de Haffner *Geschichte eines Deutschen. Die Erinnerung 1914-1933*<sup>305</sup> publicada em 2000.

Visa-se, no essencial, destacar através do próprio olhar alemão o modo como os alemães viviam e se sentiam no pós Primeira Grande Guerra, uma guerra que parece ter sido o laboratório da Guerra de 1939-1945, tendo terminado em 1918 sem que isso tivesse significado o esgotamento do sentido da Guerra.

### **Ernst Jünger (1895-1998) e *Der Kampf als inneres Erlebnis***

#### **Ernst Jünger (1895-1998): Um Experiente da Guerra**

Nascido em Heidelberg, Ernest Jünger parece ter sido talhado para as armas desde cedo... Em 1913, com dezoito anos, fugiu de casa, alistando-se na Legião

---

\*Doutoranda em Estudos Estratégicos na Universidade Técnica de Lisboa, encontrando-se, neste momento, a desenvolver a sua Tese sobre a Geopolítica da Alemanha no período pós Reunificação. Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (especialização em Relações Internacionais) pela Universidade Nova de Lisboa. Investigadora no Centro de Estudos Estratégicos do Atlântico e no Centro de Investigação em Segurança e Defesa do Instituto de Estudos Superiores Militares.

<sup>302</sup> *A Guerra como Experiência Interior.*

<sup>303</sup> *História de um Alemão. As Memórias 1914-1933.*

<sup>304</sup> *A Guerra como Experiência Interior.*

<sup>305</sup> *História de um Alemão. As Memórias 1914-1933.*

Estrangeira francesa a operar no Norte de África (na Argélia). Acabou, todavia, por ser colocado fora seis semanas depois, devido à intervenção do pai, um Engenheiro químico.

Em 1914 entrou para o Instituto Gildemeister em Hannover. Porém, iniciada a Primeira Guerra Mundial, Jünger alistou-se como voluntário, tendo sido integrado no 73.º Regimento de Fuzileiros Prinz Albrecht Von Preussen e, alguns meses depois, colocado na frente de Champagne. Durante a Primeira Guerra ficou ferido pelo menos seis vezes, a última das quais gravemente, mas sobreviveu e ainda no hospital recebeu, a 22 de Dezembro de 1918, a Ordem de Mérito.

Em 1919, regressou a casa em Hannover, continuando a pertencer aos quadros do exército. No ano seguinte, publicou em edição de autor, o seu diário de guerra, *In Stahlgewittern*<sup>306</sup>, que dado o sucesso alcançado acabou por ser reeditado, em 1922, pela editora Mittler, juntamente com a publicação pela primeira vez de *Der Kampf als inneres Erlebnis*.

Em 1923, dedicou-se à academia, estudando Ciências Naturais (Zoologia) na Universidade de Leipzig. Continuou os estudos em Nápoles, mas acabou por interrompê-los já em 1926 para se dedicar à escrita. Nesse mesmo ano, nasceu o seu primeiro filho, Ernest, fruto do seu casamento com Gretha Von Jeinsen.

Entretanto, em 1927, Jünger foi viver para Berlin. Nacionalista mas nunca Nacional-Socialista foi convidado para um lugar no *Reichstag*, que recusou, do mesmo modo que declinou o convite para a *Deutsche Akademie der Dichtung*. Nesta altura, conviveu com nomes como Joseph Goebbels, Valeriu Marcu, Ernst Von Salomon, Carl Schmitt, Ernest Toller, entre outros.

Em 1934, já a viver em Goslar, foi pai pela segunda vez de outro rapaz, Alexander, que se tornaria Físico e se suicidaria em 1993. Entre 1935 e 1938 realizou viagens a vários países, nomeadamente: Noruega, Brasil, Canárias, Marrocos, Rodes e França.

Em Abril de 1939, mudou-se para perto de Hannover. Alguns meses depois, foi chamado pelo exército a participar na Segunda Guerra Mundial. Durante a Guerra, em Fevereiro de 1944, o seu filho Ernest foi preso por actividades de oposição ao *III Reich*, tendo sido condenando a servir numa Unidade de Assalto da Frente Italiana e morto em Carrara, a 29 de Novembro.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, Jünger viu as suas obras proibidas pelas forças de ocupação inglesas. Embora, isso não o tenha impedido de continuar a escrever e a publicar outras obras.

Algum tempo depois, em 1962, voltou-se a casar pela segunda vez com Liselotte Bauerle. Nesta sua vida longa de experiências, e já depois da Guerra, Jünger recebeu vários prémios: em 1955 os prémios literários de Bremen e de Goslar; em 1979, a medalha da paz da cidade de Verdun; em 1982, o prémio Goethe de Frankfurt; em 1986, a grã-cruz de mérito da República Federal da Alemanha, sendo criado o prémio Ernest Jünger de Entomologia nesse mesmo ano; em 1986, a Bayerischer Maximilianorden das Artes e das Ciências e o prémio Mediterrâneo; em 1987, o prémio Tevere; em 1989, o doutoramento *honoris causa* da Universidade do País Basco; em 1990, o prémio de arte da Alta Suábia; em 1993, o grande prémio da arte da Bienal de Veneza; e em 1996, outro doutoramento *honoris causa*, mas agora na Universidade de Madrid.

---

<sup>306</sup> *Tempestades de Aço*.

Em 1984, foi convidado por François Mitterrand (1916-1996) e Helmut Kohl (1930-) para participar nas festas em honra da reconciliação franco-alemã, em Verdun, pronunciando mesmo um discurso oficial.

Morreu a 17 de Fevereiro de 1998 em Wilflingen com cento e três anos, tendo vivido a Primeira Grande Guerra, a Segunda Grande Guerra, a divisão da Alemanha no pós Guerra e, consequentemente, a construção do Muro de Berlin na década de sessenta e a sua queda em finais dos anos oitenta, sem olvidar a Reunificação da Alemanha em 1990.

### **A Obra *Der Kampf als inneres Erlebnis* (1922): Um Retrato da Alma da Guerra (ou da sua ausência)**

*Der Kampf als inneres Erlebnis* pretende ser um retrato da alma da Guerra (ou da sua ausência) e, por conseguinte, procura-se demonstrar através das suas páginas o que a Guerra faz e fez na visão de quem a viveu na pele:

“Foi a guerra que fez dos homens e dos tempos aquilo que são. (...) nunca uma geração transpusera um portal tão sombrio e tão portentoso como foi esta guerra, para ressurgir na luz da vida. (...) o combate, pai de todas as coisas, é também o nosso pai. Foi ele que nos martelou, cinzelou e temperou para fazer de nós o que somos. E enquanto a roda da vida vibrar em nós, esta guerra será sempre o eixo em torno do qual ela gira. Talhou-nos para o combate, e combatentes seremos enquanto existirmos.”<sup>307</sup>

A obra é composta de catorze capítulos, sendo que o primeiro corresponde a um preâmbulo, o segundo capítulo intitula-se “Sangue”, o terceiro “Horror”, o quarto “A Trincheira”, o quinto “Eros”, o sexto “Pacifismo”, o sétimo “Bravura”, o oitavo “Lasquenetes”, o nono “Contraste”, o décimo “Fogo”, o décimo primeiro “Entre nós”, o décimo segundo “Angústia”, o décimo terceiro “Do inimigo” e, finalmente, o décimo quarto capítulo intitula-se de “Velada de armas”.

Por sua vez, exceptuando o preâmbulo, dos treze capítulos existentes consideramos que é possível estabelecer quatro partes: a primeira parte constituída pelo segundo capítulo “Sangue”, pelo terceiro “Horror”, pelo sétimo “Bravura” e pelo décimo segundo “Angústia, que definiremos como **o horror da Guerra**; a segunda parte constituída pelo quarto capítulo “A Trincheira”, pelo décimo primeiro “Entre nós” e pelo décimo terceiro “Do inimigo”, que denominaremos de **a Guerra na (e da) Trincheira**; a terceira parte constituída pelo sexto capítulo “Pacifismo”, pelo oitavo “Lasquenetes”, pelo nono “Contraste” e pelo décimo quarto “Velada de Armas”, que definiremos como **os contrastes da Guerra**; e a quarta e última parte constituída pelo capítulo quinto “Eros”, que denominaremos de **a “sensualidade de face descoberta” como resultado da Guerra**.

### **O Horror da Guerra**

Apesar da evolução da sociedade humana, que aprendeu a refrear a pulsão dos apetites e dos desejos características do instinto, “o bestial continua (...) a dormir no

---

<sup>307</sup> Jünger, E., *A Guerra como Experiência Interior*, p.14.

fundo do seu ser”. Daí que na Guerra, quando “ a vida é restituída às suas funções primitivas”<sup>308</sup>:

“(…) não é mais do que máquina, do que acaso, o projectil é cego e sem vontade; o homem ele, é a vontade de matar que o impele através das tempestades de explosivos, de ferro e de aço, e quando dois homens se esmagam um sobre o outro na vertigem da luta, é o choque de dois seres, dos quais só um ficará de pé. (...) numa relação primordial, a da luta pela existência (...). (...) depois de o sangue ter jorrado do seu ferimento, ou do ferimento do outro, a névoa, que não o deixava ver, dissolve-se.”<sup>309</sup>

Adicionalmente, Jünger defende a relação directa entre o horror e a morte, escrevendo: “o horror está indissolúvelmente entrelaçado com a morte” (...) “Vezes, sem conta, os gritos lamentosos de uma longa agonia perdiam-se no vazio. Continuar, continuar sempre, até ao covil, até ao abrigo”<sup>310</sup>. E continua, mais adiante, “A putrefacção. Alguns desfaziam-se, sem cruz nem campa, à chuva, ao sol e ao vento. (...)”. Porém,

“(…) passava-se sobre o horrível com passos largos de botas cardadas, à maneira de homens afeitos ao bronze e ao sangue. Sentia-se bem (...) Por mais que se fosse um pilar da guerra, um temerário sem estados de alma, que se tivesse matado mais de um antes de lhe passar sobre o corpo, com o peito cheio de sentimentos enérgicos: isto era como um queixume de criança (...)”<sup>311</sup>

Por outro lado, a Guerra faz brotar a bravura nos seus combatentes, devido às situações extremas em que os coloca. Neste livro em que Jünger quer firmar a sua paz com a guerra<sup>312</sup>, e a propósito de bravura, o autor define-a como

“(…) é pôr em jogo a sua própria pessoa até às últimas consequências o impulso da ideia contra a matéria, sem cuidar do que se possa seguir-se. Bravura do homem só é fazer-se crucificar pela sua causa, bravura é professar ainda e sempre, no último sobressalto nervoso, no último sopro que se extingue, a ideia que se sustentou até à morte.”<sup>313</sup>

Finalmente, Jünger refere-se à “Angústia”, outro sentimento sempre presente em quem combate, considerando que :

“Com os seus mil tentáculos, a angústia acorda em nós, concentrando-se rapidamente numa sensação de força absoluta. Se dela se quisesse dar uma imagem (...): uma planície negra, fúnebre, permanente e dolorosamente queimada por pontos de fogo que a trespassam. Nenhuma bravura vale de nada, porque o perigo está por toda a parte, (...) a tal ponto parece saturar por

---

<sup>308</sup> Jünger, E., *A Guerra como Experiência Interior*, pp. 18-19.

<sup>309</sup> Jünger, E., *idem*, pp. 19-21.

<sup>310</sup> Jünger, E., *idem*, p. 25.

<sup>311</sup> Jünger, E., *idem*, pp. 26 e 28.

<sup>312</sup> Jünger, E., *idem*, p. 59.

<sup>313</sup> Jünger, E., *idem*, p. 55.

completo (...) a paisagem. O medonho é a incerteza. (...) A cada instante pode jorrar, muito próximo, esmigalhando, partindo, rasgando. Quem é atingido fica por terra, e os outros apressam-se a passar adiante, sem a esmola de o menor olhar. São terríveis os gritos dos que morrem sós, (...).”<sup>314</sup>

### A Guerra na (e da) Trincheira

Jünger caracteriza a trincheira como: “(...) na trincheira, o silêncio era a primeira ordem de comando”. Aí, aqueles que combatem são

“simultaneamente seus senhores e seus escravos (...)”. Conheciam-na bem: cada torrão (...) era obra das suas mãos, cada metro quadrado dos seus cantos sombrios tinham-nos medido vezes sem conta. (...) Conheciam-na de noite (...). Conheciam-na de manhã, quando os nevoeiros, cobrindo-os, agravam os terrores do vazio sinistro, e que aos seus olhos ardentes por noites inteiras de vigília, a rede de arames retesada se tornava exército de confusas silhuetas e, movimento. Conheciam-na ao meio-dia, quando (...) a solidão da «terra-de-ninguém» lhes alargava, ao longe, o olhar ansioso.”<sup>315</sup>

Era ali, na trincheira, independentemente do tempo “que subsistia, enterrado mesmo no fundo do ser, o sentimento de se estar em combate, de se ser um combatente.”<sup>316</sup>

Mais adiante, em “Entre nós”, Jünger demonstra como a vida na trincheira lhes vai anestesiando os sentidos<sup>317</sup>, pois como afirma

“Entreí nesta guerra como filho de uma época totalmente imbuída da matéria, eu cidadão das grandes urbes, frio e precocemente amadurecido, com o cérebro polido em cristais de aço pelo comércio das ciências naturais e da literatura moderna. A guerra modificou-me profundamente, como ela o fez, creio, com toda a minha geração.”<sup>318</sup>

Por outro lado, Jünger refere-se uma vez mais à morte, tema de conversa recorrente embora se escape dele o mais possível, e ao modo como os combatentes entre si são forçados a reagir perante ela e a persistir:

“Amanhã, tê-lo-íamos esquecido. Somos apenas máquinas de esquecer. É indiferente, perante um tal pesadelo de destruição, o horror trespassa-nos a alma como a lâmina de uma faca, lenta e fria. Depois, olha-se para outro lado, fazendo um esforço estranho (...) para evitar um vômito.”<sup>319</sup>

---

<sup>314</sup> Jünger, E., *A Guerra como Experiência Interior*, pp. 93 e 94.

<sup>315</sup> Jünger, E., *idem*, pp. 33 e 34.

<sup>316</sup> Jünger, E., *idem*, p. 35.

<sup>317</sup> Jünger, E., *idem*, pp. 83.

<sup>318</sup> Jünger, E., *idem*, p. 85.

<sup>319</sup> Jünger, E., *idem*, pp. 86 e 87.

A propósito do inimigo, do outro contra quem se combate, o autor salienta algo que à partida, numa Guerra, nos poderia parecer pouco possível:

“É muito raro que o inimigo nos apareça em carne e osso como acaba de fazer, embora dele nos separe apenas uma estreita faixa de terreno resolvido. Ao longo das semanas e dos meses, amontoamo-nos debaixo da terra, sob uma abóboda que zumba com os enxames de projecteis, cercados pelas tempestades. Quase nos chegamos a esquecer que nos batemos contra homens. O inimigo manifesta-se desenvolvendo uma força gigantesca e impessoal, como destino que desferisse os seus muros às cegas.”<sup>320</sup>

### Os Contrastes da Guerra

Jünger considera que “A nossa época mostra uma forte tendência para o pacifismo. Esta corrente emana de duas fontes, o idealismo e o medo do sangue. Um recusa a guerra por amor dos homens, e o outro porque tem medo.”<sup>321</sup>

Por outro lado, e a propósito do “Pacifismo”, o autor salienta que o facto de combaterem há tanto tempo e os cadáveres que encontravam todos os dias ou quase<sup>322</sup> contribuíam para que “A nossa vida anterior, para nós, já só era um sonho confuso de que nos desprendíamos cada vez mais. Nas cartas que enviávamos para o país, limitávamo-nos às generalidades, a descrever o rosto exterior da guerra, não a sua alma<sup>323</sup>”.

No capítulo oitavo, Jünger caracteriza, como forma de contraste com o tipo de combatentes de que ele fizera parte durante a Guerra, os Lansquenetes, soldados mercenários alemães existentes entre o século XV e XVI, que são ao mesmo tempo duas espécies de soldados num só, ou seja, são simultaneamente mercenários e voluntários. O Lansquenete é filho da guerra. “Ele tinha nascido para a guerra, e encontrava nela o único estado de coisas que lhe permitia viver plenamente a sua natureza.” Não encarnando o ideal heróico, o Lansquenete “fazia a guerra «sem pensar nisso». Era antes o lutador orgulhoso de o ser (...). (...) era o único a ficar igual a si próprio, da primeira à sua última batalha.”<sup>324</sup>

Algumas páginas depois, em “Contraste”, e explorando uma vez mais os contrastes da Guerra, o autor coloca em oposição a vida do combatente em combate e a vida dos combatentes em lazer na sua vida privada e longe das trincheiras:

“É soberbo estar na piscina. (...) Deslizo na água com fervor. Da prancha de saltos, algumas silhuetas nuas olham-me rindo. Os camaradas já ali estão; não os reconheci logo. Quando nunca se viram senão curvados, sob uma crosta de lama endurecida, a arrastarem-se pelas galerias, causam espanto os corpos estendidos, esbeltos, com músculo que se movem sob o brilho molhado (...). Mas são tipos esplêndidos! Quase todos têm as marcas vermelhas de cicatrizes que os jactos de aço do combate lhes queimaram na carne.”<sup>325</sup>

---

<sup>320</sup> Jünger, E., *A Guerra como Experiência Interior*, p. 101.

<sup>321</sup> Jünger, E., *idem*, p.47.

<sup>322</sup> Jünger, E., *idem*, p. 51.

<sup>323</sup> Jünger, E., *idem*, p. 52.

<sup>324</sup> Jünger, E., *idem*, pp. 61 e 63.

<sup>325</sup> Jünger, E., *idem*, p. 72.

No capítulo décimo quarto “Velada de Armas”, o último deste livro, Jünger termina, com uma visão clara do que esta primeira Guerra total significou, dizendo que:

“Durante quatro anos, carregámos essa convicção de campo de batalha em campo de batalha, vimos cair milhares dos nossos na corrida para essa Terra prometida, fomos exaltados, (...), lançámos na balança sombria a nossa juventude e todo o brilho do mundo, e sacrificámos tanto pelos ideais que nos animam que o seu fim seria também o nosso.”<sup>326</sup>

“O combate das máquinas é tão colossal que o homem está muito perto de, perante ele se apagar. Já muitas vezes, apanhado nos campos magnéticos da batalha moderna, me pareceu estranho e quase inacreditável que estivesse a assistir a acontecimentos da História humana. O combate reveste a forma de um mecanismo gigantesco e sem vida, recobrando a extensão de uma vaga destruidora, impessoal e gelada. (...) por detrás de tudo isto, há o homem. (...) É ele o ser mais perigoso, mais sedento de sangue, mais consciente que a Terra se sujeita a carregar.”<sup>327</sup>

### **A “Sensualidade de face descoberta” como resultado da Guerra**

No capítulo “Eros”, Jünger alude à transformação dos valores em algo minúsculo e ao mergulho dos mesmos no abismo como resultado da Guerra. “Estava no curso natural das coisas que esta redescoberta da violência (...), trouxessem consigo uma alteração das relações entre os sexos. Juntava-se aí uma vontade mais ávida de agarrar a vida pelo meio do corpo” e, mais adiante, continua: “Os tesouros nos baús, o vinho nas adegas, tudo o que, outrora, era olhado como posse plena tornou-se, de súbito, estranhamente supérfluo, quase um fardo”.

Efectivamente, “Duas pulsões se apresentam, pois, na origem deste macaréu de sensualidade de face descoberta: o impulso da vida para uma manifestação última e supremamente intensa, e a fuga para os matagais da embriaguez, para esquecer no prazer a iminência dos perigos”.

Por conseguinte, “Quanto mais a guerra durava, mais fortemente imprimia a sua marca na vida sexual.”, pelo que “Não tinham tempo para se demorarem a fazer a corte, com desenvolvimentos romanescos, na ambiência que continua a ser uma necessidade para a filha dos mais modestos burgueses. Exigiam do instante presente a sua flor e o seu fruto.”<sup>328</sup>

### **Sebastian Haffner (1907-1999) e a *Geschichte eines Deutschen. Die Erinnerungen 1914–1933***

#### **Sebastian Haffner (1907-1999): Um Observador da Guerra**

Sebastian Haffner (1907-1999) foi o pseudónimo escolhido por Raimund Pretzel, um jornalista alemão nascido em Berlin, que no final de Agosto de 1938<sup>329</sup>

---

<sup>326</sup> Jünger, E., *idem*, p. 103.

<sup>327</sup> Jünger, E., *A Guerra como Experiência Interior*, p. 107.

<sup>328</sup> Jünger, E., *idem*, pp. 41-44.

<sup>329</sup> “Meister der Pointe”, disponível em: <http://www.zeit.de/2007/52/Sebastian-Haffner>, consultado a 22/02/2014.

decidiu imigrar para a Inglaterra juntamente com a sua noiva considerada judia na Alemanha, Erika Hirsch. A escolha do pseudónimo resultou da necessidade de proteger a sua família que ficava na Alemanha<sup>330</sup> e justificou-se do seguinte modo: Sebastian a partir do segundo nome de Johann Sebastian Bach e Haffner como o nome do compositor da sinfonia número 35, K. 385 de Wolfgang Amadeus Mozart.

Haffner estudou Direito, por influência do pai, um funcionário do Ministério da Cultura Prussiano, mas decidiu tornar-se jornalista. Sobretudo porque acreditava que o *III Reich* o impediria de ter uma carreira jurídica, sem que se tornasse militante do *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (NSDAP). Foi também por não comungar com os ideais e a acção do *III Reich* que decidiu emigrar.

Assim, em 1934, foi durante alguns meses para França. Regressou, depois, à Alemanha, e a fim de evitar colaborar com a Propaganda do *III Reich*, realizou vários trabalhos como jornalista para revistas de moda e para alguns jornais, onde se afastou sempre de escrever algo que estivesse relacionado com a política.

No entanto, em 1938, voltou novamente a emigrar, tendo escolhido como destino a Inglaterra. Foi já aí que Haffner publicou o seu primeiro livro, intitulado *Germany: Jekyll and Hyde* em 1940, tendo adquirido a nacionalidade britânica em 1948.

Na sequência do sucesso deste livro que foi contratado para o *The Observer* e, nos anos cinquenta, regressou à Alemanha na qualidade de correspondente do *The Observer* de David Astor, de quem se tornou amigo e que admirava Haffner pela sua perspicácia, brilho e versatilidade<sup>331</sup>.

Haffner foi também um dos mais bem conhecidos colunistas da *Stern*, e um forte apoiante da *Ostpolitik*<sup>332</sup> de Willy Brandt (1913-1992). Repudiava a presença soviética na Europa e considerava que existiam outros meios para que a Alemanha se tornasse um Estado democrático e livre, sem que isso passasse pela presença militar americana no espaço alemão e no espaço europeu.

Escreveu vários livros, mas consta que depois da morte da sua primeira mulher nos anos oitenta, a sua influência e interesse na política diminuíram profundamente. Quando o muro de Berlim caiu, foi apanhado de surpresa e, por isso, não festejou com a euforia que talvez fosse esperada a um alemão a Reunificação da Alemanha em 1990. Adepto da Reunificação, Haffner acreditava, contudo, que a mesma não passaria de um sonho em vão.

Ao longo da sua vida, recebeu alguns prémios reconhecendo o seu trabalho como jornalista, entre os quais se encontram: em 1978, o prémio Heinrich Heine pela cidade de Düsseldorf; em 1980, o prémio Johann Heinrich Merck; e em 1983, o prémio Friedrich Schiedel da literatura. Já depois da sua morte foi ainda reconhecido com o prémio Wingate.

Em 1999, morreu de doença prolongada, aos noventa e um anos, ouvindo Bach. Deixou dois filhos Oliver e Sarah, que publicaram vários dos seus livros (entre os quais se encontram *Geschichte eines Deutschen. Die Erinnerungen 1914–1933*) após a sua morte, quatro netos e quatro bisnetos. Em sua memória, e como reconhecimento pela sua postura contra o *III Reich* enquanto alemão emigrado em Inglaterra, encontra-se colocada na parede da Ehrenbergstraße 33, Berlin-Dahlem, onde o jornalista viveu e trabalhou.

---

<sup>330</sup> “Der Fremde Freund”, disponível em: <http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-28210137.html>, consultado a 22/02/2014.

<sup>331</sup> “Der Fremde Freund”, disponível em: <http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-28210137.html>, consultado a 22/02/2014.

<sup>332</sup> Política a Leste.



## **A Obra *Geschichte eines Deutschen. Die Erinnerungen 1914–1933* (2000): Uma Autobiografia Política Incompleta**

*Geschichte eines Deutschen. Die Erinnerungen 1914–1933* é uma autobiografia política composta de três capítulos: um primeiro capítulo correspondente ao “Prólogo”, um segundo capítulo intitulado “A Revolução” e um terceiro sobre “A Despedida”.

Iniciando-se pouco tempo antes do início da Primeira Guerra Mundial, em Agosto de 1914, e terminando em 1933, nesta sua obra Haffner trava “uma espécie de duelo”, entre “dois adversários muito desiguais: um Estado extremamente poderoso, forte e implacável, e um pequeno indivíduo, anónimo e desconhecido”, sendo que o indivíduo apenas pretende salvaguardar a sua personalidade, a sua vida privada e a sua honra numa “época perigosa” em que

“o Estado exige a este indivíduo que abdique dos seus amigos, abandone as suas namoradas, ponha de lado as suas convicções e aceite outras pré-estabelecidas, saúde de forma diferente daquela a que está habituado, deixe de comer e beber o que lhe agrada, dedique o seu tempo livre a ocupações que detesta, arrisque a vida (...), renegue o seu passado e a sua personalidade.”<sup>333</sup>

No fundo, o autor pretende dar o seu testemunho contra o *III Reich*, na medida em que daí se pode compreender a história da Alemanha (como parte integrante) e conhecer quais as perspectivas que os alemães tinham então.

Todavia, *Geschichte eines Deutschen. Die Erinnerungen 1914–1933* <sup>334</sup> (2000) é uma obra inacabada. Foi começada, mas acabou por ser deixada de lado pelo seu autor, sem que tenham ficado conhecidas as razões que justificaram tal. Mais tarde, o manuscrito foi encontrado pelo filho Oliver Pretzel e foi, então, que foi publicado.

Por outro lado, desconhece-se ao certo a data do manuscrito, apenas deduzida pelo seu conteúdo. Oliver aponta para o ano de 1939. O autor, que já dispunha de um boa posição na imprensa alemã, chegou a Inglaterra como um desconhecido. Tinha apenas uma curta licença de estadia para um suposto trabalho num jornal. Os meios eram escassos e na verdade nem licença de trabalho tinha.

A dedução do ano é feita com base numa tese de Frau Jutta Krug, em cartas que os seus pais escreveram ao primeiro marido da sua mãe, Harald Landry, assim como nas palavras de Frederic Warburgh, um editor, que no segundo volume das suas memórias intituladas *All Authors are Equal* escreveu que: “Na Primavera de 1939, Haffner enviou-me, desesperado, a sinopse de um livro que tencionava escrever... Tratava-se supostamente de uma autobiografia política. Lembro-me de que foi uma das sinopses mais brilhantes que alguma vez recebi.”<sup>335</sup> Consta que Warburg já pagava nesta altura um adiantamento a Haffner no valor de duas libras por semana, tendo sido igualmente este quem o ajudou com o problema do visto.

---

<sup>333</sup> Haffner, S., *História de um Alemão. As Memórias 1914-1933*, pp. 19-22.

<sup>334</sup> *História de um Alemão. As Memórias 1914-1933*.

<sup>335</sup> Haffner, S., *História de um Alemão. As Memórias 1914-1933*, pp. 241-242.

No momento em que Haffner tinha escrito metade de *Geschichte eines Deutschen. Die Erinnerungen 1914–1933* começou a Segunda Guerra Mundial e, entendendo que deveria escrever algo mais directamente político e menos privado (recorde-se que a obra corresponde a uma autobiografia política), o autor parou. Foi, pois, no Outono de 1939 que começou a escrever uma outra obra *Germany: Jekyll & Hyde*, mais política, completa em Janeiro de 1940 e que o terá ajudado a obter o reconhecimento inglês de que necessitava para iniciar uma carreira no novo país. No entanto, tal não significou voltar à escrita de *Geschichte eines Deutschen. Die Erinnerungen 1914–1933*, que ficou suspensa durante a Guerra. Em 1946, aquando de “umas estadias mais prolongadas na Alemanha”<sup>336</sup>, o autor terá escrito mais algumas páginas. Pelo menos por duas vezes, terá entregue algumas páginas para publicação, separadamente. Mas não concluiu o todo. E a obra que já estava incompleta, ainda ficou mais.

Sebastian Haffner faleceria a 2 de Janeiro de 1999. Foi, então que os dois filhos Oliver e Sarah entraram em contacto com o Arquivo Nacional a propósito das condições de conservação do legado do pai. Certo dia, e de forma casual, encontraram o manuscrito de *Geschichte eines Deutschen. Die Erinnerungen 1914–1933* escondido entre as gavetas de uma cómoda contendo trabalhos da sua segunda mulher Christa Rotzoll.

Nesse Verão, Oliver procurou reconstruir, com base na tradução inglesa (literal e escrita num mau inglês), algumas das partes que se haviam perdido do manuscrito original em alemão. A tarefa ficou concluída no Outono e ele e Sarah decidiram publicar o livro. Na Primavera de 2000, a editora Deutsche Verlags-Anstalt (DVA) mostrou interesse na publicação das obras de Sebastian Haffner, tendo sido nesta altura que os dois filhos de Haffner propuseram a publicação deste livro, alegando que comparativamente ao que era característico das suas outras obras, esta evidenciava o seu estilo mais emotivo e literário, permitindo ao mesmo uma imagem gráfica da sua época. A editora aceitou e o livro foi publicado.

No entanto, Oliver refere que nunca pensou que o livro pudesse ter tanto sucesso, sobretudo dada a interrupção que se verifica a meio de 1933, ano em que Adolf Hitler (1889-1945) subiu ao poder. O livro demonstra que quem nunca viu o que estava a suceder à Alemanha entre 1933 e 1945, foi porque nunca quis ver, na perspectiva de Oliver Pretzel. Mas ao mesmo tempo “torna psicologicamente compreensível a posição do povo alemão entre as duas guerras, bem como a ascensão dos nazis, sem a desculpar”<sup>337</sup>

### **A Primeira Guerra Mundial como um Jogo**

No Verão de 1914, quando se iniciou a Primeira Guerra Mundial, Haffner era então uma criança com sete anos de idade, pelo que a sua participação na Guerra se limitou à observação da mesma, ao contrário do que sucedeu com Jünger: “não só o quê, como e onde havia guerra, mas também o porquê. Soube que havia guerra devido à ânsia de vingança dos Franceses, à sede de protagonismo de Inglaterra e à brutalidade da Rússia”<sup>338</sup>. A guerra era, na altura, tão irreal como jogo para si, uma

---

<sup>336</sup> Haffner, S., *idem*, p. 244.

<sup>337</sup> Haffner, S., *História de um Alemão. As Memórias 1914-1933*, p. 250.

<sup>338</sup> Haffner, S., *idem*, p. 26.

criança berlinense<sup>339</sup>. Daí que se tivesse mesmo tornado “um fã da guerra”, do mesmo modo que se pode ser um fã de futebol, como refere. Foi, à semelhança dos demais alemães, vítima da propaganda de ódio de 1915 a 1918. Embora, isso não tivesse significado que passara a odiar os Franceses, os Ingleses ou os Russos. Não os odiava. Apenas desejava, como um adepto de um clube de futebol, a sua derrota e humilhação, enquanto assistiria à vitória e ao triunfo da sua equipa, o que significaria que ansiava para que a Alemanha ganhasse a Guerra<sup>340</sup>.

Naquela época ser “um fã da guerra” era algo comum às crianças de então, pois como refere Haffner a Guerra “Era um encanto obscuro, enigmático, que possuía um encanto infinito e perverso e aniquilava tudo o resto, anulava a vida real, era um vício como a roleta ou o ópio”. Aliás, era frequente deslocar-se diariamente ao comissariado da polícia para ler o comunicado da frente da batalha que se afixava num quadro preto, ainda antes deste ser publicado nos jornais. O autor escreve “Tinha de erguer-me nos bicos dos pés e inclinar a cabeça para trás para ler tudo. Fazia-o com paciência e grande dedicação todos os dias”. Ainda que não soubesse o que era a paz, tinha já uma ideia da “«vitória final»” pela qual tanto ansiava, encarando-a como “um aumento inimaginável de todas as vitórias anunciadas, em que o número de prisioneiros, os territórios conquistados e os despojos da guerra se anulavam a si próprios ante tamanha imensidade”<sup>341</sup>.

Todavia, a “«vitória final»” não chegou. No dia 11 de Novembro de 1918, Haffner dirigiu-se como habitualmente ao comissariado da polícia e não existia qualquer comunicado no quadro. Mais adiante, conseguiu ler noutra quadro que se assinara um armistício. “Encontrava-me diante de um abismo. Senti pavor da vida. Não acredito que a derrota alemã tenha produzido a alguém um golpe mais terrível do que àquele jovem de onze anos (...)”<sup>342</sup>; é assim que Haffner descreve o seu estado de espírito perante o desfecho da Primeira Guerra Mundial. Para o autor, a assinatura do armistício pela Alemanha não se ficou a dever à fome dos alemães, mas sim porque se considerou que a guerra estava perdida no plano militar<sup>343</sup>.

Ainda a propósito da Guerra, Haffner relembra que o período que se seguiu imediatamente ao fim da mesma, o da revolução de 1918, ficou para si e para a maioria dos alemães como uma má recordação. A paz e a liberdade que trouxe consigo contrastavam com os “dias inesquecíveis de grande arrebatamento e entusiasmo”<sup>344</sup> que a declaração de início da Primeira Guerra Mundial fizera sentir. A Guerra “providenciara um manancial riquíssimo e inesgotável à nossa imaginação”, refere, mas a revolução “não prendeu a imaginação”<sup>345</sup>. Para além do mais, enquanto durante a Guerra não se ouviu um único tiro na cidade, o mesmo já não se podia dizer da revolução, o que segundo recorda o deixou angustiado<sup>346</sup>.

---

<sup>339</sup> Haffner, S., *idem*, p. 27.

<sup>340</sup> Haffner, S., *idem*, p. 28.

<sup>341</sup> Haffner, S., *idem*, pp. 29 e 32.

<sup>342</sup> Haffner, S., *idem*, pp. 36 e 38.

<sup>343</sup> Haffner, S., *História de um Alemão. As Memórias 1914-1933*, p.31.

<sup>344</sup> Haffner, S., *idem*, p.34.

<sup>345</sup> Haffner, S., *idem*, p.40.

<sup>346</sup> Haffner, S., *idem*, p.35.

## **O Aumento do Custo de Vida, a Pobreza e o Amor sem Romantismo**

Haffner considera o ano de 1923 como o ano que “preparou a Alemanha não especificamente para o nazismo, mas para qualquer aventura fantástica”, “Foi quase como reviver 1914.”<sup>347</sup>

O custo de vida aumentara, sem qualquer controlo: “Meio quilo de batatas que, no dia anterior, custava cinquenta mil marcos, valia cem mil no dia seguinte. Um salário de sessenta e cinco mil marcos trazido para casa na sexta-feira, não chegava para comprar um maço de cigarros na quinta.”<sup>348</sup>

Daí que houvesse pobreza:

“Viam-se mendigos por todo o lado e eram muitas as notícias de suicídios nos jornais. Os cartazes de «Procura-se por Roubo» colados pela polícia nas colunas abundavam, pois os roubos e furtos ocorriam em larga escala. Uma vez vi uma mulher de idade – talvez devesse dizer uma velha senhora – sentada num banco do parque e estranhamente rígida. (...) «Morta», disse alguém. «Morta de fome», afirmou outro.”<sup>349</sup>

Havia, igualmente, uma alteração dos valores e comportamentos sociais, visível sobretudo no facto de

“O amor sem romantismo tornou-se a moda: despreocupado, alegre. Febril. Os assuntos do coração seguiam um curso extremamente veloz, sem rodeios. Os jovens que naqueles dias aprenderam a amar aprenderam a ignorar o romantismo e abraçaram o cinismo. Os da minha idade (...) com os nossos quinze ou dezasseis anos éramos ainda demasiado jovens. (...)”<sup>350</sup>

## **A Estranha Tranquilidade com Stresemann e o Desporto como Substituto à Guerra**

Em 1924, já com Gustav Stresemann (1878-1929) como Ministro dos Negócios Estrangeiros Alemão, tudo seguia “o seu curso tranquilamente”, sem que houvesse nada de novo, o que era estranho, segundo afirma Haffner, sobretudo para uma geração de jovens alemães que se habituara a que

“o âmbito público lhes entregasse gratuitamente (...) o conteúdo das suas vidas, a essência das suas emoções mais profundas – amor, ódio, alegria e tristeza -, mas também todas as sensações ligadas à excitação, embora se fizessem acompanhar de pobreza, fome, morte, caos e perigo.”<sup>351</sup>

E, portanto,

---

<sup>347</sup> Haffner, S., *idem*, p.54.

<sup>348</sup> Haffner, S., *idem*, p.56.

<sup>349</sup> Haffner, S., *idem*, p.58.

<sup>350</sup> Haffner, S., *idem*, p.56.

<sup>351</sup> Haffner, S., *História de um Alemão. As Memórias 1914-1933*, p.66.

“Agora que esta oferta foi subitamente interrompida, ficaram desamparados, empobrecidos, espoliados, desiludidos e aborrecidos. Nunca haviam aprendido a viver por si próprios (...); ignoravam como desfrutá-la e torná-la interessante<sup>352</sup>”. Daí que tomaram “o fim das tensões políticas e o regresso da liberdade individual (...) como uma frustração.”<sup>353</sup>

Foi, então, que como substituto da Guerra surgiu o desporto, sendo que de 1924 a 1926, a Alemanha que nunca fora uma nação virada para o desporto (porque “o verdadeiro espírito desportivo, essa capacidade de completa absorção num universo lúdico às suas próprias regras e leis é totalmente alheia ao temperamento alemão”), converteu-se numa grande potência desportiva<sup>354</sup>. Por conseguinte, o desporto foi “A última grande loucura colectiva alemã” de que o autor defende ter sido vítima, de tal modo que durante dois anos, teve a sua vida intelectual “quase parada”, pois como escreve: “Treinei afincadamente como corredor de médio e longo curso e teria vendido a alma ao diabo sem hesitar a troco de correr uma única vez os 800 metros em menos de dois minutos”. Por outro lado, “As notícias desportivas desempenhavam o mesmo papel que os comunicados militares há dez anos; os recordes e os tempos tinham substituído as quantidades de prisioneiros e de conquistas”<sup>355</sup>. Treinava três vezes por semana, deixou de fumar e fazia ginástica antes de se deitar. Mas isto apenas durou três anos. Em 1928, a loucura desportiva entre os alemães tinha perecido ao faltar-lhe, ao contrário da Guerra, um objectivo e um fim<sup>356</sup>.

### **A Ascensão de Adolf Hitler, o *Angst*<sup>357</sup> dos Alemães e o Inconformismo de Haffner**

Com a morte de Stresemann, a 3 de Outubro de 1929, voltou o medo, sobretudo perante a ascensão crescente de Adolf Hitler (1889-1945) que “prometia tudo a todos”, nomeadamente: “a reposição do grande jogo bélico de 1914-1918 e a repetição do saque anarquista e vitorioso de 1923”, suas futuras políticas internacional e económica. Efectivamente, “Ele apelava aos dois grandes acontecimentos que haviam marcado a geração mais jovem”, o que facilmente lhe garantiu os “seus verdadeiros discípulos, o cerne do Partido Nazi”<sup>358</sup>.

Em contraste, Haffner sentiu-se desde logo alheio a este novo governo, como o demonstra através das seguintes palavras:

“ Há muito tempo que «nós» (...) sem nome, sem partido, sem organização, sem poder – nos tornámos uma minoria na Alemanha (...). Há muito tempo que essa sensação natural de compreensão universal que acompanhara os jogos

---

<sup>352</sup> Referindo-se à vida privada.

<sup>353</sup> Haffner, S., *idem*, p.66.

<sup>354</sup> Haffner, S., *idem*, p.69.

<sup>355</sup> Haffner, S., *idem*, p.69.

<sup>356</sup> Haffner, S., *idem*, p.71.

<sup>357</sup> Medo.

<sup>358</sup> Haffner, S., *idem*, pp.76,78 e 82.

numéricos, quer da guerra quer da fase desportiva, se transformara no oposto. (...) falávamos uma língua diferente. (...) Contudo, «nós» não tínhamos um partido alternativo, nenhum programa, nenhum grito de guerra. (...)»<sup>359</sup>

Em 1933, Haffner tinha vinte e cinco anos, vivia ainda na casa dos pais, sendo um “exemplo típico da burguesia alemã culta e, (...), um livro com bastantes páginas em branco. Exceptuando o facto de que vivera num contexto histórico bastante interessante e dramático<sup>360</sup>”. O pai desejava que se tornasse num funcionário culto, à sua semelhança, mas Haffner demonstrava “uma tendência a degenerar na escrita”. Devia, portanto, estudar “«algo sério»” e, se assim o desejasse, dedicar o seu tempo livre a escrever. Foi assim que Haffner estudou Direito e se tornou num juiz estagiário<sup>361</sup>. Depois de algumas considerações sobre a personalidade do pai, que Haffner muito admirava, o autor dedica quase todo o capítulo “A Revolução” à tomada do poder pelos Nazis e ao modo como desde o início encarou essa mesma realidade. Começou por, segundo afirma, ignorar que os nazis se tornariam inimigos tão terríveis, apesar de saber que estes eram seus inimigos “e de tudo o que apreciava”<sup>362</sup>. Nem ele, nem o pai, acreditavam que o novo governo teria muitas hipóteses de “sobreviver muito tempo” ainda que enquanto este existisse pudesse “causar bastantes danos”<sup>363</sup> e esse parecia ser igualmente “o prognóstico da imprensa inteligente” como refere. Aliás, Haffner faz ainda a seguinte observação: “Talvez fosse exactamente porque todos estávamos convencidos de que não podia ser de outra forma e confiámos em demasia. Por conseguinte, não nos propusemos a fazer nada para, caso sucedesse o pior, *evitar* a catástrofe”<sup>364</sup>.

Ainda que a “«revolução» nazi de Março de 1933” não tivesse sido uma revolução, na medida em que “tudo decorreu segundo a mais estrita «legalidade»” e de acordo com a Constituição<sup>365</sup>, a verdade é que após esta o que se passou a verificar foi “uma terrível inversão dos conceitos normais: ladrões e assassinos que actuavam como polícias em pleno exercício da autoridade do Estado, tratando as vítimas como criminosos”<sup>366</sup>. Enquanto torturavam e assassinavam pessoas indefesas, “afirmavam” diariamente “que não tinham feito mal a ninguém e que nunca uma revolução se desenrolara de fuma forma tão humana e pacífica”, ao que Haffner ironiza, referindo que pouco tempo depois desta “«revolução»”, foi promulgada uma lei que proibia que se falasse ou se afirmasse a existência de “tais atrocidades” nas caves das SA<sup>367</sup> e nos campos de concentração<sup>368</sup>.

Inicialmente, os alemães abstinham-se de participar nos festejos que, doravante, seriam uma constante, e em que “pelo meio de uma multidão exaltada, em praças decoradas com bandeiras, e escutar palavras de adoração à pátria e à

---

<sup>359</sup> Haffner, S., *História de um Alemão. As Memórias 1914-1933*, pp.76 e 82.

<sup>360</sup> Haffner, S., *idem*, p.89.

<sup>361</sup> Haffner, S., *idem*, pp.91 e 92.

<sup>362</sup> Haffner, S., *idem*, p.94.

<sup>363</sup> Haffner, S., *idem*, p.96.

<sup>364</sup> Haffner, S., *idem*, p.97.

<sup>365</sup> Haffner, S., *idem*, p.108.

<sup>366</sup> Haffner, S., *idem*, p.110.

<sup>367</sup> *Sturmabteilung*. Habitualmente traduzido como Tropas de Assalto.

<sup>368</sup> Haffner, S., *idem*, p.111.

liberdade”. Mas o medo levava-os a participar entretanto. Às tantas, faziam-no já não por medo, mas por “uma motivação vil e desprezível”. Foi a cobardia, a fraqueza e a traição dos adversários de Hitler, que deixaram de a ele se opor, que contribuíram para o fortalecimento do *III Reich* e que fizeram com que os nazis deixassem de ser um grupo minoritário da sociedade alemã para passarem a acolher, no seu partido, como militantes de espontânea vontade “centenas de milhares de pessoas que até então eram oponentes”, ainda durante o mês de Março de 1933<sup>369</sup>.

Neste contexto, convém lembrar uma vez mais as palavras de Haffner: “A razão mais *simples* e, (...), a mais básica, foi quase sempre o medo. Juntar-se aos carrascos para não ser atacado”<sup>370</sup>. Ademais, mostrando o seu descontentamento com o que se verificava, o autor caracterizou os alemães como “uma nação inconstante, mole, desprovida de coluna vertebral”, pois

“No momento do desafio, quando os povos de raça se erguem espontaneamente como um só homem, os Alemães reagiram com uma atitude passiva generalizada: amoleceram, capitularam (...). O resultado desta depressão geral foi o povo unido, disposto a tudo e que hoje se tornou no pesadelo do resto do mundo”<sup>371</sup>

Por outro lado, já nessa altura, divergindo da nova realidade política alemã, Haffner desejava abandonar a função pública, emigrar ou converter-se ao Judaísmo como forma de protesto. A verdade é que não o fez. Pelo menos não logo. Deixou-se levar, apaticamente, até que se iniciaram os primeiros actos contra os judeus. Haffner, apesar de ser ariano, sempre sentiu uma “afinidade instintiva mais forte em relação aos judeus alemães (...) do que aos vulgares alemães”, uma vez que o seu melhor e mais antigo amigo era judeu e até a nova namorada era judia<sup>372</sup>.

Finalmente, no capítulo “A Despedida”, Sebastian Haffner demonstra como paralelamente à maior apropriação da Alemanha por Adolf Hitler e o *III Reich* começou a sentir uma vontade crescente de se despedir dessa mesma Alemanha, emigrando para outro país: “só havia uma solução: o distanciamento. O exílio. O adeus ao país a que se pertencia pelo nascimento, a língua, a educação, a renúncia a todos os vínculos patrióticos”<sup>373</sup>. Havia ainda, em alternativa, a hipótese de abdicar de uma vida pública, isolar-se daquela Alemanha sem sair do país, mantendo-se à margem da nova realidade política, mas isso era impossível... Pois “a revolução nazi tinha abolido a antiga divisão entre política e vida privada”<sup>374</sup>. Haffner tinha, assim, que “desvincular-se do país de origem para se manter fiel a si próprio”<sup>375</sup>.

Não se considerava um nacionalista. Sentindo “que fazia parte da Alemanha, sem que tivesse necessidade de renegá-la na hora da verdade”<sup>376</sup>, Haffner defende

---

<sup>369</sup> Haffner, S., *História de um Alemão. As Memórias 1914-1933*, pp.112-116.

<sup>370</sup> Haffner, S., *idem*, p.116.

<sup>371</sup> Haffner, S., *idem*, p.117.

<sup>372</sup> Haffner, S., *idem*, pp.119-124.

<sup>373</sup> Haffner, S., *idem*, p.183.

<sup>374</sup> Haffner, S., *idem*, p.182.

<sup>375</sup> Haffner, S., *idem*, p.185.

<sup>376</sup> Haffner, S., *idem*, p.184.

que a propósito da “imparável ascensão da Alemanha”, então falada, de nada servia “quer a uma nação ou a uma pessoa conquistar o mundo, se tiver de perder a alma” (...) “A Alemanha deixou de ser a Alemanha. Os próprios nacionalistas haviam-na destruído. (...)”<sup>377</sup>.

E tinham-na destruído porque lhe destruíram os seus

“atributos distintos e característicos: humanidade, espírito aberto, profundidade filosófica de pensamento, dificuldade em se aceitar e aceitar o mundo, coragem de se entregar a experiências sempre renovadas e abandoná-las se necessário, autocrítica, amor à verdade, objectividade, severidade, rigor, diversidade, uma certa ponderação mas também o prazer de improvisar livremente, cautela e seriedade, mas também uma criatividade inesgotável e lúdica, engendrando incessantemente ideias novas para rapidamente as rejeitar, respeito pela originalidade, bondade, generosidade, sentimentalismo, musicalidade e sobretudo uma grande liberdade, algo de vago, ilimitado, desmesurado, que nunca se define nem se recusa. (...)”<sup>378</sup>

Uma nação de “infinitas possibilidades intelectuais”, o país a que se sentia ligado e onde estava como em sua casa.

De acordo com o jornalista alemão, o pior inimigo da Alemanha era o nacionalismo e o *III Reich*, facto que reforça do seguinte modo: “O nacionalismo, ou seja, o narcisismo (...) é (...) em todo o *lado*, um *perigoso distúrbio* mental capaz de deformar e distorcer o rosto de uma nação, tal como a vaidade e o egoísmo deformam e distorcem os traços de um indivíduo”<sup>379</sup>.

Na Alemanha, “o nacionalismo mata os valores fundamentais do carácter nacional”. Daí que os alemães se tornem “*completamente* desumanos” e revelem “uma fealdade animalesca, que não se observa em qualquer outra nação”, quando ainda para mais, na visão de Haffner, os alemães são “um povo civilizado, sensível e muito humano em circunstâncias normais”. É, por conseguinte, o nacionalismo que lhes faz perder “a essência da sua humanidade, da sua existência, deles próprios (...), corrói-lhes a alma. (...) O resultado cifra-se (...) na consequente destruição da Alemanha”<sup>380</sup>.

Em virtude destas circunstâncias, o jornalista alemão comunicou ao pai o seu desejo de partir para Paris, uma vez terminado o seu estágio no Supremo e face à impossibilidade de se tornar juiz ou funcionário administrativo<sup>381</sup> sem que se tornasse um nazi e deixasse de ser fiel a si mesmo, mas o pai ainda o tentou dissuadir sugerindo que este primeiro tentasse fazer o exame para assessor, ao que Haffner acabou por ceder. Permanecendo pelo menos durante mais algum tempo na Alemanha... O capítulo termina com Haffner a entrar no autocarro. Está incompleto, do mesmo modo que a obra não chegou a ser concluída, tal como referido nas notas

---

<sup>377</sup> Haffner, S., *idem*, p.185.

<sup>378</sup> Haffner, S., *História de um Alemão. As Memórias 1914-1933*, p.186.

<sup>379</sup> Haffner, S., *idem*, p.136.

<sup>380</sup> Haffner, S., *idem*, pp.186 e 187.

<sup>381</sup> Haffner, S., *idem*, pp.189-193.



finais pelo filho Oliver.

## Conclusão

Com efeito, Jünger e Haffner deixaram enquanto alemães um importante contributo relativamente à Alemanha e à sua relação com a Guerra durante a mesma e depois desta.

Ambos se tornaram críticos do *III Reich*. Ainda que Jünger se tenha especializado na questão da Guerra como experiência interior, sobretudo com a publicação de *Der Kampf als inneres Erlebnis* (1922), aqui em análise, e de *In Stahlgewittern*<sup>382</sup> (1920), um diário de Jünger acerca da sua participação na Primeira Guerra Mundial; e Haffner se tenha concentrado no *Reich* de 1871 a 1945, concentrando-se na Primeira Guerra Mundial em si mesma (e nas suas origens), no fracasso da República de Weimar e na consequente ascensão e queda de Hitler, o que já se encontra presente em *Geschichte eines Deutschen. Die Erinnerungen 1914–1933*. (2000), uma autobiografia política inacabada aqui em análise, e também em *Anmerkungen zu Hitler*<sup>383</sup> (1978), na qual apresenta as suas memórias acerca da ascensão do Nacional-Socialismo na Alemanha.

No entanto, do mesmo modo que experimentou na pele a Guerra, Jünger permaneceu na Alemanha durante o *III Reich*, continuando o seu trabalho de escritor, ao passo que Haffner, um outrora observador da Guerra, emigrou da Alemanha, manifestando a sua discórdia em relação ao *III Reich* através das suas obras, algumas das quais incompletas e apenas publicadas após a sua morte.

## Bibliografia

### Obras

Haffner, S., *Anmerkungen zu Hitler*, Fischer Taschenbuch Verlag GmbH, Frankfurt am Main, 1999.

Haffner, S., *História de um Alemão. Memórias 1914-1933*, Edições Dom Quixote, Lisboa, 2005.

Jünger, E., *In Stahlgewittern*, E. S. Mittler & Sohn, Berlin, 1922.

Jünger, E., *A Guerra Como Experiência Interior*, Editora Ulisseia, Lisboa, 2005.

### Documentos

“Der Fremde Freund”, disponível em: <http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-28210137.html>, consultado a 22/02/2014.

“Durch und durch dubios”, disponível em: <http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-26024493.html>, consultado a 22/02/2014.

“Meister der Pointe”, disponível em: <http://www.zeit.de/2007/52/Sebastian-Haffner>, consultado a 22/02/2014.

“Stern Words from Berlin”, disponível em: <http://www.theguardian.com/news/1999/jan/14/guardianobituaries>, consultado a 22/02/2014.

---

<sup>382</sup> *Tempestades de Aço*.

<sup>383</sup> *Notas sobre Hitler*.

## ***A espanhola polaquizada – Sofia Casanova Lutosławska, a testemunha da história da Europa entre Guerras***

**Anna Olchówka\***

“Soy la única mujer española que vengo  
de aquellos lugares de desolación y muerte,  
en donde los hambrientos cavan sus fosas y  
en ellas se matan con sus mujeres e hijos.”<sup>384</sup>  
Sofia Casanova Lutosławska

### **Resumo**

Escritora, poeta, tradutora, jornalista, correspondente de guerra. Sofia Casanova Lutosławska (1861-1958) foi a testemunha excecional da história europeia da primeira metade do século XX. Desde a perspectiva da sua segunda pátria, a Polónia, é que a espanhola observou os maiores acontecimentos históricos da época: guerras (ambas as Guerras Mundiais, A Guerra Civil Russa, A Guerra Polaco-Soviética, A Guerra Civil Espanhola), revoluções russas de 1917 ou as mudanças políticas, como a recuperação da independência pela Polónia, entre outros. Sendo a enfermeira da Cruz Vermelha polaca e mantendo nos seus textos os tons pacíficos, acompanhou de perto os soldados, as suas famílias e os simples cidadãos. A posição da influente família do seu marido abriu-lhe também as portas para os círculos decisivos da política polaca. Ao mesmo tempo destacou no seu discurso jornalístico os temas como a emancipação das mulheres e a desigualdade social.

A sua visão da realidade não sempre foi considerada conveniente: em 1939, nos princípios do Estado Nuevo de Francisco Franco, o diário *ABC* recusou a publicação dos textos que davam a imagem negativa do governo nazista e do possível perigo por sua parte. Mesmo assim, com a censura por parte do jornal relacionado com a ditadura franquista, graças às crónicas e reportagens de Sofia Casanova Lutosławska, os espanhóis tiveram a oportunidade de confrontar a verdadeira imagem da realidade política, social e cultural da Europa de Leste, especialmente da Polónia renascida após a Grande Guerra. Por isso, o objetivo deste estudo será a recordação desta mulher fascinante, a aproximação do conteúdo da sua obra jornalística da época entre guerras e a tentativa da criação duma imagem da sua identidade polaco-espanhola.

\*

Um caldeirão fervente das tensões, um barril de pólvora que qualquer faísca podia fazer explodir... Estas são as imagens mais reconhecíveis, mas também muito simbólicas da situação política na Europa na véspera do início da Primeira Guerra Mundial. O assassinio do herdeiro do trono austro-húngaro em Sarajevo provocou a

---

\* Mestrada em Espanhol e Pedagogia no Colégio de Estudos Interdisciplinares de Letras na Universidade de Wrocław em 2012, atualmente a doutoranda do segundo ano na Faculdade de Línguas no Instituto de Línguas Românicas da mesma universidade. Os temas da sua pesquisa abrangem o discurso dos meios de comunicação (a prensa e o cinema) e das ideologias do século XX (especialmente da propaganda salazarista e franquista), e a história e o papel cultural do desporto.

<sup>384</sup> Turrión, M. J., “Sofia Casanova, una reportera en la Guerra”, 23.01.2014, *El País*, consultado em 28.02.2014, <<http://blogs.elpais.com/historias/2014/01/sofiacasanova.html>>.

avalanche dos acontecimentos e reações que eram ao mesmo tempo temidos e aguardados, assustadores e naturais. A primeira “guerra total” envolveu os exércitos dos poderes mundiais ao nível antes desconhecido, incitou o desenvolvimento tecnológico militar mais rápido, mas –no longo prazo- principalmente mudou a consciência política e social, e catalisou os processos e mudanças posteriores na Europa. Todos os acontecimentos dos quais a Europa e a sua sociedade foram testemunhas após o ano 1918 e nos vinte e um anos seguintes redefiniram, sem dúvida, a consciência política, económica e social ao nível mundial. A revolução bolchevista na Rússia em 1917 e as suas consequências em forma da introdução de um novo jogador político, o sistema comunista utópico e de terror, o Tratado de Versalhes (28 de junho de 1919), a dissolução do Império Alemão e a crise posterior da República de Weimar, o fim da Áustria-Hungria, influíram todo o complexo das transformações no tecido constituinte do continente, estabelecidas pelas primeiras decisões do armistício de Compiègne (11 de novembro de 1918). Uma delas foi a recuperação da independência e a reconstrução no período de entreguerras (1918-1939) da Polónia.

Em 1918, após os 123 anos de inexistência nos mapas da Europa por causa da política das partilhas realizada por Prússia, Rússia e Áustria, a nação polaca enfrentou-se com o desafio de construção dum novo Estado. Em 1919 o território devastado pela guerra em 90 %<sup>385</sup> caracterizava-se pelas desigualdades muito visíveis no desenvolvimento civilizacional (analfabetismo ao nível de 1/3 da sociedade)<sup>386</sup>, económico (caos monetário)<sup>387</sup> e industrial (30% do nível da produção do ano 1913)<sup>388</sup>, e também na estrutura étnica (as minorias representavam 1/3 dos habitantes do país)<sup>389</sup>; as regiões anexadas no século XVIII pela Rússia eram as mais subdesenvolvidas<sup>390</sup>. Durante os vinte anos da existência da Segunda República Polaca o seu governo conseguiu não só recuperar as perdas do período da guerra, mas também uniformizar as diferentes áreas da vida pública e indicar a direção do desenvolvimento gradual para os decénios seguintes. Os acontecimentos do dia 1 de setembro de 1939 interromperam bruscamente todos estes processos.

A imagem e o conhecimento da história polaca do período 1918-1919 ficam cada vez mais divulgados no país graças à literatura. As edições das memórias, cartas ou trabalhos científicos dedicados à época ajudam na criação de uma imagem histórica acessível do passado. O interesse pela pesquisa das relações do passado com a atualidade, da veracidade histórica e das histórias inéditas torna-se uma das motivações de leitura, também entre os jovens. Os protagonistas dos textos entram desta maneira no círculo dos compatriotas reconhecidos e admirados, e a sua obra converte-se no objeto dos estudos aprofundados. Muitos entre eles estão a ser “descobertos”, e com os seus textos, biografias e ideias juntam ao contexto histórico uma dimensão de revelação ainda maior. Este é o caso de Sofia Casanova Lutosławska, uma poetisa, novelista e jornalista-correspondente, a espanhola *polaquizada*.

Nasceu em 1861 na Corunha e, apesar de ter passado quase a toda juventude em Madrid, manteve uma relação muito forte com a região familiar da Galiza. Bem educada, tem êxitos literários numa idade jovem (recital de poesia para o rei espanhol

---

<sup>385</sup> Brzoza, C., Sowa, A. L., *Historia Polski 1918-1945*, Wydawnictwo Literackie, Kraków, p. 170.

<sup>386</sup> *Idem*, p. 373.

<sup>387</sup> *Idem*, p. 174

<sup>388</sup> *Idem*, pp. 170-173.

<sup>389</sup> *Idem*, p. 118

<sup>390</sup> *Idem*, p. 171

Afonso XIII e publicação de um tomo de versos sob o seu patrocínio)<sup>391</sup>. Aos 25 anos, em 1886, Casanova conhece Wincenty Lutosławski, um estudante brilhante de filosofia. O polaco apaixona-se imediatamente pela espanhola e no ano seguinte os jovens casam – deste modo começa a “odisseia polaca” de Casanova: vida no país natal do seu marido, numerosas mudanças aos diferentes centros universitários da Europa de Leste onde Lutosławski obtém postos de docentes; nascimento e a criação das quatro filhas<sup>392</sup> do casamento<sup>393</sup>, retornos à Espanha<sup>394</sup> para as férias de verão, separação do marido e, finalmente, sua vida solitária e difícil, principalmente por causa da cegueira nos últimos anos da vida, fora da terra natal, mas entre os familiares mais próximos. Sofia Casanova Lutosławska morre em 1958, aos 97 anos, em Poznań, na Polónia.

A sua longa vida, cheia dos encontros, viagens entre a Galiza e a Galícia (região na Polónia onde encontravam-se as propriedades familiares do Lutoslawski) e literatura, foi marcada também pela História. A espanhola testemunhou uma época perturbada por guerras (ambas as Guerras Mundiais, A Guerra Civil Russa, A Guerra Polaco-Soviética, A Guerra Civil Espanhola), revoluções (na União Soviética) e as transformações políticas na Polónia (o período de entreguerras, as ocupações alemã e russa, a criação da República Popular da Polónia em vez de um país democrático após a Segunda Guerra Mundial), Rússia (o nascimento e a evolução do comunismo e do seu terror) ou Espanha (o estado franquista)<sup>395</sup>. A maioria destes processos foi observada por ela desde a perspectiva da sua segunda pátria, desde o centro dos acontecimentos; durante a Grande Guerra a escritora trabalhou como enfermeira da Cruz Vermelha, e a posição da família do seu marido nos ambientes influentes deu-lhe a possibilidade de conhecer pessoalmente os protagonistas principais da política e cultura polaca. Por isso a obra literária de Casanova, e principalmente a jornalística, tem o enorme valor cognitivo para os nossos tempos, e igualmente para a sua época.

Os trabalhos da espanhola podem ser divididos entre os dois géneros principais: a lírica e a épica<sup>396</sup>. Para os ambos a fonte principal de inspiração foram tanto os acontecimentos da vida pública, política ou social, como da sua própria experiência como mãe, esposa, estrangeira, espanhola ou mulher. A poesia dela é paisagística (o motivo das terras espanhóis e polacas), comenta os acontecimentos da vida de Casanova e as emoções dela, como no caso da observação das filhas, do luto após a morte duma delas, das saudades da terra natal ou do matrimónio fracassado; o bom exemplo destas características é o tomo *Fugaces*, de 1898.

A sua obra narrativa abrange numerosos estilos e temas. O relato *Sobre el Volga helado* (1903) refere a viagem invernal de 43 horas pelo rio congelado de toda a família da escritora a Kazan. O romance *El doctor Wolski* é uma história de um médico idealista; o protagonista comparte numerosas características de Wincenty Lutosławski. A novela epistolar *Más que amor* descubre as ideias de Casanova sobre

---

<sup>391</sup> Szostak, V., “Przypadki Sofii Casanovy” em M. Filipowicz-Rudek, P. Sawicki (eds.) *Sofia Casanova Lutosławska – hiszpańska pisarka, Polka z wyboru*, Fundacja Narwiańska i Muzeum Przyrody w Drozdowie, 2012, p. 135.

<sup>392</sup> Lutosławski foi o representante do messianismo e acreditava em que o seu filho será o libertador da Polónia partilhada; opina-se que foi também uma das suas principais motivações para casar.

<sup>393</sup> A terceira filha, Jadwiga, morre aos 5 anos por causa da disenteria

<sup>394</sup> Em 1906, pelo valor da sua obra literária e pela popularização da Espanha e Galiza na Polónia, Casanova é nomeada o membro da Real Academia Gallega.

<sup>395</sup> Serraller Calvo, A. “Strony historii współczesnej. Życie i twórczość reporterska Sofii Casanovy Lutosławskiej”, em M. Filipowicz-Rudek, P. Sawicki (eds.) *op.cit.*, p. 90.

<sup>396</sup> A escritora preparou também uma peça de teatro, intitulada *La Madeja*.

a fenomenologia dos sentimentos<sup>397</sup>. Mas o ramo mais amplo da produção literária dela formam os textos jornalísticos – a escritora torna-se a primeira mulher correspondente de guerra permanente (a escritora espanhola Carmen de Burgos relacionou a guerra de Marrocos só durante alguns meses)<sup>398</sup>.

Casanova foi a colaboradora dos diferentes jornais ou periódicos (os espanhóis *El Imparcial*, *La Ilustración Ibérica*, e internacionais, como *El Eco de Galicia* argentino, *Gazeta Polska*, *New York Times*), mas é o título do *ABC* (e outras edições do título, como a revista *Blanco y Negro* ou a edição de Sevilha<sup>399</sup>) com o qual o seu nome está usualmente associado. Entre 1915 e 1944 a galega publica regularmente neste diário monárquico e conservador. As suas reportagens, recolhidas depois nos volumes *La Guerra en Rusia*, *La revolución Bolchevista* ou *Impresiones de una mujer en el frente Oriental* dão testemunho da situação política e social nos países em revolução ou guerra. A formação da espanhola (principalmente o estudo de oito línguas – no efeito das mudanças frequentes e dos trabalhos de tradutora - e a orientação e o interesse pela situação política e diplomática europeia) põe-na entre os melhores repórteres da época. As imagens da realidade feitas por Casanova são plásticas, não embelezadas, muito diretas, facilmente despertam o interesse do leitor, e ao mesmo tempo não sempre se enquadram nos modelos do jornal com um discurso definido. Por isso, especialmente nos primeiros vinte anos da época franquista, os textos de Casanova para o *ABC* pró-estatal estão sometidos à censura: não é desejável falar mal da Alemanha nazista, o aliado do Movimento Nacional (a negativa *nada que vaya en contra de los alemanes*). No resultado, após o ano 1944 as publicações da escritora limitam-se às curtas notícias ou cartas.

As suas reportagens e relatos da Polónia de entre-guerras não podem ser analisados sem uma referência aos artigos anteriores, do período da Grande Guerra e da revolução bolchevique em 1917. Os textos escritos na primeira pessoa, pelas já mencionadas experiências pessoais de Casanova (a presença nos hospitais militares, o facto de viver na Polónia e na Rússia, e de conhecer as línguas respetivas) ganham ainda mais autenticidade:

“He ido á Skierniewice hace dos noches en busca de heridos, y he presenciado los horrores que puedes imaginar, allí, y en mi guardiá de ocho horas en el hospital. Para conocer y maldecir la guerra hay que ver los hombres despedazados, hay que ver, como yo ayer, á un dragón herido, de enorme estatura, fortísimo, que resistió la cura que le hicimos el médico y yo sin una queja (tenía los dos hombros desechos), y cuando ya vendado le puse la camisa, entraron en la clinica, dejando un regueiro de sangre, á un oficial con la espalda destrozada. El soldado grande, flerte, palideció, y desmayándose, me derribó por tierra. Cuando me levanté, le apliqué á la nariz un botellín de amoníaco, y al reanimarse y ser conducido en la camilla lloraba acongojado.

¡Y los hambrientos! ¡Y los heridos que llegan sin armas y sin mochila, que es lo que más sienten!

(...) El tren sanitario que ha ido en busca de heridos no puede pasar de la primera estación y nos espanta saber que en muchos kilómetros de extensión los campos están sembrados de heridos que no pueden ser recogidos.

<sup>397</sup> Barbaruk, M., “Więcej niż miłość. *Ordo amoris* Sofii Casanovy (próba portretu kulturowego)” em M. Filipowicz-Rudek, P. Sawicki (eds.) *op.cit.*, pp. 26-29

<sup>398</sup> Martínez Martínez, M. R., “Casanova, corresponsal frente al horror”, 08.11.2013, *ABC.es*, consultado em 28.02.2014 <<http://www.abc.es/cultura/20131107/abci-texto-homenaje-sofia-casanova-201311072052.html>>.

<sup>399</sup> Com Emilia Pardo Bazán e Concha Espina, Sofia Casanova Lutosławska é considerada uma das autoras mais importantes da revista.

Esto es más triste que todo.  
Mi yerno ha sido llamado a filas, y su mujer ni llora ni está triste, aparentemente.  
Le prepara la ropa y le anima, aunque él no lo precisa, pues está satisfecho. No  
hay polaco que no se alegre de servir a su patria.<sup>400</sup>»

As descrições referem-se tanto às relações dos campos de batalha como à política dos países em conflito (“ABC en Rusia”, em *ABC* de 22.03.1916, sobre a independência da Polónia e a posição da Rússia) ou o contexto social (numerosos dos textos sobre a revolução de 1917, publicadas em 1989 no tomo *La Revolución Bolchevista*<sup>401</sup>). A jornalista segue atentamente os acontecimentos, mas tem uma posição muito diferente doutros repórteres de guerra. Casanova é ao mesmo tempo uma observadora exterior, estrangeira, e interior, de alguma maneira nacional; diz que sente se polaca e não teme expressar as próprias opiniões. Assim, o seu trabalho de correspondente de guerra pretende ser muito mais complexo e problemático do que as relações tradicionais: “Los internado civiles y los soldado de Polonia sufren (...) en el destierro, en los hospitales, en las líneas de fuego, donde, al caer, acrécese sus sufrimientos y es más cruel su agonía pensando que, muertos, no sabrán de su muerte quienes penan por ellos en la Patria perdida.<sup>402</sup>»

Após o fim da Grande Guerra, a série intitulada *ABC en Rusia* muda o título para *ABC en Polonia*; o tema principal do trabalho de Casanova é agora a descrição da realidade num país jovem, com a recém recuperada independência. Numa relação ampla publicada a 19 de dezembro de 1918, a escritora descreve as primeiras decisões do novo governo, analisa a estrutura da sociedade e debate o futuro próximo da Polónia. Indica a questão das relações entre este país e a Rússia, que não ficarão normalizadas até o ano 1921<sup>403</sup>. Nos textos seguintes reconhece a presença do apoio económico internacional (e a aparente ausência da Espanha nestas transações) ou as faltas nas diferentes áreas da vida pública da democracia nova, por exemplo na diplomacia:

“Por ser Polonia un Estado en formación, donde no tienen terreno de lucimiento decorativo los diplomáticos; por usura de algunos de ellos, por precarios sueldos otros y porque descartadas un par de personalidades, carece de hombres eminentes, el Cuerpo diplomático aqui no brilla ni se impone a la atención pública cual en naciones de abolengo y de reginados usos gubernamentales y de protocolo.<sup>404</sup>»

Nos relatos sobre a vida cotidiana dos polacos frequentemente aparecem as referências à história e política atual; o cotidiano parece ser só um pretexto para comentar as questões mais complexas e talvez abstratas para o leitor espanhol. O objetivo de Casanova foi dar a conhecer aos seus compatriotas a identidade polaca, tão distinta da ibérica, espalhar as questões básicas para a criação da Polónia moderna. Por isso, nas suas cartas o protagonista é toda a sociedade polaca, a

---

<sup>400</sup> *ABC*, 15.11.1914.

<sup>401</sup> Casanova, S. *La revolución bolchevista*, Castalia, Instituto de la Mujer, Madrid, 1989.

<sup>402</sup> *ABC*, 14.08.1916.

<sup>403</sup> Entre 1919 e 1921 tem lugar a guerra polaco-soviética: a Rússia Soviética invade a Polónia de acordo com os seus projetos de instauração dos regimes socialistas em toda a Europa.

<sup>404</sup> *ABC*, 27.07.1924.

geografia ou mesmo o clima do país (*ABC* de 09.09.1934) e as características que podem atrair a atenção dos espanhóis pela sua semelhança ou alteridade do contexto conhecido: “Acantilados del Báltico, en la costa fría de Dantzig, donde la bandera de Polonia levanta su derecho a la posesión de una puerta marítima cara a los oceanos, ¡qué diferentes sois de la costa cantábrica!”<sup>405</sup>

Na análise da vida social a espanhola aborde diferentes temas, como a cultura ou a formação. As relações culturais entre a Espanha e a Polónia precisam da maior aproximação (*ABC* de 28.05.1933); a exploração da história polaca, desconhecida na Espanha, pode ser uma boa solução neste caso (*Blanco y Negro* de 19.11.1933). Como indica a escritora, para um país em desenvolvimento, com todas as gerações para serem educadas no ambiente da liberdade e democracia, é a educação que se apresenta como um dos maiores desafios. Na narração de Casanova, o Estado polaco mostra-se consciente da importância desta questão, também para as mulheres:

“El Gobierno preocúpase de la instrucción general, y si el programa de estudios para el Bachillerato no fuera tan copioso (¡casi un doctorado español!) ganaría mucho la salud de los estudiantes.”<sup>406</sup>

“Nada hay que dé tan exacta idea de la cultura de un pueblo como la situación que en su sociedad ocupa una mujer. La instrucción de esta, que es factor importantísimo en el desarrollo general, se cuida extremadamente en Polonia. El estudio de los idiomas forma parte principalísima del programa educativo... la gran mayoría de las educandas habla y escribe cinco y seis lenguas europeas”<sup>407</sup>.

O motivo mais popular no periodismo de Casanova dedicado à situação na Polónia durante todo o período de entre-guerras é o desenvolvimento dos acontecimentos na Rússia. A autora não esconde o seu anticomunismo, apesar das suas primeiras impressões positivas; são as experiências que mudam o perspectiva da escritora, as experiências das dezenas de anos da história da Europa<sup>408</sup>. Estando na Polónia, Casanova observa com atenção todos os processos e mudanças no Leste (*ABC*, 17.08.1926), avisa para não os ignorar e ter em conta as trágicas experiências europeias da Grande Guerra:

“Los problemas subsistentes de ocho años después de terminada la gran guerra – baldón de nuestra época -, radican en el oro que los vencedores demandan a los vencidos y en las deudas de unos y otros para haber prolongado la pelea hasta dejar en los campos doce millones de combatientes muertos.

La insistencia con que Polonia tramita una deuda en el extranjero y el retorno al capitalismo en Rusia soviética, que se encuentra empeñada en internas querellas, no únicamente de ideología comunista, sino de posibilidad expansiva y

---

<sup>405</sup> *ABC*, 11.08.1927.

<sup>406</sup> *Idem*, 16.10.1928.

<sup>407</sup> Turrión, M. J., “Sofía Casanova, una reportera en la Guerra”, 23.01.2014, *El País*, consultado em 28.02.2014, <<http://blogs.elpais.com/historias/2014/01/sofiacasanova.html>>.

<sup>408</sup> Osorio, O., “O jornalismo de Sofia Casanova e as correspondentes de guerra da sua época” em A. M. Pazón (ed.) *Vida e tempo de Sofia Casanova (1861-1958)*. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Nº 10, p. 84.

propagadora de la Tercera Internacional, (...) ponen ante nosotros escenas de los varios empréstitos de Rusia imperial para la guerra.<sup>409</sup>”

“Rusia soviética pone empeño en inquietar a vecinos y demás naciones con secretos, que no lo son, de sus propósitos bélicos, con sus maniobras nocturnas y las preparadas en grande para el invierno.  
(...) El bizarro general Tuchaczewsky, jefe del distrito de Petersburgo hoy, no puede olvidar de su derrota del 1920 ante Varsovia, y dice que la guerra “nueva” es indispensable, que no se hará tardar y que comenzará con la invasión de Polonia. (...) el pacto Kellogg es una invitación al beso de paz que *sinceramente* nunca se darán los Estados.<sup>410</sup>”

“Polonia, después de Inglaterra, es el duro hueso que no pueden roer los bolcheviques. La tienen al lado, la minan con su propaganda, encomendada a legiones de especializados en el arte de la persuasión revolucionaria, y Polonia se consolida con el trabajo y el esfuerzo patriótico sin oírlos.<sup>411</sup>”

ou enfatiza a dedicação da nação polaca que salvou a Europa do comunismo:

“La invasión bolchevique del año 20 soñó con que flamearan en sus torres [da ponte Poniatowski en Varsóvia] los rojos estandartes de Moscú; pero el espíritu y el sacrificio de los polacos lo evitó, y el puente Poniatowski integra a obra de progreso, de cultura y de paz que Polonia realiza para bien de Europa.<sup>412</sup>”

Após a primeira década da liberdade, a escritora ainda recorda os primeiros passos do Estado polaco. As eleições dão uma oportunidade para comparar a realidade com o passado. A avaliação é muito concreta e rigorosa, indica as fraquezas e os defeitos polacos:

“Ocho años de independencia, con tres presidentes de la República, y tres elecciones de Parlamento durante ellos, no afianzan la estabilidad política del Estado, tan necesitado de ella como éste de la combatida Polonia.  
(...) El individualismo intransigente de los polacos (...) causa un desgaste de energías, que debilita el esfuerzo de la acción social, constructora y creadora del bienestar general del país.<sup>413</sup>”

Os textos dos anos 30 centram a Polónia no contexto dos acontecimentos na Europa, como a chegada ao poder dos fascistas na Itália e na Alemanha. É uma observação interessante, porque Casanova aproveita uma reportagem sobre as inundações de verão de 1934 para expressar a sua preocupação pela radicalização política. Escreve:

“Una solidaridad de los sentimientos humanitarios hace vibrar a Polonia. Acaso los pueblos como los individuos necesitan el propio infortunio para sentir piedad por los ajenos. Los socorros a los supervivientes del cataclismo fluyen

---

<sup>409</sup> *Blanco y Negro*, 11.12.1927.

<sup>410</sup> *ABC*, 13.10.1928.

<sup>411</sup> *Idem*, 24.08.1928.

<sup>412</sup> *Blanco y Negro*, 19.06.1927.

<sup>413</sup> *ABC*, 02.03.1928.



abundantes. (...) Mussolini, el *duce*, imperialista en la dádiva, ha dado más: doscientas mil liras.

Sin la solidaridad humana en el bien no existe la posibilidad del triunfo en los reinos y repúblicas... Aun la calma, por la situación de aquí, no vuelve a nosotros, y otra convulsión sacude nuestra sensibilidad: ¡En Viena ha sido asasinado el canciller! Hoy ese crimen; ayer, otros, marcharon la esvástica hitleriana... Mañana, ¿en donde se dispararán las balas de la lucha internacional?<sup>414</sup>»

A visão do futuro da Europa fica ainda mais alarmante na véspera da Segunda Guerra Mundial. A correspondente prova a debilidade do continente e vê o perigo da Rússia Soviética. As observações de Casanova são muito significativas, preveem um novo conflito (a reportagem de dezembro de 1939 será intitulada “Mi cuarta guerra”) e a incapacidade de evita-lo:

“Y la conciencia de Europa no ha aparecido, porque no existe. El lucro, la imbecilidad política, la maldad, han sostenido y sostienen a los destructores, a los enemigos de nuestra Patria. Ellos, en estos días, enfocan sus armas contra Polonia dese el territorio suyo, aunque se llame checoslovaco. La hora es de emoción indecible. El *Führer*, en su discurso maravilloso de Nürenberga, y en el de hoy, de Berlin, quiere la paz, salvando de la opresión a tres y medio millones de alemanes.

El general Mussolini quiere la paz (...) Chamberlain quiere la paz, y la voluble Mariana no sabe lo que quiere... pero hay una firme y mala voluntad (...). Es la voluntad de Rusia internacional, vergüenza de nuestra época. La Rusia del hambre, del terror, de las depravaciones vesánicas y que (...) aún pretende dominar y organizar el mundo. La bestia apocalíptica tiene rotos los pies y se arrastra...

(...) Polonia vive uno de los días más grandes de su moderna historia. (...) Polonia está en pie como un solo soldado y nunca se ha visto ni tal brío patriótico, ni tal fuerza en la unión nacional.<sup>415</sup>»

O valor da obra de Sofia Casanova Lutosławska é inegável. Através da observação dum pequeno esboço dos seus textos, o leitor pode descobrir um panorama histórico antes desconhecido, da grande riqueza cognitiva e literária. Para os polacos e espanhóis, a obra de Casanova, da sua personalidade e da -marcada pela História- vida, e da realidade da época ainda constituem uma descoberta potencial. A presença da correspondente na consciência popular limita-se aos círculos estreitos dos investigadores dos estudos ibéricos, mas os temas de investigação incluem as questões interdisciplinares. Uma delas é a pergunta pela identidade desta mulher fascinante.

Espanhola e ao mesmo tempo polaca, mãe, esposa, mulher independente, jornalista, escritora, poetisa... e feminista? É certo que Casanova representa uma corrente moderna, herdeira das primeiras sufragistas, não se distancia do papel familiar da mulher<sup>416</sup>; ao contrário, a família ajuda-lhe não ceder às diferentes

---

<sup>414</sup> *ABC Sevilla*, 11.08.1934.

<sup>415</sup> *ABC Sevilla*, 14.10.1938.

<sup>416</sup> Pazos, A. M., “Una achega á antropoloxía de Sofia Casanova” em A. M. Pazón (ed.) *op.cit.*, p. 25.

turbulências históricas que determinam a sua vida<sup>417</sup>. Ela considera o empenhamento das mulheres na vida pública como uma missão, um dever cívico atual e natural:

“Los poetas, los artistas, mueren en las barricadas, y las manos femeninas que en talleres, estudios y fabricas, tejían, pintaban, daban envoltura estética a las banalidades de la diária exportación y espiritualizaban las frivolidades del lujo, ennegrecidas están hoy con el manejo de la pólvora y los metales en las mil industrias de la guerra, ó se ensangrientan en el doloroso trabajo de la clínica.<sup>418</sup>”

Sendo uma escritora reconhecida, Casanova assume o objetivo de relacionar as suas duas pátrias, aproximá-las pelo conhecimento comum. Em 1895, numa das cartas a Blanca de los Ríos, Sofía Casanova Lutosławska escreve que se sente *polaquizada*, também considera as suas filhas polacas, explica as diferenças entre a Polónia e a Rússia à amiga<sup>419</sup>; é um efeito de escolha difícil de dedicação (mas nunca de esquecimento). Finalmente, em 1916, declara umas palavras que plenamente resumem o seu trabalho jornalístico, dedicado à uma missão principal:

“Siento viva satisfacción en que la causa de Polonia se conozca extensamente en mi Patria... Polonia, mayor seis veces que Bélgica, es, de todos los pueblos mínimos arrasados y engañados por los grandes en el cataclismo actual, del que menos se habla públicamente en la Europa beligerante y la de los neutrales. Yo creo que hará obra de justicia y propaganda de la verdad, quién de a conocer, al menos en las naciones neutrales, la significación internacional de Polonia, sus aptitudes de *self governments*, su cultura y su indomable voluntad de vida independiente...<sup>420</sup>”

## Referências

### Fontes primárias:

*ABC*  
*ABC Sevilla*  
*Blanco y Negro*

### Fontes secundárias:

Brzoza, C., Sowa, A. L., *Historia Polski 1918-1945*, Wydawnictwo Literackie, Warszawa, 2006.

---

<sup>417</sup> *Idem*, p. 23.

<sup>418</sup> *ABC*, 22.03.1916.

<sup>419</sup> Martínez Martínez, M. R. “En la trayectoria vital de Sofía Casnova. Unas cartas personales a Blanca de los Ríos” em A. M. Pazón (ed.) *op.cit.*, N° 10, p.171.

<sup>420</sup> Turrión, M. J., “Sofía Casanova, una reportera en la Guerra”, 23.01.2014, *El País*, consultado em 28.02.2014, <<http://blogs.elpais.com/historias/2014/01/sofiacasanova.html>>.

Casanova, S. *La revolución bolchevista*, Castalia, Instituto de la Mujer, Madrid, 1989.  
Filipowicz-Rudek, M., Sawicki, P. (eds.) *Sofia Casanova Lutosławska – hiszpańska pisarka, Polka z wyboru*, Fundacja Narwiańska i Muzeum Przyrody w Drozdowie, Drozdowo, 2012.

Martínez Martínez, M. R., “Casanova, corresponsal frente al horror“, 08.11.2013, *ABC.es*, consultado em 28.02.2014 <<http://www.abc.es/cultura/20131107/abci-texto-homenaje-sofia-casanova-201311072052.html>>.

Pazón A. M. (ed.) *Vida e tempo de Sofia Casanova (1861-1958). Cuadernos de Estudios Gallegos*, Nº 10.

Turrión, M. J., “Sofía Casanova, una reportera en la Guerra“, 23.01.2014, *El País*, consultado em 28.02.2014, <<http://blogs.elpais.com/historias/2014/01/sofiacasanova.html>>.

## ***Um Olhar Singular: Mundividência do jovem Marcelo Caetano antes do conflito e do poder – 1929-1939***

**Márcio Barbosa\***

### **Resumo**

O trabalho que aqui se apresenta consiste num contributo para a compreensão quer da *mundividência* do “jovem” Marcelo (n.1906) sobre o mundo do seu tempo, por um lado, quer para, por outro lado, contribuir para a compreensão deste através do seu olhar. Considerando a multidimensionalidade e transitoriedade que caracteriza o tempo histórico, não se pretende aqui estabelecer qualquer ponte com as fases seguintes do percurso do principal objecto de estudo. De facto, a II Guerra Mundial encerrou duas décadas historicamente riquíssimas e provocou um impacto a que ninguém ficaria imune.

A organização, determinada fundamentalmente pelas fontes, configura a distinção entre temáticas *circunstanciais* e *estruturantes*, a demarcação faseada da evolução do objecto e do seu horizonte problemático. A baliza cronológica é natural: em 1929 inicia colaboração técnica no Ministério das Finanças; dez passados, começava a guerra e no ano seguinte a colaboração política.

\*

Uma palavra marca o título do presente texto: *mundividência*. A opção não é, de todo, aleatória. Sintetiza o caminho encetado no processo de conhecimento. O estudo sistemático aplicado ao conhecimento de um *sistema* ou *pensamento sistemático* num período de juventude e, por inerência, de formação, duma personalidade histórica com um percurso tão longo, parece ser à partida uma linha metodológica algo frágil. Pelo que se procedeu ao conhecimento particularizado da realidade, procurando compreender, até onde foi materialmente possível, as *ideias* do objecto sobre a sua circunstância e contexto, e não tanto a *ideia*, numa perspectiva holística. O texto que segue incide sobre os temas económicos que marcaram os anos de 1929-1933.<sup>421</sup>

### **No princípio também foi a Crise?**

Em 1932, M.C. passa a colaborar regularmente no Jornal do Comércio e das Colónias (e mais tarde noutros), cujo director pretendia que fosse um jornal oficioso da ditadura. A predilecção pelos temas económicos é óbvia. Mas talvez a sua máxima expressão seja a primeira obra de M.C.: *A Depreciação da moeda depois da Guerra*; defendida e aprovada em Junho de 1931 e publicada (parte) pela Coimbra Editora ainda no mesmo ano, cujo conteúdo da obra será bem mais relevante do que as peripécias que rodearam a prova e o jovial intervencionismo integralista. Até porque revela a primeira escolha académica: a economia política.

---

\* Mestre em História Contemporânea, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; doutorando em Altos Estudos em História, na mesma área e pela mesma faculdade; colaborador do CEIS-XX.

<sup>421</sup> A elevada componente descritiva do trabalho e a necessária economia de espaço levaram a uma simplificação de diversas notas, sem prejuízo do rigor, e à selecção destes capítulos. A sua publicação integral poderá ter lugar no formato impresso, caso se verifique essa opção.

Sobre o primeiro e forte impacto mundial da crise financeira despoletada com o *Crash* de 1929, um dos problemas centrais da ciência económica, tão caro ao autor da tese como ao chefe do novo regime, consistia na “estabilização do valor da moeda”.<sup>422</sup> Adoptando um método positivo de investigação (segundo o próprio, a “objectividade fria e serena da pesquisa e do cálculo nas ciências exactas”), critica os clássicos, sobretudo Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823) – por exemplo, as suas concepções optimistas em relação à convertibilidade do papel-moeda – e analisa a *teoria quantitativa* (particularmente no caso português, que “desmentiu mais uma vez a teoria quantitativa sob qualquer das suas formas”): “pelo impulso da alta dos preços, sucedeu que o aumento das despesas públicas forçava o Estado a estampar mais notas, vindo assim a inverter-se os termos da teoria: eram os preços que determinavam o aumento da circulação, em lugar de serem o único elemento passivo da equação fisheriana.”<sup>423</sup> A observação não dá lugar a qualquer ensaio pelas tentativas de reestruturação da *teoria quantitativa*, como a que havia feito Knut Wicksell (1851-1926) na obra de 1898 – *Interest and Prices* –, mas não deixa de ser interessante pela sua heterodoxia.

M.C. colocava-se assim, ainda que com o experimentalismo próprio da idade, dentro do debate económico que marcou o período entre guerras. Mais importante do que isso, revela um eclectismo teórico que talvez explique a frieza no agradecimento por parte do ministro das finanças aquando da oferta da tese por parte de M.C.. Sobretudo se a compararmos com a obra daquele, datada de 1916 – *O ágio do ouro, sua natureza e suas causas (1891-1915)*, visivelmente marcada por uma perspectiva e agenda política.<sup>424</sup> Em sentido oposto, a obra marcelista foca o debate económico em curso, ainda que de forma limitada: “notaremos apenas que a tendência moderna é para substituir a uma teoria rígida e, portanto, unilateral, a explicação fundada numa série de causas variadas, e agindo com intensidades diferentes conforme as circunstâncias de tempo e de lugar.”<sup>425</sup> Destaca a *teoria psicológica* defendida por Albert Aftalion (1874-1956) e a *teoria da paridade do poder aquisitivo das moedas* propugnada por Gustav Cassel (1866-1945), um dos pioneiros, juntamente com o próprio K. Wicksell, da chamada *Escola de Estocolmo*, como eixos teóricos do seu estudo, em contraponto com a *teoria da balança económica*.

Aliás, as conclusões a que chega sobre o problema em questão, para além do elogio ao ministro das finanças<sup>426</sup>, oferecem um esboço do quadro político-económico que balizará a sua atenção nos primeiros passos do regime.

---

<sup>422</sup> Caetano, M., *A Depreciação da moeda depois da guerra*, Coimbra Editora, 1931, nota prévia. Que passou, em grande medida, pela indexação do escudo à libra e não ao dólar, em 1931. Medida que M.C. considerou acertada. Disso faz eco M.C. nos anos seguintes, por ex.: *Jornal do Comércio e das Colónias* de 10/03/1933.

<sup>423</sup> Caetano, M., op. Cit., p.363.

<sup>424</sup> A este propósito, ver, entre outros: Telo, A. J., *A Obra financeira de Salazar: a «ditadura financeira» como caminho para a unidade política – 1928-1932*, in *Análise Social*, Vol. XXIX, 128, 1994, 4º, pp. 779-800.

<sup>425</sup> Caetano, M., *A Depreciação da moeda depois da guerra*,..., p.27.

<sup>426</sup> “A depreciação, quer interna, quer externa, quer considerada sob o aspecto da alta dos preços, quer sob a forma da baixa cambial, é um efeito de várias causas concorrentes, que não de um só factor seja êle a quantidade da moeda, a balança económica, a paridade do poder aquisitivo ou outro qualquer. Foi de resto o que viu já em 1916, ao estudar o nosso câmbio durante o período de 1891 até essa data, o Prof. Oliveira Salazar, a cujo talento de economista nos apraz aqui prestar homenagem.” Idem, p.369.

## Equilíbrio Orçamental: “o crédito não se mendiga, conquista-se”

Em termos orçamentais, começa por destacar, em 1932, o “grave” “problema do pessoal”, que absorve “quase metade” do orçamento: “Temos um funcionalismo numerosíssimo, de competência desigual, mal escolhido, mal pago e em geral de fraco rendimento do trabalho”. Sugere “uma reforma radical”. Elogia imenso a conversão e abatimento da dívida: “em quatro anos económicos abateram 100.000 contos os juros da dívida – o que constitui indubitavelmente um resultado brilhante de política económica.”<sup>427</sup> O elogio é oferecido em contraponto com a crítica duríssima à política financeira do reinado de D. Luís, quando “o recurso ao crédito domina toda a nossa actividade financeira”, considerando que:

“a nossa estrutura social podia pois definir se assim pela sua expressão financeira: primeiro a usura em cujos braços se lançara a nossa estouvada e imprevidente dissipação; depois o maquinismo constitucional (rei, parlamento) as classes inactivas e o fisco; seguidamente a multidão mal armada, mal instruída, parasitária, da tropa; e após o caciquismo cosinhador das eleições, deixando-se para os restos o fomento nacional e colonial...”<sup>428</sup>

A análise da política financeira leva-o a atribuir a paternidade teórica da reforma orçamental de 1929 às propostas de tratadistas referenciais da ciência financeira, destacando “Wagner”. Tendo em conta o trabalho e as ideias de Adolf Wagner (1835-1917)<sup>429</sup>, esta breve alusão permitirá, talvez mais do que em relação ao próprio ministro das finanças, identificar uma das referências teóricas (em matéria financeira) do próprio M.C..

Aproveita todo o processo em torno do pedido de empréstimo à S.D.N., pelo governo de Sinel de Cordes, e sem mencionar a dimensão política das contrapartidas (que a Liga de Paris conseguiu explorar), para defender mais uma vez a acção do ministro. Ironiza com as dificuldades (acelerada desvalorização da dívida e consequente subida dos juros...) sentidas pelos países com empréstimos garantidos pela S.D.N.: “Portugal teve em tempos a ilusão de que o patrocínio de Genebra poderia suprir o esforço interno de regeneração e reconstrução. Felizmente a S.D.N. recusou o auxílio pedido: hoje aprendemos, graças a essa negativa, que o crédito não se mendiga, conquista-se.”<sup>430</sup>

Contra as críticas generalizadas à austeridade financeira, mobiliza-se em defesa do ministro, quer com ironia – “Depois, houve uns sujeitos que acharam demais tanto acertar. [...] Descobriu-se então uma forma de o combater: dizendo que a política de equilíbrio orçamental asfixiava a economia do país” – quer com a “Lição da França”.<sup>431</sup> Em Janeiro de 1933 cita o premonitório Luís Barthou (1862-1934), que

---

<sup>427</sup> Jornal do Comércio e das Colónias de 08/07/1932.

<sup>428</sup> Idem, 13/07/32.

<sup>429</sup> Já na tese M.C. citara as obras de Wagner, especialmente o *Tratado de Ciência Financeira*. Um dos mais influentes economistas e políticos da chancelaria de Otto von Bismark (1815-1898), ficaria para a história associado à “Lei de Wagner”, que teorizou a necessidade de crescente intervenção estatal, indissociando, por exemplo, capitalismo do primeiro esboço do que viria a ser o “estado social”. Seria o primeiro protagonista do chamado “socialismo estatal” (staatssozialismus).

<sup>430</sup> Jornal do Comércio e das Colónias de 22/07/32.

<sup>431</sup> “Diabo! O orçamento francês tinha *deficit*. E se os franceses viviam com o orçamento desequilibrado é porque a tal política salazarista passara de moda e talvez até fosse errada. Vistas bem as coisas o mundo dá muita volta: a França, modelo perfeito, figurino impecável, desconfessava o Salazar.” Idem, de 24/01/1933.

em 1932, preocupado com a «crise de autoridade», terá defendido na revista *Les Annales*, a criação “d’une sorte de Comité de Salut Public sans guillotine...”. Não menos prenunciador, M.C. termina assim: “A Lição da França... Estejamos atentos: de uma forma ou de outra, ela virá.” Na sequência da crise política de 6 de Fevereiro de 1934, por iniciativa do presidente Albert Lebrun (1871-1950), forma-se novo governo de “união nacional”, dirigido por Gaston Doumergue (1863-1937) e contando, precisamente, com Barthou à frente dos negócios externos (que seria assassinado pouco depois).

Esta posição surge sustentada pelo comentário algo *sui generis* aos governos do “cartel das esquerdas” (“Cartel des Gauches”<sup>432</sup>) em França, que estava novamente no poder depois dos gabinetes de “união nacional” de Raimond Poincaré (1860-1934) e sucessores, elogiados porque “realizaram e mantiveram a estabilização monetária”. Posicionando-se, obviamente, no polo político oposto, M.C. critica sobretudo a gestão financeira:

“Que irá suceder agora? O nervosismo dos capitalistas provados tão duramente n’este período aflitivo não consente a mínima manifestação de hostilidade, o mais pequeno signal de ataque. Seria o pânico. Compreenderá isto o cartel? Desistirá o partido socialista dos seus pontos de vista doutrinários? Renunciará a conseguir em troca do apoio a um governo radical as vantagens políticas que o triumpho lhe proporciona? Se assim fosse, isto é, se a orientação do governo francez se não modificasse essencialmente, muito embora cuidasse da execução de um programa de reformas sociaes baratas, a França nada sofreria.”

### **Momento Económico e Financeiro: “*optimismo*”?**

Em Janeiro de 1933, afirma que “os tempos piores da crise económica vão já passados”, embora alerte que segundo o “ritmo regular da economia capitalista continuamos sob o signo da depressão”, “a crise não findou”. Destaca o seguinte: “o retraimento dos detentores do capital diminuiu”; “o desemprego diminuiu”; “os preços melhoram, remunerando mais equitativamente o produtor”; “um tesouro público desafojado”.<sup>433</sup> Os sinais vagamente apresentados, permitem-lhe “olhar o futuro com optimismo”, porque “a vida económica é uma batalha onde triunfa quem afirma melhor a sua fé, a sua tenacidade, a sua vontade.” Este espírito combativo introduz um guia de acção, menos vago, mas ainda assim mais popular do que ideológico: “equilíbrio e justiça social”; “trabalho remunerado com equidade”; “tem de deixar de ser possível que o administrador de uma empresa [...] ganhe tanto como dez ou vinte operários juntos”; “na propriedade ver-se-há menos direito e mais função. E por esse preço conseguir-se há esconjurar o perigo real que ameaça o capitalismo e que não está na mão da polícia, só por si, vencer.”

A defesa genérica do “capitalismo” permite constatar a permanência do anticomunismo integralista, reforçado pelas circunstâncias internacionais (sobretudo

---

<sup>432</sup> Coligação francesa de esquerda entre o Partido Radical Socialista Francês e a Secção Francesa da Internacional Operária (SFIO) formada no pós-Guerra (1914-18) como resposta ao Bloco Nacional (que ganhara as eleições em 1919), manter-se-ia até à Frente Popular (1936-38). Governaria entre 1924-26 e em 1932-34. Esta segunda vitória fora menos expressiva, obrigando a uma negociação difícil com os socialistas moderados. Inspiraria em Portugal o governo de ampla coligação de esquerda de José Domingues dos Santos (Novembro de 1924-Fevereiro de 1925), que apesar do amplo apoio popular, cai por uma moção parlamentar liderada por António Maria da Silva, chefe da direita do PRP.

<sup>433</sup> Jornal do Comércio e das Colónias de 12/05/1932 a 17/01/1933.

na Alemanha), e permite perguntar: o que entende M.C. por “capitalismo”? A resposta parece fácil: tem o entendimento “corporativo”. Claro que se manifestam nessa afirmação os genes corporativos. Mas a posição que assume em relação a diversos domínios económicos coloca sobretudo dificuldades e emerge toda a complexidade que envolve o demasiado abrangente conceito de “capitalismo”.

### ***“É preciso não exacerbar o nacionalismo”***

O “nacionalismo económico” coloca sérias reservas a M.C. O regime nacionalista recém-inaugurado vai emanando legislação económica bem menos explícita e estruturada do que os preceitos corporativos expressos na Constituição. Impondo-se como “um dos princípios fundamentais em que assenta a vida social no momento presente”, considera-o “um mal necessário”. A correcção das distorções capitalistas generalizou a ideia pelas economias ocidentais, especialmente as mais afectadas pela crise. E em última instância justificou a estatização económica, como no caso extremo da Alemanha nazi. Defende o protecçãoismo aduaneiro como forma de travar a “concorrência desenfreada” e o “progresso técnico velocíssimo” que coloca os “países pobres á mercê dos países ricos”.<sup>434</sup>

Mas posto isto, o problema era “complexo”. Considera o protecçãoismo, enquanto princípio, “odioso”. Realça o seu carácter transitório, enquanto processo flexível, em constante e criteriosa avaliação: “a protecção justifica-se primeiro quando funciona como processo educador de indústrias que nascem e necessitam, portanto, de um período mais ou menos largo para se formar e consolidar”. As empresas têm de justificar a protecção, que por sua vez não deve sacrificar a liberdade:

“o Estado cumpre o seu dever protegendo; a indústria corresponde-lhe produzindo bem e trabalhando honestamente. Mas para além desta colaboração, tem de haver uma zona de liberdade onde se consinta a presença estimulante do concorrente estrangeiro já desfavorecido na alfandega”.

Do que conclui que “o Nacionalismo económico tem de ser inteligentemente compreendido: não pode ir até ao monopólio do mercado em favor de nacionais”. Não sem deixar uma provocação ao nacionalismo serôdio que campeava jubilosamente nas soleiras do Terreiro do Paço (os grupos de pressão agrários e *lóbis* industriais): “mas, por amor de Deus, não chamem a polícia para expulsar do campo os estranhos que aí permanecem, esforçando-se correctamente por colocar os seus produtos”. E até para não parecerem “ridículos”.<sup>435</sup> Ao contrário do chefe, que sempre soubera namorar esses grupos de pressão<sup>436</sup>, M.C. parecia desprezá-los.

O alerta ao “parasitismo” económico, visível no tímido elogio à Grande Exposição Industrial Portuguesa (1932) e ao I Congresso da Indústria Portuguesa (1933), contrastava com o entusiasmo predominante e dever-se-ia à ausência de uma política industrial no novo regime. A lei de reconstituição económica de 1935 e a lei (II) de condicionamento industrial de 1937 permitiriam clarificar a sua posição.

---

<sup>434</sup> Idem de 11/02/1933.

<sup>435</sup> Ibidem.

<sup>436</sup> Em 1923, A.O.S. participou, em Lisboa, no Congresso das Associações Comerciais e Industriais Portuguesas, com uma conferência intitulada “Redução das despesas públicas”.



## A “*alarmante*” participação do Estado na economia

A defesa contra o “nacionalismo exacerbado” preocupava-o seriamente. A primeira linha de combate, para M.C., passava necessariamente pelos próprios empresários. Exorta a uma profunda mudança nas elites dirigentes empresariais. Insiste na ideia de que “a propriedade, mobiliária ou imobiliária, não é só um direito mas também uma função social.”<sup>437</sup> Da crítica à “simples conezia rendosa” procede a preocupação do que possa estar para vir: “pensem que num momento de crise social, nas vésperas, porventura, de uma grande transformação económica, a melhor defesa de uma classe duramente atacada [administradores/gestores] está nos serviços que presta, na utilidade que demonstra no rendimento que produz.” E no que parece ser uma referência indirecta ao escândalo do BNU, resume: “só assim, com nova mentalidade dos dirigentes e com fiscalização eficiente será possível evitar de futuro factos tão chocantes como aqueles a que estamos assistindo com tanta frequência de há uns anos a esta parte.”<sup>438</sup>

A atenção que dispensa ao assunto, nos inícios de 1933, é relevante.<sup>439</sup> A transcrição seguinte é clarificadora:

“Dado que [...] vai sendo alarmante a extensão da participação do Estado em toda a vida económica nacional, o ideal estaria em se adoptasse a primeira solução [“iniciativa dos próprios accionistas”]: infelizmente, porém, não há-de ser assim. Falta-nos, a nós portugueses, o espírito de iniciativa, o gosto da responsabilidade e o sentimento solidarista. Desde que saibamos que o Governo se ocupa dos nossos interesses, descansamos socegradamente. Se algum perigo nos ameaça, logo clamamos alarmados o auxilio do Poder. Sem nos lembrarmos, imprudentes de nós, que se exigirmos mais serviços públicos, hão-de nos ser pedidos mais impostos; e, o que é pior, que a cada nova avançada de penetração estatista corresponde a perda de uma parcela da nossa liberdade «real».”<sup>440</sup>

Como em relação a todas as transcrições, exige-se contextualização na leitura. A marca de água é a ameaça da “pregação marxista” e a “possibilidade do socialismo”. Algo surpreendentemente, concorda com Marx: no que diz respeito à “concentração industrial”. Mas fá-lo de forma superficial, na medida em que aquela justifica a fiscalização das sociedades anónimas defendida por M.C. – “um mal inevitável se os accionistas não proverem a necessidade de uma reforma nos métodos de defesa do seu capital, que é o capital da Nação.”

Em síntese, M.C. afirma que preferiria a adopção do “sistema inglês” – fiscalização independente sem intervenção estatal. Apenas a tendência para os extremos – “da independência sem limites” à “subserviência temerosa” – conforma a intervenção estatal. Ou seja, a posição de M.C. neste domínio particular fornece indícios substanciais para a compreensão da teorização que fará, a breve trecho, do “sistema corporativo”. Nomeadamente, no capítulo da “liberdade económica”, que identifica com “liberdade real”. De igual modo, introduz a ideia nuclear de “função”, neste caso económica, cuja vertente política iria desenvolver mais tarde. Não menos importante, evidencia-se a enorme convergência com as soluções desenvolvidas pelo institucionalista Adolf A. Berle<sup>441</sup> (1895–1971) na transição dos anos 20 para a

<sup>437</sup> Jornal do Comércio e das Colónias de 23/12/1932 e de 04/01/1933.

<sup>438</sup> Ibidem.

<sup>439</sup> Particularmente: Jornal do Comércio e das Colónias de 23/12/1932 a 16/01/1933.

<sup>440</sup> Ibidem.

<sup>441</sup> Adolf Augustus Berle Jr. (1895 – 1971). Formado na *Harvard Law School*, faria praticamente toda a

década seguinte e sintetizadas na obra de 1932 – *The Modern Corporation and Private Property*. Elemento destacado do “brain trust” de Roosevelt, produziu a legislação que configuraria a fiscalização das sociedades anónimas e a responsabilização das respectivas administrações.

A tendência institucionalista de M.C. nestes anos proto corporativos é um indicador relevante.

### **Diplomacia económica: a importância das “pequenas coisas...”**

O sector económico do turismo<sup>442</sup> merece especial atenção a M.C.. Ernesto Júlio Navarro (1876-1938)<sup>443</sup>, prestava-lhe essa homenagem e partilhava as suas opiniões “por saber o interesse que [M.C.] tem tomado pelos assuntos que se prendem com o Turismo”. Principalmente enquanto cartaz de uma mais ampla diplomacia económica: a “necessidade inadiável de adoptarmos, em Portugal, os métodos de propaganda e expansão comercial em uso em todo o mundo.”<sup>444</sup> Defende que “tudo mudou, os tempos mudaram, a rotina tem que acabar também. E que repouse em paz!”

A substância das expressões, da necessidade de não “desdenhar as coisas pequenas” (“mas os resultados dependem quantas vezes das pequenas coisas!”<sup>445</sup>), compreendia o mais amplo problema da balança comercial. Assume a defesa de um caminho de difícil compromisso entre a liberdade de comércio (da qual dizia que Portugal seria um “refúgio”) e o proteccionismo (“altas fronteiras aduaneiras” e “restrições cambiais”). Descreve um cenário caótico no comércio mundial:

“O Mundo está mais agressivo do que nunca. Cada Nação se fecha hermeticamente dentro das suas fronteiras e procura resolver os *seus* problemas com os *seus* remédios. Dez anos de conferências, reuniões, assembleias, comissões, notas, memoranda, planos, peritos e Sociedade das Nações – tudo dirigido no sentido da cooperação e da paz internacional – deram isto: um nacionalismo económico e político cada vez mais acentuado, mil e um problemas por resolver, rumores de guerra, o caos...”

O ponto de chegada consistia, através da denúncia do unilateralismo comercial (“chauvinismo”), na defesa da aplicação de um regime de contingentes em Portugal, semelhante ao que era praticado pelas principais potências: “se o regime de contingentes é magnífico em França e na Alemanha, também o pode ser, em relação aos produtos dessas Nações, em Portugal e nas Colónias”, “procuremos ser clientes de quem nos conceda reciprocidade de tratamento. Tudo menos a subordinação”. Em 1932, as exportações para a Alemanha não ultrapassaram os 75.488 contos (cts), enquanto as importações chegaram aos 235.927 cts: um *deficit* de 160.439 cts. Com a

---

sua carreira como professor na *Columbia Law School*. A obra mais marcante deste período seria: *The Modern Corporation and Private Property*, New York, Macmillan, 1932. Fervoroso anticomunista, co-fundou o Partido Liberal de Nova Iorque em 1944, como alternativa moderada ao partido Trabalhista Americano, propondo uma base programática social-liberal, defendendo maior investimento na educação e na universalização dos cuidados de saúde.

<sup>442</sup> Jornal do Comércio e das Colónias de 04/03/1933, 27/09/1933 e 28/09/1933.

<sup>443</sup> Político durante a I República: deputado; ministro do Comércio, dos Abastecimentos, da Agricultura, e senador. Seria depois opositor ao Estado Novo.

<sup>444</sup> Jornal do Comércio e das Colónias de 25/02/1933.

<sup>445</sup> Idem, de 04/03/1933.

França tinha estalado um conflito aduaneiro: “rompeu connosco uma guerra aduaneira sem justificação nem explicação”.<sup>446</sup> Os principais produtos de exportação justificavam quer o desnível com a primeira quer o conflito com a segunda: vinho, cortiça e conservas.

### ***Ministeriais interesses: tecnocracia, agricultura e reforma agrária***

Nos inícios de 1933 gerara-se algum ruído em torno da reorganização ministerial. A reconfiguração ministerial de onde saíram os *superministérios* das “Obras Públicas e Comunicações” e o do “Comércio, Indústria e Agricultura”, ofereceu oportunidade de confronto (inconsequente) entre os chamados *neofisiocratas* e os *lobbies* tradicionalistas e ruralistas. M.C. vai tomar posição nessa amostra de debate.

Antes do mais, M.C. considerava ter sido “um erro [...] acreditar-se na excelência dos Ministros técnicos”, porque, regra geral, “são os piores”. Propunha o seu ideal de ministro: “deve ser um homem de cultura geral, conhecimento suficiente e extenso dos negócios da pasta, inteligência viva e bom senso”, que saiba escolher “competentes colaboradores” e que saiba “trabalhar com os técnicos sem se deixar dominar por eles.”<sup>447</sup> Uma alfinetada ao embandeirado apolitismo tecnocrático, disfarce perfeito para eventuais e obscuros interesses.

A reforma agrária eternamente por fazer<sup>448</sup>, sintetizável, nos anos de 1920, nas propostas de Quirino de Jesus (1865-1935) e (sobretudo) Ezequiel de Campos (1874-1965)<sup>449</sup>, estava na base das opiniões. M.C. concorda em grande medida com as análises económicas de E. de Campos, mas rejeita, com ironia (“o sr. Ezequiel de Campos vai dar, como sempre, à reforma agrária”), a sua proposta de “reforma agrária radical”. Primeiro, porque “não é praticável”. Segundo, porque também não é solução para o problema do desemprego. Tema a explorar noutro capítulo, mas que parece ter sido o motor da reabilitação das teses de Ezequiel de Campos, o que constitui um dado significativo. Convém lembrar que aquele integrara o governo “canhoto” (Novembro de 1924-Fevereiro de 1925) e fora alvo da fúria do fundador integralista Pequito Rebelo (1892-1983), que o acusou de provocar “um princípio de guerra civil e de dissolvente ataque à propriedade”.<sup>450</sup>

Em relação às pressões sobre o governo para a reconstituição do Ministério da Agricultura, concentradas na Associação Central da Agricultura Portuguesa (ACAP), M.C. é incomplacente na crítica aos interesses instalados: “os «lavradores alentejanos» que há meses pediam um Ministério de Economia Nacional pretendem agora a restauração não do Ministério da Agricultura mas de um Ministério *para* a Agricultura, ou melhor para a Associação Central da Agricultura. A seu ver o extinto Ministério não marchou para ser dirigido por consumidores: o que é necessário é que ele, uma vez restaurado, passe a ser da classe. Nem mais nem menos: um Ministério de classe!”<sup>451</sup> Mas consegui-lo-iam. O Ministério da Agricultura foi restaurado pelo

---

<sup>446</sup> Idem, de 31/03/1933 a 14/07/1933.

<sup>447</sup> Idem, de 21/04/1933.

<sup>448</sup> Pereira, M. H., *Política e economia: Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979, pp.31 e segs.

<sup>449</sup> Jesus, Q., e Campos, E., *A Crise Portuguesa – Subsídios para a Política de Reorganização Nacional*, Porto, 1923.

<sup>450</sup> *Jornal O Século*, de 15/01/1925.

<sup>451</sup> *Jornal do Comércio e das Colónias* de 21/04/1933 a 25/04/1933.

dec.-lei nº22.873 de 24 de Julho de 1933 e, por despacho do presidente do conselho de 21 de Agosto, os seus serviços foram repartidos pelo novo Ministério e pelo do Comércio e Indústria. “Quem manda?” Eis talvez o motivo porque entre as relações de M.C. se encontravam tantos académicos, escritores ou poetas e nenhum grande proprietário.

M.C. opõe-se claramente tanto ao *neofisiocratismo* avivado no início do novo regime, como ao ruralismo fisiocrático absolutamente anacrónico: “a fisiocracia tem parentesco próximo com as teorias sobre a excelência do estado de natureza em moda no século XVIII”. Justificando:

“que é aos consumidores como tais que compete o Governo económico. O Estado governado pelos produtores [inclui aqui o sector secundário] é a luta e o caos. Dificilmente se encontrará duas classes de produtores com interesses e pontos de vista harmónicos e não raro são mesmo antagónicos. O consumo é o traço de união entre todos os indivíduos de um Estado – o consumo é o fim natural da produção das riquezas.”

### **Conferência de Londres**

A Conferência de Londres, decorrida em Junho e Julho de 1933, tinha por agenda oficial o combate à depressão económica mundial, a reactivação do comércio internacional e a promoção da estabilização monetária e cambial. A participação ziguezagueante dos EUA acabou por marcar negativamente a conferência, ao recusar negociar à partida a estabilização monetária. Aceitaria depois negociações paralelas, em *off*, com a França e Inglaterra, cujo conhecimento provocaria graves consequências nos próprios EUA, para afinal manterem a posição inicial.

M.C. seguiu atentamente a conferência. Tem a expectativa de que haja “tréguas aduaneiras” e se resolva a “estabilização monetária”. Contudo verificar-se-ia o abandono pelos EUA do padrão-ouro e da tentativa de estabilização monetária, que provocaram uma reacção forte de M.C., em sintonia com as posições oficiais inglesa e francesa: “Deixemos a Conferência de Londres estrebuchar no ridículo da sua incapacidade realizadora e entretenhamo-nos antes com o que nos vai por casa.”<sup>452</sup> Diz que não só não resolveu os problemas, como espera “que os não tenha agravado”. A descrença de M.C. na eficácia de amplos concertos internacionais para a resolução dos problemas mundiais saía tão reforçada quanto em relação às soluções adoptadas nos E.U.A. para superar a crise.

### **“A Hora do Povo” na Crise: desemprego e emigração**

A redução do elevado desemprego conduziu a discussão em torno das duas grandes linhas teóricas: investimento público, nomeadamente em grandes obras infra-estruturais, ou a promoção do desenvolvimento dos sectores secundário e terciário (necessariamente a médio e longo prazo) e, no curtíssimo prazo, contar com a emigração para atenuar o problema. Em Portugal, e para M.C., embora não se fugindo totalmente a este paradigma, o problema assume contornos específicos, como por exemplo na definição do papel das colónias.

---

<sup>452</sup> Idem, de 14/07/1933.

“Povo” era a palavra do momento. Desde a consolidação da liderança estalinista na URSS e a radicalização do discurso saído do VI Congresso da Internacional Comunista (de Julho a Setembro de 1928), onde se aprova o programa que marca o divórcio entre a linha social-democrata e a mais radical linha comunista – “classe contra classe” –, até à estabilização fascista em Itália e ascensão nazi na Alemanha, tudo era pelo, para e em nome do “povo”. A radicalização parece gerar sempre um fluxo energético impossível de interromper: ou se antecipa ou se varrem as cinzas. Portugal, embora na margem geográfica, não estava, obviamente, fora do espírito do tempo. Pelo contrário. M.C. identifica da seguinte forma o que para ele era o problema: a força “do exército de desempregados”, consequência da crise, “por enquanto inconsciente, mas apta a ouvir todas as promessas e a seguir todos os Messias.” Rejeita o “estado de antagonismo” social radical, cuja responsabilidade atribui tanto à elite dirigente capitalista como aos “revolucionários de profissão”. “A hora do povo – diz M.C. – não a dará o relógio de Lenine”, afirma que o caminho exige “ética” e avisa: “é o caso que a burguezia assim o queira.”<sup>453</sup>

Claro que se entreve aqui a ideia nuclear corporativa da superação social da luta de classes. Mas a abordagem concreta ao problema do desemprego será mais clarificadora do que o conceito.

### **A solução americana**

Aquando do início de funções da Caixa de Auxílio aos Desempregados em 1933, M.C. aprecia a bondade da solução mas não acredita na eficácia, até porque não tem os “óculos cor-de-rosa do Dr. Pangloss.” É bastante peremptório: “nem o subsídio individual, nem as obras publicas resolvem a gravíssima questão do desemprego.” Porquê? Para M.C., não é preciso “ter conhecimentos excepcionais do nosso meio social, da mentalidade da nossa gente – para concluir que os remédios lá fóra considerados maus vão dar aqui resultados péssimos.” Solução? “Impõe-se, sim, descobrir novos campos de actividade, criar novas formas de trabalho socialmente útil, duradouro e reprodutivo.”

Claro que a ligeireza dos comentários jornalísticos não permite avaliar a sua posição teórica sobre o assunto. Logo à partida, a rejeição do liberalismo clássico e, por arrasto, dos economistas clássicos como Smith e Ricardo, é a face duma mesma moeda que inclui a experiência americana, teorizada posteriormente por Keynes na *Teoria Geral (do Juro, do Emprego e da Moeda)* – 1936). Ou seja, rejeição desse caminho para a correcção dos desajustamentos do sistema capitalista. Keynes também rejeita Smith e Ricardo, o poder mágico da “mão invisível” e o quantitativo “homo economicus”, mas as semelhanças não irão, naturalmente, muito mais longe do que isto. O economista inglês quereria uma *ordem melhor*, não parece de todo preconizar qualquer tipo de *ordem nova*.

Nas *Lições de Direito Corporativo* (1935), primeiro “esboço de obra mais vasta”, desenvolvida depois no *Sistema Corporativo* (1938), a abordagem ao tema é manifestamente insuficiente. Observa que “as grandes crises económicas ofereceram ao mundo o espectáculo de milhões de homens sem trabalho em que se empregassem. O problema do desemprego suscitou os mais graves cuidados da parte dos governos e fez surgir numerosas soluções.”<sup>454</sup> No entanto, não corresponde com uma “numerosa” listagem. Resume-se “ao sistema do subsídio aos desempregados”, que considera “manifestamente desaconselhável pelos hábitos de ociosidade que cria, pelos abusos a

<sup>453</sup> Idem, de 10/12/1933.

<sup>454</sup> Caetano, M.; *Lições de Direito Corporativo*, Lisboa, 1935, p.118.

que dá lugar e pela perda nacional que representa.” Já sobre os outros sistemas afirma que são “nascidos do princípio da existência do direito ao trabalho”, e “desde que esse direito não se podia exercer por falta de campos de actividade, importa abri-los. Daqui resulta já o sistema das obras públicas realizadas pelo Estado para nelas empregar mão de obra desocupada.” E prossegue numa demorada análise da legislação sobre o trabalho, considerando que as respostas corporativas aos desempregados também partem do mesmo princípio do direito ao trabalho. Mas enquanto a rejeição do modelo *rooseveltiano* é clara, (o *sistema*) não apresenta soluções tão concretas como as que *não* defende, porque de facto o *sistema* não as preconizava. A legislação é tão abrangente quanto inconsequente. O artigo 46º do Estatuto do Trabalho Nacional, complementado pelo decreto-lei nº23.712, de 28 de Março de 1934, oferece o quadro de actuação, em que a liberdade fica para as empresas e os deveres para os Sindicatos, criando o serviço de colocação dos desempregados dos Sindicatos Nacionais, que tinham por função arregimentar os desempregados segundo “as garantias profissionais e morais que sejam exigidas pelas empresas”.

### **A solução portuguesa**

A emigração começa por surgir num sentido *negativo*. O seu estancamento para o Brasil, após o decreto nº19.482 de 12 de Dezembro de 1930 (a “lei dos 2/3” em vigor até 1933), produto da insaciável fome legislativa do jovem governo de Getúlio Vargas, saído da “Revolução de 1930”, gera profunda apreensão em M.C..<sup>455</sup> Ou seja, a emigração não surge propriamente como “a” solução para o problema, mas sim, no caso da sua diminuição, como um “gravíssimo” contributo para o seu agravamento.

Poderá facilmente concluir-se que vai dar no mesmo: a defesa da emigração como solução imediata para a diminuição do desemprego e que a diferença não será maior do que à existente entre o copo meio cheio e o meio vazio. Será a diferença de princípio. Visível na atenção que consagra às relações com o Brasil.<sup>456</sup> A esperança numa normalização dos fluxos migratórios é apoiada numa visão abrangente que coloca o Brasil como prioridade das prioridades da política externa portuguesa. Pela economia (as avultadas remessas dos emigrantes) e para além da economia, defende a “organização metódica de um intercâmbio intelectual perseverante”, porque “é um trabalho urgente e não será inútil.” Volta-se à questão do sentido: a emigração servirá o aprofundamento das relações, e não parece defender o aprofundamento das relações apenas para a colocação de mão-de-obra.

Em Julho de 1933, anuncia a redução do desemprego a “coisa pouca” e que até “lá fora nos invejam isso!”<sup>457</sup> Atribui-a, precisamente, à “actividade que o Estado tem suscitado com os trabalhos” de obras públicas, sendo que “algumas não serão economicamente reprodutivas”, mas sempre proporcionarão “mais civilização” e “bem estar físico, intelectual”.

Nas *Lições de Economia Política* (1935-36), expõe a questão do “aproveitamento do excedente demográfico causado pelo estancamento da emigração”. M.C. identifica-se totalmente com as posições defendidas por Afonso Costa (1871-1937), que consideraria criminosa toda a tendência para desviar a emigração do Brasil, Oliveira Martins (1845-1894) e Anselmo de Andrade (1844-1928), pela repercussão económico-política negativa para o país. Isto significava a

---

<sup>455</sup> Jornal do Comércio e das Colónias de 17/06/1932 e 22/07/1932.

<sup>456</sup> Idem, de 09/02/1933.

<sup>457</sup> Idem, de 14/07/1933.

rejeição das alternativas então postas sobre a mesa: desvio da corrente migratória para as colónias ou para o Alentejo.

Em relação à primeira, compreende as motivações políticas para a “ocupação” dos territórios africanos, decorrentes da Conferência de Berlim e da tradicional cobiça por parte das potências europeias. Mas realça, em contraponto, as dificuldades geográficas e humanas dessa ocupação. Critica a emigração tradicional, apoiado no espírito civilizador a que naturalmente não escapa. Defende uma mudança de atitude e mentalidade: “ali o que precisamos é de indivíduos com um ofício, gente que saiba explorar as riquezas latentes, que possa aproveitar a mão de obra indígena, ensinando e divulgando a técnica da nossa civilização.” Considera ser um problema que “reclama urgente solução, pois não se pode continuar neste regime de tentativas frustradas, em que vivemos há muito, discutindo sempre e publicando leis que não se devem impor sem dar uma resolução prática à questão.”<sup>458</sup> Preocupação, aliás, que parece angular em M.C.: a *validade* da norma jamais dispensa a *eficácia*. Talvez também por isso tenha sido um dos “pareceristas mais procurados do país”, segundo Diogo Freitas do Amaral<sup>459</sup>.

A segunda solução – “política de fixação” e “política da terra” –, cuja defesa era encabeçada pelo referido E. de Campos, merece-lhe os mesmos comentários da reforma agrária: impraticável e economicamente inconsequente. Rebate as velhas críticas fisiocratas à expansão marítima (como se os fisiocratas fossem todos descendentes do *velho do Restelo...*), apoiadas na conhecida posição do Infante D. Pedro – “trocar bom capêlo por ruim capa” –, com palavras epigráficas de cinco séculos de “glória”: “podíamos hoje ser um povo com uma perfeita situação económica, uma elevada educação cívica, uma espécie de Dinamarca; contudo, seríamos uma nação apagada na Europa e quasi desconhecida no mundo.”<sup>460</sup> Uma *imagem* que vale todas as palavras.

---

<sup>458</sup> Caetano, M., *Lições de Economia Política*, professadas no ano jurídico de 1935-36 (2º ano), coligidas por Rodrigo Rodrigues e Higinio Borges de Menezes, F.D.U.L., pp.56-61.

<sup>459</sup> *Estudos em Homenagem ao Prof. Marcello Caetano*, Coimbra Editora, 2006, p.317.

<sup>460</sup> Caetano, M., *Lições de Economia Política*, ..., p.61.

## ***Religião e Política Entre Guerras. Existência e fim do Centro Católico Português (CCP): uma releitura da sua evolução histórica (1919-1940)***

**Paula Borges Santos\***

### **Resumo**

Neste artigo problematiza-se o ciclo de vida do Centro Católico Português (CCP), decorrido entre 1919 e 1940, considerando que esta organização possuiu um problema estrutural de fraqueza tática e estratégica, que impediu a sua consolidação como uma formação partidária com ampla base de apoio popular. Discute-se como a «questão do regime» não foi o principal obstáculo que impediu que o CCP realizasse o desígnio da «unidade política dos católicos», acalentado pelas autoridades religiosas. Valorizam-se outras questões fraturantes que separaram os centristas, como a «questão do partido» ou a emergência do paradigma de «ação católica». Reflete-se ainda sobre os anos finais do CCP, desde a sua desativação política em 1926 até à sua extinção formal em 1940, decidida pelo episcopado na sequência da negociação do acordo concordatário entre Portugal e a Santa Sé, demonstrando que a atuação de Salazar sobre o CCP não foi o fator determinante para o seu desmantelamento.

### **A fragilidade estrutural do CCP, para além das dificuldades colocadas pela «questão do regime»**

O CCP foi, desde o momento da sua criação, apresentado pelos protagonistas envolvidos nesse projeto como uma organização suprapartidária, aberta a todos os católicos, independentemente dos seus posicionamentos políticos, destinada a cumprir um programa de defesa dos interesses da Igreja Católica, quanto a matérias de índole estritamente religiosa, mas também de defesa dos «interesses superiores do País». Esse empenhamento deveria ser feito «acima das lutas e divisões partidárias» e toda a ação ser realizada em estrita obediência às diretivas da autoridade eclesiástica<sup>461</sup>. Porém, a tentativa do CCP de se viabilizar como plataforma congregadora das diferentes sensibilidades eclesiais e políticas dos católicos do seu tempo falhou, tendo a organização, em largos anos do seu ciclo de vida, sido atravessada pela dificuldade de conjugar esse desígnio com a hostilidade que tal ideia mereceu a vários católicos, continuando muitos a optar por participarem em outras formações partidárias.

Nos diversos momentos eleitorais (em 1918, 1919, 1921, 1922 e 1925), nunca o CCP alcançou senão resultados modestos (o resultado mais baixo ocorreu em 1919, com a eleição de um deputado e de um senador; o melhor resultado foi alcançado em 1918 e 1925, com a eleição de quatro deputados e um senador), sendo que outras formações partidárias, que se apresentaram aos sufrágios, não deixaram de contar com

---

\* Doutora em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL). Investigadora do Instituto de História Contemporânea (IHC) e do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Bolseira de pós-doutoramento, a realizar o seu programa de trabalhos no IHC e no Centro Studi sull'Europa Mediterranea da Università di Viterbo.

<sup>461</sup> Cf. Programa do Centro Católico, aprovado no Congresso da Fundação em Braga (Agosto de 1917), transcrito por Cruz, M. B., *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Editorial Presença, Lisboa, 1980, pp. 425-426.



candidaturas de católicos. Os centristas, com o objetivo de retirar força a tais candidaturas que lhes eram concorrentes, promoveram as instruções de Bento XV, que iam no sentido de estimular a colaboração dos católicos com as autoridades civis do regime vigente (não se excluindo a possibilidade de aceitação de cargos públicos pelos católicos). Todavia, essa estratégia não foi galvanizadora, provocando, ao invés, várias tensões no campo católico. Apesar de suscitar adesões entre alguns organismos juvenis católicos, como o Centro Académico da Democracia Cristã (CADC) ou em algumas das Juventudes Católicas Portuguesas, esse aspeto do discurso centrista foi mal recebido e questionado por católicos de sensibilidade monárquica, que entendiam quaisquer possibilidades de colaboração com os poderes públicos como uma adesão ao próprio regime republicano, o que rejeitavam. Entre estes últimos católicos, que tinham também do ideário monárquico diferentes concepções (registre-se que a contestação daquele argumentário centrista foi feita pelo próprio D. Manuel II e por monárquicos «manuelistas», como Fernando de Sousa, Domingos Pinto Coelho ou Paiva Couceiro, mas também por integralistas, como Pequito Rebelo ou Alfredo Pimenta), não colhia a ideia de que o CCP, para fazer caminho, pudesse exigir aos católicos, que nele desejassem participar, que sacrificassem as suas reivindicações políticas no que respeitava à questão das formas de governo e de regime.

O confronto em torno desta questão, entre católicos centristas e monárquicos, fez-se em ocasiões importantes para a organização e consolidação política do CCP, como os seus I e II Congressos (realizados, respetivamente, em Novembro de 1919 e Abril de 1922)<sup>462</sup>. Manifestações daquele conflito ocorreram ainda na imprensa (num primeiro momento, coincidente com a ideia de lançamento do projeto do CCP, em 1915, entre os jornais *Correio da Beira*, dirigido por José de Almeida Correia, o *Imparcial*, órgão do CADC, e o *Monarquia*, órgão integralista, cuja direção estava a cargo de Alberto de Monsaraz; mais tarde, em 1922 e 1927, envolvendo os jornais *A União*, órgão do CCP, *A Época*, dirigida por Fernando de Sousa, e o *Novidades*, diário officioso do episcopado português)<sup>463</sup>, mas também no parlamento (particularmente em Março de 1922, a propósito da representação da Câmara dos Deputados nas exéquias de Bento XV; em Janeiro de 1923, em torno do debate sobre ensino religioso; e em Dezembro de 1925, acerca dos projetos de lei relativos à revisão da lei de Separação e ao ensino religioso nas escolas particulares)<sup>464</sup>.

Se é verdade que a «questão do regime» explica a intensidade das discussões entre católicos centristas e monárquicos, e também a longa duração de tais tensões (cerca de quase dez anos, se se considerar o hiato decorrido entre 1919 e 1927), deve notar-se, porém, que não foi fator único, nem tão pouco o mais determinante, para o fracasso do CCP. O projeto do Centro foi prejudicado pela conflitualidade latente no seu interior e no próprio campo católico, mas o problema maior residiu no facto de esse mesmo projeto ter sido sempre marcado por grande fragilidade, a qual ultrapassou largamente os conflitos entre centristas e monárquicos.

---

<sup>462</sup> Cf. Idem, *ibidem*, p. 276-301.

<sup>463</sup> Cf. Alves, A., *Centro Católico Português*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1996, pp. 111-128; Moura, M. L. B., «A Condenação da *Action Française* por Pio XI. Repercussões em Portugal» in *Revista de História das Ideias*, 2008, vol. 29, pp. 559-569.

<sup>464</sup> Cf. Matos, L. S., *A Separação do Estado e da Igreja*, Publicações Dom Quixote, Alfragide, 2011, pp. 567-568; Proença, M. C., *A Questão Religiosa no Parlamento*, vol. II (1910-1926), Assembleia da República, Lisboa, 2011, pp. 89-107; Almeida, J. M., *Católicos e Política. Na crise do Liberalismo: o Percurso de António Lino Neto (1873-1934)*, tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2013, pp. 363-370.

Vários aspetos denotam tal debilidade: um primeiro, associado ao modelo de organização do Centro e à sua capacidade de mobilização do eleitorado; um segundo, relativo às discussões travadas entre centristas sobre a «questão do partido»; e, por fim, um terceiro, devedor do anterior, relacionado com a emergência do paradigma de «ação católica».

### **O CCP ante problemas organizativos e de mobilização do eleitorado**

Desde a sua criação, o CCP encontrou dificuldades organizativas e não garantiu uma mobilização eficaz dos católicos para o projeto que se propunha realizar. Essa situação não constituiu novidade, uma vez que tal já se verificara em torno da própria União Católica, criada pelo episcopado na sequência do *Apelo de Santarém* (1913). À semelhança do que ocorrera com a União Católica, o CCP não chegou a criar uma estrutura nacional relevante e apenas em algumas dioceses (Braga, Porto, Coimbra, Lisboa e Algarve) demonstrou possuir vitalidade, o que parece apontar para distintos empenhamentos dos bispos como dinamizadores daquele projeto. É curioso notar também que, apesar do modelo pensado para a União não ter permitido alcançar os objetivos traçados, as autoridades religiosas optaram por dotar o Centro Católico de uma estrutura idêntica: «fortemente centralizada e verticalizada»<sup>465</sup>.

A falta de novidade nesta opção pode relacionar-se com a noção monárquica da autoridade episcopal que, na época, envolvia a condição dos prelados, principais responsáveis nas dioceses, a quem estavam subordinadas a organização e o funcionamento das estruturas eclesiais. Além desta hipótese explicativa, uma outra, decorrente dela, deve ser considerada (ainda que careça de estudos que a aprofundem): o problema da ausência de lideranças entre o clero e o laicado, em número significativo, que permitissem aos bispos delegar responsabilidades, garantindo, em simultâneo, que se conservava a disciplina eclesiástica.

A reduzida capacidade de mobilização do CCP é ainda atestada por outros indicadores. Por um lado, os seus dois Congressos, realizados em 1919 e 1922, apresentaram sempre baixo número de participantes (inclusivamente de eclesiásticos) e nem todas as comissões diocesanas do Centro tiveram capacidade para se fazer representar. Por outro lado, as próprias comissões diocesanas revelaram um dinamismo bastante reduzido, em especial no período entre Congressos, sendo que, mesmo no caso daquelas que conseguiram criar comissões concelhias (casos de Braga e Lisboa), estas apenas foram «acionadas em vésperas eleitorais»<sup>466</sup>.

A própria atividade eleitoral, aquela que maior visibilidade trouxe ao CCP, foi prejudicada por procedimentos que se revelaram deficientes. Por exemplo, o facto de as comissões paroquiais não recrutarem muitos sócios e confrontarem-se com dificuldades para procederem aos recenseamentos eleitorais, colocou problemas nos períodos eleitorais, quando o Centro necessitou apresentar representantes próprios<sup>467</sup>. Este fator era tanto mais penalizador para a ação do CCP quanto o próprio sistema eleitoral não o beneficiava, uma vez que o sufrágio era apenas permitido aos cidadãos de sexo masculino alfabetizados e maiores de 21 anos, e excludente de potenciais eleitores do Centro, como fossem as mulheres ou os «chefes de família» (que não possuísem instrução elementar). É interessante registar que, neste cenário, o CCP não fez campanha por alterações à legislação eleitoral, ao contrário, por exemplo, de

---

<sup>465</sup> Cf. Cruz, M. B., *ibidem*, p. 2

<sup>466</sup> Cf. Idem, *ibidem*, pp. 332-333.

<sup>467</sup> Cf. Idem, *ibidem*, pp. 333-335.

outras formações políticas católicas suas contemporâneas que, em vários países europeus, contestaram o sistema eleitoral, também com o intuito de alargarem o seu eleitorado<sup>468</sup>.

O encerramento do parlamento, depois de 1926, no contexto da Ditadura Militar, não favoreceu a atividade do CCP. Tendo o Centro perdido esse espaço de intervenção que lhe trazia especial projeção pública (dado ser por essa via que as suas propostas se tornavam mais conhecidas e debatidas), o seu projeto voltou a ser questionado. Essa discussão, que durou anos, aflorou nas páginas do *Novidades* e ecoou no próprio periódico do CCP. Este aspeto assume particular relevância por se tratar de um debate que parte de apoiantes do próprio projeto centrista e não já de adversários do CCP. Em 15 de dezembro de 1930, num artigo intitulado «Trabalho urgente», publicado naquele diário católico, o cônego Mendes de Matos abordou a questão da necessidade de revitalização do CCP, apelando à multiplicação das comissões paroquiais do Centro<sup>469</sup>. Em março de 1931, também Rodrigues Leónidas, no *Novidades*, apontou falhas à ação do CCP, concretamente quanto à falta de mecanismos eficazes de propaganda do seu programa e da sua atividade<sup>470</sup>.

A criação da União Nacional agravou ainda mais os problemas de estrutura e de organização do CCP. Perante o aparecimento daquela formação política de carácter partidário, vários sectores católicos voltaram a constatar que o CCP precisava de «modificar a sua estrutura», «rever e reorganizar os seus quadros», «manter a sua ação» para «preparar os cidadãos para o bom uso dos seus direitos e deveres políticos»<sup>471</sup>. O episcopado optou por aceitar uma colaboração entre as duas organizações, com o objetivo de promover nas estruturas da UN os interesses da Igreja Católica e tentar, dessa forma, a cristianização dos princípios do regime e a modelação da legislação produzida. A construção dessa estratégia não foi isenta de incómodos para alguns bispos que insistiam na necessidade do Centro conservar um carácter político. Todavia, as resistências foram suplantadas pelo estabelecimento de um consenso, entre os prelados, de que havia razões para «facilitar a organização da UN». Nas primeiras eleições para a Assembleia Nacional, a Comissão Central do CCP recomendou, por isso, o voto na lista da UN. Tratava-se de mobilizar as bases católicas para uma votação expressiva na UN. Era esse eleitorado que se procurava captar. Afinal, as personalidades mais destacadas do CCP já haviam sido convidadas por Salazar para integrar as listas da UN<sup>472</sup>.

Naturalmente, o aparecimento da UN, e a «política de atração» para esta organização do chefe do Governo sobre os seus antigos «parceiros» centristas, aumentou ainda os problemas do CCP quanto ao seu papel partidário. Contudo, este aspeto não deve ser dissociado de outros dois vetores, potenciadores da fragilidade do projeto do Centro, atrás assinalados: a «questão do partido», por um lado, e a questão da emergência do paradigma de «ação católica», por outro.

---

<sup>468</sup> Cf. Mayeur, J.-M., *Des Partis catholiques à la Démocratie chrétienne XIX-XX siècles*, Paris, Armand Colin, Paris, 1980, pp. 58-63, 100.

<sup>469</sup> Cf. *A União. Órgão oficial do Centro Católico Português e Revista de Documentação*, dezembro de 1930, p. 184.

<sup>470</sup> Cf. *A União. Órgão oficial do Centro Católico Português e Revista de Documentação*, maio de 1931, p. 60.

<sup>471</sup> Apreciações das publicações católicas *A Guarda* e *Era Nova*, citados por: *A União. Órgão oficial do Centro Católico Português e Revista de Documentação*, janeiro de 1933, p. 10.

<sup>472</sup> Cf. Santos, P. B., *A Política Religiosa do Estado Novo (1933-1974): Estado, Leis, Governação e Interesses Religiosos*, Lisboa, tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012, pp. 288-290, 295-298.

**A incapacidade do CCP para se reinventar face às mudanças políticas e eclesiais: a «questão do partido» e a questão da emergência do paradigma de «ação católica»**

O episcopado sempre conduziu os destinos do CCP, umas vezes colocando em marcha instruções da Santa Sé (como as que enformaram a carta que Bento XV dirigiu aos bispos portugueses em 18 de dezembro de 1919), outras vezes gerindo apenas entre si (sem direta intervenção vaticana) os problemas com que o Centro se defrontou.

Nos momentos mais relevantes da vida da organização, os bispos intervieram publicamente, sem delegarem, sequer, no presidente do CCP a comunicação das suas orientações. As próprias doutrinas norteadoras do CCP foram clarificadas, sobretudo, pelas autoridades religiosas: na Mensagem dos Prelados de Portugal ao Santo Padre Bento XV (1920); na Pastoral Coletiva do Episcopado Português a todos os fiéis e súbditos (1922); no opúsculo que sintetizou os dois documentos anteriores, intitulado *Centro Católico Português – sua organização, funcionamento, características e documentos respetivos* (1928); por D. António Barbosa Leão, ainda enquanto bispo do Algarve, no opúsculo *União Católica e Centro Católico* (1918); e por D. José Leite de Faria, bispo de Bragança, em artigo designado «Desorientação» e publicado no boletim da sua diocese, *O Semeador*. Poucos textos considerados doutrinários sobre o CCP foram produzidos por leigos. Apenas dois alcançaram esse estatuto: a tese que Salazar apresentou ao II Congresso do CCP (1922); e o escrito que Mariotte (pseudónimo de Amadeu de Vasconcelos) publicou em *Os meus cadernos* (1925)<sup>473</sup>.

A proeminência da liderança do episcopado no CCP acarretou problemas para a própria organização, nas ocasiões em que as circunstâncias políticas ou eclesiais suscitaram debates internos, cruciais para a definição da identidade do Centro e do seu projeto. Desde logo porque, em tais momentos, estavam em discussão a doutrina e a estratégia eclesial para o CCP. Onde, se tornou difícil para os centristas – sobretudo para os que divergiram das posições dos bispos – agirem, condicionados que estavam pela *auctoritas* dos prelados. Nesse caldo, também António Lino Neto, na sua qualidade de presidente da Comissão Central do CCP (1919-1934), experimentou dificuldades várias e, a esta luz, não é excessivo sugerir uma releitura da sua ação à frente do CCP.

Um dos debates mais complexos, processados no interior do CCP, envolveu a questão de este ser ou não um partido confessional de governo. Essa foi uma discussão latente entre os centristas, iniciada logo, em 1920, quando, no Congresso Diocesano desse ano, o cônego Anaquim mostrou simpatia pelo modelo do Partido Popular Italiano (PPI) e sugeriu que o CCP seguisse rumo idêntico, no que foi apoiado por alguns centristas. Nesse debate, Lino Neto recusou qualquer comparação entre o CCP e o PPI, defendendo, como aliás nos anos seguintes, que o Centro não se predispunha a conquistar o poder<sup>474</sup>. Sendo verdade que, com essa posição, Lino Neto reafirmava o pensamento da autoridade eclesial de que o CCP não era um partido político porque prescindia de se posicionar sobre a questão do regime e das formas de governo, não menos verdade é que, com essa atitude, diminuiu a capacidade política do próprio Centro, mesmo quando este ainda possuía atividade parlamentar, e não

---

<sup>473</sup> Cf. *A União. Órgão oficial do Centro Católico Português e Revista de Documentação*, agosto de 1929, pp. 7-8.

<sup>474</sup> Cf. Alves, A., *ibidem*, pp. 103-104.

convenceu muitos dos seus correligionários centristas, que ciclicamente voltaram a colocar o problema da identidade e organização do CCP.

Compreende-se, nesta linha, a importância que adquiriram as teses que Salazar apresentou em 1922, ao II Congresso do CCP. Tecendo uma análise mais profunda da situação do Centro, que ultrapassou a explicação sobre por que razões a questão do regime não tinha importância para o CCP, o futuro chefe do Executivo mostrou mais alguma ambição em relação ao papel do Centro. Considerando o CCP como uma organização política e destinada a atuar por meios políticos, mas «transitória e provisória», cuja evolução dependia do próprio evoluir da situação política do País, Salazar não deixou de insistir na necessidade de serem revistas as bases do CCP e os seus processos de ação. Para o então professor universitário, a melhor estratégia que o Centro podia desenvolver passava pelo fortalecimento da sua atividade parlamentar<sup>475</sup>.

Ao contrário de Salazar, Lino Neto nunca se afirmou como doutrinador do Centro, não obstante o papel que teve na organização. Em plena Ditadura Militar, com as câmaras políticas encerradas e tendo o CCP, por essa via, a atividade parlamentar coartada, Lino Neto revelou não ter ideia de como suprir a falta que aquela ação fazia ao Centro, sendo que também não demonstrava valorizá-la. Em entrevista ao diário brasileiro *Correio da Manhã*, o presidente do CCP, voltando a insistir que aquele organismo não era um partido católico mas antes «um grupo desempenhando uma função de conciliação», admitia que «presentemente, o Centro Católico não apresenta reclamações porque já as apresentou», confirmando que, na sua maioria, aquelas ainda se encontravam por satisfazer. Assumia ainda, pacificamente, que era pouco provável que a vida partidária se reativasse nos moldes que haviam vigorado até 1926<sup>476</sup>.

Nos anos seguintes, avolumaram-se os problemas em torno do que era a identidade do CCP, dado, entre umas «boas dezenas» de centristas, ninguém saber «ao certo o que é o Centro»<sup>477</sup>. Não só persistiu o debate sobre se o Centro era ou não um partido político, como o processo de constituição da Ação Católica agravou as dificuldades do CCP em definir uma estratégia de mobilização dos católicos e de atuação no espaço público<sup>478</sup>.

Em dezembro de 1931, alguns centristas, como Mário de Figueiredo e Diogo Pacheco de Amorim, defenderam que a única solução era o CCP exercer só «ação católica» e os seus elementos passarem a integrar «as organizações políticas que porventura existam»<sup>479</sup>. Lino Neto reagiu com desagrado a tais posições, parecendo sentir posta em causa a sua liderança como presidente do CCP e revelando também desconforto perante a valorização do projeto da Ação Católica. Poucos meses antes, lembrara que houvera tempo em que o CCP parecera «absorver toda a Ação Católica», porque «do Centro tinham de socorrer-se todas as organizações que [...] se sentiam atingidas pela saraivada perseguidora do jacobinismo». Julgava que a ação do

---

<sup>475</sup> Cf. Salazar, A. O., *Inéditos e Dispersos*, ed. by Manuel Braga da Cruz, vol. I – *Escritos Político-Sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Bertrand Editora, Venda Nova, 1997, pp. 256-258, 275-276.

<sup>476</sup> Cf. *A União. Órgão oficial do Centro Católico Português e Revista de Documentação*, dezembro de 1939, p. 14-15.

<sup>477</sup> Cf. PT/AHPL/ACC/R/06/01/003: texto das conclusões, aprovadas por unanimidade, na reunião de 17 de dezembro de 1931 do CCP.

<sup>478</sup> Cf. PT/AHPL/ACC/R/06/01/009: relatório elaborado por Mário de Figueiredo e Diogo Pacheco de Amorim, sobre a reunião de 17 de dezembro de 1931 do CCP, sem data.

<sup>479</sup> Cf. PT/AHPL/ACC/R/06/01/009: relatório elaborado por Mário de Figueiredo e Diogo Pacheco de Amorim, sobre a reunião de 17 de dezembro de 1931 do CCP, sem data.

CCP continuava a ser necessária enquanto perdurasse o «ataque» e, como tal, as Juventudes Católicas não podiam ser hostis às suas directrizes, cabendo-lhes apenas «dar aos seus elementos mentalidade igual aos que já estão em atividade»<sup>480</sup>.

Na realidade, o presidente do CCP, cujo esforço para acompanhar as directrizes da autoridade religiosa foi notável, revelou dificuldades em agir num quadro eclesial e político que se encontrava em mutação. O melhor exemplo disso mesmo encontra-se na sua demissão do CCP, em 7 de Fevereiro de 1934. Lino Neto tomaria essa decisão um dia depois da publicação de uma carta de Pio XI dirigida ao cardeal Cerejeira, onde o pontífice, sem fazer qualquer referência ao CCP, confirmava que a Ação Católica Portuguesa (ACP), institucionalizada em Novembro de 1933, se dedicaria à atividade social e apostólica, mantendo-se «alheia à natureza dos partidos políticos»<sup>481</sup>. Aparentemente, para o dirigente centrista a mensagem papal demonstrava que o CCP se tornara inconveniente para a Igreja portuguesa, não obstante os bispos portugueses, por ocasião da promulgação das Bases da ACP, terem reafirmado que o CCP continuava a ser necessário, «enquanto se mantiverem as circunstâncias que determinaram a sua fundação, como órgão de defesa da Igreja no campo legal, embora distinto e separado da ACP»<sup>482</sup>. Debaixo de uma experiência de ressentimento, Lino Neto acabaria, sem o desejar, por corporizar resistência a uma reorganização material da Igreja em Portugal<sup>483</sup>. Todavia, esse não foi um caminho de «última hora». Algumas posições (nalguns casos, atrás, mencionadas) que, ao longo dos anos, assumira, haviam-no remetido progressivamente para um isolamento no interior do CCP. No seu mandato à frente do Centro, Lino Neto revelara, sobretudo, corresponder ao que dele se esperava: foi obediente às determinações da hierarquia eclesiástica e da Santa Sé na defesa dos interesses da Igreja, e mostrou alguma capacidade de transmissão e divulgação do pensamento eclesiástico sobre o Centro e a situação política (o que fez, sobretudo, a partir das páginas d' *A União*). Moldou a esses desígnios quer o seu desempenho como jurista, possibilitando, com esta última prestação, que o Centro aconselhasse e diligenciasse em diversas questões judiciais e administrativas que envolviam os estatutos do clero e das corporações encarregadas do culto católico, quer a sua ação parlamentar.

### **Os anos do fim do CCP: da desativação política em 1926 à sua extinção formal em 1940**

Embora se tenha cultivado a ideia de que o CCP foi desativado politicamente com a saída de Lino Neto, tal não corresponde à realidade dos factos. Recorde-se que a circunstância que mais concorreu para a desativação política da organização ocorrera logo em 1926, quando, fechadas as câmaras políticas, os centristas haviam perdido o exercício da atividade parlamentar. Daí em diante, como já se referiu, agudizaram-se indefinições no CCP e a organização entrou numa fase de transição, que pouco se alterou com a demissão de Lino Neto. A liderança escolhida para o CCP em 1934, entregue a João J. Fonseca Garcia, foi uma escolha de continuidade. O

---

<sup>480</sup> Cf. *A União. Órgão oficial do Centro Católico Português e Revista de Documentação*, fevereiro de 1931, p. 24-25.

<sup>481</sup> Cf. *A União. Órgão oficial do Centro Católico Português e Revista de Documentação*, fevereiro de 1934, p. 210-211.

<sup>482</sup> Cf. *A União. Órgão oficial do Centro Católico Português e Revista de Documentação*, dezembro de 1933, pp. 177-178.

<sup>483</sup> Cf. Santos, P. B., *A Política Religiosa do Estado Novo (1933-1974): Estado, Leis, Governação e Interesses Religiosos...*, pp. 291-293.

secretariado foi colocado sob responsabilidade do padre Joaquim Tavares de Almeida e, nos anos seguintes, a atividade do CCP que mais se evidenciou foi a da prestação da assistência jurídica e apoio administrativo ao clero e às corporações do culto católico, como, aliás, já vinha sendo habitual desde que haviam cessado as ações eleitoral e parlamentar<sup>484</sup>. O CCP continuou ainda a ser apresentado como instância destinada a defender os interesses da Igreja no plano legal, distinto e separado da ACP, até ser extinto pelo episcopado em Janeiro de 1940<sup>485</sup>.

O fim do CCP tem sido discutido, de forma recorrente, como resultante do empenhamento de Salazar na sua extinção. Privilegiou-se o argumento de que o estadista possuía o entendimento de que o novo regime assegurava a defesa dos interesses da Igreja Católica e que, como tal, a única via que consentiu aos católicos, que pretendiam desenvolver atividade política, foi a da sua integração e participação no quadro do partido único do sistema político autoritário. Para corroborar esta tese, a maioria das investigações valorizou o discurso que, em 23 de Novembro de 1932, por ocasião da tomada de posse dos corpos diretivos da União Nacional, o então recém designado presidente do Conselho proferiu, quando, abordando a questão da «organização católica e o problema português», salientou: «A agremiação denominada Centro Católico, ou seja, a organização independente dos católicos para trabalharem no terreno político, vai revelar-se inconveniente para a marcha da ditadura, deve torná-la esta dispensável por uma política superior, ao mesmo tempo que só traria vantagens para o País a transformação do Centro num vasto organismo dedicado à ação social»<sup>486</sup>.

Ora, se é inegável que Salazar contribuiu para o esvaziamento político do CCP, depois de assumir a chefia do Executivo, parece importante recusar o simplismo da tese de que o Centro Católico desapareceu na sequência daquela intervenção do presidente do Conselho. De facto, não se pode escamotear que o CCP existiu até 1940 e que o destino da organização foi decidido pelas autoridades religiosas, somente depois de 1937, no decurso das negociações concordatárias entre Portugal e a Santa Sé.

As declarações de Salazar em 1932 sobre o CCP não são surpreendentes, tendo em conta o entendimento que já em 1922, o estadista expressara sobre o CCP, salientando que este era uma «organização provisória e transitória, aconselhada pela Santa Sé no momento em que uma questão política que não tem possibilidade de se revolver [...]. É claro que, modificadas as circunstâncias que lhe explicam a presente organização, o conselho de Roma sobre o que se funda, deixava de ter razão de ser»<sup>487</sup>. Houve coerência no pensamento e na ação do presidente do Conselho. Em finais de 1932, o contexto político e eclesial mudara de facto. Existia um novo projecto político e uma determinação de Salazar de resolver o problema religioso, em moldes que não colidissem com interesses de sectores laicistas moderados, por um

---

<sup>484</sup> Cf. PT/AHPL/ACC/R/06/01/017: relatório do CCP, datado de 31 de agosto de 1938, assinado pelo secretário-geral, padre Joaquim Tavares de Almeida.

<sup>485</sup> Até fevereiro de 1938, o CCP manteve a publicação d'*A União*. Após a demissão de Lino Neto, aquele órgão conheceu algumas modificações, sendo curioso notar que, ao nível dos conteúdos, se aproximou do tratamento noticioso seguido pelo jornal *Novidades*, tanto nos temas como nas datas de abordagem dos mesmos. (Cf. *A União. Órgão oficial do Centro Católico Português e Revista de Documentação*, n.ºs 272 a 317, março de 1934 a dezembro de 1937).

<sup>486</sup> Cf. Salazar, A. O., *Discursos*, vol. I (1928-1934), 5ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 1961, pp. 171-173.

<sup>487</sup> Cf. Salazar, A. O., «Centro Católico Português Princípios e Organização (Tese apresentada ao II Congresso do Centro Católico Português, 1922)» in *Inéditos e Dispersos...*, pp. 277-278.

lado, e que satisfizessem algumas reivindicações de sectores católicos da sociedade, por outro. Para desenvolver a sua política religiosa, Salazar necessitava, no entanto, de se transformar no ator por excelência dessa ação e de arredar do caminho quaisquer outros protagonistas que pudessem defender também uma «política religiosa». Nesse sentido, era naturalmente o CCP que lhe interessava neutralizar.

Três razões justificavam aquele intuito do chefe do Executivo. Primeiro, os interesses do CCP em matéria religiosa não coincidiam em muitos aspetos com o que Salazar julgava conveniente assumir no desenvolvimento de uma política religiosa estatal. O desencontro partia, desde logo, na diferença de perspectiva que mobilizava os centristas, por um lado, e o estadista, por outro. Enquanto para os primeiros o enfoque residia na Igreja Católica, nos seus interesses e reivindicações, sendo para salvaguarda destes que negociava com o poder civil; para o chefe do Executivo, o cerne era o Estado, que se encarregava de desenvolver uma política religiosa como parte da intervenção política geral que lhe cabia executar na condução dos destinos nacionais<sup>488</sup>. Donde, o poder político detinha a responsabilidade de interpretar o que lhe era mais apropriado à organização da religião, em função das circunstâncias. Segundo, porque traria vantagens para Salazar estabelecer uma relação negocial direta com a hierarquia eclesiástica, dado esse relacionamento se revestir de um carácter mais institucional, do que manter uma relação mediada pelo CCP, que se afiguraria sempre como uma relação mais política e com carácter instável. Terceiro, porque, tanto em função do que se acaba de referir, como pelo facto de a ideologia do regime recusar o pluralismo partidário e admitir que a atividade política fosse apenas exercida no quadro da UN, não interessava a Salazar que o CCP continuasse a corporizar-se como organização política.

Não será exagerado pensar que, neste cenário, Salazar soube ainda antecipar as consequências que a reflexão eclesiológica, em curso naqueles anos, inevitavelmente, traria à Igreja Católica em Portugal, ajustando-as ao seu projecto pessoal de poder. Com efeito, vivia-se na época o que se pode considerar ser uma fase de transição eclesial, mais afeta à própria dinâmica internacional do catolicismo do que à sua dinâmica nacional. Com Pio XI, desde a publicação da encíclica *Ubi Arcano Dei*, de 23 de dezembro de 1922, a Igreja passaria a defender uma retirada dos católicos das «querelas políticas» e das «fronteiras estreitas de um partido», e a privilegiar as relações diretas com os Estados, de forma a assegurar regimes concordatários e a institucionalização da Ação Católica<sup>489</sup>.

A lógica pontifícia que originara o projecto religioso de criação da ACP encaminhava-se, assim, para a superação do modelo de intervenção dos cristãos na sociedade por via dos partidos políticos confessionais. Em boa verdade, os católicos eram chamados a agir no quadro de uma eclesiologia que se estava também a construir e da qual não decorriam ainda orientações muito concretas<sup>490</sup>. De resto, Salazar conhecia bem este clima eclesial, com o qual os próprios dirigentes centristas se debatiam, e, sobretudo, via a sua estratégia de neutralização do CCP facilitada pelas divisões que internamente dominavam o organismo, não só quanto à sua ação política, como também quanto à sua relação com as estruturas da Ação Católica. A

---

<sup>488</sup> Este entendimento da política religiosa por Salazar foi bem realçado em: Barreto, J., *Religião e Sociedade. Dois ensaios*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2002, pp. 172-173.

<sup>489</sup> Cf. Mayeur, J.-M., *ibidem*, pp. 106-107.

<sup>490</sup> Recorde-se, por exemplo, que desde o começo do ano de 1932, pelo menos, que o episcopado português se encontrava a preparar as bases da futura ACP, com vista a iniciar a sua organização diocesana (Cf. PT/AHPL/ACC/D/01/01: ofício do bispo de Beja para o cardeal Cerejeira, datado de 26 de Janeiro de 1932).



avaliar por um comentário do bispo do Porto, D. Augusto de Castro Meireles, ao cardeal Cerejeira, em Janeiro de 1932, era ainda grande o envolvimento de Salazar no CCP: o governante não só não se desligara do Centro como tendia a controlar o que sucedia naquele organismo, mediante a proximidade que mantinha com o padre António Brandão<sup>491</sup>.

Apesar do interesse revelado por Salazar na desativação do CCP, a autoridade eclesiástica só aceitou extinguir a organização em 1940, após obter confirmação de que entre a Santa Sé e Portugal se celebraria, nesse ano, uma concordata. Tal posição compreende-se à luz da estratégia do episcopado português e da Santa Sé de pretenderem conservar um instrumento com o qual pudessem exercer alguma pressão sobre o Governo. A manutenção do Centro representava a ameaça de que, caso não obtivesse do Estado um bom acordo quanto à situação jurídica da Igreja em Portugal, a autoridade religiosa reativaria a luta política contra o poder governativo em defesa da liberdade religiosa<sup>492</sup>. Registe-se que também o facto de dar continuação ao CCP preservava o episcopado de enfrentar, no imediato, alguns setores católicos que continuavam a ver sentido na autonomia daquela estrutura e que defendiam a sua continuação para defesa dos interesses da Igreja Católica<sup>493</sup>. Não tendo sido aproveitada a criação da ACP para extinguir o CCP, qualquer ação, nesse sentido, pareceria *a posteriori* ser falha de sentido, em especial, quando não era possível à autoridade religiosa anunciar oficiosamente que se negociava uma concordata (dado que o Governo pretendia manter sigilo sobre tais esforços diplomáticos perante a opinião pública).

A emergência do regime autoritário e a estratégia governamental, cedo esboçada por Salazar, de desmobilização de manifestações de autonomia política dos católicos no espaço público, acabou por ter algum impacto na determinação do comportamento das autoridades religiosas relativamente ao CCP, depois de 1930. Não obstante alguns centristas defenderem o relançamento, em novos moldes, do Centro como estrutura partidária, os bispos abster-se-iam de o fazer. Tal atitude compreende-se à luz do novo relacionamento que se começava a esboçar entre o poder político e as autoridades religiosas, assente num processo de decisão política marcado pela negociação direta de matérias que o Governo definia como sendo de política religiosa e sobre as quais julgava conveniente auscultar (informal) ou consultar (formalmente) o episcopado português e/ou a Santa Sé. Com efeito, nestas circunstâncias, a promoção de determinadas reivindicações católicas pelo CCP tornava-se menos necessária à estratégia episcopal. Na realidade, seriam também anos em que a própria Igreja dispunha, cada vez mais, de outros órgãos (por exemplo, de imprensa e rádio) e de estruturas e organizações (que até podiam pertencer à esfera estatal, como a própria União Nacional ou, um pouco mais tarde, a Assembleia Nacional e a Câmara Corporativa) que serviam de palco à expressão e à representação dos interesses católicos.

---

<sup>491</sup> Cf. PT/AHPL/ACC/E/02/01/244: carta do bispo do Porto, D. Augusto de Castro Meireles, para o cardeal Cerejeira, datada de 27 de Janeiro de 1932.

<sup>492</sup> Cf. Carvalho, R. A., *A Concordata de Salazar*, Círculo de Leitores e Temas e Debates, Lisboa, 2013, pp. 384-394.

<sup>493</sup> Algumas dessas reações, na sua maioria expressas por títulos da imprensa católica após o discurso de Salazar de 30 de Novembro de 1932, podem consultar-se em: Arquivo histórico de José Maria Braga da Cruz: recorte do *Correio do Minho*, 23 de Novembro de 1933, p. 1; ata da reunião da Comissão Diocesana de Braga do CCP, realizada em 20 de Novembro de 1933; *A União. Órgão oficial do Centro Católico Português e Revista de Documentação*, Janeiro de 1933 e de 1934, respetivamente pp. 8-10 e pp. 193-196.

## Considerações finais

Tendo sido instituído num momento em que as autoridades religiosas, em Portugal e por toda a cristandade no espaço europeu, tinham como estratégia a criação de organizações políticas para defesa dos interesses da Igreja Católica perante o Estado, o CCP revelou possuir, em toda o seu ciclo de vida, uma eficácia reduzida no alcance de uma transformação do estatuto público da Igreja portuguesa. Face ao que eram as aspirações católicas, quanto a modificações na situação jurídica da Igreja, em particular em relação ao que fora consagrado pela Lei de Separação de 1911 (e até ao que fora estipulado nas sucessivas modificações deste diploma), o CCP não logrou conseguir mais do que inscrever no debate político público, sobretudo através da sua ação parlamentar (e isto só até 1926), as principais reivindicações católicas relativas a matérias como a liberdade de ensino, a personalidade jurídica da Igreja Católica, os bens eclesiásticos.

Para tanto, contribuiu, em grande medida, a estratégia seguida pelas autoridades religiosas para o CCP, assente na centralização episcopal de todas as decisões relativas à organização e também nas pretensões de unanimismo imposto aos católicos em detrimento do exercício da liberdade política. Daí resultou que o CCP não tenha corporizado um projeto válido para os vários sectores do catolicismo português. Sem possuir uma ampla base de apoio, que lhe assegurasse um importante peso político, o CCP confrontou-se ainda com a incapacidade de reinventar, à passagem do tempo, o seu modelo organizativo e meios de ação, quando tal se afigurou necessário perante as alterações do próprio paradigma eclesial e também perante as mudanças políticas do País.

Quanto a Salazar, o comportamento que assumiu em relação ao CCP não foi mais do que a primeira manifestação da estratégia que assumiria em toda a sua governação: a de se mostrar sempre vigilante perante organizações, ações ou dinâmicas que pudessem favorecer uma intervenção politicamente organizada dos católicos, fora do quadro do partido único do sistema. Pense-se como, anos mais tarde, a propósito da ACP, o presidente do Conselho, receando que aquela pudesse evoluir para um partido confessional, procurou deter controle sobre a organização, nomeadamente impondo à Santa Sé que na Concordata de 1940 nenhuma referência lhe fosse feita e não permitindo que, em nenhum momento do seu ciclo de vida, a ACP alcançasse um estatuto jurídico civil, nem tão pouco canónico. Em 1958 e nos anos subsequentes, na sequência do conflito que manteve com o bispo do Porto, que reclamava liberdade de organização política para os católicos, Salazar voltaria a manifestar rejeição a qualquer possibilidade de autonomia política dos católicos.

## Fontes

*A União. Órgão oficial do Centro Católico Português e Revista de Documentação.* Consulta aos meses de: outubro de 1927 a dezembro de 1937.

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, Fundo Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira.

Salazar, A. O., *Inéditos e Dispersos*, ed. by Manuel Braga da Cruz, vol. I – *Escritos Político-Sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Bertrand Editora, Venda Nova, 1997.

Idem, *Discursos*, vol. I (1928-1934), 5ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 1961.

## Bibliografia

- Alves, A., *Centro Católico Português*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1996
- Almeida, J. M., *Católicos e Política. Na crise do Liberalismo: o Percurso de António Lino Neto (1873-1934)*, tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2013
- Barreto, J., *Religião e Sociedade. Dois ensaios*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2002, pp. 121-175.
- Carvalho, R. A., *A Concordata de Salazar*, Círculo de Leitores e Temas e Debates, Lisboa, 2013
- Cruz, M. B., *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Editorial Presença, Lisboa, 1980
- Matos, L. S., *A Separação do Estado e da Igreja*, Publicações Dom Quixote, Alfragide, 2011
- Mayeur, J.-M., *Des Partis catholiques à la Démocratie chrétienne XIX-XX siècles*, Paris, Armand Colin, Paris, 1980
- Moura, M. L. B., «A Condenação da *Action Française* por Pio XI. Repercussões em Portugal» in *Revista de História das Ideias*, 2008, vol. 29, pp. 545-582
- Proença, M. C., *A Questão Religiosa no Parlamento*, vol. II (1910-1926), Assembleia da República, Lisboa, 2011
- Santos, P. B., *A Política Religiosa do Estado Novo (1933-1974): Estado, Leis, Governação e Interesses Religiosos*, Lisboa, tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012

## *The Catalan Autonomist project of 1919 and its failure*

Àngels Carles-Pomar\*

### **Abstract**

During the World War I, the radical Catalan nationalism had been concerned about internationalize its demands of self-government. Francesc Cambó, leader of the *Lliga Regionalista*, “La Lliga”, Catalan autonomist party, led the campaign for an Autonomist Project for Catalonia in 1918 without success. Later, in the twenties, the appeal to the *League of Nations* in Geneva would be a resource used by Catalan nationalists, with the theory that it was the duty to protect the rights of national minorities within a state dominated by other nationality, as was the case of the Germans in Poland. In fact, the Catalan case was that of a minority nationality, not including a national minority in another state. Their claims, which they had failed in domestic affairs, also failed in its attempt to internationalize the problem.

### **Introduction**

We can find the roots of political Catalan nationalism at the end of nineteenth century, when in 1883 the republicans of *Federal Republican Party* wrote a project for create a Catalan State inside a Spanish Federal Republic. Some years later, in 1892, the *Unió Catalanista*, a conglomerate of Catalan associations, had presented a draft of a Catalan self-government, named *Les Bases de Manresa*. In fact, it was not a really autonomist project, among other things, because it didn't exist a real political Catalan party. In 1898, after the Spanish-American War in Cuba, five presidents of the most important Catalan economic societies laid a claim to the Regent Queen, Maria Cristina, for the major economy autonomy from the central power. A year later, the *Diputació de Barcelona* (Provincial Administration under the central control in Madrid) claimed for to achieve the same economic treatment as the Basque Provinces and Navarra *Diputacions*, with more advantages than the four Catalan *Diputacions* had. But the answer of the Spanish Government was negative for the Catalan economic interests; its response was swift and forceful. After this, more than three hundred town halls and municipal corporations decided to not contribute with its industrial and commercial taxes and seconding a contributor's strike, known as *Tancament de Caixes*.

The Catalan discontent becomes a new political party in the early twentieth century, the *Lliga Regionalista*, popularly known as *La Lliga*. It was a modern political party, away from the old dynastical or republican Spanish parties. *La Lliga* was “catalanist”, autonomist, practical, conservative, monarchic and feasible. Formed by bourgeoisie and young elements of the upper-middle layers of Catalonia's society. Its implantation was primarily urban, in special in Barcelona city, but also in rural areas and inside country among landowners. *La Lliga*, won the 1901 election in Barcelona,

---

\* Is a librarian at UAB. Holds PhD in History, Degrees in History and Documentation. She is researcher at GRENS (Grup de Recerca Estats Nacions Sobiranes) under direction of Professor E. Ucelay-Da Cal at UPF (Universitat Pompeu Fabra) and collaborating researcher under direction of the Professor M. F. Rollo at IHC of the UNL.

but the *Unión Republicana*, led by Alejandro Lerroux, soon overtook its hegemony, winning the electoral race in 1903. It was a republican radical party, with well established among the urban popular classes and workers.<sup>494</sup> Lerroux, with his demagogue and populist speech, did not pass unnoticed; scaring to the wealthy people and giving hope to the rest.

In 1906 appeared the *Solidaritat Catalana*, a political coalition, formed by “catalanists”, carlists and republican parties, to make common front against the central political power and to get a political hegemony for the Catalan bourgeoisie.<sup>495</sup> This coalition represented a large segments of society, such upper and middle urban and rural classes, some skilled workers and artisans, but leaving out a much of the organized labour movement, such socialists, union workers, anarchists or “lerrouxists”. *Solidaritat Catalana* earned the 67% of votes, getting 41 of 44 possible Parliament seats. In 1907 Enric Prat de la Riba became the first President of the *Diputació de Barcelona*.<sup>496</sup> But the coalition’s victory was ephemera, once achieved the power, the *Solidaritat*’s politicians saw very soon the great differences among them. From 1908 its differences was increasing until 1909, when after de municipal elections, and especially after *Setmana Tràgica* in Barcelona, when the different factions adopted divergent attitudes, and the coalition was broken. The result was the division of the Catalan politics between two large branches: on the one hand the right wing and regional parties and the other the republicans and nationalists on the left.

Following its own policy, *Lliga Regionalista* was a moderated grown until 1913 when Eduardo Dato, Spanish Prime Minister, published a decree authorizing the creation of the unions of the provincial *Diputacions*, consolidating the prestige of the *La Lliga* and gave the effective management to Catalan politicians. In constituting the *Mancomunitat de Catalunya* (union of the four Catalan *Diputacions*) in 1914, Prat de la Riba was unanimously elected President.<sup>497</sup> For the Spanish Government, the *Mancomunitat* was only an administrative decentralisation, but for “catalanists” was much more; was the first steep to get much more autonomy, and it was the way to spread her own culture. Principled, the *Mancomunitat* was a cultural project with very important institutions created around, like the *Biblioteca de Catalunya*, or the *Institut d’Estudis Catalans* among others.<sup>498</sup> Institutions than today, hundred years later, are still alive and have a weigh heavily in the academic and cultural live. Prat de la Riba sought, through the *Diputació* and *Mancomunitat*, train to the young staff for the future establishment of officials intended for the Catalan administration and the new associations of civil society.<sup>499</sup>

When war broke out in Europe Spain officially remained neutral, but in fact, the Spanish society was fractured between neutrals, or supporters of Central Empires,

---

<sup>494</sup> Álvarez Junco, J., *El emperador del Paralelo. Lerroux y la demagogia populista*, Madrid, Alianza Editorial, 1990.

<sup>495</sup> *Solidaritat Catalana* was formed by *Lliga Regionalista*, *Centre Regionalista Republicà*, *Unió Catalanista*, part of *Unió Republicana*, Federal Republicans and *Partit Carlí de Catalunya*.

<sup>496</sup> Enric Prat de la Riba is the autor of *La nacionalitat catalana* (1906), the book summarized the ideas that the *Lliga Regionalista* had. See: Ucelay-Da Cal, Enric, *El imperialism catalán: Prat de la Riba, Cambó, D’Ors y la conquista moral de España*, Barcelona, Edhasa, 2003.

<sup>497</sup> Ainaud, J. M., *Prat de la Riba*, Barcelona, Edicions 62, 1992, pp. 37-43.

<sup>498</sup> *Biblioteca de Catalunya* is The National Catalan Library, and *Institut d’Estudis Catalans*, is The Catalan Academy.

<sup>499</sup> Ucelay-Da Cal, E., *El imperialismo catalán. Prat de la Riba, Cambó, D’Ors y la conquista moral de España*, Barcelona, Edhasa, 2003, p. 759.

or in favour of the Allies' cause.<sup>500</sup> The Spain neutrality was a great opportunity for business, thus it is that the things were more complicated. The dynamic industrial and commercial Catalan bourgeoisie had been banished from the Spanish policy system than in fact it was nothing more than a coalition between the Crown, the Army and the financial oligarchies and landlords of Andalusia and Castile. But, the war's first years were particularly prosperous for the Catalan bourgeoisie, the great beneficiary, than who took advantage on profits of the war's business, which further strengthened its hegemonic position in Catalan politics. Its economic power was increasing and the same time it was trusting on obtaining his autonomy from Spain. The Catalan textile factories were working without stop to provide goods, first to countries involved in war, and then to markets forgotten by belligerent countries. The situation remained until 1916, when the Prime Minister, earl of Romanones, from de Liberal Party, nominated Santiago Alba, the bastion of the Castilian's agrarian interests and the most important *cacique* (local ruler) of Valladolid, as a Government Minister.

### **The attepts of *La Lliga* to influence in Spanish politics**

One of the main goals of Romanones was to finish with *La Lliga*, and he believed than Santiago Alba could be the key to obtain his purpose. Alba, with the same aim, formed an electoral coalition "El Pacto de la Castellana" with liberals, republicans, and federals, for April 9th. voting. It was a literal war declaration for Catalan nationalists.<sup>501</sup> But, Francesc Cambó, leader of *La Lliga*, came out stronger after the April elections, with sufficient support and confidence to undertake an offensive against the ruling oligarchies in Madrid.<sup>502</sup> The political skills of Cambó, before and after the elections, went thrown directly into a great adventure, the moral conquest of Spain.<sup>503</sup> Looking elections, the *La Lliga* had published the manifesto announcing it's new party politics: the conquest of the Iberism, ideal based in federation of Iberian Peninsula peoples "Catalonia and Great Spain".<sup>504</sup> Cambó landed in Madrid with all the artillery to take the project forward. At the opening up of new Parliament, Cambó presented an amendment to Crown Message. In his memoirs said that there were expectations and "meant that all attention was concentrated on the action we should take in the political debate".<sup>505</sup>

Romanones also promised to end the crisis by stimulating the economy in order to meet shortages, rising prices, inflation and unemployment by creating high expectations among the population. Obviously he could not fulfil his promise. In contrast, during 1916 and especially in 1917, the changes in the economy because of the war were so fast and furious that it was not possible to take them, causing than the deep crisis was still without a vision of the possible output. The changes were not only economic, the social and ideological were especially crucial to start the beginning of the end of the political *canovist* system.<sup>506</sup> Cambó was a one of key pieces of this rupture. The collapse arrived in February 1917 with the Parliament closure followed by the Romanones resignation in April 19th. Manuel García Prieto

---

<sup>500</sup> Petrie, C., *Alfonso XIII y su tiempo*, Barcelona, Dima Ediciones, 1967, pp. 129-144

<sup>501</sup> Ucelay-da Cal, E., *El imperialismo* ..., pp. 725-726.

<sup>502</sup> Romero Salvadó, F. J., *España* ..., p. 53.

<sup>503</sup> See Ucelay-Da Cal, E., *El imperialismo* ...

<sup>504</sup> *Ibid.*..., p.726.

<sup>505</sup> Cambó, F., *Memòries (1876-1936)*, 2a. ed., Barcelona, Editorial Alpha, 1981, vol. I, p. 235.

<sup>506</sup> In reference of Antonio Cánovas del Castillo, six terms Spanish Prime Minister between 1874-1897. He was a principal author of the Spanish Constitution of 1876.

succeeded Romanones in an ephemeral government, only fifty-three days, and followed by Eduardo Dato. Without parliamentary sessions, Cambó was the promoter of the Catalan (the first) and Spanish (the second) Parliamentary Assembly on 5th. and 19th. of July in Barcelona. The Government banned the assembly. Meanwhile, the repeated threats of strikes in all sectors were present among the workers. Rumours began to appear in the press on August 6 and finally, a week later, broke out with the threat of becoming a revolution. The politician's challenge led to a general strike in Spain declared on August 13th. and put down a few days later. The strike repression was brutal. Republicans, catalanists, and syndicalist put Dato between devil and the blue sea. The King Alfonso XIII met Cambó and after they meeting, the King resigned Dato, broking the alternation of Conservative Party and Liberal Party in the power, or in other words, finishing with the *canovist* system.<sup>507</sup>

After the Dato's resignation, García Prieto became, again, Prime Minister in the first concentration Government, but everybody thought than it was Cambó who pulled the strings behind. It is not a coincidence than two of his men were part of the García Prieto's executive; Joan Ventosa, as a Minister of Finance, and Felip Rodés in Public Instruction. His presence irritated the Spanish politicians, but in fact they were the only ones representing someone, in this case the Catalan bourgeoisie. Cambó did not hide his ambition to make a Great Spain and thus extend their political influence beyond Catalonia. So, in December 1917, Cambó, among others leaders of *La Lliga*, undertook a propaganda trip around northern Spain. They wanted to export their ideas and attract the Spanish bourgeoisie. The options advocated by *La Lliga*, both in the Catalan and Spanish public opinion, were overflowing. It was expected so much from *La Lliga*, and *La Lliga* had promised many things. However the end result was poor, it was limited a gentlemen agreement.<sup>508</sup> The ultimate goal of Cambó was to create a political revolution in order to avoid a deeper social revolution. Cambó, after been minister of Public Works, in the second concentration Government under Antonio Maura in 1918, became the voice of the Catalan demand of self-government.

### **The Catalan Radical Nationalism**

Young men from the lower middle layers formed the radical nationalism, but they didn't represent a majoritarian segment of the Catalan society. The embryo can be found in the extremist associations where groups of young who met there to socialize and share political opinions, experiences and sports hobbies, like a "rite of passage" to the world of adults, and later, in other turning points in life, became regionalist voters. The embryo can be found in the extremist associations where groups of young who met there to socialize and share political opinions, experiences and sports hobbies, like a "rite of passage" to the world of adults, and later, in other turning points in life, became regionalist voters. Some of these groups were involved in the creation and establishment of Catalan separatism during the mid 10's. In fact, radical nationalism was born parallel to regionalism and Catalan republicanism.<sup>509</sup> The success of *La Lliga* had cornered the few elements of the radical nationalism, not yet politically organized, or especially parties like the *Unió Federal Nacionalista*

<sup>507</sup> A Portuguese overview of 1917 Spanish events in: Castro, A., *O que eu vi e ouvi em Hespanha. Junho a Agosto de 1917*, Lisboa, J. Rodrigues & Ca, 1917. Owe its knowledge to Clara-Isabel Callieivos de Melo Serrano, who facilitated me a copy.

<sup>508</sup> Ucelay-Da Cal, E., *El imperialismo ...* p. 761.

<sup>509</sup> Ucelay-Da Cal, E., *The shadow of the doubt: fascism and communism alternatives in Catalan separatism, 1919-1939*, Barcelona, ICPS, 2002, p. 9 (WP, 198).

*Republicana* (UFNR) that it had lost prominence since it joined an agreement with the radical republicanism of Lerroux in 1913, in the agreement known as *El Pacte de Sant Gervasi*. The beginning of the war and the neutralism, gave it a chance to recover the lost standing. Perhaps even could not choose, but Cambó said that *La Lliga* was neutralist because: “We are neutralists because we could not be nothing else”.<sup>510</sup> Meanwhile, the Catalan conservative regionalist still remained neutral, but some of its elements, like Prat de la Riba, were slightly tilted towards the Germanophile’s positions, the Catalan nationalism was, mostly, a strong supporter of the Allies’ cause and this evolution towards war intervention was in order to gain prominence and electoral space. The disadvantage of *La Lliga* was that its policy party was imperialist at the time when empires were sinking.

The nationalists needed a punch to conquer the social space not covered by *La Lliga*. The opportunity came soon: the Allied victory in the battle of the Marne in September 1914. The architect of this victory was the French general Joseph Joffre, born in Roussillon. The French Department of Roussillon remained as a part of Catalonia until 1659, and for Catalans it is known as the North Catalonia. General Joffre became a hero for the radical nationalism, among other things, because he was a Catalan speaker. From here they try to undertake an international policy and show that Catalonia was struggling for Allies. They were delighted with the Italian *garibaldini*, who build a volunteer corps to fight for republican France, framed within the Foreign Legion.<sup>511</sup> For this reason they decided to create a group of volunteers *Els voluntaris Catalans* to fight against the Central powers.<sup>512</sup> These Catalan volunteers -around 12.000 men according to the propaganda, but in the fact, most of its troops were from Roussillon not from Catalonia- formed a legion that fought, as the Italian *garibaldini*, framed in the French Army as the *Légion Étrangère* (Foreign Legion).<sup>513</sup>

In 1915, the deputy of Spanish Parliament since 1906 and former lieutenant colonel, Francesc Macià, disagree with the Spanish politics, renounced his deputy act. Since 1912 he was member of *La Lliga*, and from there he evolved towards radical nationalism. His political career is curious; retired military, landlord through marriage, professional politician who evolved from regionalism to separatism, revolutionary and conspirator that finally became the first President of the Republican *Generalitat* in 1931. In 1916 he was re-elected again but he didn’t return to Parliament, preferring to go to France to make war correspondent. He had acquired some role in the Parliamentarians Assembly in July 1917, but his contributions were not taken in consideration because they were too much radicals.<sup>514</sup> His charisma was essential to inflame people, he was still far from the popularity fees in the thirties but enough to become a leadership among radical nationalism, “At his time of rebellion against Spain, Macià had an emotional oratory

<sup>510</sup> Cambó, F., “Espanya davant la Guerra Europea I. Causes de la guerra. La neutralitat d’Espanya, *La Veu de Catalunya*, 21st. August 1914, p. 1, url: <http://mdc2.cbuc.cat/cdm/compoundobject/collection/veup1/id/32518/rec/377> [consult 24th. February 2014].

<sup>511</sup> Ucelay-Da Cal, E., “Els separatistas catalans entre 1916 i el 1936”, *El País, Quadern*, 2nd. May 1991.

<sup>512</sup> Martínez i Fiol, D., *Els “Voluntaris Catalans” a la Gran Guerra (1914-1918)*, Barcelona, Publicacions de l’Abadia de Montserrat, 1991.

<sup>513</sup> See: Escolies Serrat, J.; Martínez Fiol, D., *12.000! Els catalans a la Primera Guerra Mundial*, Barcelona, Ara Llibres, 2014.

<sup>514</sup> Ucelay-Da Cal, E., *Macià i el seu temps*, Barcelona, Diputació de Barcelona, 1984.



not surpassed by other political leader”.<sup>515</sup> In August 1917, during the General strike, Macià was the only one able to play the role of being the Catalan James Connolly and provided the labour component, but in this case, was the anarchist union, the CNT, who refused to work together with nationalists.<sup>516</sup>

In February 1916 a group of Catalan intellectuals organized a trip -funded by the French government, who had business interests with Catalonia and wanted to continue to maintain them- to visit Perpignan, in Roussillon. Perpignan was one of the three centres, which together with Barcelona and Paris, served for the recruitment and rest centres for *voluntaris*. It was the moment than the Spanish Government had turned slightly toward the Central Empires cause, and it was a great opportunity for France than it could not let; wanted to prove than it was able to help and support the Catalan cause, and in order to show its influence, The French Committee of Propaganda, organized and financed the trip. The germanophile press of Madrid, with his journalist header, Domingo Cirici Ventalló, described the Catalan expedition as a gang of Catalan Valkyries or decay Almogavars.<sup>517</sup> Radical nationalism continued to play the Allies’ card.

### **Fourteen points of Wilson and pro-autonomy campaign**

The Wilson’s fourteen points, under its shade was made the peace, had made crazy everyone. The end of war loomed, and suddenly all the ideals and causes believed that his hour had come. It seemed a favourable context for Catalonia to reach the autonomy status in the Spanish Monarchy, at least that’s what Catalan politicians thought, but in fact, Wilson didn’t include in his program any general recognition of the nationalities principles or the right of self-determination.<sup>518</sup> Austria-Hungary Empire was discomposed; Poland regained its independence that was lost with the division of its territory in eighteen century; Finland, Lithuania, Estonia, and Latvia became independent from Russia; Hungary and Czechoslovakia separated from Austria, who at the same time was not allowed to join to Germany because of the Allies’ opposition; Croats, Slovenes and Bosnians, with Montenegro, joined to Serbia to form the new Yugoslavia. Alsace-Lorena returned to France, and Italy drew new borders.

For the radical nationalism, the *wilsonism* was interpreted as a support of the separatism aspirations in a moment than the impact caused by the Russian Revolution forced to choose; or Wilson or Lenin. Some elements of the radical left felt sympathy for the Bolsheviks, but most choose the way of social reformism.<sup>519</sup> In November 1918, when the war was over and in full of euphoria for the Allies’ victory, the radical nationalism wanted to congratulate the winners. After a conference of Macià in the CADCI –social heart of the radical nationalism- where it was showed the independent flag for first time, people were jammed in front of the Serbian consulate in Barcelona, waiting for Macià. When he arrived, some groups of *requetés* shouting *Viva Spain!*

---

<sup>515</sup> Fabregat, R., *Flandes, la Catalunya del Nord*, Barcelona, Llibreria Catalònia, 1932, p. 18.

<sup>516</sup> Nuñez Seixas, X. M., *Internacionalitzant el nacionalisme. El catalanisme polític i la qüestió de les minories nacionals a Europa (1914-1936)*, Catarroja, Editorial Afers, 2010, p. 48.

<sup>517</sup> Ciriri Ventalló, D. “Almogávares de la decadencia”, *El Correo Español*, 18/2/1916. Almogavars is the name of a class of soldier from many Christian Iberian kingdoms during the 13th. and 14th. centuries. In 1302, 4.000 Almogavars under the leadership of Roger de Flor, former Knight Templar, formed the Catalan Company in the service of the Byzantine Emperor to fight against Turks with great military victories over them.

<sup>518</sup> Nuñez Seixas, X. M., *Internacionalitzant...* p. 49.

<sup>519</sup> Nuñez Seixas, X.M., *Internacionalitzant...*, pp. 50-51.

and came against the nationalists. Finally, the police intervention finished the incidents with the arrest of four separatists.<sup>520</sup> Meanwhile, the *Mancomunitat* sent the congratulation telegrams to the Allies governments, thus, the Japan Emperor or the King George V of the United Kingdom, received one of these telegrams. This it was an anomaly, Catalonia was a Spanish territory, and Spain remained neutral during the war, a neutral country should not take side. The King George V asked, through his ambassador in Madrid, who the *Mancomunitat* was, and whether it was wise to answer. The Japanese Emperor asked, also through his ambassador, if Catalonia was a country and its geographical location because he didn't know and he had not ever hear before.<sup>521</sup> Catalonia, attempting to become known internationally, nearly caused a diplomatic conflict.

Despite the presence of Catalan ministers since the end of 1917, was not possible to get more autonomy for Catalonia or more power for the *Mancomunitat*. In September 1918 the Cambó's intent to link a general program of public works with its homologous delegations at the provincial *Mancomunitats*, encountered with the categorical refusal of the others ministers, headed by Santiago Alba, minister of Public Instruction.<sup>522</sup> It was a critical point for Cambó, later, he said than this frustration had convinced him than "The dream than Catalonia had to go gradually to solve its autonomy problem, was a mistake".<sup>523</sup> The different points of view between *La Lliga* and Catalan republicanism went shortening after the war. At the same time the King Alfonso XIII was afraid about the possibility than a revolution broke out in Catalonia, where in addition of the nationalists, he had fear of the anarchism union CNT who was tripled their supporters in the last six months. Its both alliance could be devastating for Spain. Cambó in his memories explain his conversation with the King, who said he was afraid and he charged to Cambó with a mission to make something in Catalonia to distract the mass attention in order to avoid the revolution.<sup>524</sup>

A pro-autonomy campaign could be a good solution to distract the mass attention. Cambó, in his diary explains than when he received the King's order, he and his men were able to accomplish it because since summer 1918 they were working in a project for Catalan self-government.<sup>525</sup> In Catalonia there were attempts to meet Wilson, but Cambó, who probably already anticipated by this band is not achieved anything, and when the basis for the autonomy of the Catalan *Mancomunitat* was rejected, chose to withdraw Spanish Parliament in Madrid, and re-directed action project, that was never discussed in Parliament, towards to another direction. The strategy was triple; find the international support, and encourage a controlled popular mobilization in favour to Catalan autonomy, while it remained an open communication channel with the Crown.<sup>526</sup> Macià agglutinated the radical and republican nationalism around his figure, perhaps, because of this reason Cambó had begun to think it was necessary to do a maximalist proposition for the Catalan Home Rule. *La Lliga* created a hegemonic campaign, adopting *wilsonism*, and appropriating

---

<sup>520</sup> Balcells, A., *El projecte...* p. 34.

<sup>521</sup> AMAE, Nacionalismo 1917-1918.

<sup>522</sup> Cambó, F., *Memòries 1876-1936*, Barcelona, Editorial Alpha, 1981, vol. 1, pp. 289-290.

<sup>523</sup> Cited by Balcells, A., *El projecte d'Autonomia de la Mancomunitat de Catalunya de 1919 i el seu context històric*, Barcelona, Parlament de Catalunya, 2010, p. 22.

<sup>524</sup> Cambó, F., *Memòries ...*, pp. 298-299.

<sup>525</sup> *Ibid.* pp. 299-300.

<sup>526</sup> Ucelay-Da Cal, E., "La Diputació de Barcelona i la Mancomunitat", Riquer, Borja (ed.), *Història de la Diputació de Barcelona*, Barcelona, Diputació, 1987, vol I, pp. 99-102 cited by: Nuñez Seixas, Xosé Manóel, *Internacionalitzant...*, p. 56.

the *Catalan volunteers* ' matter to pressure Madrid and the Entente's Chancellors.<sup>527</sup>

On November 29th. 1918 the *Mancomunitat*'s President exposed the project to the Spanish Prime Minister García Prieto, and delivered to him the results of the plebiscite it had done among the Councils and other corporations, demanding autonomy. The autonomists did not have to wait long for the Government's disagree. The Madrid's press had begun a campaign against the Catalan Autonomy, calling for a boycott to their industrial and commercial goods.<sup>528</sup> On December 9th. a large demonstration against the Catalan lawsuit toured the streets of Madrid. After this, the Parliament opened its doors, first to exposed the political crises caused the García Prieto's relieve in favour of Romanones, and then for discuss the Catalan project of autonomy. The intervention of the Niceto Alcalá Zamora, deputy from Liberal Party and future first President of the II Spanish Republic, was brilliant and challenging. In his speech, and going to Cambó, he pronounced the celebre phrase: "Must choose between being the Catalan Bolivar or the Spanish Bismarck, but it is not possible to be both at the same time".<sup>529</sup> The Alcalá Zamora discourse ignited the spirits. Nothing is further from Cambó's thoughts. The next day was the turn of Maura, the old politician wanted to find harmony among the different position, but his intervention was not fortunate. Cambó was angry and decided do a *coup de théâtre*, a dangerous strategy by he thought it was the only solution. In the Parliament session, he announced the withdrawal of the Catalan deputies. After this, he left the chamber followed by the rest of Catalan deputies.

Cambó after his Parliament retired came quick to Barcelona. He was afraid about the repercussions among the Catalan citizens. On December 13th. a crown of people took *Las Ramblas* in Barcelona. The police repressed the protesters with brutality. A lieutenant fired his revolver without consequences; he was surrounded and disarmed by people. The reaction of the military Press in Madrid was disproportionate, suggesting than in Barcelona the military were attacked on the streets. The General Capitain, Joaquin Milans del Bosh, ordered to militaries to wear mauser and revolver and banned demonstrations. But the ban could not prevent them, it encouraged young radical nationalists to organise new demonstrations in a spiral of tension. Some riots were followed and three deaths for fire weapons occurred during the autonomist campaign. On December 17th. Romanones sent the Government answer about the Catalan autonomy, there were no opposition to the Catalonia autonomy, but the project would be submitted by the Parliament and would be approved by the Crown. Meanwhile the Catalan politicians were discussing his different points of view (regionalists, monarchists, socialists, separatists...), disturbs on the streets were increasing and were usually ending with injured people. Finally, on December 27th. Romanones designed the vocals involved in the extra-parliamentary commission responsible for the autonomist project. Some elements rejected his participation. The project presented in January 1919 was not autonomist, but timidly and decentralized. The *Mancomunitat* considered it was insufficient, as even more effectively than it was. The *Mancomunitat* also had written his own autonomy statute. Both projects were already more or less at the same time. Cambó tried, unsuccessfully, that the debate could focus on the Catalan project and not in which the Government had assumed.

---

<sup>527</sup> Nuñez Seixas, X. M., *Internacionalitzant...*, p. 56.

<sup>528</sup> Rovira i Virgili, Antoni, "El boicot", *La Campana de Gràcia*, 7 desembre 1918, p. 2, url: <http://mdc2.cbuc.cat/cdm/compoundobject/collection/campanaGra/id/14133/rec/2593> [consult February, 24t. 2014].

<sup>529</sup> Cambó, F., *Memòries* ..., pp. 302-303.

The violence came again in Barcelona and the constitutional guaranties were suspended on January 17th. and the press censored was present in all newspaper. The encounters between Catalans and supporters of the *Liga Patriótica* were had reproduced each night and many times with injured people. The General Governor closed the offices of CADCI and *Liga Patriótica* to avoid riots. During the months of January and February two movements without points of contact were being juxtaposed, the autonomous movement and the labour movement, this second most repressed from 17th. January. The work of the extra-parliamentary commission was presented at the Parliament on February 6th. After several discussions they had arrived at the death point, for this reason, the regionalist deputies asked to make a referendum in Catalonia and Romanones didn't accepted. The discussion sessions were suspended on 27th. February because of *La Canadenca* strike. *La Canadenca* was the popular name of the Barcelona Traction, Light and Power Company who produced and supplied the 70% of the power consumed in Catalonia. This strike put the end of the parliament discussions -it had reached deadlock- and the autonomist campaign, failing the Catalan claims.

In parallel, the Irelands nationalists got a total victory in the elections of the British Parliament on December 14th. 1918, refusing to go to London and set up its own Parliament in Dublin on 21st. January 1919. Nobody was thinking with another war, but it broke in Ireland, first against England and then the civil war because of the Ulster. Despite Catalans tried to internationalize its cause never felt identified with Ireland, neither Cambó nor Macià their *wilsonism* and aliadophilia didn't allow. They preferred turn his eyes towards France and search support in the incipient European institutions. During the war there were some contacts between radical nationalists through the *Voluntaris Catalans*. Not only the nationalists, regionalists also made relationships with the *Union des Nationalités* in Paris. When the war was over they defended the idea to incorporated Catalonia in the future League of Nations. After the failure of the pro-autonomist campaign and the first attempts in the Peace Conference of Versailles, the Catalan nationalism had tried to reach to be considerate a national minority capable of being protected by League of Nations. Cambo's men like Joan Estelrich, Maspons or Anglasesell, play a prominent role within the European movement of national's minorities, but without a successful for Catalonia.

## Conclusions

The World War I in 1914 gave an opportunity to the Catalan nationalism in a moment than the aspirations of the stateless were globalized. The Catalan aspirations were its self-government, and because of this, had tried to different ways to reach it: the domestic and the international way. The first was difficult because their interests were against the interest of the Spanish oligarchies. The international one seemed easy and they wanted to internationalize their cause. The fourteen points of Wilson could be a solution for the aspirations of stateless nationalism, but the nationalists had interpreted these fourteen points as his convenience, in fact, the principle of the auto-determination it was not contemplated in the *wilsonian* project. But, Catalan nationalists also collected many theoretical discussions then took place on the international scene, reformulating their aspirations for and revitalizing them, looking out and being inspired by other European nationalisms. In the domestic plane they had view his aspirations of self-government frustrated. Despite the political skills of Cambó, the differences among the different segments of nationalism weakened to

derail the project. After the Peace of Versailles in 1919, much of the Catalans politicians, adapted to the circumstances of Catalonia, the discursive framework and theoretical claims of stateless nations in terms of "national minority", capable of being protected by treaties minority of the League of Nations. Catalan nationalism, and *La Lliga* in particular, conducted an intense proto-diplomacy, who brought some of their leaders, such Joan Estelrich and Francesc Maspons i Anglasesell to play a prominent role in the League of Nations.

## ***Spanish Socialism within Republican Democracy. Reformism and radicalization from a regional perspective (1931-1936)***<sup>530</sup>

**Sergio Valero Gómez\***

### **Abstract**

The interwar period was a complicated international context, because of the crisis of representative democracy and the rise of the fascism in whole Europe, but the Socialist Party, PSOE, faced the Spanish Second Republic with a clearly reformist spirit.

However, the problems with the implementation of reforms, the slowness to pass others and, finally, the loss in 1933 elections, which supposed the correction of some of those reforms by the new majority at the Government, were a shock among socialists. Due to it, they transformed their frustration into a deep radicalization that moved them to jump over the democracy's rules. The main signs of this radicalization took place in 1934 and it also supposed hard internal difficulties in the socialist organizations, strongly divided, from early 1935, in two factions.

Therefore, from a Valencian regional perspective, analysing regional and local leaders, organizations and militants, we will try to explain how these both processes were succeeding –reformist and radical– in a particular scene and in a very short time, within a context so complicated as interwar period.

### **Introduction: socialism and democracy during the Inter-war period**

The relationship between socialism and democracy has been constantly analyzed by the Spanish and, in general, the European historiography. In this way, we know how important European socialisms acted, such as the German social democracy, which identified with the democratic system of Weimar; the Austrian socialism, which opted for the reformism and, later, in the thirties, for the preventive insurrection against the conservatives; and the French one, which, finally, in those years, went for the Popular Front against the fascism<sup>531</sup>.

We also know which attitudes were showed by PSOE during this period, between the passing of the universal male suffrage, in 1890, and the beginning of the

---

<sup>530</sup> This article has been made with the support of the research project from the *Ministerio de Ciencia e Innovación HAR2011-27559: "Democracia y culturas políticas de izquierda en la España del siglo XX: desarrollos y limitaciones en un marco comparativo"*, and the research group PROMETEO from the *Conselleria d'Educació de la Generalitat Valenciana, GEHTID (Grup d'Estudis Històrics sobre les Transicions i la Democràcia, GVPROMETEO/2012/046)*.

\* PhD of Contemporary History (2012), with the thesis *Reformismo, radicalización y conflicto interno en el socialismo español. La Federación Socialista Valenciana durante la Segunda República y la Guerra Civil (1931-1939)*. Director: Prof. Aurora Bosch Sánchez. Associate Teacher at Contemporary History Department (University of Valencia) from October 2010. FPU Pre-doctoral Scholarship from Spanish Ministry of Science (code AP2005- 0235) between April 2006 and March 2010.

<sup>531</sup> For an European view, Eley, G., *Un mundo que ganar. Historia de la izquierda en Europa, 1850-2000*, Barcelona, Crítica, 2002; Droz, J. et al., *Historia general del socialismo*, Barcelona, Destino, 1976-1983; Sassoon, D., *Cien años de socialismo*, Barcelona, Edhasa, 2001; and Colotti, E., "El ascenso de los partidos socialistas a responsabilidades de gobierno", in M. Cabrera, S. Juliá y P. Martín Aceña (comps.), *Europa en crisis, 1919-1939*, Madrid, Editorial Pablo Iglesias, 1991, pp. 171-189. In the Spanish case, the

Spanish Civil War, in 1936. PSOE had a changing attitude which demonstrated their objective was not the establishment of a democratic system, as which succeed in Europe –even though during a few years– after the First World War, because it wanted to go further to the establishment of a socialist society.

However, we cannot see that from a simple perspective between democracy and socialism, taking back a view that became prevailing after the Second World War. Although the Spanish socialism did not think that the establishment of a democracy was its final political objective, its stance was not opposed to it<sup>532</sup>. PSOE, as the other socialisms included in the Second International, thought the establishment of a democratic system was a necessary condition to reach its goal: the end of the capitalist class society and the installing of a socialist egalitarian society<sup>533</sup>.

It meant that in those places where there was not a full democracy as form of government socialism became its greatest defender, such as it happened in Spain during the Restoration years<sup>534</sup>. Nevertheless, that situation changed when socialism was on a fully democratic context. In this moment, as *República Social*, the official weekly of the Valencian Socialist Federation<sup>535</sup>, announced, socialism supported that they were “*Republicanos con la Monarquía, socialistas con la República*”<sup>536</sup>. This phrase resume a clear attitude: the Spanish socialism affirmed that its final objective was not the democracy represented by the Second Republic, but it was the establishment of that which made them socialist and different from the other political groups.

Therefore, we know some basic aspects about this topic in the Spanish case, but that must be compared to the lower levels inside the organization, as the regional one, in which there were particular dynamics that could give, or not, different answers to those adopted by the national leaders. It could give us a richer result in the analysis of a political and social movement as the socialist, in which the hierarchy and the discipline were very important, but that lived, in these years, some hectic changes which caused some internal fissures.

Also, we have to consider the international context<sup>537</sup>. Although after the end of the First World War the democracy extended in whole Europe, only few years later it was attacked by the most of the political spectrum. From the right-wing, we can find fascist and authoritarian movements, which were ultranationalist, corporatist and deeply opposed to liberalism, and from the left-wing, we can talk about the communism and the overexcited socialism, which thought that Russian revolution and soviet system were their utopia come true<sup>538</sup>.

---

<sup>532</sup> Santos Juliá defined this attitude in relation to the Republic as the “*estación de tránsito al socialismo*”. Juliá, S., *Los Socialistas...*, p. 160.

<sup>533</sup> Aróstegui, J., “Largo Caballero y la construcción de un “código de trabajo”, in J. Aróstegui (ed.), *La República de los trabajadores: la Segunda República y el mundo del trabajo*, Madrid, Fundación Largo Caballero, 2006, pp. 221-222.

<sup>534</sup> For a deeper analysis, see Carnero, T., “Socialismo y democracia...”.

<sup>535</sup> Federación Socialista Valenciana (FSV) in Spanish.

<sup>536</sup> Headline, *República Social*, 12<sup>th</sup> January 1934.

<sup>537</sup> Mazower, M., *La Europa negra: desde la Gran Guerra hasta la caída del comunismo*, Barcelona, Ediciones B, 2001.

<sup>538</sup> For the influence of the communism and the images of the Soviet Union on the Spanish socialism, Cruz, R., “¡Luzbel vuelve al mundo!: las imágenes de la Rusia soviética y la acción colectiva en España”, in M. Pérez Ledesma and R. Cruz, *Cultura y movilización en la España contemporánea*, Madrid, Alianza, 1997, pp. 273-303, and Souto Kustrín, S., “La atracción de las Juventudes Socialistas por el PCE en el contexto europeo de los años 30”, *Actas del Primer Congreso de Historia del PCE*, Madrid, FIM, 2004.

In that way, if we want to analyze the Valencian socialism attitude towards the republican democracy during the thirties, we have to begin answering what we consider as a democracy and, later, screening its political practises in order to observe if they are adjusted to what we had considered as a democracy.

Lots of authors have theorized about democracy, and basically we can affirm that democracy is, as Teresa Carnero said, a political system characterized by

“(…) comportamientos políticos libres, no corruptos (es decir, transparentes y sin intervención parcial del gobierno) y participativos. Lo cual significa procedimientos en los que están contemplados los derechos civiles fundamentales, con escasas o nulas restricciones para poder votar y con competencia política y electoral en condiciones de igualdad entre todos los partidos que, respetando el marco legal, aspiran a gobernar, si consiguen un respaldo electoral suficiente.”<sup>539</sup>

Consequently, democratic systems are defined by the generalization of civil rights and their upholding, by the citizens participation through political parties which can compete under the same conditions, and by the expression of that participation in transparent and clear electoral processes by which governments are elected. Besides, in democratic systems, majorities must not squash minorities<sup>540</sup>.

An example of this kind of system was the Spanish Second Republic, institutionalized by the Constitution passed in 1931. Nevertheless, the main question to analyze how democratic was the socialism is not only referred to the aspects studied until now, but also to its acting day by day inside a fully democratic system, because an important point is to observe the acceptance of the rules, so that, if this collective does not have enough support, it will not choose “*retirarse del sistema decisorio u opte por derrocarlo*”<sup>541</sup>.

In that context is included this article, whose objective is studying a different provincial socialism that had its own responses to the same events that have been analyzed from a national and international perspective. The socialism in the province of Valencia had a great number of members, competed against republicans and anarchists, was important among the agriculture labourers, and, at the same time, it wanted to attract support from the industrial workers and does not rouse the medium landowners to fury<sup>542</sup>.

Therefore, our aim is analyze which attitudes and responses had Valencian socialism towards the democratic system established in Spain from April 1931 to the coup d'état that began the Spanish Civil War, in July 1936.

### **There is no democracy without reformism**

The socialist aim, as we said before, was going further than the *bourgeois* society and finishing the existence of social classes to create a world based on the social equality. But they knew that moment would not arrive quickly and immediately, so, until the day of the revolution, when the working class would take

---

<sup>539</sup> Carnero, T., “Socialismo y democracia...”, p. 295.

<sup>540</sup> Sartori, G., *¿Qué es la democracia?*, Madrid, Taurus, 2003.

<sup>541</sup> Neubauer, D., “La interpretación behaviorista. Algunas condiciones para la democracia”, in T. Carnero (ed.), *Modernización, desarrollo político y cambio social*, Alianza Universidad, Madrid, 1992, p. 152.

<sup>542</sup> Valero, S., *Reformismo, radicalización y conflicto interno. La Federación Socialista Valenciana durante la Segunda República y la Guerra Civil (1931-1939)*, unpublished PhD thesis, University of Valencia, 2012.



the power, socialism was going to put into practice, between 1931 and 1933, a tactic based on the consecution of gradual improvements in workers lives that, finally, in the future, would lead to the socialist society.

Thanks to this tactic, the socialist reformism was driven, during the first republican biennium, mainly in three spheres: the labour relationships, the improvement of the workers social rights, and the secularization, with two fundamental focuses: women and the rural world. Sometimes some of these reforms were not implemented by socialists themselves<sup>543</sup>.

Socialists practised a “*gradualismo reformador*”<sup>544</sup> and they thought that they could get their final objective reforming the capitalist system in order to increase the influence of their organizations, which, in the future, will leap to the full socialism. Therefore, Valencian socialism rejected the anarchist tactics and brought up its own alternative: “*la evolución paulatina y progresiva, el mejoramiento gradual y las reformas sucesivas*”<sup>545</sup>.

However, they recognised that this attitude had some limits. They were prepared to break the legality if their reforms were in danger. Republican legality had resulted that social reforms had to be applied by the local chiefs, who sometimes did not apply them totally. This fact caused the reaction of the socialism, whose actions would always be “*serenas y meditadas*”, but the tone of their messages became tougher to show these local representatives “*el peligro de jugar con algo tan esencial*”. And, in this case, the respect toward the legality would be kept as far as possible<sup>546</sup>. In view of this undermining and the failure to comply with the legality made by local chiefs, socialists did not consider themselves limited by this broken legality by their opponents. And they said: “*La flexibilidad de nuestra táctica hace amigos nuestros hoy, a los que mañana serán nuestros enemigos; cordiales aliados de hoy, serán nuestros enemigos de mañana si sus doctrinas no evolucionan al ritmo de la nuestra, siempre la misma*”.<sup>547</sup>

From this base, socialists went clearly for the republican regime if it was based on a constant social reformist way and it did not remain only as a “*democracia burguesa, sino que siga el camino de las realizaciones socialistas*”<sup>548</sup>. The Republic had, according to the socialists, a main objective: being ruled by a government which

---

<sup>543</sup> Garrido González, L., “Constitución y reformas socioeconómicas en la España de la II República, *Historia Contemporánea*, No. 6, 1991, p.173; González Gómez, S. and Redero San Román, M., “La Ley de Contrato de Trabajo de 1931”, in J.L. García Delgado (ed.), *La Segunda República Española. El Primer Bienio*, III Coloquio de Segovia sobre Historia Contemporánea de España, Madrid, Siglo XXI, 1987, pp. 75-93; Malefakis, E., *Reforma agraria y revolución campesina en la España del s. XX*, Barcelona, Ariel, 1971; Mazuecos Jiménez, A., “La política social socialista durante el primer bienio republicano: trabajo, previsión y sanidad”, *Estudios de Historia Social*, No. 14, July-September 1980, pp. 135-155; Juliá, S., “Objetivos políticos de la legislación laboral”, in J.L. García Delgado (ed.), *La Segunda República Española...*, pp. 28-47; and Payne, S.G., *La primera democracia española. La Segunda República, 1931- 1936*, Barcelona, Paidós, 1995, pp. 104-106.

<sup>544</sup> Aróstegui, J., “Largo Caballero y la construcción...”, p. 223.

<sup>545</sup> Dickman, E., “Todo o nada”, *República Social*, 16<sup>th</sup> December 1932. For the Spanish and the Valencian anarchism during the thirties, Casanova, J., *De la calle al frente: el anarcosindicalismo en España (1931-1939)*, Barcelona, Crítica, 1997, and Vega, E., *Anarquistas y sindicalistas durante la Segunda República: la CNT y los sindicatos de oposición en el País Valenciano*, Valencia, Alfons el Magnànim, 1987, respectively.

<sup>546</sup> V. F., “¿Legalismo?”, *República Social*, 17<sup>th</sup> March 1933.

<sup>547</sup> Llovera, F., “Más que el hoy, el mañana”, *República Social*, 7<sup>th</sup> April 1933.

<sup>548</sup> *República Social*, 17<sup>th</sup> February 1933.

had a total “*orientación progresista*” to reach “*conquistas políticas y económicas que faciliten y atenúen la llegada inevitable y gloriosa de la civilización socialista*”<sup>549</sup>.

In that sense, they emphasized that democracy was, in their tactic, only “*un simple medio*” and, from their Marxist orthodoxy, they had chosen the way to respect the democratic rules, so it was the most efficient “*para nuestras realizaciones doctrinales*”. But they warned they could change their tactic without troubles and that fact depended on “*de las circunstancias políticas del momento histórico*”. Nonetheless, they would not change their tactic if the Republic went on applying “*soluciones de tipo socialista*”<sup>550</sup>.

And the break of these conditions made the change in socialist attitude. That change did not happen suddenly. The gradualism put in practice by Valencian socialism appeared also in this moment, and we could see it in the complaints made by the local socialist organizations about the failure to comply with the social and labour reforms endorsed by the Government. Those complaints were addressed to the national leaders of the party who were thought to be responsible to correct this situation, because some of them headed important ministries, such as Francisco Largo Caballero, president of the PSOE who was also the minister of Labour<sup>551</sup>. Then, from late 1932, the first complaints were arriving from the small and country towns, in general against the mayors, called by socialists “*caciques de toda la vida, que han sabido acomodarse al nuevo régimen*”<sup>552</sup>.

In this sense, there were three main topics of complaining: the failure to comply the labour laws, above all, the agreements between workers and employers and the correct order to call for work the unemployed workers<sup>553</sup>; the questionable attitudes of owners and powerful people in small and country towns, usually in collusion with mayors<sup>554</sup>; and the behaviour of the local clergy, whose actions could be legal, but sometimes they exceeded the laws or took advantage of local inhabitants’ good will<sup>555</sup>. These complaints were also confirmed by the Provincial Committee of the FSV, whose delegates showed “*la tremenda ofensiva caciquil contra nuestras organizaciones*”<sup>556</sup>.

As all that complaints were not solved, the socialist social bases came to a conclusion, expressed by Juan Lluch, the delegate of the Enguera district in the

---

<sup>549</sup> Llovera, F., “Por ahí no, señor Domingo”, *República Social*, 16<sup>th</sup> December 1932.

<sup>550</sup> “Hoy nos hemos adjudicado una táctica y mañana podemos adjudicarnos otra”, en Llovera, F., “La República está en peligro”, *República Social*, 24<sup>th</sup> March 1933.

<sup>551</sup> Complaints like that appeared in *República Social* arrived from small towns such as Alcácer (*República Social*, 4<sup>th</sup> August 1933), Alcántara del Júcar (*República Social*, 10<sup>th</sup> March 1933), Alfara de Algimia (*República Social*, 20<sup>th</sup> January 1933), Algimia de Alfara (*República Social*, 16<sup>th</sup> December 1932), El Puig (*República Social*, 25<sup>th</sup> November 1932), Enguera (*República Social*, 27<sup>th</sup> January 1933), Énova (*República Social*, 14<sup>th</sup> July 1933), Faura (*República Social*, 30<sup>th</sup> June 1933), Rocafort (*República Social*, 21<sup>st</sup> April 1933) y Villalonga (*República Social*, 10<sup>th</sup> March 1933).

<sup>552</sup> Rústico, “Hay que conquistar los Ayuntamientos”, *República Social*, 16<sup>th</sup> December 1932. That failure to comply the social and labour reforms and the social unrest appeared on the Valencian countryside as a consequence of that, in Bosch, A., “Sindicalismo, conflictividad y política en el campo valenciano durante la Segunda República”, in A. Bosch, A. M<sup>a</sup> Cervera, V. Comes and A. Girona, *Estudios sobre la Segunda República*, Edicions Alfons el Magnànim, Valencia, 1992, pp. 217- 296. For the nationwide scale, Preston, P., *La destrucción de la democracia en España. Reforma, reacción y revolución en la Segunda República*, Madrid, Alianza Editorial, 1987, pp. 152-156.

<sup>553</sup> *Bases de trabajo* and *bolsas de trabajo* in Spanish, respectively. *República Social*, 9<sup>th</sup> December 1932; “Los pueblos”, 16<sup>th</sup> December 1932; 20<sup>th</sup> January 1933; and 10<sup>th</sup> March 1933.

<sup>554</sup> *República Social*, “Los pueblos”, 2<sup>nd</sup> December 1932

<sup>555</sup> *República Social*, “Los pueblos”, 16<sup>th</sup> December 1932; 10<sup>th</sup> March 1933; and 27<sup>th</sup> January 1933.

<sup>556</sup> *República Social*, 13<sup>th</sup> January 1933.

Provincial Committee of the FSV: “*La clase obrera y campesina ha sido defraudada por la república*”. It meant that, from the bottom, socialist bases thought the Republic had not changed anything, and that caused them a deep feeling of frustration and helplessness. They held the Government responsible for that situation, because it had acted softly in face of these problems and they concluded with a request: the Government had to use the *Guardia Civil* to guarantee that the social and labour reforms would be applied.

However, the powerful and influential local elements pressed so hardly that the tone of the socialist messages was *in crescendo*. Juan Lluch, again, expressed what the bases from the small and country towns wanted to say and they thought that would become unavoidable: “*la revolución del proletariado*”. Their option was going on the way walked by the Republic, passing reformist laws, but the revolution would happen unless their opponents changed their attitudes<sup>557</sup>.

### **The frustration became toughening**

Therefore, despite the passing of a wide and deep reformism, the Valencian socialist movement began to live from the last 1932 a hard process of frustration with regard to the democratic system, because they saw how it became an obstacle for its own scheme. And, after the elections of November 1933, this situation was increasing.

These elections had as a consequence the arrival of Alejandro Lerroux to the Presidency of the Government, thanks to the parliamentary support of the catholic right represented by the CEDA. This fact supposed the beginning of a deep process of correction and review of most of the reforms passed between 1931 and 1933, above all in two important spheres: the relationships between the state and the Catholic Church and the social and labour laws, basically those referred to the *Jurados Mixtos* and the *Términos Municipales* Act<sup>558</sup>.

The new right-wing Government did not go further in the correction and did not abolish other social and labour laws, but the failure to act from the Government was as important as the correction process. In fact, as Malefakis said, “*las condiciones de vida de las clases trabajadoras empeoraron mucho*”<sup>559</sup>, because the combination of correction and failure to action caused a situation in which: “*Los terratenientes discriminaban a los militantes socialistas y anarquistas más combativos, bajaron los salarios y recuperaron una buena parte del poder que habían perdido en los primeros momentos de la República*”<sup>560</sup>.

This process had several consequences, but the most important was the reaction of the PSOE, because it not only was out of the power, but also it had to gaze

---

<sup>557</sup> *República Social*, “Los pueblos”, 17<sup>th</sup> March 1933.

<sup>558</sup> The correction of the reforms passed during the first biennium was considered by the PRR “*no sólo congruente con su enfoque centrista sino también como el precio que había que pagar para el apoyo de la derecha no republicana*”. Townson, N., *La República que no pudo ser. La política de centro en España (1931- 1936)*, Madrid, Taurus, 2002, p. 247. This process also in Gutiérrez Lázaro, C. (ed.), *El reto de la modernización. El reformismo socialista durante la II República*, Santander, Ayuntamiento de Camargo-Fundación Pablo Iglesias, 2010, pp. 105 y 134; Payne, S., *La primera democracia española...*, p. 216-223; Casanova, J., *República y Guerra Civil*, J. Fontana y R. Villares (dirs.), *Historia de España*, vol. VIII, Barcelona, Crítica-Marcial Pons, 2007, pp. 119-121; and Malefakis, E., *Reforma agraria y revolución...*, pp. 378-379.

<sup>559</sup> Malefakis, E., *Reforma agraria y revolución...*, p. 379.

<sup>560</sup> Casanova, J., *República y Guerra Civil*, p. 120.

at the correction of its reformist task, above all that part which affected the most its social bases.

The November elections had been a great disaster for the Valencian socialists, because, after two years in which they had passed several social and labour reforms, they lost their representatives at the Parliament. Moreover, their main opponent gained the power. In this sense, socialists stressed the overrepresentation of the right-wing at the Parliament and their own infra-representation, because “*con más de dos millones de votos socialistas tenemos 62 diputados, correspondiéndonos 140*”<sup>561</sup>. This was another origin for the frustration inside the left-wing parties, particularly the socialism<sup>562</sup>. From this moment, it corrected its democratic way and went for the radical one, insisting in its intention to get the power “*con actas o sin ellas*”<sup>563</sup>. How? They would do it through the “*insurrección de las masas en un movimiento revolucionario, conscientemente organizado*”<sup>564</sup>.

Socialist rhetoric had completely changed. They considered the republican regime begun in 1931 already finished and they could do nothing to save it. They had to make their way to arrive at their final objective and to give up the “*realizaciones de tipo burgués*”, so, in front of some socialists that wanted to “*reconquistar la República*”, the main part of the party, including the Valencian organization, opted to turn away those “*monsergas y enjuagues*” and work in their aim: reaching the full socialism<sup>565</sup>.

Those changes were moved by the frustration, which appeared because, despite their legalist spirit, the right-wing “*resurgía con más fuerza que nunca*” and controlled the Government in order to dismantle the reformist edifice built from April 1931. This feeling made the socialism to break its allegiance to the republican democracy. Everything had changed and, after the elections, socialists understood that “*en régimen parlamentario, está visto que no se va a ninguna parte, o por mejor decir, a una: al triunfo del fascismo*”<sup>566</sup>.

Therefore, the socialist movement gave up the gradualism which had characterized it during the biennium 1931-1933. That moment was in the past:

“(…) En esta hora suprema, (…), no podemos hablarles a los trabajadores de juricidad y legalismos, democracia y parlamentarismo porque es echar un jarro de agua sobre sus corazones encendidos de rebeldía creada al calor irritante de tantos atropellos y ver las arbitrariedades que se están cometiendo por el poder público y las que se están fraguando en la sombra. Abandonemos el papel de bomberos y en vez de apagar los entusiasmos de nuestros hermanos démosles alientos y esperanzas e inyecciones de rebeldía y apartando a un lado egoísmos y miserias tertulianas démonos el abrazo fraternal y vayamos todos unidos henchidos de optimismo a la conquista de nuestros más caros ideales”.<sup>567</sup>

<sup>561</sup> *República Social*, 23<sup>rd</sup> March 1934.

<sup>562</sup> The reaction of the left-wing parties in Avilés Farré, J., *La izquierda burguesa en la II República*, Madrid, Espasa-Calpe, 1985; and Álvarez Tardío, M., “Jacobinos y nacional-populistas”, in F. del Rey (dir.), *Palabras como puños. La intransigencia política en la Segunda República española*, Madrid, Tecnos, 2011, pp. 229-287.

<sup>563</sup> “Después de las elecciones”, *República Social*, 24<sup>th</sup> November 1933. An explanation in which the lost of the power is the main cause of the socialist radicalization from 1933, Macarro Vera, J. M., “Causas de la radicalización...”.

<sup>564</sup> “El otro camino”, *República Social*, 8<sup>th</sup> December 1933. The decisions of the national leaders about the revolution preparation in Juliá, S., *Los socialistas...*, pp. 203- 210.

<sup>565</sup> “El único camino”, *República Social*, 29<sup>th</sup> December 1933.

<sup>566</sup> Arrastia, J., “¿Parlamentarismo? ¿Para qué?”, *República Social*, 5<sup>th</sup> January 1934.

<sup>567</sup> Marco, E., “¿Es que no oyen los lamentos de sus compañeros?”, *República Social*, 19<sup>th</sup> January 1934.

This became, from this moment, the socialist aim, although they had to jump over “ese Parlamento, ese Gobierno y esos fariseos”<sup>568</sup>, because the Government headed by Lerroux, as the Dollfuss one, “sólo persigue el exterminio de las organizaciones obreras”, and particularly the socialist ones<sup>569</sup>.

Besides, we have to talk about a third cause which influenced the new way adopted by the Spanish socialists: the international context in which authoritarian and fascist regimes were speedily spreading around the European continent. Two were the most important cases which affected the Spanish socialism, mainly because of the active part taken by their respective socialisms: Germany and Austria.

In the first case, Luis Araquistain affirmed that “la pasividad del SPD había facilitado la victoria del nazismo”<sup>570</sup>, so he defended that PSOE did not have to act so passively in face to the right-wing forces and its social bases had to react in order to prevent Spain became a new Germany or Italy. The Austrian case was even more important, because the socialism had resisted there in front of the antidemocratic track taken by the Chancellor Engelbert Dollfuss, and, despite the defeat of the Austrian socialism, the Spanish one saw this case as positive example in a complicated context for the democracy. Thus the main message became: “Antes Viena que Berlín”<sup>571</sup>. Resisting against the antidemocratic attacks from the Right and resorting to force in order to get the power were better than remaining as impassive spectators in front of the new situation.

For this reason, socialists saw the republican regime farther and farther and they began to go for a revolutionary solution<sup>572</sup>, which, in any case, would only be defensive. The socialists would not be the first ones using the violence, because their mobilization would only be a response to the actions of their opponents. Then they had to clarify how this defensive action would be carried off.

The first step was drawing up a programme which would be put in practice if the planned action was successful. Indalecio Prieto made it in January 1934 and it was not overly radical<sup>573</sup>, because most of its points were traditionally inside the Spanish progressive liberal culture, although some of them were moved aside and revived by socialism. Others were simply measures of social radicalism. In fact, this programme was considered very half-hearted by Francisco Largo Caballero, who included other five points which were more radical<sup>574</sup>.

From this moment, the preparations for the insurrection began and they “eran un secreto casi a voces”<sup>575</sup>. Finally, on 5<sup>th</sup> October 1934 the announced revolutionary movement broke out due to the appointment of three ministers who belonged to the CEDA. This fact caused the socialist leadership carried off the revolutionary plans

---

<sup>568</sup> Sierra, A. de la: “Fariseos de la República”, *República Social*, 29<sup>th</sup> December 1933.

<sup>569</sup> Sierra, A. de la: “Una semana más”, *República Social*, 23<sup>rd</sup> February 1934.

<sup>570</sup> Preston, P.: *La destrucción...*, p. 182.

<sup>571</sup> Souto Kustrín, S., “De la paramilitarización al fracaso: las insurrecciones socialistas de 1934 en Viena y Madrid”, *Pasado y Memoria*, No. 2, 2003, pp. 193-220.

<sup>572</sup> García, P., “Momentos difíciles para la República”, *República Social*, 8<sup>th</sup> December 1933; and “Huelga de republicanos”, *República Social*, 23<sup>rd</sup> March 1934.

<sup>573</sup> Payne, S., *La primera democracia española...*, p. 224; Juliá, S., *Los socialistas...*, p. 202; Preston, P., *La destrucción...*, p. 193.

<sup>574</sup> Preston, P.: *La destrucción...*, p. 194.

<sup>575</sup> Payne, S., *La primera democracia española...*, pp. 242-243, the quotation in p. 242; Souto Kustrín, S., *¿Madrid? ¿Qué hace Madrid? Movimiento revolucionario y acción colectiva (1933-1936)*, Madrid, Siglo XXI, 2004, pp. 201-213. Preston, P., *La destrucción...*, pp. 226-227; and Del Rosal, A., *1934: el movimiento revolucionario de octubre*, Madrid, Akal, 1984, pp. 229-250.

and called, as a protest, a general strike, which achieved great importance in Asturias, Barcelona and Madrid. Nevertheless, in this case, the province of Valencia lived these events differently, because, as *El Pueblo* said, there were no “*graves y locos sucesos*”<sup>576</sup>.

The Revolution of 1934 was the main example of the socialist radicalization and it had disastrous consequences for the PSOE, because it caused the socialist organizations broke up because of the governmental repression. This disorganization, besides, resulted in internal conflicts from 1935 between two factions which faced inside the socialist organizations and whose fights characterized the socialist life during the following years.

## Conclusions

The decade of the thirties was very complicated for the Valencian socialism, but it always had a clear position in relation to the democracy: this was the way to reach the full socialism, because the democracy had to distinguish by a constant social and socialist reformism. When this way was interrupted, the democracy was no longer useful and the insurrection and the resort to force against it were acceptable.

This was the Valencian socialism experience during the thirties: the hopes for a system which had to put in practice the long-awaited reforms and the frustration felt by socialists when they realised the obstacles were more than they had imagined and the democratic dynamics were not always going to benefit them. This frustration was the main ingredient that caused they refused the democracy and went for the revolutionary and insurrectional way. Nevertheless, their failure had terrible consequences for the socialism, because it supposed the split of the organizations from 1935. This fact began a new phase inside the Spanish socialism, even more complicated than the previous one.

---

<sup>576</sup> *El Pueblo*, 11<sup>th</sup> October 1934. The same conclusion in Bosch, A. y otros, *Estudios sobre...*, pp. 287-289. The development of the revolution and the consequences for the PSOE, Jackson, G. et al., *Octubre 1934: cincuenta años para la reflexión*, Madrid, Siglo XXI, 1985; Casanova, J., *República y Guerra Civil*, pp. 128-137; Payne, S., *La primera democracia española...*, pp. 245-257; and Juliá, S., *Los socialistas...*, pp. 210-218.

## *The Portuguese New State and the Spanish II Republic*

Tiago Tadeu \*

### **Abstract**

The work will focus on how the Spanish press characterized the Portuguese dictatorship over the lifespan of the II Republic (1931-1939). We choose three well-known Spanish newspapers (ABC Madrid, Seville ABC, La Vanguardia) that could allow to check accurately the feelings of the Spanish society.

\*

During the 30s Europe was profoundly influenced by the Great Depression, which undermined public confidence in the democracy and enhanced the appearance and affirmation of various authoritarian regimes. The Iberian Peninsula integrated this movement and become a stage of the struggle between opposite's regimes that could hardly live side by side.

Portugal transformed its military dictatorship in the "New State", while in Spain the monarchy of Alfonso XIII and Primo de Rivera saw the rise of the Republic. The different solutions would eventually erode the relations between the countries, with each side supporting the respective opponents in the ensuing conflicts. Through the analysis of two Spanish journals (*ABC* and *La Vanguardia*) we will try to examine how the Portuguese regime was characterized during the II Spanish Republic (1931-1939). The papers chosen were the most widely read at the time, thus serving to feel the pulse of Spanish society more accurately. Other reason is their geographic localization, which will assume a central role in the life of the II Republic, industrial Catalonia (*La Vanguardia*), the liberal Madrid (*ABC*, Madrid) and the more conservative Andalusia (*ABC*, Seville). These attributes will be even clearer with the outbreak of the Civil War, with the first two regions to become the bastions of the Republic, while Seville will support the military uprising.

The *alzamiento* will transform the Spanish-portuguese relations since the Portuguese New State become a supporter of the military movement, assuming an important role in the diplomatic and military front. This decision implied the degradation of the regime's image through the eyes of the II Republic, that didn't shared the political ideas of the Portuguese New State and whose leaders supported the Salazar's opposition, providing material assistance to promote the overthrow of the dictator. Finally, this analysis could also shed some light to understand the political and ideological tensions that swept Europe in the late '30s.

### **Equilibrium and rapprochement**

The Portuguese and Spanish history is full of moments where the relationship between the countries was put to the test. The Spanish danger was born with the Portuguese independence and remained during the middle Ages. There are several

---

\* Tiago Tadeu has a master in Economic and Contemporary Social History by FLUC and is a collaborator researcher and PhD student of CEIS20 of the University of Coimbra.

historians that point out that fear as one of the reasons that led to the Portuguese maritime expansion and the construction of an abroad empire. That was till the XVI, the moment when the Spanish monarchy recovered the Portuguese territory, what many Spaniards considered their right. This memory, distant for most Iberians in the early XX, would arise again in Spanish politics, endangering the relations between the countries.

The rise in 1910 of the Portuguese Republic was surprising, given the prevalence of monarchies in the rest of the continent. Portugal anticipated the republican and demoliberal movement that sweep Europe after the Great War. In this unfavourable circumstance the Portuguese Republic faced many problems, namely the Spanish support of the Portuguese Monarchists who led military campaigns from that territory to depose the Republic. Those attempts never achieved success but managed to raise old ghosts in both countries.

When the Portuguese Republic collapsed and was replaced by a military dictatorship, Spain was already an authoritarian regime since 1923, when General Primo de Rivera led the seizure of power, keeping the monarchy and emulating what somehow had happened in Italy with Mussolini. The regime remained despite colonial problems in North Africa (Morocco), social conflicts between classes and the troublesome autonomy of Catalonia. Still, the government of Primo de Rivera had an initial period of prosperity and economic development, despite the dictatorial nature of its governance that had suspended the constitution. The opposition to the regime was mainly driven by republicans and left-wing (*Confederación Nacional del Trabajo*, *Partido Socialista Obrero Español*), who were joined by monarchists and other forces, unsatisfied with the worsening of their economic situation, especially after the crisis of 1929.

The removal of Primo de Rivera happened in January 1930, when he resigned to Alfonso XIII, which prolonged the Spanish monarchy by two more government offices, till the crucial municipal elections of 1931. That act was only local, however its results assumed a national impact becoming a plebiscite to the regime<sup>577</sup>. The counting of votes resulted in a defeat of the monarchists, who saw the main urban areas taken by the republicans. Given this outcome the king decided to give up power and abandoned the country, thus preventing a civil war. After the failed experiment of the late XIX, Spain opted again for a Republic, despite the discontent of those who questioned the legitimacy of a regime that had not yet won national elections.

Portugal coped with care the changes in Spain, particularly since they were matched with several rebellions that occurred in Portugal (Madeira, Azores and Guinea-Bissau). Although there was no relation between the events, there was a strong suspicion of the Portuguese authorities towards its neighbour country, justified by the propaganda conveyed by some Spanish Republicans, who defended the federation and democratization of the peninsula and supported the Portuguese political refugees. It was with these political tensions that their representatives met at the I Congress of Spanish-Portuguese tocology and gynecology<sup>578</sup>. There, Alcalá Zamora, President of the Spanish provisional government and Melo Barreto, Portuguese ambassador in Madrid, highlighted the scientific and cultural importance of the meeting, praising the latter the “tranquila revolución española [quiet Spanish revolution]”<sup>579</sup> and statesmanship of the Spanish rulers. He added that the event was a

---

<sup>577</sup> Payne, Stanley G., *El colapso de la república los orígenes de la Guerra Civil (1933-1936)*, Esfera de los libros, Madrid, 2005, p.30.

<sup>578</sup> Redação, *Congresso hispano-português*, ABC, Madrid, 29 April 1931 p.25.

<sup>579</sup> *Ibidem*.



sign of good relations “entre las dos patrias, libres e independientes [between two free and independent countries]”<sup>580</sup>. The connection would be magnified by *ABC* Seville, which enhanced the financial work of António de Oliveira Salazar its finance minister and future dictator.

Portugal was portrayed as a case study because the dictatorship had stopped the “esterilidades parlamentarias [parliamentary trivialities]”<sup>581</sup> and the “desniveles presupuestarios [public finance deficits]”<sup>582</sup>, transforming the economy, achieving the currency appreciation and the control of inflation and public debt. The example also served to remind its compatriots of the Portuguese past and present during the Republic and dictatorship, a fact well known in Spain, advising the Republicans to not commit the same mistakes that had happened in Portugal, otherwise there could arise “un vengador dictatorial [an avenger dictator]”<sup>583</sup>.

The friendly tone that described Portugal in the Spanish press would continue throughout 1932<sup>584</sup>, praising the financial results of the Portuguese dictatorship and anticipating the constitution’s plebiscite that would increase the role of Salazar in the governance. The act, characterized as a success by the press, was highlighted by the freedom and order, as well the high number of voters. However, the review would not be consensual since the Portuguese embassy issued a statement to correct certain “noticias inexactas [inaccurate news]”<sup>585</sup>.

1933 marked the foundation of the Portuguese New State and the Nazi power takeover in Germany, forming with Italy a block of nations that shared fascist ideology, notwithstanding the adaptations of each regime. Once more Portugal was portrayed in, this time highlighting the labour relationship between employers and workers, that allowed fending the “sindicalismo rojo [the communist unions]”<sup>586</sup> and provided “pan y justicia para todos [food and justice for all]”<sup>587</sup>. The conclusions accompanied the creation of the *Confederación Española de Derechas Autónomas* (CEDA), an alliance of Catholic right-wing forces, which gained impetus with President Alcalá Zamora decision to dissolve the Parliament and calling for elections in the end of year.

The elections of November 1933, strongly criticized by the left-wing dictated the victory of CEDA, however the President invited the second most voted party, the *Partido Republicano Radical* [Radical Republican Party], to form the government with the support of the first one. The decision was respected but increased the political and social discontentment, since the left-wing hadn’t agreed with the electoral act and the right, who won the elections, was denied the chance to form a government.

The rise of conservative forces in Spain would coincide with the first test to the Portuguese dictatorship, since in January 1934 it faced a revolutionary movement in the industrial zone of the Setúbal. The incident was quickly suppressed and its leaders were punished, ending up being the first prisoners to occupy the concentration camp of Tarrafal in Cape Verde (1936). The episode deserved a simple journalistic

---

<sup>580</sup> *Ibidem*.

<sup>581</sup> Máximo, *Portugal compra oro*, *ABC*, Sevilha, 7 November 1931, p.3.

<sup>582</sup> *Ibidem*.

<sup>583</sup> *Ibidem*.

<sup>584</sup> Félix Correia, *La figura mas importante de la Dictadura portuguesa es un civil*, *ABC*, Seville, 1 July 1932, p.10.

<sup>585</sup> *Nota oficiosa de la Embajada de Portugal en Madrid*, *ABC*, Madrid, 21 March 1933, p.23.

<sup>586</sup> Félix Correia, *Hacia la revolución social*, *ABC*, Madrid, 30 July 1933, p.38.

<sup>587</sup> *Ibidem*.

treatment and didn't prevent the praise of Salazar, described as a "hombre providencial [providential man]"<sup>588</sup> that transformed the Portuguese economy and finance. The reporter conceded that the people could disagree with his methods and principles, yet he yielded to the achievements of someone who had much in common with Spain. Salazar was a professor in Coimbra University, "la Salamanca portuguesa [the Portuguese Salamanca]"<sup>589</sup> and like Julio Romero de Torres, a Spanish painter of the XX, "alto, magro, fuerte, de planta firme como árbol de raíces hondas [tall, skinny, tough and strong-willed]"<sup>590</sup>. The accolades would be renewed in the supplement "Blanco y Negro"<sup>591</sup> of *ABC*, where the ruler was commended for the surplus in the public finances.

The summer period would open a new front in the enhancement of the Portuguese dictatorship through the interviews<sup>592</sup> of António Ferro, author of *Salazar, el hombre y su obra* [Salazar, the man and its works], which would be widely reported by the press<sup>593</sup>. The laudatory content of the regime was in all the articles, however and during a time of political and social unrest in Spain, the journalist highlighted that the Portuguese dictatorship had kept away some malign figures such as "Magalhaes Lima, Alfonso Costa y Juan Chagas"<sup>594</sup>, wishing the same for Spain with "los Azanã, a los Marcelino Domingo y a los Casares Quiroga"<sup>595</sup>, leading figures of the Republic.

The takeover by the right-wing ended up by revealing the republican support given to the opponents of the Portuguese dictatorship, namely the former War Minister, Manuel Azaña, through the sale of weapons. That episode was used to weaken the republicans and the left-wing forces and to confine the initiatives of the press and Portuguese political exiles. Those were the promises of the Minister of Governance Eloy Vaquero, ensuring "que Portugal será respetado, y no se permitirá que dentro de España se procure perturbar la vida interna de ese país [Portugal will be respected and we won't allow the troubling of its internal affairs from Spain]"<sup>596</sup>. All to assure the peaceful coexistence between different regimes but whose governing forces had many similarities.

The cordial relations continued with the report of a journey through Lisbon, more precisely two Lisbons, the one before and after the dictatorship. The first was portrayed as "del desorden permanente [permanent disorder] (...) de las revoluciones y la granjeria política [of the revolutions and politic games]"<sup>597</sup>, the second was a peaceful, developed and cosmopolitan city worth to be visited. In the analysis of the reporter, it was Salazar who managed to restore that material and spiritual gains, and enabled the restoration of Portugal, something that the journalist wished for Spain "un sueño por el que pedimos a Dios... [a dream that we ask to God]"<sup>598</sup>.

The glorification of the historical past was a fascist major component that

---

<sup>588</sup> José Simon Valdivielso, *Del Tajo a la Ribera*, *ABC*, Madrid, 24 March 1934, p.7 e 8.

<sup>589</sup> *Ibidem*.

<sup>590</sup> *Ibidem*.

<sup>591</sup> José Simon Valdivielso, *Hombres de Europa*, *Blanco y Negro*, *ABC*, Madrid, 29 April 1934, p.164 e 165.

<sup>592</sup> Manuel Falcón, *Como renace un Pueblo*, *Blanco y Negro*, *ABC*, Madrid, 1 July 1934, p.156.

<sup>593</sup> Cesar González-Ruano, *Siluetas de un Dictador*, *ABC*, Sevilla, 25 July 1934, p.15 e 16.

<sup>594</sup> Maxúe Bueno, *Oliveira Salazar y su obra*, *ABC*, Madrid, 5 September 1934, p.3.

<sup>595</sup> *Ibidem*.

<sup>596</sup> *Unas declaraciones del ministro de la Gobernación Inteligencia entre los emigrados portugueses y los revolucionarios españoles*, *ABC*, Seville, 13 November 1934, p.35.

<sup>597</sup> Cesar González-Ruano, *Las dos Lisboas*, *ABC*, Madrid, 10 February 1935, p.23.

<sup>598</sup> *Ibidem*.

renewed the legend of the Roman Empire and the Holy Roman Empire in Italy and Germany, while in Portugal it was the maritime discoveries. With that in mind and based on the book of Antonio Ferro, *ABC* compared Salazar to Henry the navigator due to its characteristics of “duro, de frío, de metódico [tough, cold, methodical]”<sup>599</sup> and because he had also overcome the “mar tenebroso [tenebrous sea]” which was the Portuguese public finances during the Republic. The fascination for the country's recovery motivated in the summer of 1935 two interviews to the dictator<sup>600</sup>, where besides the common praise of the economic and financial turnaround, it stood the strong support of the Portuguese to the regime, in a country where it hadn't a powerful paramilitary organization like in Italy and Germany, since the Portuguese Legion will only be created in 1936.

The serenity conveyed by Spanish press about the Portuguese dictatorship could not be applied internally, since a series of financial scandals would seriously stain the center-right coalition in power. Facing the discredit President Alcalá Zamora called elections in the beginning of 1936. It was in this context that the Spanish communists created a left broad alliance, the Popular Front, headed by the *Partido Comunista Español*, *Partido Socialista Obrero Español* and *Izquierda Republicana*, whose leader was Manuel Azaña the former minister who had been involved on the arms sale to the opponents of the Portuguese dictatorship. The coalition had no match by the center-right forces that mainly ran a fragmented campaign, albeit of some local alliances. The Popular Front had a large victory in parliament (263 vs 156)<sup>601</sup>, but not in votes, where was a great balance (34.3 % vs 32.2 %)<sup>602</sup>. Several riots throughout Spain followed the results leading to the resignation of the interim government of Manuel Portela Valladares. The Popular Front assumed power and eventually constrained the results of second round of the elections, aggravating the discontent of the right-wing. The removal of President Alcalá Zamora, replaced by Manuel Azaña, was the final step in the conquest of power by the leftist alliance.

The new cabinet of the II Republic anticipate problems in the maintenance of the prior relationship with Portugal, since Salazar's regime was the antithesis of the project of the Popular Front. Still, an extensive report emerged in “Blanco y Negro”<sup>603</sup>, concerning the ten years of the military coup in Portugal (28 May 1926). Once again the press praised the work and the Portuguese leaders confessing “el dolor de la envidia [the pain of envy]”<sup>604</sup>, because of the prosperity that they had provided to the country.

One aspect highlighted was Salazar's modesty in recognizing his achievements, as Eugenio D'Ors would write in *La Vanguardia*<sup>605</sup>. There he compared the dictator to Priscillian, a peninsular Christian bishop of the IV found heretic and condemned to death. Apparently that was motivated by the ascetic religious movement created by the cleric, where he defended poverty and austerity, which contrasted with ecclesiastical tradition. D'Ors found in Salazar the same characteristics, since he lived an orderly life away from the media, almost in seclusion. His thought was enlarged following a meeting he had with the dictator,

<sup>599</sup> Ramiro de Mjaeztu, *Oliveira Salazar*, *ABC*, Seville, 8 June 1935, p.3.

<sup>600</sup> Ramiro de Mjaeztu, *El Estado Nuevo*, *ABC*, Madrid, 29 June 1935, p.3 e 4; W. Fernandez Florez, *Oliveira Salazar*, *ABC*, Madrid, 31 July 1935, p.3 e 4.

<sup>601</sup> *Idem*, p.276.

<sup>602</sup> Payne, Stanley G., p.275.

<sup>603</sup> J. Ortega Ussón, *La Alegría en trabajo*, *Blanco y Negro*, *ABC*, Madrid, 31 May 1936, p.63 e 64.

<sup>604</sup> *Ibidem*.

<sup>605</sup> Eugenio D'Ors, *De Salazar a Prisciliano*, *La Vanguardia*, 18 June 1936, p. 5.

where the ruler had said “Se salvará el país, pero los salvadores no se salvarán [the country will be safe but not its saviors]”<sup>606</sup>. However D’Ors rejected those words resuming again the figure of Priscillian and even on himself. He highlighted a hymn of the first, where it was told “el salvador será salvado [the savior will be safe]”<sup>607</sup> and added that he would do everything to make sure the achievements of the ruler would remain for the posterity.

Meanwhile the socio-political tensions were growing in Spain, moving rapidly to the final confrontation between left and right. The premonition showed up in July, few days before the *alzamiento*, with a letter from the UGT and the PCE against the Portuguese Government and its leader, “el señor [mister] Oliveira Salazar”<sup>608</sup>. In the manifesto they warned that would continue telling what was happening in Portugal, namely the lack of freedom and respect that was “llenando de trabajadores y hombres de izquierda las cárceles [filling the jails with workers and left-wingers]”<sup>609</sup>. It was the first published accusation against the Portuguese regime, that shared the ideals of the Spanish right-wing but still accepted the democratically elected leaders of the II Republic.

## Opposites

The *alzamiento* turned out to be the corollary of political and social confrontation that characterized the II Republic. The military mobilization was also compelled by the murder of right-wing politician Calvo Sotelo, although there were prior conspiratorial plans by the Unión Militar Española. The uprising started in Spanish Morocco and obtained a significant participation in Galicia, Aragon, Castile and León and in some cities, Córdoba and Seville, remaining the rest of the territory under the control of the government. *La Vanguardia* and *ABC* Madrid were controlled by the republicans while *ABC* Seville was run by nationalist rebels.

It was in the aftermath of the conquest of the Andalusian capital that *ABC* Seville praised again the Portuguese regime and its leader. The Portuguese consulate was attacked by the republicans and those attacks were explained by the left-wing hate towards Portugal because he was “él ejemplo que ofrecía a España desde la paz de su territorio libre y limpio [the example of a free and clean territory towards Spain]”<sup>610</sup>. But the writer thought that the relevance of Portugal was even greater since he also was the cultural inspiration for Spain, comparing it to the Ancient Greece to the study of classical civilization. He was the perfect example for studying the typical “peninsular ibérico [inhabitant of Iberian Peninsula]”<sup>611</sup>. The archetype was Salazar, although not being directly considered a new Messiah, reminded Christ because of it’s his humble origins.

For its support of the nationalists Lisbon was named in September 1936 by the republicans as the “cuartel general del fascismo [Fascism Headquarters]”<sup>612</sup>. The undeclared Portuguese interventionism brought attention of the republican press, that accused Salazar of not having the support of its people, evident by the sailors mutinies with the uprising of the ships: *Dão*, *Afonso de Albuquerque* and *Bartolomeu Dias*.

<sup>606</sup> *Ibidem*.

<sup>607</sup> *Ibidem*.

<sup>608</sup> *Una carta de protesta al presidente del Gobierno portugués, La Vanguardia*, 9 July 1936, p.19.

<sup>609</sup> *Ibidem*.

<sup>610</sup> Andrés Vázquez, *Portugal-España, ABC*, Seville, 15 August 1936, p.5.

<sup>611</sup> *Ibidem*.

<sup>612</sup> *La voz de Europa alrededor de España, La Vanguardia*, 8 September 1936, p.13.

Before the civil war Portugal was the case study used by the right to inspire changes in Spain, now it was the left that was capitalizing in the civil war, hoping that it could influence political changes in Portugal, compelling, at least, to the assumption of neutrality in the conflict.

The September of 1936 events deserved an extensive coverage in *La Vanguardia*, accusing the Portuguese regime of backing the rebels since “la guerra civil fue concebida y preparada en tierras de Portugal [the civil war was set and organized in Portugal]”<sup>613</sup>, and more specifically at Hotel Aviz were “se efectúa diariamente el reclutamiento de los voluntarios [there is daily conscription of voluntaries]”<sup>614</sup>. Also censured was the freedom of the nationalists in Portugal, which distinguished from the treatment gave to the representatives of the II Republic, submitted to vigilance by the police. According to *La Vanguardia* the number of people that were against the Portuguese dictatorship was growing and that led the creation of a force to fight the revolutionaries, the *Legião Portuguesa* [Portuguese Legion]<sup>615</sup>. The optimism was evident in the republican press, reporting that the Portuguese army couldn’t control the situation. Apparently the dictator would be overturn in no time, since he no longer represented the interests of the “pueblo democrata portugués [democrat Portuguese people]”<sup>616</sup> by supporting the Spanish nationalists. The fight also reached the *ABC* Madrid reporting the spread of the revolutionary movement to Azores. The Spanish analysis of the Portuguese regime was also influenced by its refugees who labelled Salazar a true dictator, comparing him to the Führer, since he picked its ministers and usurped the President that was “una simple figura representativa [mere representative figure]”<sup>617</sup>.

The sailor’s revolt turned out to be swift controlled by the Portuguese regime and the participants were sent to concentration camp of Tarrafal in Cape Verde. However, the Spanish press, specifically *La Vanguardia*, continued reporting the existence of a strong revolutionary movement that controlled the cities of Lisbon, Santarém, Abrantes and Castelo Branco<sup>618</sup>, as well the main railroads, cutting the communications between the North and South<sup>619</sup>. The *ABC* Madrid also informed that the international community mocked the alleged neutrality of the “jesuíta [Jesuitical] Oliveira Salazar”<sup>620</sup> and used the Portuguese case to display the Fascism crisis. It even predicted the end of “sanguinario [bloodthirsty] Salazar”<sup>621</sup> although lacked the knowledge of what was happening in Portugal. Still, they believed that the end of fascism was close by, hoping also for an Italian uprising. That Republican euphoria would be interrupted by *ABC* Seville, which reported a normal situation in Portugal, few days before Lisbon ended the relations with Madrid’s government (23 October 1936).

In early 1937 Portugal assumed a controversial role in the Non-Intervention Committee, created by the League of Nations after the outbreak of the conflict to

---

<sup>613</sup> Redação, *La actitud de Portugal*, *La Vanguardia*, 16 September 1936, p.5.

<sup>614</sup> *Ibidem*.

<sup>615</sup> Created at 30 September 1936, Law n.º 27 058.

<sup>616</sup> *La situación en Portugal*, *La Vanguardia*, 20 September 1936, p.11.

<sup>617</sup> *La cuestión de la neutralidad*, *La Vanguardia*, 24 September 1936, p.12.

<sup>618</sup> *La lucha contra el fascismo en Portugal*, *La Vanguardia*, 26 September 1936, p.13.

<sup>619</sup> *Ibidem*.

<sup>620</sup> *Los señores Asua. Domingo y Ossorio y Gallardo, en el comité de ayuda al pueblo español*, *ABC*, Madrid, 13 October 1936, p.11.

<sup>621</sup> *Agonia del fascismo*, *ABC*, Madrid, 13 October 1936, p.11.

prevent the foreign involvement. Portugal didn't subscribe its resolutions avoiding the control of the border and thereby allowing supplies and movements of the nationalists. Those actions were praised in the *ABC* Seville adding that Portugal "ha sido y es nuestro consuelo en las horas amargas [has been our comfort in the hard times]"<sup>622</sup>. The appreciation included the Portuguese people, especially Salazar, the "hombre genial [brilliant man]"<sup>623</sup> responsible for the revival of Portugal in the last decade and, according to the journalist, the reincarnation of Adam Smith but with politic vocation.

The republican press had a different opinion and censured Portugal's role in the Committee, focusing its attention on the dictator nicknaming him "El Piccolino [the little one]"<sup>624</sup>. The newspaper went further, saying that the Portuguese leader was a shallow figure compared to other European dictators (Hitler, Mussolini), adding that it could only surpass them with the size of his name, Oliveira Salazar. Besides the dictator was described as an insignificant individual, who obeyed orders from Rome and Berlin and therefore was a "lacayo [lackey]"<sup>625</sup>. The journalist said also that he was irrelevant because outside Portugal nobody knew him, not even in Spain where his actions caused so much suffering. Still, the paper called Salazar a "sátrapa [satrap]"<sup>626</sup>, since the Portuguese were subjected to a regime of slavery and terror. However, the adjective that best characterized him was the "campeón del contrabando de armas [arms dealer champion]"<sup>627</sup>, activity that developed more intensely due to the lack of observers of the Non-Intervention Committee in its border. Such attitude to the organization and especially towards England was seen as "simiesca [apelike]"<sup>628</sup>, since the ruler was merely imitating Hitler and Mussolini, wondering the journalist about it's true character, inferring that if England pressed him, he would rapidly assume a submissive and subordinate stance. Meanwhile the conflict become favourable to the nationalists, who dominated the north of the country and separate the northern Catalonia and Barcelona from the rest of the Republican territory in the first half of 1938.

The communist threat was one of the main factors that led Salazar to support the nationalist, trying to fend the ideology from the Peninsula. Conscious or not of that reason, the nationalist press alluded to some USSR initiatives against Portugal, recalling its people that the war in Spain also concerned them. Apparently the favourite country for the Stalinist's misdeeds was Portugal, but its inhabitants could relax, since its leader, Salazar, was "firme y viril [strong and manly]"<sup>629</sup>.

The head of the Portuguese regime deserved all the affection by the nationalist newspaper, which recalled the moment when a "modesto (...) sencillo [modest, simple]"<sup>630</sup> professor of Coimbra was appointed as finance minister in April 1928. The acclaim maintained throughout the month, the period when Salazar promised the official recognition of the nationalist government. The decision, according to *ABC*

---

<sup>622</sup> Casulla, J. de, *Portugal espejo y consuelo*, *ABC*, Seville, 28 February 1937, p.1.

<sup>623</sup> *Ibidem*.

<sup>624</sup> *El Piccolino*, *La Vanguardia*, 7 June 1937, p.7.

<sup>625</sup> *El Piccolino*, *La Vanguardia*, 7 June 1937, p.7.

<sup>626</sup> *Ibidem*.

<sup>627</sup> *Ibidem*.

<sup>628</sup> *Ibidem*.

<sup>629</sup> *Los tentáculos de Moscú*, *ABC*, Madrid, 19 January 1938, p.10.

<sup>630</sup> Castilla, *La obra de una voluntad*, *ABC*, Seville, 27 April 1938, p.13.

Seville, showed that Salazar was the “gran figura da política europea [relevant figure of the European politics]”<sup>631</sup>, filled with wisdom and intelligence.

The rebel’s arrival to the Mediterranean led to a change in the republican press, particularly in *La Vanguardia*, who was now isolated and surrounded by the nationalist troops. The Portuguese regime and its leader were no longer criticized, being characterized as naïve and simple fellow travellers of the Spanish right-wing. The newspaper justified the Portuguese aid to the rebels with the fear towards the Spanish Republic and the possibility of annexation by an Iberian federation or something similar. The paper claimed that the Portuguese were being misled, especially now, since Franco's victory didn't guarantee its independence, unlike the Republic. The logic was simple adding that “en las trincheiras de nuestra República se defende también la Independencia de Portugal [in the Republic’s trenches we also defend the Portuguese independence].”<sup>632</sup> Another concern raised by the Republicans was the chance of Portugal losing part of its colonial empire, in result of a nationalist victory and the need to compensate German’s support with Portuguese colonies, namely Angola. The newspaper alerted the Portuguese that the African territory was huge and wealthy, reminding the previous German interest in the late XIX. Adding to this problem was the apparent collaboration of the Portuguese regime, which had already enabled the settling in the area, what was referred as an “invasión pacífica [pacific invasion]”<sup>633</sup> of the colony. The republican press advised the Portuguese that they could only stop that advance in Africa if they defeated the fascism in the peninsula.

The fear of losing colonies and its sovereignty had alleged conducted to a rapprochement between Salazar and United Kingdom, as was reported by *La Vanguardia*. The likely victory of Franco would left Spain “sin pan y preparada para una nueva Guerra [without food and ready to a new war]”<sup>634</sup>, which would be dangerous for Portugal. If that happened and facing the defeat of the Spanish Republic, there was a feeling of some satisfaction by the republican press, since Salazar had been “desleal, injusto y cruel [unloyal, unfair and cruel]”<sup>635</sup>. In that sense, all that would occur assumed some sort of retribution, because it was he who “ha tenido por misión afilar el cuchillo que puede servir mañana para degollarle [had sharpened the cutler that could cut him tomorrow].”<sup>636</sup> With the nationalist in control of Catalonia Portugal signed a Treaty of Friendship and non-Aggression with Spain (March 1939). The agreement comforted the Portuguese New State of any Spanish expansionist intentions, which would be raised again during the II World War. However, and with Madrid in grasp of Franco's troops, the relations between the countries became very friendly, like it happened in XV and XVI, when the navigators “Elcano [Spanish] y Magallanes [portuguese] (...) daban la vuelta al mundo [circled around the world]”<sup>637</sup>.

---

<sup>631</sup> *Portugal y España*, ABC, Seville, 30 April 1938, p.18.

<sup>632</sup> *En las trincheras republicanas se está defendiendo la independencia de Portugal*, *La Vanguardia*, 4 June 1938, p.4.

<sup>633</sup> Abraham Polanco, *Otro “nacionalista”: Oliveira Salazar*, *La Vanguardia*, 28 June 1938, p.5.

<sup>634</sup> *Oliveira Salazar siente ya miedo*, *La Vanguardia*, 2 August 1938, p.1.

<sup>635</sup> *Ibidem*.

<sup>636</sup> *Ibidem*.

<sup>637</sup> *Orgullo y emoción*, ABC, Seville, 19 March 1939, p.1.

## Conclusions

The representation of Portugal, Portuguese New State and Oliveira Salazar made by the Spanish press during the II Republic was not uniform. There were three distinct periods, interconnected with the political events of that time. The initial stance of the republican regime was courteous and even sympathetic towards the Portuguese regime. Portugal, although a dictatorship, was portrayed as an example because of its economic and financial success, praised by the restoration of the order and the apparent democracy that existed. Despite the differences between Lisbon and Madrid, in this early period the Spanish press had only positive remarks about the Portuguese regime and its leader. This may seem a little odd because it was in that interval that Manuel Azaña tried to help the Portuguese opposition. However those years of the Spanish republican regime were characterized by the press censorship, loosened only in 1933. The positive evaluation would be extended until the establishment of the Portuguese New State (1933). That matched with the victory of the center/right-wing in Spain and would open a new chapter in the press analysis.

The II Republic of center/right government began to praise the Fascist and Nazi regimes, however its focus was even greater towards its peninsular neighbour, who represented the model to follow. The Portuguese New State and especially Salazar obtained rave reviews, often converted into desires by the nationalist journalists. The dictator grasped a particular aura, being described as a providential man, with numerous physical and intellectual qualities that contributed to the recuperation of the Portuguese Empire. These evocations, frequently accompanied by traces of German and Italian imperialism, touched in a sensitive spot of the Spanish mental framework, which also aimed to rebuild that dream. However that would be suspended because of political developments in early 1936, which dictated the replacement of the center/right-wing coalition by the Popular Front.

The rise of radical leftists would change the description that the Spanish press made of the Portuguese New State, initiating a new period of relations with the beginning of the Civil War (July 1936). Until the *alzamiento* there was some silence, occasionally interrupted by the praise of Salazar, but also characterized by the first critiques towards the regime. The military movement would set the division between the nationalist press (*ABC*, Seville) and the one that stood by the republican government (*La Vanguardia*, *ABC* Madrid) almost till the end of the II Republic. As predictable the pro-Franco newspaper exalted the Portuguese regime and its leader, precious allies in the conflict against the Republic. Portugal and the Portuguese were portrayed as the helpful brothers that were on the right side, united with the nationalists to halt the communism. That connection drew the sharpest remarks by the republicans, which tarnished the Portuguese dictator calling him bloodthirsty and gun smuggler. At the same time, and with some exaggeration, it reported several uprisings and strikes in Portugal, thus trying to appeal to a Portuguese coup against their government. Towards the final of the war the critiques focused on a certain naivety of the Portuguese dictator, allegedly manipulated by Hitler and Franco and that would result in dire consequences for Portugal.

In the end, the nationalist victory resumed the acclamatory tone of the Portuguese New State and Oliveira Salazar, since without them probably the triumph of the rebels would never have happened.



## Sources

*ABC* (1931-1939)

*La Vanguardia* (1931-1939)

## Bibliography

Beevor, A., *A guerra civil de Espanha*, Livros do Brasil, Lisboa, 1982.

Gómez, H. de La Torre, *A relação Peninsular na antecâmara da guerra civil de Espanha (1931-1936)*, Edições Cosmos, Lisboa, 1998

Payne, S. G., *El colapso de la república los orígenes de la Guerra Civil (1933-1936)*, Esfera de los libros, Madrid, 2005.

Rodríguez, A. P., *A guerra de propaganda de Salazar Os correspondentes portugueses e a Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*, Media & Jornalismo, 2003, 21/01/2014 at 16:00 in [http://www.cimj.org/images/stories/docs\\_cimj/n3-01-Alberto-Pena-Rodriguez.pdf](http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/n3-01-Alberto-Pena-Rodriguez.pdf).

\_\_\_\_\_, *Salazar, a imprensa e a guerra civil de Espanha*, Edições Minerva Coimbra, 2007

Thomas, H., *The spanish civil war*, Penguin, London, 2003

Viñas, Á., *La soledad de la República*, Crítica, Barcelona, 2006

\_\_\_\_\_, *El escudo de la República*, Crítica, Barcelona, 2007

\_\_\_\_\_, *El honor de la República*, Crítica, Barcelona, 2009

## ***A Visão da “Guerra Total” no Pensamento Militar Português (1919-1958)***

**António Paulo Duarte\***

### **Resumo**

O propósito a que esta conferência se propõe é o de dissecar as ideias do pensamento militar-estratégico português sobre a guerra total, desde o fim da Grande Guerra aos primórdios da Guerra Fria. Far-se-á, assim, a análise do que poderá ser um conceito de Guerra Total, exame necessariamente resumido e sucinto, impulso curto para a segunda parte, para o grande corpo do texto, e para a noção, ou as ideias, sobre a guerra total no pensamento militar-estratégico português. Por fim, desenvolver-se-á uma breve explanação da relação que havia entre a noção de guerra total, concetualizada pelo pensamento militar-estratégico português, e a edificação de uma política e de uma estratégia de defesa nacional.

### **Introdução**

O propósito a que esta conferência se propõe é o de dissecar as ideias do pensamento militar-estratégico português sobre a guerra total, desde o fim da Grande Guerra aos primórdios da Guerra Fria. Pensamento militar-estratégico, na verdade, dado ser o pensamento estratégico de quase exclusiva extração castrense em Portugal no período em estudo. Para o efeito, e de forma sucinta, partiremos de uma perspetiva conceptual da guerra total, observando, desde já, a fluidez e a dimensão fugidia do conceito, para posteriormente, municiados dessa interpretação, apresentar criticamente a visão, o mais global possível, dessa forma de guerra no pensamento militar-estratégico português. Em suma, de que modo entendeu o pensamento militar-estratégico a guerra total e de como esta o armou para pensar uma política nacional de defesa militar e uma estratégia bélica de defesa do país.

Saliente-se que a análise de um conceito não é um estudo estéril, mas bem pelo contrário, entronca na construção da política militar e na estratégia de defesa. Na realidade, todo o planeamento estratégico-militar deriva da perspetiva que se tem da guerra futura, que resulta de uma interpretação teórica sobre a/as guerra/as passada/as e as suas possibilidades de evolução. Considerando que no cerne da visão de guerra futura, seja após a Grande Guerra, seja no dealbar da Guerra Fria, estava a noção de guerra total, da compreensão daquilo que esta noção exprimia, na sua forma mais global ou menos lata, derivaria a conceção de estratégia (e de estratégia militar) que se pretendia implementar, informada e enformada pela política, e pela sua relação com a guerra a porvir. Nesse sentido, da leitura, da interpretação, da concetualização do que era a guerra total, derivaria o horizonte da política (de guerra) e da estratégia militar de defesa que deveria ser implementada.

---

\* António Paulo Duarte é assessor do Instituto da Defesa Nacional (Ministério da Defesa Nacional) e Investigador do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Far-se-á, assim, a análise do que poderá ser um conceito de Guerra Total, exame necessariamente resumido e sucinto, impulso curto para a segunda parte, para o grande corpo do texto, e para a noção, ou as ideias, de guerra total no pensamento militar-estratégico português. Por fim, desenvolver-se-á uma breve explanação da relação que havia entre a noção de guerra total, concetualizada pelo pensamento militar-estratégico português, e a edificação de uma política e de uma estratégia de defesa nacional, de carácter profundamente militar inicialmente, mas dilatando-se progressivamente para uma leitura mais próxima da ideia de “estratégia total”.

### A Ideia de “Guerra Total”

O conceito de guerra total desponta durante a Grande Guerra. A parturação do conceito caberia à obra de Leon Daudet, “La Guerre Totale” (1918).<sup>638</sup> O autor acusava a Alemanha de ter planeado e de estar a desenvolver uma ação bélica global, mobilizando não só todos os seus recursos militares, mas também a sua finança, a sua economia, a sua academia, o seu conhecimento jurídico e intelectual, as suas tradições e códigos civilizacionais, urgindo a que a França, por sua vez, enveredasse pelo mesmo rumo e levantasse toda a nação contra o seu totalmente mobilizado agressor.

A Grande Guerra mudou a condução política e estratégica da guerra, por parte de cada um dos atores envolvidos. Até à eclosão da Grande Guerra havia uma nítida distinção entre o nível político e o nível estratégico-militar da guerra.<sup>639</sup> O nível estratégico remetia para aquilo a que mais tarde se denominaria de operações, a mobilização da conscrição e a condução das forças militares mobilizadas durante a campanha, com a estratégia basicamente reduzida à dimensão militar.<sup>640</sup> Adicionalmente havia a preocupação, mais política do que estratégica, de assegurar o financiamento da máquina de guerra durante a campanha bélica. À política caberia lidar com as consequências da campanha bélica, terminadas as operações.

Esta leitura clássica da ação política e da ação estratégica seria rapidamente ultrapassada pela evolução da Grande Guerra. A “batalha do material” (*materialschlacht*), como os alemães cognominaram o esforço marcial exigido pela Grande Guerra, espelhava de forma perfeita as exigências bélicas da conflagração, obrigando à mobilização de todos os vastos recursos da nação para sustentar a combatividade das forças militares na linha da frente (infra). Para além da mobilização total da conscrição, era necessário levantar, em prol do esforço de guerra, a finança nacional, com que assegurar os capitais que oleassem os meios industriais de produção internos, que nutrissem as necessidades gargantuescas e supersofisticadas tecnologicamente de equipamento e de armamento da força bélica. Adicionalmente, era mister mobilizar a própria sociedade civil para acudir, quer às premências das grandes usinas, quer para assegurar a moral geral, no contexto da Grande Guerra, na dura labuta em que todos estavam envolvidos. A sociedade era engolfada na sua quase totalidade no esforço de guerra, desenvolvendo-se uma nova forma de estratégia, muito mais próxima do patamar político, que tinha por função a organização da mobilização nacional e a sua orquestração com o fito de assegurar o sucesso nesta nova forma de contenda ampliada e dilatada. No pós-guerra, esta nova forma de estratégia seria denominada, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos da

---

<sup>638</sup> Guiomar, J. *L’Invention de la Guerre Totale*, Paris, 2004, p. 12.

<sup>639</sup> Strachan, H., “Stratégie” in Audoin-Rouzeau S., e Becker, Jean-Jacques (Dir.), *Encyclopédie de la Grande Guerre, 1914-1918*, Paris, 2004, pp. 421-422

<sup>640</sup> Beaufre, A., *Introdução à Estratégia*, Lisboa, Sílabo, 2004, p. 77.

América, de “Grande Estratégia” e em França, por via do Almirante Castex, de “Estratégia Integral”,<sup>641</sup> em suma, aquilo a que a escola estratégica francesa e portuguesa designariam como de “estratégia geral ou total”.<sup>642</sup>

Os aliados aperceberam-se melhor das exigências globais da Grande Guerra e procuraram sempre assegurar o equilíbrio entre as necessidades da frente interna e da frente externa ou militar, garantindo o respaldo da população civil para a labuta da guerra, e a sua influência sobre a vontade dos “soldados-civis” em perdurar no meio da dura lide em que viviam. Pelo contrário, a focalização imposta pelo Chefe do Estado-Maior General (“Generalstab”) Paul Von Hindenburg e o seu Primeiro Quartel-Mestre General Erich Ludendorff no esforço militar, engendrou um imenso desequilíbrio entre a frente interna e a frente de batalha no que se refere ao abastecimento alimentar, já deficitário, por causa do bloqueio aliado, debilitando subsequentemente o próprio provimento da linha da frente, contribuindo para o colapso moral da retaguarda e para o esgotamento físico e anímico das forças militares germânicas.<sup>643</sup>

O Historiador Jean-Yves Guiomar refere que o carácter da guerra total deriva da fusão que faz entre a política e a guerra.<sup>644</sup> Para entender o carácter da guerra total convém talvez basear-se primeiro na ideia de guerra “tout court”, para depois dissecar aquilo que distingue esta da sua forma total. Por guerra pode entender-se a manipulação, por parte de uma entidade coletiva (por isso visceralmente política), do aniquilamento (da morte, do medo), através da luta, com vista a subjugar o seu oponente, atingindo assim os fins positivos desejados. O propósito último de toda e qualquer manipulação da guerra é assegurar a abolição do inimigo (e não do outro) inaugurando uma nova paz e um futuro livre de ameaças (os fins positivos almejados).<sup>645</sup> Nem todo o aniquilamento tem de ser absolutamente físico e terminal, nem toda a subjugação implica a absorção do outro, bastando tantas das vezes que no caso específico para que é instrumentalizada a luta de aniquilamento, o adversário reconheça, numa dimensão particular, os direitos do vencedor, para que as armas se apaziguem. Quanto menos vital é a lógica da guerra (a manipulação do aniquilamento, através da luta) mais de esta atividade pode ser encarregue um corpo social específico e próprio, que em espaços-tempos delimitados, se encarregue de dirimir os fins positivos em digladição entre duas entidades coletivas.

É da dimensão absolutamente vital do fim pretendido pelas entidades coletivas em digladição, elas próprias arquiteturas integrais-totais (a nação ou a ideologia totalitária) que a guerra total brota. Luta-se, não por um elemento específico e particular, mas pela identidade da própria nação ou da ideologia totalitária (ou por ambas fundidas numa só idealização), estando em digladição a própria identidade de si, o próprio ser ou possibilidade de ser, vibrando por todo o organismo individual ou coletivo a agonia da guerra, ressaltando por todos os poros da identidade coletiva.<sup>646</sup>

---

<sup>641</sup> Sobre a lógica prometaica da guerra total, vejam-se, por exemplo, Gat, A., *War in Human Civilization*, Oxford, 2008, pp. 512-570 e Heuser, B., *The Evolution of Strategy: Thinking War from Antiquity to the Present*, Cambridge, pp. 137-199.

<sup>642</sup> Sobre estes conceitos, Couto, A.C., *Elementos de Estratégia*, 1º Vol., Lisboa, IAEM, (s/d).

<sup>643</sup> Winter, J., “L’ effort de guerre” in Audoin-Rouzeau, S., e Becker, Jean-Jacques (Dir.), *Encyclopédie de la Grande Guerre. 1814-1918*, Paris, 2004, pp. 409-419.

<sup>644</sup> Guiomar, Jean-Yves, *L’Invention de la Guerre Totale (XVIIIº - XX Siècle)*, Paris, 2004.

<sup>645</sup> António Paulo Duarte, “Estratégia: Origem e Fundamento”, *Nação e Defesa*, Nº 136, 5ª Série, pp. 44-48.

<sup>646</sup> Veja-se o que afirma o historiador Eric Hobsbawm a propósito da atitude da sua geração, nos anos 30, no que se refere à política, em não havia neutralidade possível: era um tempo apocalíptico entre a ruína e a revolução. Gregory Elliot, *Hobsbawm. History and Politics*, London, 2010, p. 4. Uma descrição

A guerra total é uma guerra de aniquilamento, porquanto questiona e interpela a essência (e a existência) da identidade individual e coletiva. Nesse sentido, ela atravessa toda a nação, toda a entidade coletiva nela envolvida, engole-a para a conflagração onde se lida com a sua própria essência. É a nação toda que se bate e a mobilização total é um espelho dessa pugna vital, onde se joga em simultâneo o eu individual de cada um e o eu coletivo de todos. Na realidade, a guerra total é a expressão última do mito político messiânico de absoluta reengenharia da sociedade humana. O extermínio do oponente como a sólida garantia de uma terapêutica social que do lugar da desordem primevo forjasse uma forma imanente de “cidade celeste”.

E é este processo que forja a fusão da política e da guerra. Só a absoluta mobilização da sociedade, com vista abolir o inimigo pela manipulação do aniquilamento, através da luta, subjugando este, e repondo a paz (fim positivo), augura a perdurabilidade da comunidade entitária. A guerra torna-se o fito em redor do qual se forja a ação da entidade comunitária coletiva, mas só a agregação desta e a sua orquestração pela política, em prol da pugna comum, possibilita pensar num resultado final favorável.

É por isso que, por paradoxal que possa parecer, a guerra total vê a estratégia alcandorar-se ao nível político. Até então, a estratégia era um saber estritamente militar, correlacionado com as grandes operações bélicas. Depois da Grande Guerra, nos países anglo-saxónicos e em França, desenvolveu-se uma conceção estratégica não militar de nível claramente político, interligando e orquestrando as dimensões militar e não militar do esforço de guerra. A “Grande Estratégia” ou a “Estratégia Integral” refletiam a necessidade de correlacionar a estratégia militar com outras estratégias, como a diplomática, a económica e a mediática e de propaganda, na ampla paleta de ações combinadas que deveriam caucionar o sucesso da nação, desse todo integrado, na contenda que a interpelava existencialmente.<sup>647</sup>

### **A Perspetiva Portuguesa da Guerra Total**

A ideia de guerra total, que os militares portugueses foram concetualizando, modificou-se com a Segunda Guerra Mundial. Algumas traves mestres da conceção de guerra total vinham já dos anos 30, mas a sua amplitude foi consideravelmente alargada. Esta modificação expressa e traduz, no fundo, a leitura e a compreensão que os militares portugueses tinham, quer da Grande Guerra, quer da segunda Guerra Mundial.

Para Adriano Beça, a Grande Guerra era produto, não do choque entre exércitos, mas entre nações: era o princípio da “Nação armada”, reflexo da conscrição geral e obrigatória, que criara exércitos humanamente colossais.<sup>648</sup> O autor ressalva, igualmente, que a Grande Guerra demonstrara a sua totalidade ao ampliar a mecânica militar, de modo a poder ser aplicada, não só “as grandes reservas de pessoal e animal, como ao sequestro de grandes produtos alimentícios e à mobilização das fábricas e das indústrias (...).”<sup>649</sup> A tese de Adriano Beça é um excelente ponto de partida para se entender o modo como no período entre-as-guerras os militares

---

da intensa conflitualidade política na Europa da primeira metade do século XX pode ser lida em Payne, S., *Civil War in Europe, 1905-1949*, Cambridge, 2011.

<sup>647</sup> Nas obras citadas na bibliografia de Abel Cabral Couto, Beatrice Heuser ou Hervé Coutau-Bégarie, encontra-se o desenvolvimento deste processo de elevação da estratégia ao patamar político de forma sistemática.

<sup>648</sup> Beça, A., “Lições da Grande Guerra”, *Revista Militar*, Nº 8, Agosto de 1919, pp. 453-454.

<sup>649</sup> Idem, p. 454.

portugueses entenderam a guerra total. No texto inicial, o que se salienta é a ideia de mobilização da população, mais do que a mobilização dos meios materiais. A Grande Guerra foi, para os teóricos militares portugueses, não tanto uma guerra de material (tecnológico-industrial), como os alemães a entenderam,<sup>650</sup> mas uma guerra de imensas massas de homens armados, organizados em corpos militares específicos, suportados pelo processo industrial.<sup>651</sup> Era, na sua essência, a ampliação do modelo das guerras napoleónicas, mas numa escala colossal. A guerra do futuro, que no fundo, mais não era que a guerra do passado, implicaria a mobilização da população em dimensões ingentes para fornecer recursos humanos para os exércitos em campanha. Essa seria até à segunda grande Guerra Mundial a preocupação fundamental, passando para lá do problema da mobilização industrial e tecnológica.

Em 1923, ao estudar a defesa militar de Portugal, A. Sousa Dias realçava que a defesa da Beira Alta deveria ser similar àquela que Wellington fizera, mas de acordo com a guerra moderna, com efetivos maiores.<sup>652</sup> Alguns anos depois, Joaquim de Oliveira Leite referia que, modernamente, se considerava a mobilização de 5% da população masculina, o que significaria que Portugal deveria poder mobilizar 300.000 homens, cerca de 15 Divisões, ainda assim, deixando-nos em desvantagem face a

---

<sup>650</sup> Para o pensamento militar alemão, a *materialschlacht*, a guerra de material, seria a chave da guerra futura, e todos os estudos dos anos 20 e 30, procuravam responder à questão central, de como uma potência com recursos limitados para uma guerra total tecno-industrial poderia alcançar a vitória. A resposta dada a esta dilemática, e que estaria na génese da denominada *Blitzkrieg*, foi a constituição de um exército ultrassofisticado tecnologicamente, que numa guerra ultrarrápida conseguisse alcançar prontamente a decisão, ou seja, a vitória. A criação de um exército ultrassofisticado implicava vários elementos: tecnológico, organizacional e doutrinal. Em termos tecnológicos, significava desenvolver armas muito sofisticadas, só passível de se fazer numa sociedade altamente avançada tecnologicamente como a Alemanha. A questão organizacional implicava a estruturação do exército em redor de grandes unidades militares (divisões) altamente móveis e flexíveis, dotadas de um eficiente sistema de comunicações, que lhes permitisse elevadíssima flexibilidade operacional. A doutrina militar fundava-se na noção de mobilidade, a base sobre a qual o poder de fogo adquiria posições vantajosas, em situações muito favoráveis, em todos os elementos da trindade bélica: táticos, operacionais e estratégicos. Contudo a mobilidade estava intimamente ligada às comunicações, isto é, a mobilidade era a mobilidade dos veículos aeroterrestres e das comunicações. A *Materialschlacht* traduzia uma visão completamente distinta da guerra relativamente ao pensamento teórico português. A guerra do futuro seria uma guerra de produção industrial, de duelo tecnológico, não uma oposição entre massas humanas. Esta ideia está desenvolvida, por exemplo, em António Paulo Duarte, “A Visão da «Guerra Total» no Pensamento Militar”, *Nação e Defesa*, 3ª Série, Nº 112, Outono - Inverno de 2005, Lisboa, pp. 133-150.

<sup>651</sup> Curiosamente, para os contemporâneos da Grande Guerra, o aspeto que mais os parece ter marcado, foi a maciça mobilização demográfica. Foi a disseminação da mobilização por toda a sociedade que distinguia a Grande Guerra das outras guerras, assim como peso em sangue colossal que ela produziu. Jay Winter, “Victimes de la Guerre: morts, blesses et invalides” in Audoin-Rouzeau, S., e Becker, Jean-Jacques (Dir.), *Encyclopédie de la Grande Guerre. 1814-1918* Paris, 2004, p. 1075. Os portugueses não eram por isso originais nessa visão. Contudo, contrariamente a muitos outros, mantiveram-se fiéis à “Guerra de Massas”, eixo da sua visão da guerra total até muito tarde. Refira-se que para os planeadores do exército dos EUA, no período entre-as-guerras, também o eixo da guerra total se centrava na mobilização demográfica. No entanto, apesar de parecerem semelhantes a visão portuguesa e a ótica norte-americana, havia uma grande diferença. Para os portugueses, a guerra total era a Guerra de Massas, o que contava era dispor-se de capacidade de mobilização, o resto adviria por acréscimo. Para os planeadores estratégicos dos EUA, a mobilização demográfica derivava da lógica de usura. A guerra total era uma guerra de usura, onde o capital essencial era a massa humana. Por isso, os portugueses se mantêm fiéis a Napoleão e a batalha decisiva, enquanto os planeadores estratégicos dos EUA se concentravam na noção de mobilização e de usura, reconhecendo as dificuldades em de uma assentada vencer um conflito. Sobre a lógica norte-americana, veja-se por exemplo David E. Johnson, *Fast Tanks and Heavy Bombers, innovation in the US Army, 1917-1945*, Ithaca e Londres, 1997.

<sup>652</sup> A. Sousa Dias, “Um Estudo Militar”, *Revista Militar*, Nº 2/3, Fevereiro/Março de 1923, p. 70.

Espanha.<sup>653</sup> E relevava o autor que na Grande Guerra a vitória final pertencera àquele que de mais divisões dispusera.<sup>654</sup> Tal como faria mais tarde Tasso de Miranda Cabral, também J. de Oliveira Leite considerava que o efetivo de 30.000 homens do Serviço Militar Obrigatório poderia alimentar a mobilização de cerca de 10 divisões, bastando para isso assegurar que em tempo de paz, cada uma dispusesse de 3.000 homens permanentemente no seu quadro.<sup>655</sup> Em 1932, nas suas famosas “Conferências sobre Estratégia”, Tasso de Miranda Cabral defendia a mobilização, em tempo de guerra, de 500.000 homens, facto que ele considerava perfeitamente plausível para os recursos demográficos portugueses.<sup>656</sup> O mesmo número era apresentado por Elias da Costa em 1933.<sup>657</sup> O mesmo autor, numa outra obra, salientava que a Estratégia era uma questão de massas e volume de efetivos.<sup>658</sup> Em 1935, Raul Esteves realçava precisamente o facto de que a guerra do futuro seria uma guerra de usura. E que quem potenciava melhor os recursos de uma nação era o Exército porque a guerra moderna era uma questão de grandes massas mobilizáveis, de potência demográfica.<sup>659</sup> Na realidade, Raul Esteves considerava igualmente a mobilização dos recursos materiais e morais da nação, não deixando de ser sintomático porém que considerasse em primeiro lugar a mobilização demográfica.

Nem todos aderiam tão estreitamente ao princípio da mobilização das massas humanas. F. Santos Costa e J. Barros Rodrigues salientavam, em meados dos anos 30, que não se podia tão só considerar a mobilização das massas humanas, mas também se devia mobilizar todos os outros recursos nacionais que servissem a nação em tempo de guerra.<sup>660</sup> Igualmente, nos finais dos anos 30, Júlio Botelho Moniz salientava que a mobilização militar era tão só uma parte da mobilização total da nação, que deveria incluir outras dimensões, económicas, financeiras, morais, políticas, entre outras.<sup>661</sup> É preciso, não obstante, ressaltar que ambos os autores não criticam a mobilização humana, tão só a consideram integrada ou complementada por outras mobilizações que ponham ao serviço da defesa nacional a totalidade dos recursos da nação. Havia contudo alguns problemas para se conseguir uma efetiva mobilização dos recursos industriais nacionais: a sua quase inexistência.

Em Portugal, queixava-se Luís Sousa Sanches em 1935, faltavam os recursos para o país bastar-se a si próprio.<sup>662</sup> Para desenvolver-se as preciosas indústrias de que o país carecia, o Estado, não teria outro remédio a não ser intervir diretamente na economia.<sup>663</sup> O artigo de Luís Sousa Sanches é, no entanto, o primeiro a aparecer na

---

<sup>653</sup> Joaquim de Oliveira Leite, “Estudo de Organização Militar”, *Revista Militar*, Nº 3-4, Março/Abril de 1926, p. 144.

<sup>654</sup> Idem, p. 144.

<sup>655</sup> Idem, Ibidem, p. 150

<sup>656</sup> Cabral, T.de M., *Conferências sobre Estratégia. Estudo Geo-estratégico dos Teatros de Operações Nacionais*, Lisboa, 1932, 1º Vol, p. 208 e 2º Vol., pp. 292 e 294-295.

<sup>657</sup> Costa, E. da, *A Defesa Militar de Portugal*, (s/l), 1933, pp. 41-42.

<sup>658</sup> Costa, E. *Análise Tática da Batalha*, (Edição de Autor), 1936, p. 228.

<sup>659</sup> Esteves, Raul, *O Problema da Defesa Nacional*, Lisboa, Papelaria Fernandes, 1935, pp. 9-10 e 57-58.

<sup>660</sup> Costa, F. S. e Rodrigues, J. B., “Organização Geral da Nação para o Tempo de Guerra”, in *I Congresso da União Nacional*, Lisboa, 1935, p. 169.

<sup>661</sup> Moniz, J. B., *A Nação em Guerra: Organização Nacional da Defesa*, Lisboa, Editorial Império, 1939, pp. 33-34.

<sup>662</sup> Sanches, L.S., “Mobilização Industrial”, *Revista Militar*, Nº 10, Outubro de 1935, p. 756.

<sup>663</sup> Idem, p. 757. O autor considerava como prioritárias as indústrias químicas e de máquinas, as indústrias energéticas ligadas à extração de carvão e à possibilidade da existência de hidrocarbonetos nas colónias, assim como a refinação de petróleo em Portugal.

Revista Militar, no período entre-as-guerras, a refletir sobre a mobilização não militar, exprimindo sintomaticamente a despreocupação com que os decisores militares observavam essa realidade. Era, talvez também, a tradução de ser muito mais fácil para os militares considerarem a mobilização humana, refletida na conscrição geral e no Serviço Militar Obrigatório, do que as complexidades da mobilização económica e industrial.

Nos anos 30, só outro artigo perspetiva a guerra total de forma bastante englobante. É um texto, no entanto desgarrado, de um autor que, parece, lera a obra de Erich Luddendorf, “Guerra Total”, e que a sintetiza nas páginas da Revista Militar. Apesar do autor salientar que a guerra total é expressão do desenvolvimento do poder aéreo e das radiocomunicações, a sua interpretação centra-se no fator moral, na unidade e na coesão da nação, na liderança do Chefe de Estado, na recusa da ideia que a técnica e a mecanização são tudo. Pelo contrário, o vetor moral é um elemento decisivo da guerra.<sup>664</sup> Era a expressão da real preocupação do pensamento estratégico militar com a mobilização de todos os recursos nacionais. Seria preciso não esquecer a conferência de Henrique Pires Monteiro publicada em 1932. Henrique Pires Monteiro pode ser ancorado aos autores que aderiam de forma menos estreita à noção de mobilização total, considerando nesta, não só a mobilização das massas humanas, mas também a mobilização dos recursos nacionais, não só materiais, mas também morais. Como sucede com muitos outros autores, a questão material é tratada muito menos desenvolvidamente que a questão política e moral.<sup>665</sup>

Sintomaticamente, apareceria no ano de 1937, no Boletim da Escola Central de Oficiais, uma conferência sobre a questão da técnica ao serviço da força militar. O autor limitava-se a discorrer umas quantas generalidades sobre as tecnologias que podiam servir as Forças Armadas, realçando nomeadamente o valor do motor de combustão, do motor a diesel, da TSF (telegrafia sem fios), da televisão (onde afirma que, no futuro, os comandantes-chefes poderão ver e dirigir a batalha através dos ecrãs), para além de tecnologias que não tiveram à altura grande futuro, como os eletromóveis (carros movidos a energia elétrica) e a telefonia ótica.<sup>666</sup> Não deixa contudo de começar por ressaltar a importância decisiva do valor da moral para a guerra e para a formação da força militar,<sup>667</sup> como que querendo afiançar, no fundo, a menoridade da técnica. Na realidade, até aos finais dos anos 30, a problemática da defesa nacional passava fundamentalmente pela organização e preparação da Forças Armadas e da sua direção, havendo uma quase total indiferença pela mobilização geral do país para a guerra.<sup>668</sup>

A Segunda Guerra Mundial teria aqui, como noutras ideias, um impacto decisivo. Os militares portugueses, subitamente, terão apreendido algo daquilo a que os alemães, vinte anos antes, tinham denominado de *Materialschlacht*, a guerra do material, e que a guerra total não era só uma questão de armar a massa dos cidadãos, mas era também a mobilização do poder industrial e tecnológico, era o levantamento

---

<sup>664</sup> Melo, J. B. P. de, “A Guerra total”, *Revista Militar*, Nº 3, Março de 1938, pp. 182-190.

<sup>665</sup> Pires Monteiro, H., *A Mobilização dos Estados. Alguns dos seus aspectos*, Porto, Litografia Nacional, 1932.

<sup>666</sup> Amorim Ferreira, H., “A Máquina ao Serviço do Exército”, *Boletim da Escola Central de Oficiais*, Nº 44-45-46, Junho de 1937, pp. 49-61.

<sup>667</sup> Idem, pp. 49-50 e 56.

<sup>668</sup> Facto que se reflete na legislação, visto que as reformas militares de 1937 se centraram na organização do exército e do serviço militar obrigatório. Seria preciso esperar por 1956 para se legislar de forma global sobre a preparação da Nação para a Guerra. Já anteriormente, a reforma naval ter-se-ia limitado ao equipamento da Armada em navios e à reforma da Arsenal Naval. Duarte, A. P., *A Política de Defesa Nacional*, Lisboa, 2010, pp. 39-50 e 69-119.



de ingentes recursos materiais. Em 1941, A. Luís Pinto publica, em quatro números da Revista Militar, um longo texto sobre a mobilização económica e o abastecimento industrial. O texto reflete ainda algumas perspetivas oriundas dos anos 30, mas é efetivamente o primeiro texto de fôlego sobre a questão da mobilização económica, industrial e científico-tecnológica. O autor começa por salientar que fora a criação de enormes exércitos que levantaram a questão da mobilização nacional, na medida em que era necessário abastecê-los de todo um vasto conjunto de recursos.<sup>669</sup>

O problema tornava-se mais acutilante quando se tratava não só de abastecer os militares mas também a parte civil da nação, que produzia os bens necessários para a sustentação das Forças Armadas.<sup>670</sup> Para garantir a mobilização, não só militar, mas da nação, era por isso imprescindível a intervenção dos poderes públicos, ou seja, do Estado.<sup>671</sup> Na sequência desta introdução, A. Luís Pinto descreve depois uma vasta organização hierarquizada e vertical de mobilização nacional, com forte intervenção do Estado, nomeadamente na constituição de corporações, com raízes no próprio aparelho governativo, por obrigatoriedade impostas às empresas privadas pelo mesmo, pela definição de quotas de produção e pela criação de *stocks*.<sup>672</sup> A preocupação com a mobilização nacional e o abastecimento nacional do autor acaba ainda por estar algo ancorada ao pensamento de antes da Segunda Guerra Mundial. Não deixa de ser revelador que a questão se ponha por causa das ingentes massas humanas que caracterizam os exércitos modernos. É necessário mobilizar a nação para sustentar os exércitos que são humanamente gargantuescos (mesmo no tributo de sangue que demandam). Há nesta visão ainda algo de antanho, de arcaico, do passado.

Porém, o texto, assinado estranhamente B.S., de 1944, já tinha outra visão da guerra total.<sup>673</sup> Abre com a ideia de que a guerra total, guerra de aniquilamento, reflete o desenvolvimento de novas armas de elevado poder destrutivo, o submarino e o avião. Este último é avassalador, por levar a destruição e a morte aos confins mais recônditos do território inimigo, operando independentemente sobre o mar ou sobre a terra, o que unifica estes dois poderes, e unificando-os, une também a guerra, una e total.<sup>674</sup> Sustentáculo da máquina militar, o poder civil, é a essência do poder beligerante.<sup>675</sup> A guerra mostrou a importância das linhas logísticas, de linhas logísticas de ingente extensão.<sup>676</sup> A coordenação das forças de terra, de mar e de ar

---

<sup>669</sup> Pinto, A. L., “Bases para a Organização, no País, da Mobilização Económica e do Abastecimento Nacional”, *Revista Militar*, Nº 1, Janeiro de 1941, p. 21.

<sup>670</sup> Idem, p. 21.

<sup>671</sup> Idem, *Ibidem*, p. 22.

<sup>672</sup> Pinto, A. L., “Bases para a Organização, no País, da Mobilização Económica e do Abastecimento Nacional”, *Revista Militar*, Nº 9, Setembro de 1941, pp. 604-606.

<sup>673</sup> Não foram só os militares que foram surpreendidos pelo exponencial de poder destrutivo da guerra total, tal como se exprimiu na Segunda Guerra Mundial. Esta materialização do combate, esta maquinização fástica da guerra, teria igualmente espantado a sociedade portuguesa em geral. Veja-se esta entrada do Diário de Miguel Torga de 1942: “No meio desta desgraçada guerra, toda aço, ferro, bombas e coisas técnicas, onde entra tudo menos uma instintiva e sanguínea vontade combater, um lampejo de esperança, a notícia (...), entre as tropas americanas existe um homem, um índio, que houve o som dos aviões inimigos antes dos aparelhos de escuta.”, Miguel Torga, *Diários I-VIII*, Lisboa, 1999, Diário II, entrada de 23 de Maio de 1942, p. 162.

<sup>674</sup> B. S., “Guerra Una e Total”, *Revista Militar*, Nº 5, Maio de 1944, pp. 225-226. É plausível, mas nada seguro, considerar B.S. como sendo Alfredo Botelho de Sousa. O facto de ter assinado com pseudónimo, seja quem for, mostra um certo receio académico em exprimir livremente as suas ideias ou a sua posição oficial de Major-General da Armada inibia-o de o fazer. No entanto, a grande maioria das ideias expostas seria comumente aceite nos anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial.

<sup>675</sup> Idem, p. 230.

<sup>676</sup> Idem, *Ibidem*, p. 232.

tornou-se quase a regra, cada uma dando apoio à outra, para que eficientemente se possa dominar o seu meio, interdependência que se espelha paradigmaticamente no porta-aviões, arma aeronaval com capacidade de intervir em terra, obrigando a pensar-se na criação de um comando unificado das Forças Armadas, um ministério da defesa.<sup>677</sup>

O autor começa por salientar que a guerra se tornou total devido ao desenvolvimento de novas armas de efeitos devastadores, estrategicamente unificadoras da ação dos futuramente denominados três Ramos (Marinha de Guerra, Exército e Força Aérea). São as armas, ou seja, a dimensão técnico-material, com todo o efeito exponenciador de poder destrutivo e alcance, dilatando e ampliando o espaço e contraindo o tempo, tornando totalizante a guerra, que lhe dão aquele carácter total. É uma importante evolução conceptual, relativamente aos anos 20 e 30, e é-o mais, porque esse carácter totalizante, obriga igualmente a pensar na sobreposição das missões de terra e de mar. O ar obriga no mínimo à coordenação das forças de terra e de mar e do ar. É certo, num breve artigo, o autor não refere efetivamente a questão da mobilização, mas não pode-se deixar de considerar que a sua visão remetia para elemento secundário a mobilização humana, face à mais premente mobilização tecnológica e industrial.

O texto de B.S. remete então para uma das concepções da guerra total, o seu efeito integrador (holista) e massificado, produto da importância do vetor material, que tem como corolário, o exponenciar do potencial destrutivo. Uma noção ainda muito pouco englobante de estratégia, fundamentalmente militar, e de timbre operacional, como era a que enformava o pensamento militar e estratégico português ainda no termo da Segunda Guerra Mundial, afastada do raciocínio político, ajudava a focalizar toda a problemática e a visão nacional da guerra total num quadro estritamente militar, de onde estava ausente as questões políticas e ideológicas.<sup>678</sup> Escapava-lhe, assim, a lógica de aniquilamento político-ideológico e absoluto que estava por detrás da guerra total. O peso da profissão delimitava a capacidade de muitos militares em abrangerem uma conceitualização alargada de guerra total, reduzida unidimensionalmente àquilo que advinha do quadro militar-castrense, escapando-lhes a dimensão política e social da mesma.<sup>679</sup>

Assim, os efeitos da guerra total são vislumbrados, antes de mais nada, pela conglutinação das três forças em operações combinadas e inter-armas, pelo valor da mecanização que cria a mobilidade e a velocidade, que ampliam e dilatam exponencialmente o campo de batalha.<sup>680</sup> Além disso, a guerra moderna, a guerra total, conjuga a nação e o exército, passando a própria população a ter uma ação de

---

<sup>677</sup> Idem, Ibidem, pp. 227-236. Apesar disso, o autor pugna pela independência de cada Ramo, conquanto haja uma estrutura coordenadora dos três, dando como exemplo o Conselho de Defesa Imperial Britânico. (p 227).

<sup>678</sup> Sobre a concepção de estratégia no pensamento estratégico militar português no período entre-as-guerras e no termo da Segunda Guerra Mundial, veja-se António Paulo Duarte, “O Conceito de Estratégia no Pensamento Estratégico-Militar Português na Era da Guerra Total. Da Grande Guerra à Entrada na NATO – 1919-1958”, *Nação e Defesa*, Nº 123, 4ª Série, Verão de 2009, pp. 178-184.

<sup>679</sup> A lógica absoluta da guerra total, na sua dimensão ideológica, política e social, não devia ter escapado a Salazar. Numa carta, datada de 13 de novembro de 1942, Armindo Monteiro, o embaixador português na Grã-Bretanha, referindo-se a um encontro com W. Churchill, afirmava que o Primeiro-Ministro britânico tinha salientado o carácter total da guerra, consubstanciado na vontade de destruir Hitler e os nazis numa guerra de extermínio. Rosas, F., Barros, J. L. de e Oliveira, P.de, *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar, Correspondência Política, 1926-1955*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, p. 380.

<sup>680</sup> Pereira, J. C., “A Interdependência das três forças”, *Revista Militar*, Nº 8/9, Agosto/Setembro de 1949, pp. 467-471.

tipo “militar”, de defesa civil, e de combate às quintas colunas e às forças paraquedistas do inimigo, podendo transformar-se também numa força de guerrilha.<sup>681</sup> Eram ainda perspectivas excessivamente centradas na dimensão militar, que exprimiam de forma redutora alguns dos elementos que tinham caracterizado a guerra total.

Nem todas as preocupações de análise da guerra total se centravam nas Forças Armadas. Em 1944, o Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares publicava um notável texto sobre a guerra económica, da autoria de António Augusto dos Santos, onde o autor ressaltava que uma das características da guerra total, da guerra entre as nações, era a expansão do vetor económico na dinâmica da ação agónica, acentuando a importância de ao lado de uma estratégia militar se encontrar uma estratégia económica.<sup>682</sup> A visão do autor parece ser já mais abrangente na conceção de estratégia que aplica. Todavia o facto de o seu texto se referir especificamente à guerra económica, torna difícil uma conclusão abrangente sobre a sua ótica da guerra total. Saliente-se, porém, que António Augusto dos Santos considerava que a vitória, na Segunda Guerra Mundial, da Grã-Bretanha, expressava a primazia da estratégia económica, do aproveitamento de recursos, sobre a estratégia militar. A derrota alemã, por seu turno, era produto da sobre dominância do vetor militar na sua estratégia, desconsiderando o económico.<sup>683</sup>

Em 1950, ultrapassa-se estas visões, ainda simples, da guerra total. Para Afonso Botelho, a defesa nacional é um esforço integral. A guerra deixou de ser meramente uma questão material para se alargar às dimensões psicológicas, subversivas, diplomáticas, económicas e militares. A mobilização nacional implica a coordenação e a fusão de todos os instrumentos de guerra. A guerra total implica a defesa integral.<sup>684</sup> O autor não deixa todavia de salvaguardar a necessidade de manter a independência de cada um dos Ramos das Forças Armadas. Estes devem procurar uma maior coordenação e cooperação, mas assegurar simultaneamente a sua especificidade.<sup>685</sup> De igual modo, Eduardo Pires, releva a relação entre a guerra total e a nova conceção de estratégia geral superior. A estratégia geral superior é expressão da mundialização da guerra, o que obriga a desenvolver uma concetualização geopolítica dos conflitos e a ter em conta, na preparação dos países para a guerra, a geografia e a economia. Assim, a estratégia geral superior deve coordenar as estratégias parciais, não só militares, mas também económicas e geográficas.<sup>686</sup>

A guerra total, espelhada na mundialização da guerra e na emergência de uma estratégia geral superior, reflete as transformações geradas pela ciência e pela técnica na disputa agónica e expressa a importância da economia, ou seja, o desfecho de uma

---

<sup>681</sup> Lopes, L. da C. “Questões Militares”, *Revista militar*, Nº 7, julho de 1950, pp. 387-391.

<sup>682</sup> Santos, A. A. dos “Estratégia Económica – Influência dos Objectivos Económicos na Direcção Política da Guerra e na Condução das Operações Militares”, *Boletim do IAEM*, Nº 11, 1944, pp. 38-39 e 51.

<sup>683</sup> Idem, pp. 60-61. Na realidade, os alemães não desconsideravam o económico, mas reconhecendo a sua maior fragilidade nesse campo, tentaram pela sobreabundância da eficácia militar sobrepujar a sua fraqueza numa guerra de usura económica.

<sup>684</sup> Botelho, A., “Defesa Nacional, Orgânica de preparação para a Guerra Total”, *Revista Militar*, Nº 6, junho de 1950, pp. 319-322. O texto deve estar relacionado com a criação do Ministério da Defesa que levou numerosos militares a defender uma unificação mitigada Forças Armadas, um ministério de mera coordenação dos Ramos. Apesar disso, ele não deixa de expressar uma visão do conceito de Guerra Total.

<sup>685</sup> Idem, p. 324.

<sup>686</sup> Pires, E. “Estratégia Geral, Estratégia Geral Superior”, *Revista Militar*, nº 11, novembro de 1950., pp. 705-713.

futura conflagração mundial seria decidido pela capacidade tecno-produtiva. A guerra futura, terminava por dizer Fernando Valença, seria determinada pelo tecnicismo.<sup>687</sup> Em 1954, Eduardo Santos confirmava as ideias de Fernando Valença. A guerra já não se fazia só com soldados e armas, mas também com o potencial económico, industrial e demográfico de uma nação, dois exércitos, o operacional que combate, e o que sustenta e produz, o tecno-industrial-administrativo.<sup>688</sup> A preparação da guerra deve ser feita desde tempo de paz, dado que não se improvisa a capacidade técnico-industrial.<sup>689</sup> A tendência autárquica de entre-as-guerras foi substituída pela autarcia entre os dois blocos que governam o mundo, mas dentro de cada um, a cooperação entre os aliados é a regra.<sup>690</sup> O desenvolvimento industrial assenta por seu turno no desenvolvimento da investigação científica.<sup>691</sup>

A leitura da guerra total tal como esta se traduzira na Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria ampliara o horizonte que os militares portugueses tinham, não só do conceito de mobilização nacional, que ultrapassara consideravelmente as questões relativas à mobilização demográfica e à massificação humana do exército, como expandira o próprio conceito de estratégia, já não reduzido àquilo a que hoje se denomina de estratégia ou arte operacional – a condução das operações – para passar a considerar elementos como a estratégia económica, a estratégia organizacional e a geoestratégia. O facto não era só característico das Forças Armadas portuguesas, mas era generalizável à cultura estratégica euro-ocidental após a Segunda Grande Guerra Mundial, fenómeno ainda mais acentuado com o aparecimento do facto nuclear.

### **A Compreensão da Estratégia e o Entendimento da Guerra Total**

Hervé Coutau-Bégarie salienta que a revolução no pensamento estratégico, engendrada na Era da guerra total, resultante do que o autor classifica como de aceleração da História, traduzia as grandes mutações sócio-económico-políticas-científico/tecnológicas: a ideologização da guerra, combinada com a tecno-industrialização da guerra, conduz esta à restauração da estratégia de aniquilamento. A tecnicização da guerra, com a exponenciação das dimensões dinâmicas da ação agónica, a velocidade/mobilidade e o alcance, combinada com o aparecimento do facto nuclear, leva à segmentação da Estratégia. Estes fatores fazem a estratégia ultrapassar o facto militar para alargar o seu campo a novas dimensões agónicas não militares, desenvolvendo uma aproximação transversal e interdisciplinar com outras realidades das relações internacionais, isto é, a estratégia ascende na hierarquia das relações político-sociais, aproximando-se da política, e passa a fazer uma análise não só “militar”, mas político-estratégica. O seu objeto alargou-se igualmente, deixando de ser a ação militar no seu estado quase puro, para se dedicar à questão muito mais abrangente da defesa e da segurança do Estado.<sup>692</sup> Não se deve contudo confundir estratégia total ou integral e guerra total.

A estratégia tem por objeto supremo o outro, que desponta como dilema e como inimigo, no contexto dos antagonismos que as sociedades humanas, ou seja os coletivos organizadas, por isso políticas, desenvolvem.<sup>693</sup> Tem ampla razão o

---

<sup>687</sup> Valença, F., “Des relações e influências da ciência e da técnica na guerra. Perspectivas da sua importância num futuro conflito”, *Revista Militar*, Nº 7, Julho de 1951, pp. 425-445.

<sup>688</sup> Eduardo Santos, “Mobilização Industrial”, *Revista Militar*, Nº 4, Abril de 1954, pp. 175-176.

<sup>689</sup> Idem, p. 179.

<sup>690</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 182-183.

<sup>691</sup> Idem, *Ibidem*, p. 195.

<sup>692</sup> Coutau-Bégarie, H., *Traité de Stratégie*, Paris, 1999, pp. 403-409.

<sup>693</sup> Duarte, A. P., 2013, pp. 51-60.

estrategista Colin Gray ao salientar que todo o objetivo da estratégia é mudar o comportamento do antagonista de modo a conformá-lo aos propósitos daqueles que o visam modificar.<sup>694</sup> Para isso a estratégia manipula uma série de meios, num “processo quase alquímico”, afirma, de novo, Colin Gray,<sup>695</sup> armas de índole cada vez mais diversa, com que intenta influenciar ou subjugar a vontade do oponente.<sup>696</sup> A grande revolução da Era da guerra total foi a multiplicação dos instrumentos à sua disposição, fruto de uma maior conexão e inter-relação entre as sociedades e entre os indivíduos. Ironicamente, ao ampliar os instrumentos à disposição do estrategista para agir sobre o outro, a guerra total induziu o afastamento da estratégia da guerra “tout court”, por via de uma boa parte dos instrumentos agora à sua disposição não serem de carácter militar, e a sua elevação ao patamar da direção política suprema, encarregue de coordenar uma orquestra estratégica com múltiplos e diversos e distintos meios.

A estratégia total ou integral, unificando todas as estratégias parcelares, militares e não militares, numa grande estratégia, não implica a guerra total, podendo ser usada para atingir objetivos limitados, conquanto os instrumentos para o alcançar sejam totalizantes e englobantes. Pelo contrário, a guerra total, visando o aniquilamento do adversário, pode ser efetuada num âmbito meramente militar, ou onde todos os esforços de uma dada entidade são canalizados tão só para uma estratégia puramente militar. O que distingue por conseguinte o conceito de estratégia total do conceito de guerra total, não é a ideia de totalização, comum a ambos, mas a diferente racionalidade, quer da guerra, quer da estratégia, expressa no seu fito teleológico.

A guerra total totaliza-se no aniquilamento do adversário e na lógica extrema da mobilização nacional, expressando-se na desmesura do duelo, mesmo que tão só por via de meios bélico-militares. Essa via condiz com a racionalidade última da guerra, que dirime o antagonismo por via do aniquilamento de um adversário, solução definitiva para a sutura gerada pela oposição entre os dois contendores, e que no seu limite extremo, implica o extermínio de uma das partes em digladição.

A estratégia total totaliza-se na grelha englobante de leitura e na multiplicação das modalidades de ação a que os decisores estratégicos podem recorrer, não só militares, mas advindas de uma ampla paleta de possibilidades e capacidades. Esta ideia implica uma conceção racional alargada de estratégia<sup>697</sup> que, apesar de subordinada à política, tenha contudo fins, que de alguma maneira são fins últimos, se bem que só completados definitivamente na política, fins estratégicos esses que podem ser considerados como os da preservação dos valores e da liberdade de uma comunidade histórico-entitária (e por isso política) face à hostilidade e ao conflito de carácter hostil, e por isso, de subordinação da paz a valores considerados por essa entidade como sagrados. A grelha de análise da estratégia total, já não é, como na visão clássica da estratégia, nem estritamente marcial, nem tão só as forças militares do inimigo, mas a sua estrutura de poder internacional, as suas forças armadas sem dúvida, mas também e essencialmente a sua capacidade de gerar e demonstrar poder, as suas capacidades tecno-produtivas, as suas estruturas ideológico-mediáticas, as suas potencialidades demográficas, os seus elementos liderantes, e todas as outras que

---

<sup>694</sup> Gray, C., *The Strategy Bridge: Theory for Practice*, Oxford, 2010, p. 172.

<sup>695</sup> Idem, p. 7,

<sup>696</sup> Duarte, A. P., 2013, pp. 57-58.

<sup>697</sup> Charnay, J.P., *Métabatégie - systèmes, formes et principes de la guerre féodale à la dissuasion nucléaire*, Paris, 1990 e Fernandes, A. H., *O Homo Strategicus ou a ilusão de uma razão estratégica?* Lisboa, 1998.

possam-se considerar.<sup>698</sup>

Esta leitura nova, ainda que não completamente consubstanciada de estratégia total ou integral e da guerra total, é notavelmente expressa por Afonso Botelho em 1958. Para o autor, a guerra total é uma guerra também ideológica sobre as consciências, lastrando um combate político, não só militar. Ora, face a isso, os militares, outrora suspicazes da política, deviam retornar à sua aprendizagem, a aprendizagem da arte de governar e administrar.<sup>699</sup> Não se pense, no entanto, que A. Botelho pretendia ser subversivo, o texto inseria-se na recusa de determinada visão sobre a “autodeterminação dos povos” que não tinham em conta a especificidade nacional.<sup>700</sup> Em suma, o texto era um reflexo da progressiva oposição de Portugal à descolonização. Não obstante, trazia com ele uma perigosa novidade, a ideia de os militares reaprenderem a política. Ao alargarem o âmbito da estratégia, os militares reintroduziam a política na sua visão geral da ambiência agónica, isto é, passaram a pensar a estratégia também politicamente. Na verdade, como já salientara A. Pereira da Conceição em 1952, a Estratégia nunca fora uma ciência puramente militar, como o século XIX falhara em reconhecer, mas era uma ciência da segurança do Estado, a ciência da condução superior do Estado.<sup>701</sup>

Com a guerra total, nos anos cinquenta, os militares portugueses reaprenderam a pensar estrategicamente o caminho da política. Faltava porém uma última evolução, que era a da distinção entre a guerra total e a estratégia total. Esta seria fruto da emergência do conceito de “guerra revolucionária”, que coabitando num limbo entre a guerra e a paz, usando de todos os instrumentos da “estratégia global”, na sua maioria meios não clássicos, visava modificar o equilíbrio estratégico, diziam os estrategos portugueses, em prol do bloco de Leste, submetendo por meios indiretos uma entidade política à vontade da outra.<sup>702</sup> A. T. Ferreira Passos salientava igualmente que a guerra total se desagregara em guerras subversivas e golpes de força político-militares.<sup>703</sup> Assim, se o conceito de guerra total levava os teóricos militares a considerar a concepção de estratégia total, a Guerra Fria, autonomizaria o conceito, libertando-o da ganga da “guerra quente” para o transformar numa noção de uso geral na política de defesa de um Estado, reforçando a sua ascensão à dimensão política.

## Conclusão

A guerra total brota da edificação contemporânea de identidades integrais, consubstanciadas na nação ou nas ideologias integradoras de todo o real, desabrochem elas nas suas formas totalitárias, autoritárias ou democráticas. As disputas ganham uma dinâmica vital que só pode concretizar-se na abolição do adversário, enquanto condição para a afirmação da verdadeira verdade, fonte da derradeira paz, a da messiânica “cidade celeste” edificada na vida imanente da história. A guerra total brota assim da ideia de progresso. E em nome do progresso

---

<sup>698</sup> Charnay, J.P., *op.cit.* e Fernandes, A.H., *op. cit.*

<sup>699</sup> Botelho, A., “Reflexões político-militares”, *Revista Militar*, Nº 1, Janeiro de 1958, pp. 8-11.

<sup>700</sup> Idem, pp. 11-13.

<sup>701</sup> Conceição, A. P. da, “A Estratégia nunca foi uma ciência puramente militar” 1952, pp. 5 e 14. É também o título da conferência publicada.

<sup>702</sup> Coelho, S., “Técnica e tática da guerra revolucionária”, *Revista Militar*, Nº 12, Dezembro de 1957, pp. 732-733.

<sup>703</sup> Passos, A. T. F. Dos, “O papel da marinha no mundo de amanhã”, *Revista Militar*, Nº 5, Maio de 1959, p. 283.

mobiliza-se para a titânica digladição todos os recursos que estão ao dispor de uma dada sociedade política, de uma dada entidade coletiva.

As formas como essa mobilização de toda a sociedade se concretiza varia todavia com a percepção de quais são os recursos e os meios de que esta dispõe para concretizar a terrífica tarefa de através da guerra forjar a última “paz celeste” na terra. A necessidade de convocar toda a sociedade para a guerra alcandorou a estratégia, essa ciência-saber de raízes militares, ao nível político, sobrepujando o nível operacional em direção a uma visão integral das dinâmicas conflituais.

Para os estrategos militares portugueses, a corporação que hegemonicamente pensava as questões, atualmente, denominadas de segurança e defesa, no período entre-as-guerras, a questão da guerra total resumia-se à maciça mobilização de efetivos para estruturar a mais numerosa e massiva força bélica que o país pudesse alcançar. A discussão residia no real número de efetivos de que efetivamente o país podia dispor, indo dos 250.000 aos 500.000 soldados mobilizáveis, dependendo das capacidades de levantamento nacional de que a força armada e a nação fossem capazes. Até meados da Segunda Guerra Mundial, as questões relacionadas com outras mobilizações eram desconsideradas, não se encontrando nas publicações militares textos de relevo sobre estas. E quando algum estratego militar enveredava por batalhar com a questão das diversas mobilizações materiais, invariavelmente, o texto resultante afundava-se em considerações gerais ou banalidades ou se reduzia a discutir a dimensão moral do levantamento nacional. A seguir à mobilização demográfica de mancebos destinados a emassar o poderio bélico nacional, a preocupação era com a mobilização moral relacionada obviamente com a vontade das massas em se sacrificar no altar da pátria.

Só com a leitura da guerra total engendrada pela segunda conflagração mundial se modificou a ótica dos estrategos portugueses. A característica bem mais material da guerra com a multiplicação por todos os grandes exércitos, em confrontação, de meios mecânicos e rádio comunicacionais, evidenciou a dimensão profundamente prometaica da guerra total. Já não se tratava só de mobilizar as massas, era necessário mobilizar a nação, e em sequência, exigia-se uma visão nova para o planeamento político da guerra.

A estratégia já não acontecia apenas aquando do desenvolvimento das operações. Impunha-se agora que a estratégia estruturasse a mobilização da nação para a guerra. A estratégia alcandorava-se ao plano político. Assim, a guerra total implicou a ampliação da ação estratégica, e em consequência, da conceção do que se definia por estratégia, tornando-a mais política e menos operacional. Mas a estratégia total (e a grande estratégia ou estratégia integral) deslastrando-se da guerra, e ampliando-se às ações em tempo de paz, permitia o desenvolvimento de modalidades de ação em que o instrumento militar, até há bem pouco tempo, o meio básico através do qual os homens se digladiavam, se tornasse apenas um entre os vários instrumentos da sinfonia com os quais os estrategos se digladiavam em cada vez mais dilatados e ampliados territórios de ação. A racionalidade da guerra contra subversiva estava ao virar da página seguinte da história.

## **Bibliografia**

### **Fontes:**

B. S., “Guerra una e total”, *Revista Militar*, Nº 5, Maio de 1944, p. 225-240.

Botelho, A. “Reflexões político-militares”, *Revista Militar*, Nº 1, Janeiro de 1958, pp. 7-24.

\_\_\_\_\_, “A Guerra e a Política do Estado”, *Revista Militar*, Nº 5, Maio de 1958, pp. 267-278.

\_\_\_\_\_, “Defesa Nacional, Orgânica da Preparação para a Guerra Total”, *Revista Militar*, Nº 6, Junho de 1950, pp. 319-326.

Cabral, T. de M., *Conferências sobre Estratégia. Estudo Geo-estratégico dos Teatros de Operações Nacionais*, 2 Vols., Lisboa, (Estado Maior do Exército), 1932.

Coelho, S., “A Técnica e a Tática da Guerra Revolucionária”, *Revista Militar*, Nº 12, Dezembro de 1957, pp. 731-768.

Costa, E. da, *A Defesa Militar de Portugal*, Lisboa, (s/n), 1933.

\_\_\_\_\_, *Análise Tática da Batalha*, Leiria (edição do Autor), 1936.

Esteves, R. A., *O Problema da Defesa Nacional*, Lisboa, Papelaria Fernandes, 1935.

Ferreira, A., “A máquina ao serviço do Exército”, *Boletim da Escola Central de Oficiais*, Nº 44-45-46, Abril-Maio-Junho de 1937, pp. 49-61.

Leite, J. de O., “Estudos de organização militar”, *Revista Militar*, Nº 3/4, Março/Abril de 1926, pp. 142-155.

Lello, L. P., “Alguns aspectos do problemas da Defesa Nacional”, *Revista de Artilharia*, Nº 130, Abril de 1936, pp. 732-738.

Lopes, L. A. C., “Questões militares”, *Revista Militar*, Nº 7, Julho de 1950, pp. 385-394.

Melo, J. B. P. de, “A Guerra Total”, *Revista Militar*, Nº 3, Março de 1938, pp. 175-181.

Moniz, J. B., *A Nação em Guerra: Organização Nacional de Defesa*, Lisboa, Editorial Império, 1939.

Nogueira, J. C. de S., “Acerca do Conceito Moderno de Estratégia”, *Revista Militar*, Nº 4, Abril de 1950, pp. 139-151.

Passos, A. T. F. dos, “O papel da marinha no mundo de amanhã”, *Revista Militar*, Nº 5, Maio de 1959.

Pereira, J. C., “A interdependência das três forças”, *Revista Militar*, Nº 8/9, Agosto/Setembro de 1949, pp. 467-471.

Pereira da Conceição, A., “A Estratégia nunca foi uma ciência puramente militar”, *Revista Militar*, Lisboa, 1952 (Separata).

Pinto, A. L., “Bases para a organização no país da mobilização económica e do abastecimento nacional”, *Revista Militar*, Nº 1, Janeiro de 1941, pp. 17-22.

\_\_\_\_\_, “Bases para a organização no país da mobilização económica e do abastecimento nacional”, *Revista Militar*, Nº 10, Setembro de 1941, pp. 593-606.

\_\_\_\_\_, “Bases para a organização no país da mobilização económica e do abastecimento nacional”, *Revista Militar*, Nº 11, Novembro de 1941, pp. 680-684.

\_\_\_\_\_, “Base para a organização no país da mobilização económica e do abastecimento nacional”, *Revista Militar*, Nº 12 Dezembro de 1941, pp. 747-764.

Pires, Eduardo, “Estratégia Total, Estratégia Geral Superior”, *Revista Militar*, Nº 11, Novembro de 1950, pp. 705-716.

Pires Monteiro, H., *A Mobilização dos Estados, Alguns dos seus aspectos*, Porto, Litografia Nacional, 1932.

Rodrigues, José Filipe Barros, Santos Costa, Fernando, “Organização Geral da Nação para o Tempo de Guerra” in *1º Congresso da União Nacional*, Lisboa, 1935, pp. 165-187.

Rosas, Fernando, Barros, Júlia Leitão de, Oliveira, Pedro de (orgs), *Armando Monteiro e Oliveira Salazar, Correspondência Política, 1926-1955*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

Sanches, L. S., “Mobilização industrial”, *Revista Militar*, Nº 10, Outubro de 1935, pp. 756-765.



Santos, A. A. dos, “Estratégia Económica – Influência dos Objectivos Económicos na Direcção Política da Guerra e na Condução das Operações Militares”, *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, Caxias, Nº 11, Novembro de 1944, pp. 35-62.

Sousa Dias, A. J., “Um estudo militar”, *Revista Militar*, Nº 2/3, Fevereiro/Março de 1923, pp. 65-84.

\_\_\_\_\_, “Um estudo militar”, *Revista Militar*, Nº 6/7, Junho/Julho de 1923, pp. 297-314.

\_\_\_\_\_, “Um estudo militar”, *Revista Militar*, Nº 8, Agosto de 1923, pp. 361-369.

\_\_\_\_\_, “Um estudo militar”, *Revista Militar*, Nº 3, Março de 1924, pp. 88-100.

\_\_\_\_\_, “Um estudo militar”, *Revista Militar*, Nº 4/5, Abril/Maio de 1924, pp. 180-198.

\_\_\_\_\_, “Um estudo militar”, *Revista Militar*, Nº 11/12, Novembro/Dezembro de 1924, pp. 542-549.

\_\_\_\_\_, “Um estudo militar”, *Revista Militar*, Nº 1, Janeiro de 1925, pp. 18-26.

\_\_\_\_\_, “Um estudo militar”, *Revista Militar*, Nº 5/6, Maio/junho de 1925, pp. 350-358.

Torga, M., *Diários I-VIII*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1999.

Valença, F. F., “Da influência das relações e da influência da ciência e da técnica na guerra”, *Revista Militar*, Nº 7, Julho de 1951, pp. 425-445.

## Estudos

Beaufre, A., *Introdução à Estratégia*, Lisboa, Edições Sílabo, 2004 (1963).

Charnay, Jean Paul, *Métastratégie - systèmes, formes et principes de la guerre féodale à la dissuasion nucléaire*, Paris, Economica, 1990.

Coutau-Bégarie, H., *Traité de Stratégie*, Paris, Economica, 1999.

Couto, Abel Cabral, *Elementos de Estratégia*, 2 Vols., Lisboa, IAEM, (s/d).

Duarte, A. P., “A Visão da «Guerra Total» no Pensamento Militar”, *Nação e Defesa*, 3ª Série, Nº 112, Outono - Inverno de 2005, Lisboa, pp. 133-150.

\_\_\_\_\_, “O Conceito de Estratégia no Pensamento Militar-Estratégico Português na Era da Guerra Total – Da Grande Guerra à Entrada na NATO, 1919-1958”, *Nação e Defesa*, Nº 123, 4ª Série, Verão de 2009, Lisboa, pp. 175-190.

\_\_\_\_\_, *A Política de Defesa Nacional*, ICS, Lisboa, 2010.

\_\_\_\_\_, “Estratégia: Origem e Fundamento”, *Nação e Defesa*, Nº 136, 5ª Série, 2013, pp. 34-65.

Elliot, G., *Hobsbawn. History and Politics*, London, Pluto Press, 2010.

Fernandes, A. H., *O Homo Strategicus ou a ilusão de uma razão estratégica?*, Lisboa, Edições Cosmos/IDN, 1998.

Gat, Azar, *War in Human Civilization*, Oxford, Oxford University Press, 2008.

Gray, Colin, *The Strategy Bridge: Theory for Practice*, Oxford, Oxford University Press, 2010.

Guiomar, Jean-Yves, *L’Invention de La Guerre Totale XVIIIº - XXº Siècle*, Paris, Le Félin, 2004.

Heuser, B., *The Evolution of Strategy: Thinking War from Antiquity to the Present*, Cambridge, Cambridge University Press, 2010.

Johnson, D. E., *Fast Tanks and Heavy Bombers, Innovation in the U.S. Army, 1917-1945*, Nova Iorque, C. University Press, 1998.

Payne, St., *Civil War in Europe, 1905-1949*, Cambridge, Cambridge University Press, 2011.

Strachan, H., "Stratégie", in Audoin-Rouzeau, S., Becker, Jean-Jacques (dir.), *Encyclopédie de la Grande Guerre, 1914-1918, Histoire et Culture*, Paris, Bayard, 2004, pp. 421-435.

Winter, Jay, "L'Effort de Guerre" in Audoin-Rouzeau, S., Becker, Jean-Jacques (dir.), *Encyclopédie de la Grande Guerre, 1914-1918, Histoire et Culture*, Paris, Bayard, 2004, pp. 409-419.

\_\_\_\_\_, « Victimes de la Guerre : morts, blessés et invalides » in Audoin-Rouzeau, S., Becker, Jean-Jacques (dir.), *Encyclopédie de la Grande Guerre, 1914-1918*, Paris, Bayard, 2004, pp. 1075-1085.

## ***A Inovação Militar no período entre guerras e o início da II Guerra Mundial. O desenvolvimento da Blitzkrieg, a tradição germânica e os contactos germano-russos nos anos 1920***

**Luís Barroso\***

### **Resumo**

O principal objetivo deste texto é enfatizar a importância das relações germano-russas durante os anos 1920 e a tradição militar prussiana no desenvolvimento do “modo alemão” de combater, que ficou conhecido como *Blitzkrieg*. O seu desenvolvimento foi o resultado de uma combinação de condições únicas, das quais pretendemos destacar duas: o contacto com as ideias do general soviético Mikhail Tukhachevskii, que desenvolveu o conceito de “batalha em profundidade” como método de ultrapassar o imobilismo resultante da sobreposição do potencial de fogo sobre o movimento na I Guerra Mundial; e a tradição militar prussiana, que colocava ênfase no espírito crítico e intrepidez dos oficiais e que foi essencial para que as unidades de *panzers* pudessem ser utilizadas de forma independente em toda a profundidade do campo de batalha. Por esta razão, a invasão da França em Maio de 1940, que é utilizada como o seu paradigma, não pode ser explicada unicamente pela superioridade doutrinária, mas também pelo arrojo da liderança alemã e o risco que correu ao levar a cabo o seu plano.

\*

O principal objetivo deste texto é enfatizar a importância das relações germano-russas durante os anos 1920 e a tradição militar prussiana no desenvolvimento do “modo alemão” de combater, que ficou conhecido como *Blitzkrieg*. Este termo, que entrou na linguagem corrente quando jornalistas e observadores militares o utilizaram para explicar o sucesso alemão na campanha da Polónia (1939) e da França (1940), tinha como objetivo descrever um novo método de combate alemão<sup>704</sup>. A invasão da França (maio de 1940) foi um dos mais decisivos momentos da II Guerra Mundial: se, por um lado, ao não completar a destruição das forças do Corpo Expedicionário Britânico, deixou a Grã-Bretanha com capacidade para resistir a uma invasão; por outro, convenceu Hitler de que a invasão da União Soviética seria ainda muito mais fácil, porque considerou que o seu exército tinha inventado um novo modelo de guerra. Hitler não contava alcançar tanto sucesso, uma vez que os objetivos eram claramente limitados<sup>705</sup>. Por isso, exprimiu ao Marechal Wilhelm Keitel que uma operação militar contra a União Soviética seria uma

---

\* Professor no Instituto de Estudos Superiores Militares. Professor Convidado na Faculdade de Direito da UNL. Tenente-Coronel de Infantaria qualificado com o Curso de Estado-Maior no IAEM (Portugal). Mestre e doutor em História, Defesa e Relações Internacionais pelo ISCTE-IUL. Investigador no Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL e no Centro de Investigação de Segurança e Defesa do IESM

<sup>704</sup> “Editor’s Introduction”, in Guderian, Heinz, *Achtung Panzer: The Development of Tank Warfare*, p. 16.

<sup>705</sup> Em outubro de 1939, a diretiva de Hitler tinha como objetivo derrotar o máximo de forças aliadas e conquistar o máximo terreno na Holanda, Bélgica e norte da França para estabelecer uma base de operações de apoio ao ataque a efetuar por mar e ar contra a Grã-Bretanha (cf. Manstein, Erich von, *Lost Victories*, St. Paul, MN: Zenith Press, 2004, p. 97).

“brincadeira de crianças” comparada com o que tinha assistido em França<sup>706</sup>. Desta forma, o sucesso da *Blitzkrieg* em França ajuda a explicar a expansão da guerra à União Soviética, marcando também o início da viragem no destino de Hitler e dos Aliados na Europa. Assim, compreender o que levou ao seu desenvolvimento é também compreender as causas e os efeitos da II Guerra Mundial.

A campanha da França é utilizada como o melhor exemplo da *Blitzkrieg*, e insistentemente qualificada também como exemplo de Revolução em Assuntos Militares<sup>707</sup>. Tem também servido para justificar que a *Blitzkrieg* emergiu de uma combinação de avanços tecnológicos e doutrinais, e como justificação de utilização de forças para uma guerra que a Alemanha teria de vencer rapidamente por escassez de recursos<sup>708</sup>. A guerra como mecanismo inquestionável de resolução de problemas na política internacional e a mobilização da sociedade para a guerra encontraram na *Blitzkrieg* a ponta da lança para a guerra total do regime nazi<sup>709</sup>. Apesar dos objetivos alcançados terem claramente ultrapassado os inicialmente previstos, constata-se que, ao nível tático, algumas vitórias alemãs foram-no por margens mínimas. Os alemães basearam o sucesso mais em aspetos táticos, operacionais, estratégicos e de liderança tradicionais do que em aspetos revolucionários. Ironicamente, os alemães seriam vítimas do mito que criaram com a *Blitzkrieg* ao invadirem a União Soviética em 1941. A proliferação de literatura militar, nomeadamente nos EUA, sobre a *guerra de manobra*<sup>710</sup>, que tem na campanha da França um dos seus paradigmas, transformou perigosamente a *Blitzkrieg* num exemplo a seguir na atualidade porque se focaliza a guerra aos níveis tático e operacional. Não se deve esquecer que a guerra se vence ao nível estratégico.

Até que ponto a *Blitzkrieg* foi um exemplo de uma doutrina melhor do que a francesa ou do que a britânica é também um ponto que merece alguma reflexão. É geralmente aceite que em maio de 1940 nenhum dos lados detinha superioridade militar. A vitória esmagadora sobre os franceses e britânicos não se deveu somente à sua *superioridade* doutrinal, mas também ao facto de o Plano de Manstein ser muito

---

<sup>706</sup> Apud Hobson, R., “Blitzkrieg, the Revolution in Military Affairs and Defense Intellectuals”, *Journal of Strategic Studies*, 33 (4), p. 630.

<sup>707</sup> Cf. Krepinevich, A. F., *The Military-Technical Revolution: a Preliminary Assessment*, Washington DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2002, p. 5; p. 30; Idem, ‘Cavalry to Computer: The Pattern of Military Revolutions’, *The National Interest* (1994), p. 37; Fitzsimmonds, James R. and Jan M. Van Tol, ‘Revolutions in Military Affairs’, *Joint Force Quarterly* (Spring 1994), p. 24 e segs; Murray, Williamson, ‘Armoured Warfare: The British, French and German Experiences’, in Murray, Williamson and Allan R. Millett (eds.), *Military Innovation in the Interwar Period*, Cambridge: CUP 1996, pp. 6–49; Hundley, Richard O., *Past Revolutions, Future Transformations: What Can the History of Revolutions in Military Affairs Tell Us About Transforming the US Military?*, Santa Monica, CA: RAND, 1999, p. 11; Rogers, Clifford J. and Williamson Murray, ‘May 1940: Contingency and Fragility of the German RMA’, in Knox, MacGregor and Williamson Murray (eds.), *The Dynamics of Military Revolution, 1300–2050*, Cambridge: CUP, 2001, p. 155; Boot, Max, *War Made New: Technology, Warfare, and the Course of History, 1500 to Today*, New York: Gotham Books, 2006, p. 13.

<sup>708</sup> Cf. Cooper, J. R., *Another View of the military Revolution in Military Affairs*, Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College, Strategic Studies Institute, 1994, pp. 13–14; Cf. Metz, Steven e James Kiewit, *Strategy and the Revolution in Military Affairs: From Theory to Policy*, Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College, Strategic Studies Institute, pp. 14–15.

<sup>709</sup> Strachan, H., *European Armies and the Conduct of War*, London: Allen & Unwin, 1983, p. 163 e segs.

<sup>710</sup> Lind, W. S., *Maneuver Warfare Handbook*, Westview Special Studies in Military Affairs, Boulder, CO: Westview Press, 1985; Leonhard, Robert R., *The Art of Maneuver: Maneuver-Warfare Theory and Airland Battle*, Novato, CA: Presidio Press, 1991; Hooker, Richard D., *Maneuver Warfare: An Anthology*, Novato, CA: Presidio Press, 1993.

mais audaz e arriscado do que o tinha sido inicialmente proposto pelo comando alemão<sup>711</sup>. Há ainda a acrescentar os erros que os aliados cometeram, em especial o emprego das suas reservas na direção de Breda (Holanda) e a inação em relação às extensas colunas de blindados nas estradas das Ardenas<sup>712</sup>. Ao nível estratégico deve ainda acrescentar-se a total incapacidade de franceses, britânicos e belgas anteciparem o ataque alemão<sup>713</sup>.

Portanto, as circunstâncias da derrota aliada incluem muitos fatores para além da genialidade militar alemã cujo apogeu foi o emprego inovador de unidades blindadas apoiadas pela aviação que se designou como *Blitzkrieg*. O nosso objetivo não é acrescentar mais um estudo sobre a importância da *Blitzkrieg*, mas apenas ajudar a compreender o seu surgimento. Referi-la como um exemplo de Revolução em Assuntos Militares sem referir as circunstâncias únicas que explicam a sua emergência leva-nos a uma confrontação entre o que é um puro assunto de história militar e os estudos de guerra. Estudar a guerra obriga a compreender as dimensões social, política e militar num período de tempo que envolve a sua preparação, a sua condução e os seus efeitos<sup>714</sup>. A mecanização do exército foi apenas uma parte, apesar de crítica, de um processo muito mais abrangente no qual a unidade estratégica se dividiu em duas dimensões: o desenvolvimento da arte da guerra; e a “estratégia” ideológica desenvolvida pelo Partido Nazi. Seria no período entre 1938 e 1941 que aquelas duas dimensões se fundiriam na decisão de Hitler em avançar para a II Guerra Mundial<sup>715</sup>. A intenção de Hitler era fazer da Alemanha a potência dominante no mundo. Depois de conseguir a sua consolidação na Europa e Rússia, preferencialmente com a neutralidade benevolente da Grã-Bretanha e depois de edificar uma marinha poderosa, pretendia derrotar os EUA por considerar ser único país com capacidade de o impedir o seu objetivo<sup>716</sup>.

Sob condições muito restritivas impostas pelo Tratado de Versalhes e com graves problemas económicos e sociais, a elite militar alemã considerava que tinha de garantir a segurança nacional e restaurar o seu estatuto de potência na Europa<sup>717</sup>. Nesse período, a estratégia alemã baseou-se na autonomia dos assuntos militares em relação à sociedade civil e política. O pensamento estratégico alemão foi impulsionado por duas correntes principais: uma com o objetivo de unificar todos os assuntos do Estado, que seria levada a cabo por Hitler<sup>718</sup>; e outra com o objetivo de modificar a conduta da guerra, essencialmente relacionada com o que ficou designado

---

<sup>711</sup> Cf. Manstein, *Lost Victories*, pp. 103 e segs.

<sup>712</sup> Alexander, D. W., “Repercussions of the Breda Variant”, *French Historical Studies* 8(3), pp. 459-88.

<sup>713</sup> Ao contrário dos holandeses, que o previram e resistiram aos alemães (Mosier, John, *The Blitzkrieg myth. How Hitler and the Allies Misread the Strategic Realities of World War II*, New York: Harpercollins Publisher, p. 117).

<sup>714</sup> Barkawi, T., “From War to Security: Security Studies, the Wider Agenda, and the Fate of the Study of War”, *Millennium - Journal of International Studies* (March 2011), pp. 1-16.

<sup>715</sup> Geyer, M., “German Strategy in the Age of Machine Warfare, 1914-45”. In Paret (Ed.), *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*, Princeton University Press, 1986, pp. 527-97.

<sup>716</sup> Craig, G. A., “The Political Leader as a Strategist”. In Paret (Ed.), *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*, Princeton University Press, 1986, pp. 481-509.

<sup>717</sup> Geyer, “German Strategy...”, p. 554.

<sup>718</sup> Hitler foi o líder supremo da Alemanha devido à sua dupla função como chanceler e líder do seu partido (os adversários do Partido Nazi foram eliminados), e como comandante supremo da *Wehrmacht* depois da reorganização do comando das forças armadas ocorrido em fevereiro de 1938, que estabeleceu o Comando Supremo da *Wehrmacht* (OKW) sob a sua direção direta (Craig, “The Political Leader as a Strategist”, pp. 481-509).

como a “revolução estratégica” da guerra mecanizada<sup>719</sup>. Estas correntes fundiram-se na aproximação operacional para o emprego de forças blindadas, cuja essência se centrava na utilização de divisões independentes de *panzers* beneficiando de apoio aéreo próximo, a quem eram atribuídos objetivos na profundidade do adversário. As hierarquias militares na Grã-Bretanha e a França, conservadoramente inflexíveis, ficaram agarradas à “mentalidade da linha Maginot” que não concebia o emprego de blindados e da aviação para além do apoio à infantaria.

A chegada de Hitler ao poder foi um novo passo para o cumprimento do desejo dos militares. Mesmo prometendo-lhes os meios para que pudessem assegurar a defesa militar da Alemanha, a visão do Partido Nacional Socialista sobre a guerra era muito diferente. Enquanto o exército enfatizava o controlo institucional da violência, o Partido dava mais importância às dinâmicas sociais que corporizassem a vontade de domínio de conquista de espaço vital a leste. Não aceitava a subordinação da política aos imperativos técnico-militares da conduta da guerra, em que a destruição da força armada adversária era apenas o primeiro passo na criação da superioridade racial alemã. Misturava-se a tecnocracia militar com um conceito de guerra baseado num processo de purificação da raça<sup>720</sup>.

Depois do relativo sucesso sobre a Polónia no Outono de 1939, a perícia militar alemã foi claramente demonstrada em maio de 1940. A Bélgica e a Holanda foram rapidamente ocupadas pela combinação de ataques com paraquedistas e formações blindadas. A França, reforçada com o Corpo Expedicionário Britânico foi derrotada em seis semanas. Como modelo alemão, a *Blitzkrieg* foi colocada em prática apenas na invasão da União Soviética, devendo entendido como um produto da conjugação entre um exército que encorajava a agressividade, uma ideologia política expansionista (guerra entre sociedades) e constrangimentos económicos que obrigavam a batalhas decisivas de curta duração em grandes extensões de território<sup>721</sup>.

Assim, dadas as condições restritivas decorrentes do Tratado de Versalhes, como lograram os alemães o desenvolvimento da aproximação ao emprego de forças que teve o seu auge em maio de 1940 e que convenceu Hitler que podia vencer a União Soviética? A resposta é muito mais complexa e completa do que a que se pretende apresentar, mas há que referir três pontos essenciais. Em primeiro lugar, a *Blitzkrieg* é o resultado do emprego de forças blindadas concentradas em frentes estreitas deficientemente defendidas, apoiadas pela aviação, com a intenção de explorar os intervalos no dispositivo dos adversários até conseguir levar o combate a toda a profundidade do adversário, para o paralisar e aniquilar<sup>722</sup>. Este método era também alvo de atenção dos militares soviéticos durante os anos 1920, em especial do general Mikhail Tukhachevskii, razão pela qual consideramos decisiva a colaboração secreta entre os dois exércitos. Em segundo lugar, a *Blitzkrieg* apoia-se numa

---

<sup>719</sup> Cf. Addington, L. H., *The Blitzkrieg Era and the German General Staff, 1865-1941*, N. J.: New Brunswick, 1971; Geyer, “German Strategy...”.

<sup>720</sup> Geyer, “German Strategy...”.

<sup>721</sup> Depois da vitória sobre a Polónia, muitos dos oficiais alemães no topo da hierarquia militar, educados segundo a tradição prussiana do Estado-Maior Imperial, não tinham muita fé na opção militar para derrotar os aliados que considerasse os *panzer* como a solução para a vitória nem confiavam na capacidade da Alemanha em conduzir uma longa guerra. Esta foi uma das razões para que Hitler utilizasse o sucesso na França para demonstrar a superioridade militar alemã. (Cf. Laub, T. J., *After he Fall: German Policy in Occupied France, 1940-1944*, NY: Oxford Press, p. 25; Manstein, *Lost Victories*, pp. 127-47).

<sup>722</sup> Neste contexto, aniquilar não é a destruição completa das forças adversárias, mas refere-se à ação necessária para impedir que funcione de forma coerente como força de combate. É o oposto à atrição, ou erosão, que implica a destruição física do adversário até que este não consiga combater.

abordagem ao comando e controlo de forças que explora a iniciativa e agressividade aos mais baixos escalões de comando. Esta abordagem foi o resultado da tradição militar prussiana desenvolvida durante o século XIX nas academias militares e que colocava ênfase na excelência tática. Em terceiro lugar, há que considerar o aproveitamento que Hitler fez da “superioridade” tática alemã, que lhe servia na exata medida da sua estratégia: procurar o espaço vital necessário à grandiosidade da Alemanha exigia uma modalidade de guerra capaz de derrotar os adversários de forma rápida, violenta e espetacular. Pretendia a sobreposição da estratégia de aniquilamento à estratégia de erosão, que a Alemanha não conseguiria suportar.

Delimita-se a análise ao desenvolvimento da máquina militar terrestre alemã que deu origem à *Blitzkrieg*, embora esta não se possa resumir a este único aspeto<sup>723</sup>. Todavia, parece-nos evidente que foi o desenvolvimento da guerra blindada o principal fator para que a Alemanha alcançasse os primeiros êxitos na Polónia e na França e que Hitler se convencesse que já possuía um *modus operandi* capaz de lhe garantir o sucesso na Rússia.

\*\*

Sob a chefia de Hans von Seeckt (1919-1926), as forças armadas alemãs fizeram um esforço para incorporar as lições da derrota da I Guerra Mundial<sup>724</sup>. Um dos resultados mais importantes foi o desenvolvimento de doutrinas operacionais que pretendiam resolver o principal problema da guerra de trincheiras em que o fogo se sobrepôs à manobra. Heinz Guderian tomou boa nota dessas novas abordagens, ao contrário do que fizeram os franceses e britânicos. Uma nova estrutura de forças, combinada com as novas táticas desenvolvidas no final da guerra colocava um elevado prémio na flexibilidade e na iniciativa dos comandantes subordinados. A motorização e a mecanização teriam como finalidade restaurar a guerra de movimentos para tornar possível a vitória através de combates de encontro.

Seeckt estava numa posição privilegiada para dar início a um processo de adaptação para libertar a Alemanha das imposições do Tratado de Versalhes e que favorecia a modernização e a mecanização desde que subordinados à tradição germânica da não ingerência política nos assuntos militares<sup>725</sup>. As limitações impediam efetivos superiores a 100 000 homens, blindados, aviação e negavam as condições políticas para o desenvolvimento do aparelho militar. Porém, a autonomia do *Reichswehr* permitiu-lhe desenvolver um processo de adaptação autónomo da política, bem evidenciada pelos acordos secretos com a Rússia e com a Suécia para testar blindados e aviões<sup>726</sup>. Curiosamente, apesar do distanciamento político, foi a União Soviética que desempenhou um papel preponderante. Em meados dos anos 1920, os contactos entre alemães e soviéticos serviram para testes e treinos com blindados, gás e aviões para preparar um quadro de especialistas que mais tarde

---

<sup>723</sup> Sobre a evolução do poder aéreo alemão e o desenvolvimento da *blitzkrieg*, consultar Corum, James, “Airpower Thought in Continental Europe between the Wars”. In Meilinger, Col. P. S. (Eds.), *The Paths of Heaven: The Evolution of Airpower Theory*, Maxwell Air Force Base: Air University Press, 1997, pp. 150-81.

<sup>724</sup> Liddell Hart considera que Hans von Seeckt foi o militar alemão com mais influência na II Guerra Mundial, ao considerar que foi a sua herança que mais contribuiu para o desenvolvimento da *Blitzkrieg* (Hart, Liddell B., *The German Generals Talk: Strarling revelations from Hitler's high command*, NY: Perennial, 2002, p. 10).

<sup>725</sup> Geyer, “German Strategy...”, pp. 555-58.

<sup>726</sup> Macksey, K., “Guderian”. In Barnet, Corelli (Ed.), *Hitler's Generals*, London: Weidenfeld and Nicholson, 1989, p. 441.

partilharia os seus ensinamentos nos respetivos exércitos<sup>727</sup>. Ambos os exércitos foram influenciados pelos avanços doutrinários relacionados com blindados desenvolvidos na Grã-Bretanha por Liddel Hart e por J. F. Fuller, o que teria facilitado a integração das novas tecnologias (motor a explosão e TSF) em conceitos operacionais ideais para aquele período<sup>728</sup>. Porém, determinar até que ponto a influenciou é ainda motivo para discussão, mas não a consideramos decisiva.

Os contactos entre russos e alemães foram desenvolvidos a vários níveis, com expressão ao nível da produção industrial e técnico-militar. Os alemães pretendiam que os soviéticos pudessem acolher tecnologia para o desenvolvimento e fabrico de armamento proibido pelo Tratado de Versalhes. Por seu lado, aos soviéticos interessava sobretudo crédito financeiro e fornecimento de carvão. Ao nível técnico-militar, ambos pretendiam a partilha de projetos e experiências entre oficiais que cobrisse o emprego de submarinos, aviões e blindados. Aos oficiais alemães era permitido treinar com as unidades soviéticas, e aos oficiais soviéticos permitido visitar escolas e academias na Alemanha. Em 1922 o aeródromo de Smolensk era essencialmente ocupado por pilotos alemães<sup>729</sup>.

Mas terá sido no campo de treino em Kazan, no centro da Rússia, que os contactos entre russos e soviéticos foram mais profícuos, uma vez que pode ter daí resultado o gérmen do desenvolvimento das ideias alemãs que seriam colocadas em prática por Heinz Guderian. Entre 1929 e 1933, e depois de algum desenvolvimento doutrinário na Alemanha derivado da experiência da I Guerra Mundial, os alemães dispunham em Kazan de terreno ideal para o emprego de *panzers*, desenvolver protótipos, treinar guarnições e trocar experiências com os soviéticos<sup>730</sup>. Em agosto de 1929 ocorreu mesmo uma conferência entre os oficiais dos dois países que se focalizou nas considerações doutrinárias de nível operacional e tático. Não há evidências documentais de que a experiência de Kazan tenha influenciado os alemães, mas terá certamente contribuído para a sua inspiração<sup>731</sup>. Um deles foi certamente Heinz Guderian, considerado o pai da *Blitzkrieg*. Apesar de nunca ter referido a “batalha em profundidade” desenvolvida pelos generais soviéticos Tukhachevskii e Triandafilov, há que considerar que o modelo que propõe em *Achtung Panzer* apresenta uma singular semelhança com aquela abordagem<sup>732</sup>. J. F. C. Fuller e B. L. Hart são também referenciados como influência nos soviéticos e nos alemães, mas a verdade é que os seus trabalhos só foram publicados depois de desenvolvidas as ideias de Tukhachevskii. Isso é claramente evidente no prefácio que escreve a uma edição soviética (1931) da obra de Fuller, *The Reformation of War* (1923 e na qual afirma que as suas ideias [de Fuller] são desadequadas à necessidade de levar o combate a

<sup>727</sup> Macksey, K., *Guderian, The Creator of the Blitzkrieg*, 1976, p. 42.

<sup>728</sup> Hart, L., *The Current Of War*, 2<sup>nd</sup> Impression, London: Hutchinson & CO. (Publishers) Ltd. (s.a.) (Neste livro, L. Hart publicou “The Next Great War” (Chapter I) e “New Model Army” (Chapter II), publicados pela primeira vez em 1922, que enfatizam a necessidade de adaptação aos desígnios de um novo campo de batalha dominado pelo movimento e poder de fogo concentrado em locais decisivos); Fuller, J. *Tanks in the Great War*, New York: E. P. Dutton and Company, 1920. Cf. Simpkin, R., *Deep Battle: The Brainchild of Marshal Tukhachevskii*, London: Brassey's Defence Publishers; Gat, Azar, *British Armour Theory and the Rise of the Panzer Arm: Revising the Revisionists*, London: Macmillan, 2000.

<sup>729</sup> Cf. Carr, E. H., *The Russian Revolution: From Lenin to Stalin*, NY: The Free Press, p. 87; Cf. Carsten, F. L., *The Reichswehr and Politics, 1918 to 1933*, Los Angeles, CA: University of California Press, p. 135-47.

<sup>730</sup> Corum, J. S., *The Roots of Blitzkrieg: Hans von Seeckt and the German Military Reform*, KS: University Press of Kansas, pp. 192-5.

<sup>731</sup> Cf. Simpkin, R., *Race to the Swift: Thoughts on Twenty-First Century Warfare*, pp. 25-6.

<sup>732</sup> “Editor’s Introduction”, in Guderian, Heinz, *Achtung Panzer!*, pp. 15-6.



toda a profundidade do adversário em simultâneo, com blindados. Por isso, refere que a fragilidade da sua tese é o seu desinteresse pela utilização extensiva dos meios aéreos como meio de transporte<sup>733</sup>.

As ideias de Tukhachevskii foram desenvolvidas antes de 1923 e baseavam-se em ideais operacionais em torno de conceitos como simultaneidade, frentes extensas, unidades mecanizadas, armas combinadas e profundidade. Estes só poderiam ser coerentes quando se desenvolvessem os meios com proteção, mobilidade e velocidade suficientes para paralisar o adversário, através da penetração e envolvimento simultâneos. Os blindados seriam utilizados em três escalões com missões muito distintas. Os dois primeiros escalões de blindados apoiavam a infantaria no combate próximo, dando-lhe poder de choque e poder de fogo para facilitar o assalto da infantaria. O terceiro escalão, apoiado por artilharia auto propulsada e aviação (incluindo paraquedistas), tinha como missão explorar as brechas dos dois escalões da frente e penetrar as defesas na profundidade necessária à destruição das bases logísticas, postos de comando e centros de comunicação<sup>734</sup>. Estas ideias são sumariamente referidas por Guderian, que cita como fonte um outro militar soviético, Kryzhanovsky, muito menos conhecido do que Mikhail Tukhachevskii<sup>735</sup>. Para a batalha de profundidade gizada por Tukhachevskii, era também necessário que os comandantes aos mais baixos escalões tivessem a confiança dos seus comandantes superiores e conhecessem como as suas ordens (que deveriam ser genéricas) se encaixavam em toda a operação. Assim, no caso de quebra de comunicações, os subordinados estavam em condições de decidir de forma independente e continuar a contribuir para toda a operação<sup>736</sup>. O sucesso da “batalha de profundidade” dependia em larga medida da antecipação (*preemption*) e da ação de surpresa. As missões atribuídas aos mais baixos escalões seriam logicamente relacionadas com o objetivo estratégico e orientadas às forças ou recursos inimigos. O terreno só raramente podia ser objetivo, exceto quando a posição permitisse uma nítida vantagem, como são os exemplos de cidades, aeroportos ou base militar.

\*\*\*

A I Guerra Mundial tinha demonstrado que a força militar não era recurso suficiente para decidir uma longa guerra da era industrial, em que a atrição se sobrepunha ao movimento de forças, o que evidenciava que o potencial nacional era muito mais importante do que a perícia operacional dos comandantes. Isto estava em nítida oposição com a tradição prussiana, razão pela qual alguns militares, entre eles o tenente-coronel Joachim von Stulpnagel e general Werner von Blomberg (ministro da defesa de Hitler entre 1933-38), pensaram em militarizar a sociedade alemã como precondição para o sucesso da guerra<sup>737</sup>. Numa outra linha, Wilhelm Groener (antecessor de Seeckt e ministro dos transportes de 1920-23) considerava que o novo

---

<sup>733</sup> Simpkin, *Deep Battle*, pp. 125-34.

<sup>734</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 33-9.

<sup>735</sup> Guderian, *Achtung Panzer*, pp. 152-3; cf. Simpkin, *Deep Battle*, p. 38.

<sup>736</sup> Simpkin, *Deep Battle*, pp. 98-9.

<sup>737</sup> Stulpnagel pretendia um alinhamento entre os objetivos da guerra e a vontade do povo, pelo que era necessária uma mudança radical na política interna através da eliminação das restrições impostas pelo parlamento e da transformação da República num regime ultramilitarista. Isto era uma ideia muito diferente da ideia de autonomia das forças armadas conforme Seeckt pretendia. Para Stulpnagel tratava-se de tudo ou nada, era necessária uma vitória total sobre os inimigos, não havendo lugar a objetivos limitados (Diest, Wilhelm, “The road to ideological war: Germany 1918-1945”, in Murray, W.; Knox, MacGregor; Bernstein, A. (Eds.) (2005), *The Making of Strategy*, Cambridge University Press, p. 358).

exército só poderia ser reconstruído depois de a Alemanha recuperar economicamente, um objetivo que dependeria da ajuda norte-americana. Depois de intensa discussão interna, o grupo de oficiais liderado por Stulpnagel instigou a uma reforma em torno da “guerra do povo” e da “guerra móvel”. A guerra do povo era o meio mais “desesperado” para utilizar em “situações desesperadas” que virtualmente extinguiu a diferença entre soldados e civis, e que transformava a população no meio principal da guerra<sup>738</sup>. A maioria dos oficiais da ala tradicional consideravam que a única maneira de ultrapassar as fraquezas alemãs era livrar-se das imposições do Tratado de Versalhes e aumentar os efetivos e os armamentos das forças armadas. Como consequência, o rearmamento (em segredo) passou a ser o aspeto mais importante nos anos seguintes<sup>739</sup>.

Em meados dos anos 1920, a mecanização do exército estava englobada num amplo programa de modernização das forças armadas. Em finais de 1926, uma diretiva do estado-maior indicava que os *panzer* se deviam combinar apenas com forças com igual mobilidade e formar unidades independentes. Em 1927, Werner von Fritsch, chefe da divisão de operações do estado-maior, concluiu que as unidades *panzer* se transformariam na “arma ofensiva” mais importante se fossem concentradas em brigadas blindadas. Em 1929, foi dada prioridade ao esforço para criar, equipar e treinar unidades *panzer* capazes de atuar de forma independente. Com este conceito minimizava-se o papel das linhas da frente e reconhecia-se a importância da batalha na profundidade do adversário através de uma torrente de movimento auto sincronizado com artilharia auto propulsada e apoio aéreo ofensivo. Era também obrigatório reconhecer que o estilo de comando e controlo teria de mudar através da implementação de estruturas mais ligeiras apoiadas pelas comunicações sem fio. Em 1930, os jogos de guerra levados a cabo no estado-maior, demonstravam que Alemanha não era capaz de conduzir uma guerra de atrito dependente do apoio da opinião pública, economia e logística. Em caso de guerra, esta deveria ser rápida e decisiva<sup>740</sup>.

De facto, alguma da elite militar considerava que era necessária uma nova abordagem ao emprego de meios, que veio a ter em Heinz Guderian um elemento decisivo. Apesar das proibições de Versalhes, em 1922 acolheu com entusiasmo o estudo da motorização do exército. Isso levou-o a um estudo intensivo de livros e documentos, tornando-o numa autoridade em guerra blindada junto dos seus pares. O seu conhecimento era essencialmente teórico, mas Guderian tinha contactos com oficiais que tinham sido destacados para campos de treino militar na Suécia e em Kazan. Em 1929, levou a cabo jogos de guerra com miniaturas de viaturas para confirmar as suas leituras e contactos, concluindo que os *panzer* seriam a arma decisiva no futuro<sup>741</sup>. O segredo seria encontrar uma combinação de armas (*panzer*, infantaria, artilharia) apoiadas por aviação e apoio logístico adequados à velocidade de progressão. Este método, aplicado em grandes unidades, era capaz de paralisar um país, dada a confusão que criaria na profundidade dos adversários. Os comandantes, tirando partido da telegrafia sem fio (TSF) podiam comandar desde a frente<sup>742</sup>. Em finais de 1933, num boletim publicado pelo seu comando, Guderian visualizava as divisões *panzer* a realizar ataques simultâneos e independentes contra os flancos do

---

<sup>738</sup> Geyer, “German Strategy...”, pp. 555-8.

<sup>739</sup> Bennett, E. W., *German Rearmament and the West, 1932-1933*, Princeton, 1979, pp. 235-41; pp. 338-55.

<sup>740</sup> Geyer, “German Strategy...”.

<sup>741</sup> Guderian, General Heinz, *Panzer Leader*, 2ª Ed., New York: Da Capo Press, 2002, p. 24.

<sup>742</sup> Macksey, K., “Guderian”, pp. 441-60.

adversário. A sua utilização em perseguição do adversário facilitava a sua destruição. Porém, considerava que essas forças não eram adequadas para conquistar territórios. O seu empenhamento em combate seria por períodos curtos em situações em que o tempo era fator primordial e com ordens de operações muito curtas. O princípio para o seu emprego era a concentração de unidades de *panzers* no ponto decisivo da operação<sup>743</sup>.

No primeiro encontro com Hitler, em 1934, então chefe de estado-maior na Direção de Tropas Motorizadas, Guderian teve a oportunidade de lhe mostrar o que considerava serem os elementos a introduzir nas divisões *panzer*: combinações de motos, viaturas de transporte, viaturas de lagartas e *panzers*. Apesar de ser um projeto, Hitler mostrou-se entusiasmado, tendo afirmado que era o que “ele precisava” e o que “queria ter”<sup>744</sup>. Provavelmente, Hitler não pretendia nada mais do que ser simpático, porque estava rodeado de oficiais que favoreciam a primazia da infantaria e da artilharia, à semelhança da I Guerra Mundial. Por isso, Guderian teve de lutar nos “corredores do poder” para impor o seu projeto no Exército Alemão. Em 1935 conseguiu ver aprovada a sua petição para a criação de três divisões *panzer*, apesar da desconfiança de alguns dos generais próximos de Hitler<sup>745</sup>.

Um outro fator importante no desenvolvimento das unidades *panzer* teria sido o “laboratório” espanhol. Este aspeto deve ser entendido, não tanto como “lições aprendidas”, mas como deduções do que poderia ser, ou não, o emprego de forças blindadas. A maioria das experiências com material cedido por alemães, italianos e russos não se pode transpor diretamente para a *Blitzkrieg*. Em primeiro lugar, o número de veículos blindados em cada batalha não ultrapassava uma ou duas dezenas, em companhias ou batalhões diferentes. Em segundo lugar, a maior parte das guarnições não estava treinada para o combate blindado, especialmente do lado republicano. Em terceiro lugar, os blindados foram utilizados essencialmente em áreas e sob condições meteorológicas que desaconselhavam a sua utilização fora de itinerários<sup>746</sup>. Em quarto lugar, as posições atacadas por unidades com blindados estavam bem guarnecidas de armas anticarro, causando um enorme impacto no ataque antes da linha da frente<sup>747</sup>. Contudo, os alemães não estavam somente a ceder material aos nacionalistas. Estavam também a testar novas táticas, tendo sido enviados alguns oficiais em missões de assistência militar. Um deles, o general von Thoma, conseguiu impor uma nova abordagem ao general Franco, fazendo-o utilizar os blindados em unidades puras em vez de serem utilizados em apoio à infantaria como o líder nacionalista desejava<sup>748</sup>. Este teria sido um dos motivos para os sucessos das tropas nacionalistas em Bilbao em junho de 1937, e nas ofensivas de Aragão, do Ebro e da Catalunha a partir de março 1938<sup>749</sup>. Não se tratava de utilizar blindados, mas de saber como o fazer de forma decisiva.

A dedicação ao desenvolvimento de unidades *panzer* e conceitos doutrinários para o seu emprego como a força decisiva culminou na publicação do livro *Achtung-*

---

<sup>743</sup> Idem, *Guderian: Creator of the Blitzkrieg*, p. 46.

<sup>744</sup> Guderian, *Panzer Leader*, pp. 29-30.

<sup>745</sup> Macksey, “Guderian”, pp. 441-60.

<sup>746</sup> Sobre este ponto, Zaloga, Steven, *Spanish Civil War Tanks: The Proving Ground for Blitzkrieg*, pp. 40-6. No final deste livro, o autor propõe uma extensa bibliografia sobre as experiências alemãs na Guerra Civil de Espanha.

<sup>747</sup> Sobre este ponto cf. Miksche, *Blitzkrieg*, pp. 35-42; Zaloga, Steven, *Spanish Civil War Tanks: The Proving Ground for Blitzkrieg*, pp. 40-6.

<sup>748</sup> Hart, *The German Generals Talk*, p. 92.

<sup>749</sup> Miksche, *Blitzkrieg*, pp. 41-2.

*Panzer*, que tinha como objetivo principal agregar oficiais do estado-maior que pretendessem adaptar a doutrina aos desenvolvimentos sociais, económicos e técnicos, tendo em conta os ensinamentos dos adversários da Alemanha<sup>750</sup>. Com o desenvolvimento dos blindados, Guderian propunha uma nova forma de combate que se basearia em princípios como a surpresa, massa e terreno adequado. A massa de blindados deveria ser concentrada em frentes estreitas onde se pretenderia obter a decisão, aproveitando o terreno mais adequado para a sua progressão e escalonamento. O movimento era apoiado pelos meios aéreos para se protegerem da aviação inimiga, obter e transmitir as informações necessárias para conduzir o combate na profundidade do adversário e transportar paraquedistas para dificultarem a ação das reservas e controlar terreno importante. Só assim se pode atacar o inimigo em toda a profundidade e provocar-lhe a paralisia<sup>751</sup>. Este foi o método que os alemães utilizaram com mestria em 1940 em França, imortalizado pelo primeiro-ministro francês Paul Reynaud num discurso ao Senado em 21 de maio: “A verdade é que a nossa conceção clássica de guerra teve de enfrentar uma nova. Não é só a utilização massiva de divisões blindadas com apoio de aviões, mas a criação da desordem nas nossas retaguardas com paraquedistas, informações e ordens falsas transmitidas por telefone às autoridades civis”<sup>752</sup>

\*\*\*\*

A Blitzkrieg, que teve início na Polónia e seria mitificada em França, deve muito do seu sucesso à tradição militar prussiana, especialmente a Helmuth von Moltke. Durante o período em que dominou o pensamento estratégico e militar alemão (década de 1860), o foco da formação dos oficiais de estado-maior orientou-se na excelência tática. Os assuntos do Estado estavam muito para além das suas preocupações e interesses. O modelo de combate da era Moltke era baseado nos conceitos da guerra napoleónica<sup>753</sup> melhorada com as inovações da era industrial. Os oficiais de estado-maior acreditavam que as guerras do futuro seriam caracterizadas por ações militares rápidas e decisivas<sup>754</sup>. O seu principal elemento de estudo era a guerra ao nível tático e operacional, cujo patrono foi Moltke, deixando de parte o que Clausewitz tinha legado à sua geração. Esta abordagem teria um enorme impacto no pensamento estratégico (militar) alemão até ao final da II Guerra Mundial.

O intelecto de Moltke, iluminado por anos de estudo, permitiu-lhe compreender claramente os desafios estratégicos que a Prússia enfrentava, particularmente no que respeita ao exercício do poder militar. Considerava que a Prússia estava rodeada de adversários e que não dispunha de recursos para alimentar grandes exércitos que se podiam perder na guerra. Por conseguinte, a batalha de atrito não era o método adequado, nem mesmo a troca de tempo por espaço pela sua extensão ao territorial<sup>755</sup>. Moltke tinha uma aproximação à guerra que tinha semelhanças com a aproximação de Clausewitz quanto aos atributos da guerra, essencialmente os que se relacionam com a fluidez, caos e desordem que

---

<sup>750</sup> Guderian, *Achtung Panzer*, p. 24.

<sup>751</sup> Ibidem, pp. 200-11.

<sup>752</sup> Apud Miksche, *Blitzkrieg*, p. 23.

<sup>753</sup> Manobra rápida e concentração de forças para a batalha decisiva.

<sup>754</sup> Cf. Herwig, H. H., “The Prussian Model and Military Planning Today”, *Joint Forces Quarterly* (Spring 1998), p. 69.

<sup>755</sup> Hughes, D. J. (Ed), *Moltke. On the Art of War: Selected Writings*, NY: Ballantine Books, pp. 124-8.

desaconselhavam o estabelecimento de dogmas<sup>756</sup>. Como consequência, oficiais bem treinados e com experiência, capazes de improvisar e com autoridade para agir de forma independente quando enfrentam situações novas, têm maior probabilidade de sucesso do que aqueles que são guiados pelos dogmas doutrinários. Pelo menos, essa capacidade é traduzida num importante elemento no campo de batalha: velocidade.

Moltke estava convencido que para uma nação vencer a guerra era necessário velocidade e ação decisiva, com as quais era possível destruir o adversário. Uma vez decidido entrar em guerra, o aniquilamento do adversário era o caminho mais correto para a vitória, não era o exercício de qualquer outro instrumento de poder<sup>757</sup>. Portanto, Moltke, que durante mais de 30 anos foi o chefe de estado-maior, considerava a primazia do movimento de forças segundo a tradição napoleónica, utilizando os melhores eixos de progressão para se movimentar e concentrar na batalha decisiva. Tal como Clausewitz, considerava a defesa como a forma mais pujante do combate, mas considerava que a melhor defesa de uma nação era dispor de um exército bem treinado e com mobilidade suficiente para agir pela ofensiva, através da combinação de ataques frontais com envoltórios sobre o adversário<sup>758</sup>.

Após a vitória sobre a França em 1871, a nova Alemanha unida entrou num período de paz que durou 40 anos. Durante este período, a liderança política e militar teve a oportunidade para ponderar qual a melhor maneira de defender o país. Moltke, que sabia que a Alemanha não tinha recursos para guerras longas, era apologeta de uma aproximação baseada em guerras rápidas e decisivas. Tendo como máxima de que nenhum plano sobrevive ao primeiro contacto com o grosso das forças do adversário, considerava que a estratégia não era mais do que um conjunto de expedientes que se devia focalizar na mobilização, transporte e projecção de forças controlados por um estado-maior que explorasse os caminhos-de-ferro e o telégrafo<sup>759</sup>.

As ideias de Moltke estavam alinhadas com o programa dos cursos da Academia Militar prussiana em meados do século XIX. O sistema educacional militar teve origem no período das guerras napoleónicas, estando diretamente ligadas às derrotas contra Napoleão. Envolveu uma série de reformas lideradas por uma elite militar em que se destaca David Gerhard von Scharnhorst, que se traduziu numa alteração de currículos e da seleção de oficiais. No final do século XVIII os oficiais eram recrutados tendo em conta a sua origem nobre sem olhar as suas capacidades. Durante as guerras napoleónicas, em 1808 foi promovido o recrutamento baseado na capacidade em vez do estrato social. A criação da Academia Militar em Berlim (*Allgemeine Kriegsschule*) em 1810 por Scharnhorst tinha também como objetivo ombrear com a Universidade de Humboldt, com um rigoroso currículo de disciplinas como geografia, artilharia, física, química, para além de estudos de tática e estratégia<sup>760</sup>. A reforma teve também impacto na reorganização do Estado-Maior da Prússia em 1823, que assim podia dispor de oficiais mais bem instruídos e treinados para apoio aos seus comandantes. O currículo do curso que Moltke frequentou sob o comando de Clausewitz (1818-1830), tinha uma duração de três anos (1823-26) e demonstrava a preocupação em dar aos oficiais uma formação de banda larga que passava pelos estudos militares, matemática, literatura e língua estrangeira. Entre

---

<sup>756</sup> Cf. Ibidem, p. 124; Cf. Echevarria, Antulio J., "Moltke and the German Military Tradition: His Theories and Legacies," *Parameters* (Spring 1996), p. 92.

<sup>757</sup> Hughes, *Moltke...*, pp. 125-6.

<sup>758</sup> Hughes, *Moltke...*, pp. 68-9.

<sup>759</sup> Ibidem, p. 124.

<sup>760</sup> Cf. Clemente, S. E., *For King and Kaiser: The Making of the Prussian Army Officer*, Westport, CT: Greenwood Press, 1992, p. 39; p. 176.

1872 e 1882, o currículo não sofreu alterações significativas, mas na viragem do século é curioso notar a aparente expansão dos estudos de tática em todos os três anos do curso<sup>761</sup>. É certo que a atividade da guerra se relaciona essencialmente com o nível tático e operacional. Também parece lógico este enfoque no seguimento da mitificação criada com as vitórias da unificação da Alemanha e da guerra Franco-Prussiana entre 1864 e 1871. Por isso, enquanto o papel do estado-maior se sacralizou, os aspetos políticos e diplomáticos foram relegados para segundo plano<sup>762</sup>.

Apesar de algumas exceções, como Hans Delbruck, a elite militar alemã estava muito mais preocupada com o nível tático do que com os assuntos de estratégia e política. Moltke, que foi a referência militar principal na segunda metade do século XIX, apesar de conhecer a importância e o significado da estratégia, estava muito mais confortável com a tática. Por isso, a geração de oficiais por si influenciada, e que viria a ter papel determinante na I Guerra Mundial e a influenciar a geração que participou na II Guerra Mundial, considerava a tática muito mais apelativa do que a estratégia e a política. Por conseguinte, a emergência da Alemanha como a principal potência europeia ficava ligada a uma importante lacuna na cultura estratégica. A liderança militar, que tinha uma enorme influência na sociedade civil e política alemã, analisava o ambiente numa perspetiva meramente militar. A desconexão entre as autoridades políticas e militares resultou em planos estratégicos desenvolvidos pelo estado-maior que não tinham nada de estratégico, sendo apenas planos operacionais. A II Guerra Mundial viria a demonstrar o mesmo, depois dos sucessos operacionais na Polónia e em França.

\*\*\*\*\*

Guderian foi também um excelente exemplo da tradição militar prussiana, que desde o século XIX enfatizava o espírito crítico, a iniciativa e a intrepidez nos oficiais. Só assim se pode compreender o desenvolvimento de uma aproximação ao comando e ao controlo, normalmente designado de “controlo diretivo” que tem as suas bases no conceito *Auftragstaktik*. O conceito não foi introduzido por decreto no exército, mas foi o fruto de uma lenta maturação que remonta às derrotas do Exército Prussiano contra Napoleão. As reformas iniciais, especialmente orientadas aos comandantes das grandes unidades, traduziram-se na abolição doutrinária da conduta metódica na batalha, tornando-se mais importante a iniciativa e a independência intelectual. Contudo, continuava a impor-se a rigidez tática aos mais baixos escalões<sup>763</sup>.

Moltke foi também o principal responsável pela introdução do *Auftragstaktik* no exército germânico. Considerava que as rápidas mudanças da situação na guerra contrariavam os planos detalhados e privilegiavam orientações baseadas em princípios e pontos de vista genéricos. A vantagem que as novas situações apresentavam só poderiam ser completamente exploradas se os comandantes subordinados não estivessem à espera de ordens<sup>764</sup>. As guerras Austro-Prussiana (1866) e a Franco-Prussiana (1871) testemunharam a necessidade de dispersão das

---

<sup>761</sup> Clemente, *For King and Kaiser*, pp. 175-6.

<sup>762</sup> Herwi, H. H. “Strategic uncertainties of nation-state: Prussia-Germay, 1871-1918”. In Murray, Williamson; Knox, MacGregor; Bernstein, Alvin (Eds) (2005), *The Making of Strategy: Rulers States and Wars*, Cambridge University Press, p. 243.

<sup>763</sup> Widder, Major General Werner, “Auftragstaktik and Innere Führung: Trademarks of German Leadership”, *Military Review* (September-October 2002), pp. 3-4.

<sup>764</sup> Hughes, *Moltke...*, pp. 382-4.

forças devido ao aumento da letalidade das armas. Os comandantes das divisões, regimentos e batalhões não conseguiam observar nem controlar as suas forças em detalhe. Os comandantes mais jovens eram obrigados a empregar as suas forças em situações que exigiam rapidez sem as ordens dos seus escalões superiores, ou seja, decidir em situações que eram normalmente da responsabilidade dos comandantes superiores. Frequentemente, os resultados eram desastrosos por não estarem treinados para essa tarefa. Consequentemente, o Exército Prussiano estudou o problema para procurar o obter soluções adequadas à necessidade de iniciativa e ação independente dos comandantes subalternos<sup>765</sup>. Em 1888, foi emitido um regulamento de técnicas e perícias para a infantaria, em que se expressava a necessidade de dar orientações genéricas sobre o que fazer, deixando liberdade de ação aos subordinados para escolher como fazer. Esta aproximação tinha como objetivo estimular a iniciativa para julgar cada situação de forma distinta. No início da I Guerra Mundial este conceito estava já enraizado no pensamento militar alemão, tendo-se desenvolvido ainda mais durante a guerra<sup>766</sup>. A necessidade de desenvolver a iniciativa estava em plena consonância com a percepção que os alemães tinham dos atributos da guerra apresentados por Clausewitz: fluidez, dimensão humana, desordem, fricção. O recrutamento de oficiais junto das classes médias prussianas, fortemente influenciadas pelas ideias liberais, veio facilitar o desenvolvimento desta aproximação. Um oficial britânico que serviu no estado-maior prussiano, notou que os seus camaradas alemães oriundos da classe média tinham um espírito muito mais aberto do que os oficiais oriundos de famílias nobres<sup>767</sup>. Porém, esta aproximação tinha também detratores, uma vez que era considerado um perigo para a disciplina militar, não tendo sido muito fácil a sua completa inclusão no pensamento militar alemão.

Seja como for, um dos conceitos mais importantes no sucesso da *Blitzkrieg*, o *Aufrollen*, dependia essencialmente do *Auftragstaktik*. *Aufrollen*, que literalmente significa “empurrar para a frente”, é o conceito que descreve a irradiação de forças a partir do eixo de penetração das defesas adversárias e que serve essencialmente para proteger a força principal dos contra ataques. Conduzir esse movimento no interior e na retaguarda da defesa do adversário requeria unidades independentes e capazes de combater sem apoios da unidade mãe. Por isso, essas unidades tinham de ser comandadas por oficiais que aceitassem que os seus subordinados tivessem a iniciativa para aproveitar as oportunidades que lhe surgem<sup>768</sup>.

\*\*\*\*\*

Como se pretendeu evidenciar, o surgimento da *Blitzkrieg* (ou modelo alemão de fazer a guerra) deveu-se essencialmente à combinação de condições únicas: os efeitos de uma tradição militar prussiana que privilegiava a excelência tática porque considerava que a guerra era essencialmente um negócio de militares; aos contactos com os militares russos como mecanismo de evitar que as potências aliadas acusassem a Alemanha de romper as obrigações impostas pelo Tratado de Versalhes; ao papel que alguns militares alemães desempenharam na insistência da necessidade

---

<sup>765</sup> Sobre estes desafios, consultar Bernhardt, liutenent-General Frederick von, *Cavalry in Future Wars*, New York: E. P. Dutton and Company, 1906, p. xxviii; pp. 72-3; p. 115; p. 224; p. 236.

<sup>766</sup> Nelsen II, J. T., “Auftragstaktik: A Case for Decentralized Battle, *Parameters*, September 1987, pp. 22-3.

<sup>767</sup> Clemente, *For King and Kaiser*, p. xiii; p. 215.


<sup>768</sup> Cf. Miksche, *Blitzkrieg*, pp. 52-4; Cf. Lind, *Maneuver Warfare*, p. 78.

de desenvolver o projeto de motorização do Exército Alemão para resolver uma guerra com o mínimo de recursos possível.

Destas condições, relevamos os contactos com os militares soviéticos que estavam imbuídos das novas aproximações propostas por Tukhachevskii, uma vez que similaridade entre a *Blitzkrieg* e “batalha em profundidade” nos levam a afirmar que eram as caras de uma mesma moeda: a tentativa de resolver os desafios que a I Guerra Mundial tinha revelado nos campos de batalha, especialmente a sobreposição do fogo à manobra no combate tático. A campanha da Polónia e essencialmente a da França testemunharam de um novo método de combate que parecia muito superior ao dos seus adversários e que permitiu Hitler considerasse ter a chave para derrotar Estaline. Contudo, o sucesso na França, que é utilizado como o grande modelo para a *Blitzkrieg*, só foi possível pela audácia dos planos alemães e do elevado risco que se correu. Novas doutrinas e novos equipamentos não são suficientes para alterar significativamente as dinâmicas do campo de batalha. É necessário ter os comandantes certos nos momentos e locais certos.

Seja como for, a *Blitzkrieg*, que Hitler pretendia utilizar para demonstrar a supremacia militar alemã foi uma das principais causas para o fim do Reich quando aprovou o plano para a *Operação Barbarossa*.





**O II Encontro A Europa no Mundo é dedicado ao estudo, análise, debate e interpretação das transformações políticas, económicas, sociais e culturais ocorridas na Europa durante o período entre guerras.**

**Os textos compilados neste *e-book* correspondem a uma parte das comunicações apresentadas no Encontro, reflectem a investigação realizada e procuram constituir um ponto de partida para novas e mais aprofundadas reflexões.**

**Março- 2014**

**ISBN: 978-989-98388-2-6**